

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**DIMAS DOS REIS RIBEIRO**

**O PROCESSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DE  
RUPTURA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ALTEROSA – EXPERIÊNCIA POLÍTICA  
GESTÃO 1992 A 2005**

**FRANCA**

**2011**

**DIMAS DOS REIS RIBEIRO**

**O PROCESSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DE  
RUPTURA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ALTEROSA – EXPERIÊNCIA POLÍTICA  
GESTÃO 1992 A 2005**

**Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.**

**Orientador: Prof. Dr. José Walter Canôas**

**FRANCA**

**2011**

Ribeiro, Dimas dos Reis

O processo de gestão de políticas públicas na perspectiva de ruptura social no município de Alterosa – experiência política gestão 1992 a 2005 / Dimas dos Reis Ribeiro. –Franca : [s.n.], 2011  
232 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: José Walter Canôas

1. Serviço Social – Políticas públicas e sociais. 2. Política social – História – Alterosa (MG). I. Título

CDD –361.61

**DIMAS DOS REIS RIBEIRO**

**O PROCESSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DE  
RUPTURA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ALTEROSA – EXPERIÊNCIA POLÍTICA  
GESTÃO 1992 A 2005.**

Tese apresentada à Faculdade Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

**BANCA EXAMINADORA**

Presidente: \_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. José Walter Canôas - UNESP**

1º Examinador: \_\_\_\_\_

2º Examinador: \_\_\_\_\_

3º Examinador: \_\_\_\_\_

4º Examinador: \_\_\_\_\_

**Franca, de março de 2011.**

***In memoriam* de Nadir de Lima Ribeiro, meu pai, que despertou em mim o senso de justiça, humildade, estudo e trabalho.**

**À saudosa professora Ivone Martins Faloni Ferreira, ex-secretária de Planejamento e Educação, pela dedicação, crença e união de forças no ideal de uma aldeia para todos.**

**Aos meus educandos (alunos) de ontem, de hoje e de sempre.**

**Aos meus eternos professores, que com seus ensinamentos, mudaram minha vida e meu mundo.**

**Aos meus ex-secretários e funcionários públicos de Alterosa que, com seu trabalho, ajudaram e ajudam o município a se desenvolver.**

## AGRADECIMENTOS

Com sinceridade e gratidão, os agradecimentos a estes homens e mulheres, sujeitos históricos que engrandeceram a minha subjetividade nessa reflexão.

Ao Prof. Dr. José Walter Canôas, um incansável orientador que, no cumprimento de sua missão histórica no mundo, tem oportunizado a construção do saber numa perspectiva libertadora. Sempre preocupado com o destino do homem no mundo do trabalho e cobrando-nos um posicionamento teórico e prático capaz de reconstruir os elos da emancipação humana frente à opressão do capital.

Aos Professores Doutores Padre Mário José Filho e Cláudia Maria Daher Cosac, pelas valiosas sugestões na qualificação dessa tese.

Aos amigos de hoje e de sempre, pela amizade sincera e gratuita.

À minha primeira professora, Leontina Alves Ribeiro, que me ensinou as primeiras letras, proporcionando-me o primeiro “banquete” do saber.

À Profa. Kátia Maria Furtado de Mendonça Curtis, coordenadora e professora do Curso de História (UNIFAI) que, com sua orientação e apoio, contribuiu na realização do sonho da minha vida: ter um curso superior e ser professor.

A minha mãe, Maria Campos Ribeiro, que me motivou a dar os primeiros passos, exemplo de humildade e simplicidade, sempre transmitindo os mais sublimes valores de honestidade, entendimento, amor e dedicação.

Aos irmãos Dilson, Dilane, Dineila e Dinalva que, através de lutas permanentes e, seguindo os ensinamentos e exemplos de nossos pais, conquistaram seus espaços no mundo do trabalho com ética e respeito aos nossos semelhantes.

À cunhada, Tânia, e aos meus cunhados, Fábio e Marcelo, pela amizade, pelo companheirismo e pelo carinho com que tratam meu irmão e minhas irmãs.

À Gisela Ferreira de Souza Ribeiro, minha esposa, agradeço com especial afeto. Em nossa vida construímos uma história de lutas, vencendo barreiras e dificuldades. O sentimento é o de que não tenho somente uma esposa, mas uma educadora companheira. Sou-lhe grato pela paciência e pela compreensão com as lutas políticas e acadêmicas que tenho travado nestes últimos anos de minha vida.

Quem construiu Tebas, a das sete portas?  
Nos livros vem o nome dos reis,  
Mas foram os reis que transportaram as pedras?  
Babilônia, tantas vezes destruída,  
Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas  
Da Lima Dourada moravam seus obreiros?  
No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde  
Foram os seus pedreiros? A grande Roma  
Está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem  
Triunfaram os Césares? A tão cantada Bizâncio  
Só tinha palácios  
Para os seus habitantes? Até a legendária Atlântida  
Na noite em que o mar a engoliu  
Viu afogados gritar por seus escravos.  
O jovem Alexandre conquistou as Índias  
Sozinho?  
César venceu os gauleses.  
Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?  
Quando a sua armada se afundou Filipe de Espanha  
Chorou. E ninguém mais?  
Frederico II ganhou a guerra dos sete anos  
Quem mais a ganhou?  
Em cada página uma vitória.  
Quem cozinhava os festins?  
Em cada década um grande homem.  
Quem pagava as despesas?  
Tantas histórias  
Quantas perguntas

(Bertolt Brecht, Antologia Poética)

O País dos meus sonhos seria um lugar agradável para viver. Onde todas as pessoas, independente de credo, raça, ideologia política e condição social, teriam um excelente relacionamento entre si.

No País dos meus sonhos, cada agricultor teria no mínimo um par de bois para puxar o arado. E ao voltar para casa, encontraria uma família feliz, sem as preocupações da moradia, da fome, da saúde e da educação.

No País dos meus sonhos, todo pobre teria uma casa para morar. Todos teriam o que comer. Os hospitais teriam médicos dedicados e remédios para todos os doentes. As escolas teriam professores e alunos. Alunos felizes, professores dedicados.

No País dos meus sonhos as disputas eleitorais terminariam no dia da eleição. A partir daí, todos estariam torcendo pelo sucesso da sua Pátria.

No País dos meus sonhos a tristeza cederia lugar à alegria, o sofrimento cederia lugar à felicidade e o ódio cederia lugar ao amor, porque o amor traria consigo o perdão.

Artigo 1º - Todo cidadão que habita este País ficará EXPRESSAMENTE PROIBIDO de fazer para as outras pessoas aquilo que ele não gostaria que as outras pessoas fizessem para si.

Artigo 2º - Todo cidadão FICA AUTORIZADO a fazer para as outras pessoas tudo aquilo que ele gostaria que as outras pessoas fizessem para si. Revogadas as disposições em contrário.

O País dos meus sonhos, um dia vai existir.  
E ele será tão feliz, que nem vai precisar de mim.  
Não faz mal.

Eu perco o emprego. Mas não perco o sonho

Tadeu Comerlatto.

“Algumas poucas pessoas, em alguns poucos lugares, fazendo algumas poucas coisas conseguiram mudar o Mundo”.

(Autor desconhecido, Muro de Berlim)

“Quem fala de sua aldeia, fala do universo”

Leon Tolstoi

"O pior analfabeto é o analfabeto político.

Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e lacaio dos exploradores do povo. Nada é impossível de mudar. Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.

Privatizado, privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence”.

(Bertolt Brecht, Antologia Poética)

“A dialética não é o método da redução: é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico”.

(Karel Kosik, Dialética do Concreto)

RIBEIRO, Dimas dos Reis. **O processo de gestão de políticas públicas na perspectiva de ruptura social no município de Alterosa: experiência política gestão 1992 a 2005.** 2011. 232 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

## RESUMO

Esta tese resgata o processo de gestão de políticas públicas na perspectiva de ruptura social no município de Alterosa – experiência política gestão 1992 a 2005, período em que foram implantados programas e projetos, dando os primeiros passos para romper com a lógica do paternalismo, assistencialismo e clientelismo predominantes, desde a emancipação política em 1938 e, daí por diante, marcada pelo confronto de grupos políticos rivais que, na prática, utilizavam os mesmos métodos. Destaca a importância das políticas públicas no contexto socioeconômico e cultural, registrando os avanços representados por essas iniciativas. Mostra a ruptura ocorrida a partir de 2001 com a ascensão de um governo que, além de resgatar e dar continuidade às boas práticas das gestões anteriores, promoveu a participação popular, consolidando, de forma planejada, políticas alicerçadas na consolidação dos direitos sociais implementados pela primeira vez na história de Alterosa por profissionais do Serviço Social. Partindo de uma abordagem plural, garante uma produção acadêmica que faz das políticas públicas objeto inovador de investigação na região, possibilita um conhecimento específico sobre as políticas públicas e o Serviço Social e, ao mesmo tempo, demonstra a importância das práticas políticas, tanto na manutenção do conservadorismo, como no processo de reconstrução de uma nova mentalidade: libertadora, cidadã e comprometida com a política social. Destaca a importância dos conselhos, da participação popular e do controle social na elaboração e efetivação das políticas públicas, onde cada pessoa, do campo ou da cidade, sinte-se sujeito de sua própria história. Alerta para o problema daqueles que dizem não gostar da política, abrindo espaço para que uma minoria se aproprie dela, objetivando benesses para si e para os seus; que os recursos públicos administrados pelos políticos não saem de seu bolso, mas do bolso do cidadão contribuinte; que o político no poder não faz favor, mas deve agir como mediador das políticas públicas fazendo sua obrigação; que as políticas públicas são emancipatórias, na medida em que geram emprego e renda, desenvolvimento sustentável, educação, saúde, moradia e capacitação profissional, melhorando a qualidade de vida, dando dignidade e autonomia aos usuários. O exemplo de Alterosa é uma prova inequívoca, e os índices oficiais sinalizam que uma nova realidade é possível, se construída a partir do poder local; o que demanda planejamento, participação popular, trabalho em equipe, elaboração de bons projetos e, sobretudo, vontade política. Detectados esses avanços, comprovados pelos depoimentos dos usuários e dos coordenadores, materializados em dezenas de projetos e agora sistematizados, serão compartilhados com todos os municípios brasileiros, disseminando a lição de que é preciso conhecer para mudar. Finalmente esta tese sistematiza as práticas e o conhecimento que farão com que cada gestor público num processo de revitalização dialética e interação social possam mudar a história de nossas cidades.

**Palavras-chave:** políticas públicas. poder local. emancipação. participação popular. ruptura social.

Ribeiro, Dimas dos Reis. **The process of public policy management in the perspective of social disruption in the city of Alterosa: policy management experience from 1992 to 2005.** 2011. 232 f. Doctoral Thesis in Social Work - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2011.

### **ABSTRACT**

This thesis rescues process of public policy management from the perspective of social disruption in the city of Alterosa - policy management experience from 1992 to 2005, period when programs and projects were implemented, taking the first steps to break with the logic of paternalism, welfarism and predominant patronage from the political emancipation in 1938 and, thereafter, marked by the confrontation of rival political groups that, in practice, used the same methods. It stresses the importance of public policies on socioeconomic and cultural context, recording the progress represented by those initiatives. It shows the rupture occurred after 2001, with the rise of a government that, in addition to rescue and continue the best practices of previous administrations, promoted popular participation, consolidating in a planned manner, policies based on the consolidation of social rights implemented by the first time in the history of Alterosa by social service professionals. Starting from a plural approach, it ensures an academic production that makes of the public policy innovative research object in the region; it provides specific knowledge about public policy and Social Work, and at the same time, it demonstrates the importance of political practices, both in maintaining conservatism, as in the reconstruction process of a new mentality: liberating, citizen and committed to social policy. It emphasizes the importance of councils, of popular participation and social control in the preparation and execution of public policies, where each person, in the countryside or in the city, feels himself the subject of his own history. It alerts to the problem of those who say they do not like the politics, opening space for a minority appropriates of it, aiming benefits to it and to its; that the public funds administered by the politicians do not go out of their pocket but of the pocket of the taxpayer citizen ; that the politician in power does not favor, but must act as a mediator of public policy doing his duty; that public policies are liberating to the extent that generates income and employment, sustainable development, education, health, housing and job training, improving quality of life, giving dignity and autonomy for users. The example of Alterosa clearly demonstrates, and the official rates indicate, that a new reality is possible, if built out of local authorities; which requires planning, popular participation, teamwork, preparation of good projects and, especially, will policy. Detected these advances, as evidenced by testimonials from users and coordinators, materialized in dozens of projects and now systematized, will be shared with all Brazilian municipal districts, spreading the lesson that we need to know to change. Finally, this thesis aims to systematize the practices and the knowledge that will make that every public manager in a dialectical process of revitalization and social interaction may change the history of our cities.

**Keywords:** public policy. local government. emancipation. popular participation. social disruption.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
<b>CAPÍTULO 1 O PROCESSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DE RUPTURA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ALTEROSA – EXPERIÊNCIA POLÍTICA GESTÃO 1992 A 2005 ....</b>	<b>27</b>
1.1 A abrangência do espaço pesquisado .....	123
1.2 A sistematização da pesquisa.....	128
1.3 Os procedimentos na coleta dos dados.....	132
1.4 Análises, interpretação e reflexão sobre os dados .....	133
<b>CAPÍTULO 2 PLURALIDADE TEÓRICO-METODOLÓGICA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS IMPLICAÇÕES .....</b>	<b>164</b>
2.1 Políticas públicas: da prática à teorização ou da teorização à prática.....	171
2.2 O trabalho enquanto centralidade na política pública .....	178
2.3 Aspectos históricos das políticas públicas e o Serviço Social em Alterosa .....	180
<b>CAPÍTULO 3 AS CONCEPÇÕES DE PODER LOCAL E A CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO .....</b>	<b>193</b>
3.1 Os meandros do paternalismo .....	197
3.2 As políticas públicas enquanto instrumentos de ruptura social .....	202
3.3 Políticas públicas emancipatórias .....	206
3.4 As políticas públicas enquanto enfrentamento e superação .....	209
<b>CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS .....</b>	<b>213</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>216</b>

## INTRODUÇÃO

Programas e projetos sacramentados na prática valem um milhão de teorias.

O século XXI que, com certeza, já é o século da informação e do conhecimento desafia-nos não apenas a refletir sobre as políticas públicas, mas a lutar pela sua efetivação por todos os cantos, dos vales aos montes, dos rincões aos grotões, numa ação permanente e conectada com o ver do poder local e o olhar da supermodernidade, numa perspectiva sócio-humanista.

A presente pesquisa integra o rol de investigações realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, articulado à Área de Concentração: Trabalho e Sociedade, desenvolvido na linha de pesquisa: “Serviço Social: Mundo do Trabalho” e no Diretório Grupo de pesquisa Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico(CNPQ) Serviço Social Campus de Franca. Trata-se de um estudo que procura resgatar o processo de gestão das políticas públicas implementadas em Alterosa a partir de 1993, quando, pela primeira vez, um gestor público deu os primeiros passos, visando romper com a lógica do paternalismo, do assistencialismo e do clientelismo predominantes no município, desde a sua emancipação político-administrativa em 1938, período este, marcado pela rivalidade de dois grupos políticos: de um lado a União Democrática Nacional (UDN) e do outro o Partido Social Democrático (PSD) e na sequência, Aliança Renovadora Nacional (ARENA) X Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e, finalmente, Partido da Frente Liberal (PFL) X Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mas que sempre se utilizaram das mesmas práticas e dos mesmos métodos no exercício do poder.

Objetivamos com a tese, além de uma reflexão sobre o que deu certo, o que deu errado e, ao mesmo tempo, buscamos colher sugestões dos coordenadores e usuários dos programas e projetos com o objetivo de disseminar as possibilidades de avanços e melhorias na concepção de programas e projetos sociais e compartilhá-las com iniciativas futuras, provando que as políticas públicas, materializadas em programas e projetos são capazes de promover a emancipação das pessoas.

Neste, sentido confrontamos a importância das políticas públicas no contexto socioeconômico e cultural das gestões 1993-1996, 1997-2000 e 2001-2005, além de registrar os avanços representados pelas primeiras iniciativas de políticas públicas na concepção de um governo que tentou alterar o costume vigente até 1992, quando tudo passava pelo gabinete do prefeito, desde o pagamento de uma conta de água até a liberação de um preso. Registramos ainda o retrocesso marcado pela volta da velha oligarquia e dos velhos costumes em 1997, bem como a nova tentativa de ruptura, ocorrida a partir de 2001, com a ascensão de um governo popular que, além de resgatar as boas práticas da gestão 1993-1996, foi capaz de promover avanços e consolidar, de forma planejada e programática, as políticas públicas alicerçadas em real consolidação dos direitos sociais, instituídos pela primeira vez na História de Alterosa por profissionais do Serviço Social, concretizadas com a criação da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Dimas enfrentou o duro desafio de apresentar novos conceitos a uma cidade que passou os 60 anos da sua existência sob o governo das mesmas tradicionais famílias. Quando a gestão petista criou a Secretaria de Assistência Social, Moradia e Trabalho, a população dizia que “o prefeito não gostava de falar com pobre”, como conta a secretária de Assistência Social, Laura Lopes. Acontece que, na administração anterior, era o próprio prefeito quem decidia quais pessoas receberiam ajuda da prefeitura (REIS, 2004, p. 39)

Comprovam-se, nos quadros que apresentamos a seguir, os resultados exitosos conquistados através das políticas públicas materializadas nos programas e projetos implantados e desenvolvidos a partir de 1992, sobretudo, nos períodos 1993-1996 e, principalmente, 2001-2008, quando se teve pela primeira vez uma gestão democrática e popular:

<b>ANO</b>	<b>PREVISTO</b>	<b>EXECUTADO</b>	<b>% PREVISTO</b>	<b>% EXECUTADO</b>
2001	66.000,00	58.178,04	1,23	1,05
2002	319.000,00	221.617,76	3,82	3,74
2003	282.300,00	220.529,72	3,57	3,47
2004	648.400,00	583.301,87	8,10	6,99
2005	718.150,00	702.195,65	8,09	6,89
2006	1.007.000,00	943.219,70	8,66	7,92
2007	1.420.000,00	1.226.775,68	10,16	9,75
2008	1.391.000,00	693.850,96	9,27	4,94

**Quadro 1 – Evolução do Orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.**

Fica evidente pelo quadro, o compromisso da gestão democrática e popular com a política pública da assistência social. Enquanto no Brasil existe, há anos, a luta dos assistentes sociais, por um percentual fixo nos orçamentos nas três esferas, em Alterosa, desde a criação da política, o município passou a efetivar, através de seu orçamento, recursos financeiros crescentes para o investimento na área que se tornou prioridade governamental, pois, junto com a saúde e com a educação, forma o tripé do desenvolvimento humano e social.

<b>ANO</b>	<b>PREVISTO</b>	<b>ARRECADADO</b>
1992	4.437.618.878,60	4.425.894.158,62
1993	55.000.000,00	135.809.904,67
1994	2.727.272,49	1.181.306,63
1995	10.000.000,000	2.217.784,03
1996	5.000.000,00	2.799.691,72
1997	4.000.000,00	2.834.010,03
1998	5.000.000,00	3.585.032,08
1999	5.000.000,00	4.562.361,90
2000	5.000.000,00	4.922.323,24
2001	5.323.050,00	5.571.612,32
2002	8.341.423,00	5.916.644,42
2003	7.900.000,00	6.341.821,81
2004	8.000.000,00	8.343.074,69
2005	8.876.844,00	10.187.415,86
2006	11.619.677,00	11.898.136,59
2007	13.969.000,00	12.578.576,40
2008	14.992.000,00	14.018.546,33

**Quadro 2 - Evolução do Orçamento Público de Alterosa**

O orçamento também cresceu gradativamente, na medida em que foi sendo implementada a reforma tributária, com a revisão do Código Tributário Municipal e com a implantação do IPTU progressivo: a cobrança pela ocupação do solo público e a cobrança por serviços de caráter particular, sempre se utilizando do ditado popular: “dê a Deus o que é de Deus e a César

o que é de Cesar”, ou melhor, o princípio “quem pode mais, paga mais, quem pode menos, paga menos”, promoveu a verdadeira justiça tributária.

O resultado prático da justiça tributária foi o investimento na área social, sendo que o município, ao abraçar a causa, alcançou índices crescentes no ranking anual elaborado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) como comprovado no quadro a seguir.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Posição	1357 <sup>o</sup>	1344 <sup>o</sup>	885 <sup>o</sup>	467 <sup>o</sup>	136 <sup>o</sup>	54 <sup>o</sup>	113 <sup>o</sup>
IRFS	0, 528	0, 514	0, 506	0, 543	0, 583	0, 596	0, 600
IRFS Fiscal	0, 479	0, 461	0, 531	0, 498	0, 488	0, 469	0, 468
Gestão	0, 624	0, 592	0, 559	0, 651	0, 668	0, 661	0, 680
IRFS Social	0, 482	0, 488	0, 429	0, 481	0, 593	0, 659	0, 654

**Quadros 3 - Índices de responsabilidade fiscal, gestão e Social conquistados pela gestão democrática e popular de Alterosa**

Os indicadores que compõem o cálculo dos índices são: o endividamento médio, a insuficiência ou sobra de caixa, o gasto com pessoal, o resultado primário, o custeio da máquina administrativa, a taxa de investimento, o custo dos legislativos municipais, os gastos médios com educação e os gastos líquidos com saúde.

Vale destacar que, quando analisamos em separado a colocação de Alterosa nas áreas fiscal, gestão e social, no ano de 2002, o município era, no Brasil, na área social, 3.589<sup>a</sup>, para um índice de 0, 482, saltando para um dos melhores do Brasil em 2008, com um índice de 0, 654. O primeiro colocado no Brasil em 2008 foi o município paulista de Jeriquara, com um índice de 0, 720.

No quesito gestão pública, por exemplo, no ano 2007, Alterosa chegou à 8<sup>a</sup> colocação no Brasil e à 2<sup>a</sup> em Minas Gerais com um índice de 0, 661. Em 2008 embora tenha melhorado o seu índice, passando para 0, 680, perdeu posições no ranking, ficando em 20<sup>o</sup> lugar no Brasil. O primeiro colocado foi o município amazonense de Urucurituba que ficou com o índice de 0, 768.

Segundo a CNM (2008, p. 1),

O IRFS é decomposto em três subíndices – fiscal, gestão e social, cada um deles medindo a performance na área por meio de distintos indicadores. O índice fiscal, por exemplo, reflete a evolução dos

indicadores relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como nível de endividamento e gasto com pessoal, enquanto os demais buscam mostrar o cumprimento de outras responsabilidades de uma prefeitura que – na avaliação da CNM e de inúmeros estudos científicos – passam por economizar recursos de manutenção da máquina administrativa e direcioná-los prioritariamente para investimentos em infraestrutura, saúde e educação, além de atender bem e com qualidade a população local.

Percebemos que os índices, rankings e premiações comprovam, na prática, os exemplos de Alterosa, na realidade, uma verdadeira revolução, motivo para ficar na história. Tudo isso comprovado pelos índices e rankings brasileiros divulgados anualmente pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), que congrega 5562 municípios brasileiros.

É perceptível a evolução de Alterosa no governo democrático e popular, pois, no primeiro estudo realizado pela CNM em 2002, Alterosa era 2881º no ranking FISCAL, 383º no ranking de GESTÃO e 3589º no ranking SOCIAL. No ranking de 2007, Alterosa já era a 54ª no ranking geral do Brasil e 11ª em Minas Gerais.

O Prêmio Assis Chateaubriand para o AGROVIDA, Melhores Práticas do Bolsa Família, Prefeito Amigo da Criança, Prefeito Empreendedor do SEBRAE, Prêmio Prefeito Expressão Estadual e Medalha Tiradentes, são provas da eficácia na gestão pública e a comprovação de que trabalhar com as políticas públicas, programas e projetos vale a pena, pois emancipa e liberta a pessoa humana. Resultado de trabalho em equipe, participação popular e controle social.

Podemos observar pelo quadro que o primeiro conselho no município de Alterosa foi criado no ano de 1977 e, só quatorze anos depois, sob a égide da Constituição Federal de 1988, a gestão 1989 a 1992 criou outros dois.

A gestão 1993 a 1996 criou ou adequou 4 conselhos; a gestão 1997 a 2000 outros quatro, enquanto que a gestão democrática e popular criou oito novos conselhos e adequou à legislação outros cinco conselhos.

CONSELHOS	DATA/ANO	LEI	ALTERAÇÃO
Esportes	20/04/1977	540	
Saúde	22/05/1991	806	O Artigo 3º foi alterado pela Lei nº 1271, de 08/11/2000.
Direitos da Criança e Adolescente	19/06/1991	808	Revogado pela Lei nº 868, de 10/11/1993.
Direitos da Criança e Adolescente/Tutelar e FMDCA	10/09/1993	868	
Assistência Social	18/08/1995	1020	Revogada pela Lei nº 1091, de 21/06/1996.
Assistência Social e FMAS	21/06/1996	1091	
Alimentação Escolar	13/09/1996	1105	
Prevenção, Orientação e Tratamento de Usuários de Substâncias Entorpecentes	27/06/1997	1155	
Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF	27/06/1997	1156	
Conservação e Defesa do Meio Ambiente	14/12/1999	1245	
Assistência Social e FMAS	14/12/1999	1246	Revogada pela Lei nº 1285, de 23/05/2001.
Alimentação Escolar	28/12/2000	1276	

**Quadro 4 – Conselhos criados entre 1977 e 2000**

CONSELHOS	DATA/ANO	LEI	ALTERAÇÃO
Remuneração dos Servidores Públicos	09/03/2001	1278	O Art.13 teve nova redação pela Lei nº 1283, de 08/05/2001
Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA)	08/05/2001	1284	Teve dispositivos alterados pela Lei nº 1411, de 22/03/2005.
Assistência Social	23/05/2001	1285	Revogou as Leis 1.246, de 14 de dezembro de 1999 e 1.254 de 23/02/2000.
Turismo	22/06/2001	1294	
Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS)	26/09/2002	1340	Revogou a Lei nº 1311, de 05/12/2001.
Patrimônio Cultural	21/02/2002	1319	
Conservação do Meio Ambiente (CODEMA)	23/04/2002	1326	Revogou a Lei nº 1.245, de 14/12/1999.
Saúde	20/08/2002	1336	Revogou a Lei nº 806, de 22/05/1991.
Idoso	10/06/2003	1365	
Habitação Popular	17/06/2003	1366	
Esporte e Lazer	20/08/2003	1375	
Juventude	20/11/2003	1379	
Assistência Social (CMAS)	14/05/2004	1385	Alterou dispositivos da Lei nº 1285, de 23/05/2001, conforme os ditames da Lei Complementar Federal nº 95, de 26/02/1998, alterada pela Lei Complementar 107/2001 e ainda revogou o artigo 7º da Lei nº 1285, de 23/05/2001.

**Quadro 5 – Criação, evolução e alterações dos conselhos municipais na gestão democrática e popular.**

Os recursos demonstrados no quadro são provenientes da Lei Robin Hood que contempla os municípios mineiros que inovam na gestão

implementando políticas públicas nas áreas da saúde, cultura e meio ambiente.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005
PSF/SAÚDE	0,00	6.808,88	33.184,98	30.381,34	37.142,09	47.573,96
CULTURAL	0,00	0,00	0,00	47.618,20	59.457,70	124.717,18
ECOLÓGICO	217.810,55	234.758,79	224.519,60	232.221,64	243.281,01	246.484,00
TOTAL	217.810,55	241.567,67	257.704,58	310.221,18	339.880,80	418.775,14

**Quadro 6 – ICMS recebido a mais, fruto da implantação de políticas públicas nas áreas de saúde, ambiental e cultural**

Na medida em que outros municípios passam a implementá-las os recursos vão sendo subdivididos. Ela serve como incentivo e, ao mesmo tempo, mensura o interesse e o compromisso dos gestores municipais no desenvolvimento de programas e projetos.

IDHM, 1991	IDHM, 2000	IDHM-Renda 1991	IDHM-Renda 2000	IDHM-Longevidade 1991	IDHM-Longevidade 2000	IDHM-Educação 1991	IDHM-Educação 2000
0,653	0,736	0,560	0,655	0,71	0,754	0,688	0,799

**Quadro 7- Evolução do IDHM do município de Alterosa**

O salto no índice de desenvolvimento humano de Alterosa fica evidente no período de 1991 a 2000, período em que a gestão 1993-1996 iniciou as primeiras políticas públicas, cujas causas e efeitos estão explícitos nos três próximos quadros:

	1991	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	111,7	197,7
Proporção de Pobres (%)	51,7	25,1

**Quadro 8 - Indicadores de renda, pobreza e desigualdade**

Serviços	1991	2000
Água Encanada	95,6	97,1
Energia Elétrica	86,3	99,0
Coleta de Lixo <sup>1</sup>	92,1	98,2

**Quadro 9 – Acesso da população aos serviços básicos**

<sup>1</sup> Coleta de lixo apenas dos domicílios urbanos.

<b>Ano</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2007</b>	<b>2010</b>
População Total	11.615	12.976	13.286	13.714
Urbana	7.754	8.989	9.831	10.000
Rural	3.861	3.987	3.455	3.714
Taxa de Urbanização	66,76%	69,27%	73,99%	72,92%

**Quadro 10 - População de Alterosa por situação de domicílio**

Quando iniciou a gestão 2001-2008 a capacidade de investimento de Alterosa era negativa e seu orçamento anual previsto era de R\$ 5.323.050,00 (cinco milhões, trezentos e vinte e três mil e cinquenta reais). Possuía uma dívida de R\$ 2.170.000,00 (dois milhões, cento e setenta mil reais) com fornecedores, funcionários, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e financiamentos junto à Caixa Econômica Federal (CEF).

<b>CAPACIDADE DE INVESTIMENTO 2000</b>	<b>CAPACIDADE DE INVESTIMENTO 2008</b>
(-) Negativo	16%

**Quadro 11 – Capacidade de investimento encontrada e a finaliza**

<b>ORÇAMENTO ANO 2001 (EM MILHÕES)</b>	<b>ORÇAMENTO 2009 (EM MILHÕES)</b>
5.323.050,00	16.800.000,00

**Quadro 12 – Realidade orçamentária encontrada e a deixada para o sucessor**

Bem diferente do que recebeu no dia 1º de janeiro de 2009, entregou ao sucessor uma cidade com capacidade de investimento de 16%, uma das poucas do Brasil, e um orçamento anual previsto de R\$ 16.800.000,00 (dezesesseis milhões e oitocentos mil reais).

Deixou em caixa, R\$ 1.529.373,51 (um milhão, quinhentos e vinte e nove mil, trezentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos) e em convênios e contratos assinados, com recursos a serem depositados, mais R\$ 1.107.130,00 (um milhão cento e sete mil cento e trinta reais).

Dentre os projetos aprovados, estavam 89 casas populares, junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 968.000,00 (novecentos e sessenta e oito mil reais) dos quais R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), R\$ 400.000,00 (quatrocentos

mil reais) da Medida 460) e R\$ 68.000,00 (Sessenta e oito mil reais) para construção, em alvenaria, dos muros das últimas 50 casas da Vila dos Trabalhadores e Bairro São José Operário.

<b>OBRAS E INVESTIMENTOS</b>	<b>VALOR</b>
Asfaltamento da Vila dos Trabalhadores, São José Operário 1 e 2, ruas Ilcínea e Laguna	98.200,00
Recapeamento de diversas ruas próximas à Escola Secretário Olinda de Andrada	98.200,00
Asfaltamento da Rua Antônio da Silva Pereira	98.200,00
Recapeamento da Rua Alfenas e Avenida da Saudade	117.280,00
Nova Creche no Jardim das Alterosas, em construção.	950.000,00
Centro de Saúde da Vila dos Trabalhadores, em construção	30.000,00
Estação de Tratamento de Esgoto de Cavacos	90.000,00
Pista de cooper do Parque do Jucão	97.500,00
Quadras de malha, bocha, areia e vestiário no Parque do Jucão	40.000,00
Conclusão do Complexo Esportivo Lésio Siqueira Terra, em andamento	50.000,00
Construção do Complexo Turístico São Joaquim da Serra Negra	146.250,00
Aquisição de quatro tanques de resfriamento de leite para associações comunitárias rurais	97.500,00
Construção de muros das casas da Vila dos Trabalhadores e São José Operário	68.000,00

**Quadro 13 – Recursos e respectivas obras aprovados até 2008 e deixados para o sucessor**

<b>RECURSOS</b>	<b>VALORES</b>
Saldo em Caixa – CEF e Banco do Brasil	1.529.373,51
Convênios assinados a serem depositados - CEF	1.107.130,00
Muros Casas V. Trabalhadores e S. José Operário - CEF	68.000,00
Moradia Popular – PAC – 32 casas - CEF	500.000,00
Moradia Popular – Resolução 460 – CEF – 57 casas	400.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.604.503,51</b>

**Quadro 14 – Recursos de projetos aprovados, liberados e a liberar.**

Totalizando, ficaram para investimentos R\$ 3.604.503,51 (três milhões, seiscentos e quatro mil e cinquenta e um centavos), frutos de planejamento, programas e projetos, práticas em falta nas gestões públicas brasileiras.

Os rankings, as premiações, os dados, os programas e os projetos concebidos como políticas públicas, demonstrados nesta tese, são

provas inequívocas de que é possível ser e fazer diferente, basta ter vontade política e compromisso com a transformação da realidade.

Assim, esperamos que esta tese seja uma produção acadêmica capaz de fazer do processo de implantação de políticas públicas um objeto de investigação inovador e ponto de partida para novas pesquisas na região. Esperamos ainda, possibilitar um conhecimento específico sobre as políticas públicas e o Serviço Social e, ao mesmo tempo, demonstrar, a importância das práticas políticas, tanto na manutenção da ordem conservadora como no processo de construção de uma nova mentalidade, libertadora e cidadã, alicerçada no desejo de alternância do poder e no resgate da política social. O princípio é que cada pessoa, do campo ou da cidade, possa sentir-se sujeito de sua própria história e agente político importante na formulação dos conceitos básicos de cidadania e auto-responsabilidade. Cada pessoa humana, tornando-se agente participativo, deve saber, ainda que se passem décadas, que o político no poder não “faz favor”, mas cria fóruns de discussão e possibilita o acesso da população às políticas públicas; deve saber também que o problema resultante daqueles que dizem não gostar da Política é a existência de uma minoria que dela se apropria, objetivando benesses para si e para os seus; que os recursos públicos administrados pelos políticos não saem de seu bolso, mas dos impostos que pagam. Por isso, é preciso conhecer para mudar, sistematizar as práticas e o conhecimento existente e compartilhá-los para que possa haver verdadeiras políticas públicas.

Políticas públicas são ações planejadas, a partir da leitura comunitária, da participação da sociedade, das entidades, dos usuários, e se materializam através de programas e projetos voltados para solucionar os problemas sociais existentes e para criar mecanismos de planejamento e monitoramento, a fim de que novos problemas sejam evitados e coibidos. O fim último de toda política pública deve ser a pessoa humana e a melhoria das suas condições de existência, tanto material como espiritual.

Se polis é cidade; itica é ação e pública é povo, logo, política pública é uma ação na cidade e para o povo, com a sua participação e o seu controle. Política pública se faz com planejamento, participação, eficiência, eficácia e controle social, caso contrário, não deve ser considerada política

pública. Se assim for construída e efetivada, os reclamos serão atendidos e as necessidades do cidadão atendidas.

Um gestor público que não ouve a sociedade, com certeza, fará uma gestão pífia e em desencontro com os anseios e necessidades dos usuários.

Não se governa para grupos, partidos ou aliados, governa-se para todos os contribuintes, pois, todos, de uma forma ou de outra, pagam taxas, impostos e contribuições.

Se todos pagam e se os governos possuem recursos em mãos, a permanência dos problemas sociais interessa a quem? Por acaso a uma rede de aproveitadores que se julgam os donos do poder e do destino das pessoas, dos usurpadores dos sonhos, dos acomodados e conformados, da desesperança dos oprimidos e da ignorância dos ditadores?

A liberdade humana não é algo que se dá ao homem; ela é resultado de sua capacidade de compreender o mundo, idealizar mudanças e rupturas, fazer projetos, efetivar as proposições e realizar, na perspectiva do direito, a felicidade coletiva. Só é livre quem é capaz de transformar a realidade. Caso contrário torna-se prisioneiro dela.

Qual é o papel do gestor nas políticas públicas? Pensamos que o autêntico gestor das políticas públicas deve ser, antes de qualquer coisa, um incentivador, um indutor das políticas públicas, elaboradas a partir da realidade cotidiana dos usuários, seus verdadeiros portadores e proprietários.

São os indivíduos reais, sua ação e suas contradições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas pela sua própria ação. Toda a historiografia deve partir destes fundamentos naturais e de sua modificação no curso da história pela ação dos homens. [...] os homens devem estar em condições de viver para “fazer história”. Mas, para viver é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais (MARX; ENGELS, 1999, p. 39).

Se os problemas sociais são os motores das políticas públicas, só o acesso e a compreensão deles, suas origens, seus efeitos e desafios nos possibilitam o planejamento de ações, com o olhar e a participação dos usuários que sejam capazes de superar, definitivamente, as mazelas sociais

de um determinado segmento da sociedade ou de uma comunidade inteira de um bairro ou cidade.

Muitas vezes, essas ações ficam apenas no plano das compensações e dos paliativos, maquiando ou abrandando suas aviltantes consequências. Ficam no plano das reformas e não das mudanças. É mais fácil pintar, fazer de conta do que conduzir ao processo de construção e ruptura do processo histórico.

Já ouvimos muitas vezes que, para construir políticas públicas demanda-se muito planejamento, mobilização, reuniões e que isso é muito difícil. É mais fácil e cômodo dar o peixe do que ensinar a pescar. Sem falar que, agindo assim, promove-se a inversão do que deveria ser o controle social, plenificando o controle paternal e clientelístico sobre a sociedade que se governa ou se deseja governar. Triste destino oferecido e desenvolvido pela colonização dos trópicos: o do servir e o da subserviência.

Nesta perspectiva, as políticas públicas existem em função dos problemas sociais ou os problemas sociais é que dão vida às políticas públicas? As políticas públicas devem antecipar-se aos problemas sociais ou devem agir como bombeiros dos problemas sociais? Como nos anteciparmos aos problemas sociais e impedir que eles existam?

Em Alterosa, a autonomia e a independência conquistadas pelas secretarias municipais, para desenvolver suas ações e responsabilidades compartilhadas, foram frutos do planejamento estratégico, das reuniões semanais da equipe de governo, dos debates entre os gestores, do estudo e das pesquisas das melhores práticas desenvolvidas pelo Brasil afora, da participação das assembleias do orçamento participativo e das leituras comunitárias para a elaboração do Plano Diretor.

A ideia de planejamento, participação popular e controle social enfrentaram no início de 2001 muita resistência, pois, o que se viu durante anos foram as práticas paternalistas, que desenvolveram nas mentes das pessoas a ideia de que eleger-se alguém, para fazer o de que necessitam e, por isso, não precisam participar, pois, afinal, existe alguém eleito e pago por elas para fazer o que é necessário. Como no dizer de muitos: “Se fosse para a

gente decidir e fazer não precisava eleger prefeito e vereadores, afinal eles ganham para isso.”

Pelo que percebemos, essa mentalidade, construída e desenvolvida por anos a fio, tem sido o grande obstáculo para despertar nas pessoas o desejo de participar e contribuir para mudar os rumos de sua história.

Muitas pessoas preferem o comodismo de seus lares porque ao longo de nossa história, foram preparadas e massificadas para serem assim, para aceitarem o que é fornecido ou cedido. Afinal, como ouvimos todos os dias: “é melhor pingar do que faltar”, “Deus quer assim”, “sempre foi assim”, “deixa do jeito que está para ver de que jeito fica”; e a religião contribui com mais um pouco, “o céu é dos pobres, dos pequeninos, dos humilhados”, “é mais fácil um camelo passar no fundo de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus”. Assim, muitas pessoas, vítimas da exploração, do analfabetismo, desprovidas não só de bens materiais, mas também de dons espirituais, acabam levando uma vida não condizente com a dignidade humana e aguardando pela recompensa que virá no futuro, no transcendental e no eterno. No mundo das incertezas? Não para elas, pois, vitimizadas pela miséria e pela opressão, acabam acreditando nesse imaginário repleto de delícias. A fé as eleva, promove o sublime, o incomparável e a transcendência metafísica.

Para alterarmos essa realidade precisamos construir outro senso comum, pois:

As modificações nos modos de pensar, nas crenças, nas opiniões não ocorrem mediante “explosões” rápidas, simultâneas e generalizadas, mas sim, quase sempre, através de “combinações sucessivas”, de acordo com “fórmulas de autoridade” variadíssimas e incontroláveis. [...] se a paixão é impulsiva, a cultura é produto de uma complexa elaboração (GRAMSCI, 2001, p. 207).

Segundo Eduardo Tadeu Pereira (2008, p. 98-99), Antônio Gramsci foi uma das vertentes do marxismo que mais contribuiu para compreendermos os mecanismos de manutenção da exploração e da opressão na sociedade moderna. Segundo ele, a capacidade que a classe dominante possui para dirigir a sociedade está na obtenção do consenso em

torno de sua visão de mundo. Essa visão torna-se hegemônica e é propagada pelos seus intelectuais, de tal forma que ela consegue manter as estruturas de exploração e opressão que melhor lhe convém com a concordância dos setores vitimados pelas suas estruturas.

No entanto, na medida em que incorpora a dialética das relações na sua formulação, ela também nos fornece as ferramentas para construirmos visões de mundo alternativas à da classe dominante. Para isso, precisamos disputar a hegemonia e a direção moral do conjunto da sociedade, mas, isso se dá, na medida em que reconhecemos nosso poder, nosso dever e forjamos, através de nossos intelectuais orgânicos, uma vez comprometidos com a prática e a luta dos dominados, uma nova visão de mundo, alicerçada em nossas ideias, em nossos valores e em nossas formas de ver o mundo.

O conformismo das massas tem sido a grande muralha para se atingir o estágio da emancipação social, política, econômica e cultural. Por outro lado, o mundo real demanda conhecimento, sofrimento, luta, trabalho, dificuldades, superação, desafios e provocações de toda espécie e natureza.

Sabemos que a culpa não está apenas nas pessoas; está, principalmente, nos governantes que, muitas vezes também, não estão preparados para os cargos que ocupam. Alterosa, por exemplo, tem uma longa história de eleger vereadores analfabetos ou semi-analfabetos, eleitos por piedade, por ironia e até por indignação. Seriam vítimas das vítimas, vitimando a sociedade?

Enquanto não acordarmos que a educação é a força transformadora da história e que, para termos um novo Brasil, precisamos educar apenas uma geração, pois as demais virão por consequência, continuaremos perpetuando as desigualdades, a concentração da renda, da terra e das oportunidades.

Veja-se, não basta apenas a educação formal dos bancos escolares, pois, na maioria das vezes, esta já está comprometida através de sua estrutura, de seu modelo de gestão, de seus livros didáticos com os interesses da classe dominante. Precisamos de uma educação cidadã que seja, segundo Gramsci, capaz de formar um intelectual com perfil diretivo, organizativo e prático. Pois,

É na práxis que a teoria transformadora adquire capacidade de transformar-se em senso comum, em nova hegemonia, porque a educação não se faz pelo método apenas da exposição, pois é pueril pensar que um “conceito claro”, difundido de modo oportuno, insira-se nas diversas consciências com os mesmos efeitos “organizadores” de clareza difusa: este é um erro “iluminista” (GRAMSCI, 2001, p. 205).

Pensamos que resgatar o Brasil, a igualdade, a justiça é resgatar a educação nesta perspectiva. Daí vem a pergunta: por que a maioria dos gestores públicos colocam seus filhos nos colégios particulares? Será que não acreditam na educação que disponibilizam aos filhos de seus eleitores?

A conquista de uma sociedade sócio-humanista é uma tarefa monumental que, na história da raça humana, só se dará a partir de uma ação revolucionária complexa, ou seja, tecida em conjunto. Demanda um completo redirecionamento do Estado e uma mudança radical nos fundamentos da infraestrutura. Esta conquista não virá por decreto de nenhuma autoridade constituída ou imposta. O empreendimento e a realização dessa tarefa cabem a cada um de nós numa luta inter e transconectada.

Existem duas possibilidades para alterarmos a lógica tradicional: conscientizarmos a população da importância da participação e do controle social para que as políticas públicas, materializadas em programas e projetos torne-se realidade, conscientizarmos ou pressionarmos os gestores ou futuros gestores ou prefeitos de que só a participação popular e a tomada de consciência são capazes de corrigir as distorções, erros e descaminhos da administração pública, promovendo orientações acerca das necessidades, do que é mais interessante e do que é prioridade para as comunidades. O administrador público precisa conscientizar-se de que os recursos que administra não saem do bolso dele, mas do contribuinte que espera que, com sua contribuição e pagamento de impostos, a sua vida e a vida de sua comunidade poderão alcançar melhores condições de existência. E a comunidade precisa conscientizar-se da importância de sua participação, caso contrário, continuará dando um cheque em branco para os seus gestores.

Pensamos que o ponto central da mudança está na participação dos cidadãos, pois, sem ela, nada mudará ou sofrerá alterações. A eterna vigilância e a participação dos usuários é que possibilitará as

mudanças, por medo da pressão popular ou pela tomada de consciência dos governantes. Afinal, o que custa participar?

Como despertar o desejo de participar? Esta é uma pergunta que só um diálogo de concertação envolvendo as universidades, os pesquisadores e toda a sociedade será capaz de responder. Onde está o motivo da não participação? Por que as pessoas não participam. Uns dizem: “não participo porque fico marcado”. Outros afirmam: “nunca ouvem as minhas sugestões, tudo que falo é descartado”. “Tenho mais coisas para fazer, ninguém vai colocar comida na mesa dos meus filhos e da minha casa”. “Eles já ganham para isso mesmo, eles é que decidam”. “Sou um zero à esquerda”. “Não tenho estudo, como vou dar sugestões? Isso é coisa para quem estudou!” Assim, a participação e o desejo de participar vão se esvaindo e as coisas continuam como sempre estiveram.

É preciso ter claro também que só há controle social, se houver participação. Só a participação, o intercâmbio e compartilhamento das ideias, das sugestões, dos olhares e das percepções nos possibilitarão a conquista de um mundo novo possível, com justiça, paz e liberdade.

## **CAPÍTULO 1 O PROCESSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DE RUPTURA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ALTEROSA – EXPERIÊNCIA POLÍTICA GESTÃO 1992 A 2005**

Minha aldeia pode até não ser a melhor das aldeias, isso pode ser uma questão de olhar, mas é daqui que eu vejo o universo.

Na maioria dos pequenos municípios brasileiros, tradicionalmente agrários, as gestões locais, ao iniciarem seus mandatos, apresentam e divulgam ações e projetos visando ao desenvolvimento urbano, tais como, pavimentação, abastecimento e implantação de indústrias, esquecendo-se do homem do campo.

Em Alterosa, isso começou a ficar diferente, a partir do início da gestão 1993-1996 que, de imediato, elaborou um programa de desenvolvimento para o setor agropecuário, dado a importância e o potencial econômico para a população que, de forma geral mora na cidade, mas passa a maior parte de seu tempo na zona rural, atuando como trabalhador rural, pequeno e médio sitiante e fazendeiro.

Pelo que percebemos, através de uma ampla mobilização e integração, diversas entidades como a EMATER-MG, o Sindicato dos Produtores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, COOPARAÍSO, 09 Associações Comunitárias de Produtores Rurais se uniram e iniciaram, através da articulação, incentivo e apoio da gestão municipal, o desenvolvimento de diversos programas que deixaram claro a prioridade abraçada por um gestor advogado, dono de escritório de contabilidade e fazendeiro, de origem rural, mas de uma visão desenvolvimentista pode investir no homem do campo e proporcionar o desenvolvimento rural e o desenvolvimento agrícola.

O primeiro tem a ver com o desenvolvimento de condições de vida e de trabalho, que preserva a cultura das pessoas. Já o desenvolvimento agrícola é voltado para aumentar a produtividade, o que não significa bem-estar e qualidade de vida para as pessoas que vivem no campo (PEDRINI; ADAMS; SILVA, 2007, p.17).

Todavia, pensamos que isso depende do olhar e da abordagem, se o aumento da produtividade está ligada ao pertencimento e à propriedade de quem trabalha para si no regime de agricultura familiar ou está ligada a quem apenas vende sua mão de obra para o dono da produção. No caso de Alterosa, onde temos uma estrutura fundiária alicerçada na pequena e na média propriedade, e o aumento da produtividade torna-se produto familiar, tanto o desenvolvimento rural como o desenvolvimento agrícola trazem em si a perspectiva de uma melhor qualidade de vida, de geração de emprego e de renda. Isso pode ser averiguado nos projetos e programas que se seguem:

O Programa Fundão Agrícola, fundo rotativo para custeio da lavoura de milho, tinha como objetivo o repasse (empréstimo) de sementes e adubos para pequenos produtores. O programa foi criado em 1993, por deliberação da Lei nº. 870 de 1993 que autorizou o chefe do poder executivo municipal a adquirir insumos básicos para a cultura do milho até o valor de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros reais) e assinar Convênio com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/MG) e o Sindicato dos Empregadores Rurais de Alterosa. Foi criado com o objetivo de aumentar a produtividade da exploração agrícola de milho dos pequenos produtores rurais, através do empréstimo de insumos básicos necessários ao plantio da cultura. O artigo 3º da Lei define: os recursos ressarcidos, assim como o empréstimo dos inicialmente adquiridos pela prefeitura, ficarão sob responsabilidade e gerenciamento da EMATER/MG, que os destinará à continuidade do programa, cabendo ao Sindicato dos Empregadores Rurais de Alterosa o depósito e controle do estoque dos produtos.

Para a efetivação do programa foram dados os seguintes passos: logo após a aprovação da Lei pela Câmara Municipal, a Prefeitura abriu uma licitação/tomada de preços, para adquirir as sementes e adubos do programa; enquanto isso, a EMATER/MG cadastrou os produtores dentro dos critérios pré-estabelecidos (tipo de exploração, área da propriedade, etc.) e elaborou os projetos com os contratos individuais; de posse dos contratos assinados, os produtores receberam as sementes e o adubo que estavam

depositados nos Galpões da Prefeitura e da EMATER-MG; nos contratos (com avalistas) os produtores assumiam o compromisso de quitar o empréstimo (em dinheiro, no valor correspondente aos insumos recebidos), 60 dias após a colheita. Trinta dias após o período da colheita, geralmente nos meses de junho e julho, a EMATER-MG, com o acompanhamento da Prefeitura, das Associações de Produtores e da Secretaria de Agricultura era aberta uma nova tomada de preços na mesma quantidade dos insumos (adubos e sementes) emprestados. Era por esse valor (preço por produto) do montante licitado que os produtores quitavam seus contratos. De posse do valor reembolsado pelos produtores, o novo lote de insumos era pago e distribuído aos produtores para a safra seguinte.

No termo de Convênio assinado em 10 de setembro de 1993 pela Prefeitura, EMATER/MG e Sindicato dos Empregadores, na sua cláusula primeira consta o objetivo do convênio que visava ao aumento da produtividade agrícola de milho e o incentivo às formas associativistas entre os pequenos produtores rurais do Município de Alterosa, podendo se estender aos médios produtores rurais de acordo com o crescimento do programa, sempre atendendo aos interesses mútuos entre os conveniados.

Na cláusula segunda foram definidos os critérios para inscrição e participação no programa, nos seguintes termos: Poderão ser beneficiários do programa, em sua fase inicial, os pequenos produtores rurais, até que se esgote a quantidade de insumos adquiridos para o programa e que atendam os seguintes requisitos: ter renda exclusiva da agropecuária; ter o título de domínio da propriedade e/ou carta de anuência como arrendatário ou meeiro e possuírem área máxima de 30 (trinta) hectares. O programa atendeu áreas de até 4 (quatro) hectares na cultura de milho por beneficiário e foram admitidos no programa aqueles que nele se enquadraram e foram aprovados pela EMATER/MG. A expectativa era a de que o programa atenderia futuramente a todos os produtores rurais do município, começando pelos pequenos produtores rurais, que se enquadrassem nos requisitos acima, com prioridade no atendimento, aqueles filiados às associações rurais do município.

Na cláusula terceira foram estabelecidas as condições básicas de enquadramento, sendo que, para o produtor se beneficiar do programa, ele

teria que se comprometer a apresentar à EMATER/MG análise de solo atualizada; fazer calagem recomendada de acordo com análise do solo; apresentar à EMATER/MG a nota fiscal da aquisição do calcário; seguir as recomendações técnicas contidas no projeto elaborado pela EMATER/MG; efetuar o pagamento referente ao empréstimo de sementes e adubo em época oportuna, ou seja, até 60 (sessenta) dias após a colheita, com valor da mesma quantidade dos insumos recebidos; efetuar a comercialização do excedente dos produtos oriundos do programa, preferencialmente de forma conjunta, se for de interesse do beneficiário.

Na cláusula quarta que tratava da operacionalização do programa foram estabelecidas as competências da prefeitura, da EMATER/MG e do sindicato. Na cláusula quinta as obrigações e deveres dos beneficiários, entre as quais a possibilidade de desligamento do produtor beneficiário do programa, no caso de descumprimento da cláusula terceira, inclusive o ressarcimento à prefeitura dos insumos adquiridos no ato do desligamento; zelar e trabalhar a área beneficiada, adotando técnicas de conservação do solo e os cuidados com o meio ambiente e a assinatura de documento comprobatório referente à dívida para com a prefeitura, garantindo o pagamento dos insumos no prazo pré-estabelecido.

A Cláusula sexta determinava que o pagamento a ser efetuado pelo proprietário, proveniente do ressarcimento dos insumos utilizados, seria destinado a um fundo que garantiria a continuidade do programa nos anos seguintes e ao estímulo à agricultura.

A cláusula sétima determina que o não cumprimento das condições do programa por qualquer das partes convenientes provocaria a exclusão, assegurando à parte tida como faltosa, amplo direito de defesa.

Bem sucedido e autossustentável, o programa por si só, a cada ano, conseguiu atender de dois a três produtores a mais sem a necessidade de novos investimentos pelo poder público. Para se ter uma ideia, em 1993/1994 a produtividade média no município era de 2.800 kg/ha; em 1994/1995 3.200 kg/ha e, em 1995/1996, já era de 4.000kg/ha. Em 2005 o programa estava avaliado em R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) e

atendendo 64 famílias numa área cultivada de 170 hectares, com uma produtividade de 6000 kg/ha e uma produção de 1.020 toneladas de milho.

A iniciativa desse fundo agrícola rotativo, criado para financiar o plantio de milho para pequenos agricultores que só efetuavam o pagamento após a colheita, e ainda, sem juros e sem correção monetária, foi e tem sido um exemplo de políticas públicas.

Vale destacar ainda que o valor equivalente aos insumos adquiridos coletivamente representavam uma economia da ordem de 10 a 20% na aquisição dos produtos.

Sabemos que muitos pequenos produtores não plantam porque não dispõem de recursos para a aquisição das sementes e dos fertilizantes. Não plantando, também não colhem, não se alimentam bem, e muito menos, obtêm recursos para atender outras necessidades. Também não podemos esquecer o fator climático, pois este sempre foi e sempre será um risco para a atividade agrícola.

Percebemos ainda que a instituição do Concurso de Produtividade de Milho agregado ao Programa Fundação Agrícola foi outro fator que contribuiu para o aumento da produtividade do milho no município. O Concurso foi coordenado pela EMATER-MG e pela Secretaria Municipal de Agricultura e contou com a participação de 20 produtores na safra 1995/1996, quando foi alcançada uma produtividade média entre eles de 7.584 kg/ha.

As lavouras desses produtores acabaram sendo utilizadas como modelo e como fontes de propagação de tecnologias e manejo para os demais produtores do município.

Assim, fica claro e demonstrado que o poder público local e suas parcerias são capazes de promover o desenvolvimento econômico e social.

Outro programa que impulsionou o desenvolvimento local foi a mecanização agrícola que libertou os pequenos produtores das mãos dos fazendeiros e proprietários de tratores e implementos que sacrificavam os pequenos na contratação das horas/máquinas para arar e gradear a terra para o plantio de alimentos.

Este programa foi instituído a partir da aprovação da Lei Ordinária nº 839 de 26/03/1993, que autorizou o Poder Executivo a celebrar

Convênio e Contrato para implantação e efetivação do Programa de Mecanização agrícola e deu outras providências.

Foram adquiridos 06 tratores pelo município e cedidos em comodato às associações comunitárias que, juntamente com a EMATER-MG, gerenciavam todo o trabalho de mecanização no município: um trator foi adquirido com recursos da Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social (SETAS), um doado pela Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais, três adquiridos com recursos do próprio município e um, incentivado pelo município, foi adquirido pelo Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito do Divino Espírito Santo, através de financiamento, junto ao Fundo de Desenvolvimento Comunitário do Banco do Brasil, Agência de Alterosa.

Esse programa foi sendo ampliado anualmente e a cada ano ele atendia um número maior de pequenos produtores associados, ou seja, começou atendendo a 30 pequenos produtores nos anos de 1992/1993 e em 1996/1997 já atendia 360. O quadro abaixo mostra a evolução do número de produtores atendidos.

<b>MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA</b>				
<b>1992/1993</b>	<b>1993/1994</b>	<b>1994/1995</b>	<b>1995/1996</b>	<b>1996/1997</b>
30	60	166	257	360

**Quadro 15 – Evolução do Número de produtores assistidos**

O Programa Casa de Máquinas foi outra parceria que envolveu e integrou as Associações Comunitárias, CEMIG, EMATER-MG e a Prefeitura Municipal. Foram implantadas quatro unidades, atendendo as seguintes comunidades: Boa Vista, Cava, Cambuí e Palha Velha. O objetivo era o de montar estruturas para o beneficiamento da produção dos pequenos produtores. Para isso a Prefeitura executou as seguintes ações: doação de máquinas para beneficiamento de café e aquisição de material para a construção do galpão; a CEMIG fez a doação da linha tronco, do padrão e do transformador; as associações comunitárias forneceram em regime de mutirão a mão de obra para efetuar a construção, a aquisição dos secadores de café e a aquisição de parte dos materiais para a construção; a EMATER-MG

contribuiu na organização dos produtores, na articulação das entidades e no acompanhamento da implantação do projeto.

Já o Programa de Renovação e Revigoração da Cafeicultura Municipal que fornecia apoio à produção e distribuição de mudas de café para os cafeicultores do município foi outra iniciativa que fez avançar o desenvolvimento municipal. Neste Programa a Prefeitura participou com os insumos e as Associações Comunitárias com a mão de obra. No primeiro ano do programa a COOPARAÍSO também participou como parceira da iniciativa, doando sementes e saquinhos para a produção das mudas de café. O quadro abaixo ilustra a dimensão do programa.

<b>Ano</b>	<b>Mudas</b>	<b>Produtores atendidos</b>
1994/1995	1.050.000	173
1995/1996	500.000	94
1996/1997	400.000	90
<b>TOTAL</b>	<b>1.950.000</b>	<b>357</b>

**Quadro 16 – Produção de mudas e produtores atendidos**

Esse programa, criado em 1995 através da parceria que envolveu a prefeitura municipal, a EMATER/MG e as associações comunitárias rurais renovou e revigorou a lavoura cafeeira no município, ao propiciar a formação e a distribuição de quase dois milhões de mudas de café para os produtores rurais. Esta iniciativa representou um grande salto na produção cafeeira do município, como demonstra o quadro à frente e o depoimento dos usuários, praticamente dobrando a produção em 10 anos, tornando-se sinônimo de riqueza e desenvolvimento; melhorando as condições de vida dos produtores rurais, gerando milhares de empregos e contribuindo substancialmente para o seu processo emancipatório.

Para se ter uma ideia do que isto representou só nos primeiros anos é só olharmos e analisarmos os dados do IDH e a renda per capita dos anos 1990 e 2000. No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Alterosa cresceu 12,71%, passando de 0, 653 em 1991 para 0, 736 em 2000. Já a renda per capita média do município

creceu 77,08%, passando de R\$ 111,67(cento e onze reais e sessenta e sete centavos) em 1991 para R\$ 197,74(cento e noventa e sete reais e setenta e quatro centavos) em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50(setenta e cinco reais e cinquenta centavos), equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 51,57%, passando de 51,7% em 1991 para 25,1% em 2000.

<b>ANO</b>	<b>PRODUTIVIDADE EM SACAS<sup>2</sup></b>
1996	35.000
1997	27.600
1998	60.000
1999	50.000
2000	66.078
2001	48.568
2002	81.756
2003	61.350
2004	80.000
2005	70.000

**Quadro 17 – Evolução da produção cafeeira municipal**

O Programa de Distribuição de Calcário, Análise e Correção de Solos começou a estruturar-se com a assinatura do convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal, o Sindicato dos Produtores Rurais, a EMATER-MG e a Agrimig Calcário Agrícola, visando à construção de um Silo com capacidade para 150 toneladas de calcário que passou a ser disponibilizado aos produtores rurais do município.

<sup>2</sup> Dados obtidos no Serviço Integrado de Assistência Tributária e Fiscal (SIAT) de Alterosa, sendo que os anos de 1996 a 1999 foram informados com base em dados fornecidos pela EMATER – MG, escritório de Alterosa. Vale destacar ainda que estes dados são aproximados, visto que muitas outras unidades são autorizadas a emitir notas fiscais deste produto, impossibilitando um levantamento preciso da produção.

No ano de 1996/1997 foram comercializadas cerca de 1.700 toneladas, tendo sido facilitado o acesso ao corretivo agrícola a todos os pequenos agricultores, que puderam adquirí-lo a preços acessíveis.

Também foi assinado com a Universidade de Alfenas (UNIFENAS), convênio para realização de análise de solos que concedia 40% de desconto para os produtores rurais.

Visando fornecer uma opção de mercado para os produtores e também melhorar o abastecimento de hortifrutigranjeiros no município, foi implantada pela administração pública a Feira Livre que passou a ocorrer todas as manhãs de domingo na Praça da Rodoviária. No início ela contava com a participação de 15 feirantes, que possuíam uma área cultivada em torno de 15 hectares o que gerava uma produção em torno de 54 toneladas de hortaliças por ano.

O Programa de estradas Vicinais tinha como objetivo facilitar o acesso dos produtores e suas famílias à cidade e também o escoamento da produção agrícola. Foi executado para recuperar as estradas rurais do município, através dos seguintes procedimentos: alargamento, cascalhamento, eliminação de mata-burros e o fornecimento de arames para construção de corredores pelos produtores, totalizando 80 km de estradas rurais com estas melhorias, além do compromisso de que, anualmente, logo após o período chuvoso, seria executada a manutenção e a recuperação das estradas municipais.

Visando expandir a cultura da batata no município o poder público municipal passou a incentivar e apoiar a vinda de bataticultores e acabou atraindo plantadores dos municípios de Andradas, Caldas e Ipuiuna. A partir daí e em decorrência do clima, da topografia e da qualidade do solo, incrementou-se a produção de batatas no município de Alterosa. Foram implantados no município, dois entrepostos para beneficiamento da produção o que gerou centenas de empregos. Estima-se que na safra 96/97, foram beneficiadas 700.000 sacas nestes entrepostos, das quais 50% já produzidas no município.

Estes programas e projetos sobreviveram aos governos, às vezes com mais ou menos apoio, mas perduram até os dias atuais.

No ano 2003 a Prefeitura Municipal de Alterosa, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Alterosa (CMDRS), EMATER-MG, Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Associações dos Produtores Rurais dos Bairros Água Limpa, Palha Velha, Cambuí, Boa Vista, Cava, São Pedro e Cerrado, Conselhos de Desenvolvimento Comunitário das Comunidades de São Bartolomeu e Divino Espírito Santo e Associação dos Produtores de Leite do Bairro São Bartolomeu, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alterosa, Fundação Educacional para o Desenvolvimento Sustentável da Baixa Mogiana (FUNEDS), elaboraram o Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar no Município de Alterosa.

Logo de início foi realizada uma leitura coletiva da situação da agricultura no Município de Alterosa e, naquele momento, chegou-se à conclusão de que, embora ela fosse a principal atividade econômica, se apresentava pouco diversificada, com produtividade mediana e com produtos sem qualidade para competir nos mercados, devido à falta de estruturas de processamento; além disso, observou-se a baixa integração entre os bairros do município; o destaque na produção de café, milho, batata, arroz, feijão e leite; um pequeno cultivo de hortaliças e frutas; um rebanho pouco expressivo de bovinos de corte e que a produção artesanal, a partir de matérias primas típicas da região, estava em fase de crescimento, porém, enfrentando dificuldades, por falta de local específico para a comercialização.

Foi concluído ainda que a agricultura familiar exercia um papel preponderante naquele momento, ou seja, era responsável por 90% da produção agrícola do município, resultado de uma reforma agrária natural e naquele ano havia aumentado o número de agricultores familiares com acesso ao crédito do PRONAF, o que levaria a um aumento significativo da produção agrícola no município.

Naquela ocasião o município havia designado uma comissão municipal para trabalhar em parceria com a EMATER-MG e o Banco do Brasil, para elaborar e aprovar, dentro dos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e aptidão dos agricultores, o maior número possível de projetos.

A equipe e os membros do CMDRS destacaram ainda as alternativas de sustentabilidade desenvolvidas nos últimos anos, fazendo com que a agricultura familiar passasse por grandes transformações, principalmente o trabalho associativista iniciado em 1993, através das seguintes atividades: programa de mecanização agrícola, que facilitou o acesso dos agricultores ao uso de máquinas agrícolas, no desenvolvimento de suas atividades; o programa casa de máquinas que disponibilizou máquinas para o benefício do café; o programa fundão agrícola que fornece sementes e fertilizantes para o plantio de milho em 170 ha; o programa de granelização de leite que incentiva o resfriamento de leite com o objetivo de melhorar a qualidade e aumentar os preços recebidos pelo produtor; o programa de aquisição conjunta de fertilizantes que organizou os agricultores para compras conjuntas, com o objetivo de reduzir os preços. Percebemos que a grande participação das entidades e de seus representantes são demonstrações de que o município estava, de forma coletiva, procurando o caminho do desenvolvimento rural sustentável, ou seja, fortalecer a agricultura familiar e conservar os recursos naturais o que ficou evidente nas ações de infraestrutura propostas pelos participantes.

Além das discussões foram sugeridas ações para superar entraves ao desenvolvimento no Município, alegando que o município possuía uma característica privilegiada e, ao mesmo tempo, desfavorável. Favorável porque possuía terras, na sua maior parte, propícias para a mecanização e, desfavorável, por causa da baixa fertilidade natural dos solos, além da falta de estruturas de beneficiamento e comercialização da produção dos pequenos produtores, que acabavam reféns dos atravessadores, deixando, por falta de oportunidades, os agricultores familiares excluídos dos mercados a cada dia mais exigentes e competitivos.

Diante dessa realidade, refletiram e indicaram ações para que os produtos da agricultura familiar pudessem ser inseridos nos mercados, mas acima de tudo, para que todos tomassem consciência das tendências de mercados, pois, quanto maior a qualidade e a constância dos produtos, maiores valores seriam agregados, possibilitando mais renda e gerando novos mecanismos de inserção dos produtos nos mercados.

Ficou claro nas discussões que estavam conscientes de que para atingir o mercado e permanecer nele era necessário o investimento em infraestrutura que, além de sanar as necessidades da agricultura familiar, evitaria o desestímulo para com a atividade e ainda fixaria o agricultor e sua família em suas propriedades com condições dignas de vida.

Com este olhar, foram apontados entraves históricos que dificultavam o processo de desenvolvimento sustentável, tais como: localização desfavorável, baixa fertilidade do solo, comercialização num mercado monopolizado, grande rede de atravessadores com perda significativa da produção, ausência de legislação para processamento da produção artesanal (agregação valor), necessidade de capacitação dos agricultores e de formação de agentes de desenvolvimento, dificuldade de aquisição de corretivos e condicionadores de solo, como calcário e gesso agrícola e a falta de maquinário para a conservação das estradas rurais e terraplanagem de terreiros de secagem de café e cereais.

Nesta perspectiva foram apontadas as ações de infraestrutura necessárias para o desenvolvimento do município, destacando a necessidade de dar continuidade aos programas e projetos em andamento, procurando ampliá-los e modernizá-los.

Neste sentido, compreendemos que as ações de infraestrutura necessárias para o desenvolvimento não podem se restringir às intervenções pontuais, mas planejar ações concretas que possam efetivar os projetos sustentáveis almejados pelo coletivo.

Pensamos que o fortalecimento e a valorização da agricultura familiar, na lógica do desenvolvimento sustentável, devem suggestionar a adoção de instrumentos de integração social que sejam eficazes na reversão do processo de desagregação do meio rural imposto pelo neoliberalismo e pelo fenômeno da globalização nas últimas décadas.

Destarte, o enfrentamento e a superação desses “monstros sagrados” só se darão na medida em que formos capazes de articular o desenvolvimento sustentável e a plena cidadania no campo.

No entanto, “[...] a história nos mostra que a cidadania não é algo dado, mas uma condição a ser progressivamente conquistada. Não é

algo pronto, acabado, mas está em construção permanente” (PEDRINI, 2007, p. 23).

Neste viés, devemos compreender o exercício da cidadania na sua dimensão social, política e civil. A sua construção deve ser pautada no reconhecimento e na efetivação dos direitos e garantias individuais, no direito à participação política e, sobretudo no direito de ter acesso à educação, saúde, previdência, transporte, crédito e serviços de infraestrutura para si e para sua família.

Expostas estas considerações, acreditamos que as iniciativas propostas por aquele coletivo, visando potencializar a geração de trabalho e renda e a implementação das unidades produtivas em cada associação de bairro, bem como a capacitação dos associados e dos agentes públicos na efetivação das políticas públicas, constituir-se-ão em alicerces sólidos que propiciarão o desenvolvimento sustentável.

Para isso, não bastam apenas investimentos financeiros na produção agrícola e as mudanças macroeconômicas do País. A concentração do mercado, a falta de estruturas de processamento, armazenagem, comercialização e a precariedade das estradas rurais utilizadas no escoamento da produção são fortes limitações à ampliação das atividades de trabalho e renda no campo.

É preciso construir novos processos de organização da produção e dinamizar as relações econômicas entre os produtores, criar e organizar redes solidárias dentro de cada cadeia produtiva. As instituições financeiras precisam se adequar ao novo modelo de desenvolvimento e à realidade da produção familiar contribuindo na qualificação dos produtores e auxiliando-os na busca de canais diretos de comercialização. Assim, dentro de uma abordagem sistêmica, todos sairiam ganhando. Erram as instituições financeiras que procuram estrangular seus clientes; deveriam tratá-los como parceiros, criando estratégias motivadoras e que pudessem representar a continuidade e a permanência da produção agrícola.

É com este intuito que defendemos a necessidade de disseminar nos municípios as agroindústrias comunitárias que, de forma descentralizada, são capazes de garantir o abastecimento local e regional,

economizando no transporte e barateando os produtos para os consumidores finais.

Percebemos que foi com esse olhar de futuro que se deu a elaboração coletiva do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Município de Alterosa. É perceptível que os envolvidos esperavam contar com o apoio do poder público em todas as esferas governamentais, para que pudessem realizar um conjunto de ações voltadas à implantação de uma agroindústria em cada associação de bairro, para beneficiar a produção local dos agricultores familiares, bem como, a melhoria das estradas rurais, a modernização e ampliação da patrulha agrícola, para atender e incentivar o plantio direto e a implantação de um programa de distribuição de calcário aos agricultores familiares para melhorar a fertilidade do solo.

As ações de infraestrutura discutidas e incorporadas no Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Município de Alterosa visavam resolver os entraves à organização regional de comercialização e a agregação de valor aos produtos em nível municipal, ambas consideradas obstáculos e pontos de estrangulamento do desenvolvimento sustentável local.

Vale recordar que o esforço para a organização da produção da agricultura familiar vinha sendo trabalhada desde 1993. Neste sentido vários esforços e parcerias, visando a capacitação e a implantação de projetos pilotos, já haviam sido iniciados pela Prefeitura, EMATER-MG, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Associações de Produtores e Conselhos Comunitários, Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (MESA).

Para os anos de 2003/2004 foram estabelecidas algumas ações de infraestrutura para alavancar e aprimorar o desenvolvimento municipal, tais como: construção de uma central de comercialização visualizando tornar-se um embrião da rede de comercialização da economia solidária; aquisição de equipamentos de escritório, informática e equipamentos auxiliares de comercialização e a construção de agroindústrias

comunitárias com equipamentos específicos, para transformação da matéria prima das cadeias produtivas do café, milho, feijão, arroz e leite, visando agregar valor a esses produtos.

Desde 1993, antes mesmo da criação das Associações Comunitárias, a comercialização dos produtos agrícolas no município foi identificada como um dos pontos emblemáticos do desenvolvimento sustentável do município, pois os principais produtos produzidos pela agricultura familiar, café e milho, têm uma inserção precária nos mercados, dependendo basicamente dos atravessadores e da sazonalidade deste mercado. Existem ainda outros produtos que são produzidos em pequena quantidade e também não conta com uma estrutura municipal de transporte, armazenamento, distribuição e comercialização.

Através da parceria entre Prefeitura, EMATER-MG, Associações de Produtores e Conselhos Comunitários foi criada a Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Alterosa Ltda. (COOPERALTE), uma experiência de comercialização do café que acabou resolvendo, parcial e temporariamente, os problemas da intermediação só que em 2002, mesmo com uma subvenção econômica do município, autorizada pela Lei Ordinária nº 1321 de 21/02/2002, não suportou a forte pressão do mercado e dos grandes atravessadores e acabou encerrando suas atividades.

Por outro lado, estavam conscientes da oportunidade que perdiam por não comercializarem os produtos da agricultura familiar com o PROGRAMA FOME ZERO, e com os turistas que frequentavam o Lago de Furnas e com a população local que encontrava uma oferta muito pequena dos produtos da agricultura familiar no município.

Com muita expectativa propuseram para 2003/2004 uma ação de investimento em infraestrutura no valor de R\$ 170.000 (cento e setenta mil reais) para a construção e instalação de uma Central de Distribuição e Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar o que acabou não se concretizando. A ideia era excelente, mas não conseguiu os recursos necessários junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário. A previsão era de que seria construído um galpão de 300 m<sup>2</sup>, às margens da Rodovia MG 184, que liga Alterosa às demais cidades do Sul sudoeste Mineiro, onde seria

recebida, armazenada temporariamente e comercializada a produção municipal de: Café torrado moído e empacotado, derivados do milho; feijão e arroz beneficiado e empacotado; leite e derivados; produtos industrializados pelas agroindústrias, artesanato; plantas medicinais e venda de produtos de apoio, como embalagens e etiquetas. O galpão abrigaria um ponto de venda direta ao consumidor e outro aos varejistas.

Para apoiar logisticamente a distribuição dos produtos da agricultura familiar foi proposta a aquisição de 01(um) carro utilitário pequeno para o gerenciamento da Central e para coleta de pequenas cargas. No local seriam colocados os equipamentos básicos para o funcionamento da Central, tais como câmara fria, exaustores, prateleiras, computador, balanças, etc.

No tema da agregação de valor, foi levantado o potencial para a implantação de agroindústrias comunitárias nas 09 associações de pequenos produtores rurais. Foi analisada a comercialização coletiva dos produtos, inicialmente em feiras e eventos. Logo se mostrou que estes espaços surgem apenas nos finais de semana e não proporcionam aos agricultores uma demanda constante.

Dessa forma, foi sinalizada a pretensão de iniciar uma ampla parceria, envolvendo a Prefeitura Municipal de Alterosa, EMATER-MG, IMA, IEF, Associações dos Produtores Rurais dos Bairros Água Limpa, Palha Velha, Cambuí, Boa Vista, Cava, São Pedro e Cerrado, Conselhos de Desenvolvimento Comunitário das Comunidades de São Bartolomeu e Divino Espírito Santo e Associação dos Produtores de Leite do Bairro São Bartolomeu. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Alterosa, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alterosa, Fundação Educacional para o Desenvolvimento Sustentável da Baixa Mogiana (FUNEDS), para dar apoio e respaldo à comercialização dos produtos industrializados pela agricultura familiar do município de Alterosa.

Esta parceria compreenderia ações de organização e melhoria da produção nas comunidades participantes, ações de Vigilância Sanitária, para elevar a qualidade dos produtos e obter os laudos necessários para a comercialização, com apoio do Instituto Mineiro de Agropecuária(IMA), para que pudesse ser construída uma estrutura apropriada de comercialização,

capaz de chamar a atenção dos compradores dos produtos da agricultura familiar.

Foram identificadas várias oportunidades para agroindústrias comunitárias nas associações que fazem parte do programa e que demandavam estas ações para agregar valor à produção da agricultura familiar dos bairros e do Município.

Para a construção das 09(nove) agroindústrias comunitárias foi pleiteado à Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA o valor R\$ 250.000,00(duzentos e cinquenta mil reais) que se somaria a uma contrapartida municipal de R\$ 26.000,00(vinte e seis mil reais). No entanto, a solicitação não foi atendida.

A definição das agroindústrias levaram em consideração a vocação agrícola de cada bairro, sendo aprovada a construção de uma agroindústria de leite no bairro São Bartolomeu; a construção de 02(duas) torrefações de café nos Bairros Água limpa e Cava; a construção de 02(duas) agroindústrias de leite no bairro Palha Velha e no distrito Divino Espírito Santo; a construção de uma agroindústria de milho no Bairro Cambuí; a construção de uma Unidade de Beneficiamento, Classificação, Padronização, Processamento e Empacotamento de Arroz para o Bairro São Bartolomeu; a construção de uma unidade de beneficiamento, classificação, padronização, processamento e empacotamento de feijão para Bairro Boa Vista.

Outras definições importantes foram: a Construção de Unidade de Distribuição de Corretivo e Condicionador do Solo; a aquisição de um caminhão truck para transporte de calcário, gesso e fertilizantes; a aquisição de motoniveladora (patrol); a aquisição de 01 (um) trator 4X4 com equipamentos; a aquisição de 01 (um) veículo utilitário modelo pick up.

E, para coroar o plano, foi definido um Programa de Custeio: capacitação e serviços para ajudar a viabilizar o Projeto Municipal e as ações de infraestrutura previstas, Para isso foi proposto um programa de capacitação e de serviços auxiliares visando fortalecer a capacidade de gestão dos agricultores familiares, lideranças e técnicos envolvidos no Projeto Municipal. Concluíram a necessidade de uma ação enérgica para a mobilização dos agricultores familiares para a animação do projeto de

desenvolvimento sustentável e para capacitar e fortalecer os atores envolvidos no processo de gestão do processo.

Adicionalmente, foram previstas ações de capacitação para a mudança do paradigma de produção no modelo da revolução verde, iniciando a transição regional da agricultura familiar para a agroecologia.

Foram previstas 04 ações de capacitação e serviços: primeiro a mobilização e capacitação de agricultores familiares, lideranças e técnicos para o processo de desenvolvimento municipal; segundo o apoio à Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar; terceiro, agregação de valor aos Produtos da Agricultura Familiar do município de Alterosa e quarto, mudança dos conceitos de produção nas cadeias produtivas do café, milho, arroz, feijão e leite.

Foi pensada ainda uma proposta de acompanhamento e avaliação, visando atingir, ao longo do tempo, dimensões fundamentais que permitissem o aumento da capacidade produtiva individual e coletiva, porém, sobre bases sustentáveis e solidárias.

Sabemos que o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil nos anos 80 e 90, pautado nos princípios neoliberais, provocaram forte exclusão social e degradação ambiental. Esse modelo acabou congregando sindicatos, intelectuais e organismos não-governamentais que acabaram promovendo um conjunto de iniciativas pautadas na busca pela sustentabilidade. A amplitude do termo e a diversidade de práticas incorporadas ao termo dificultam a compreensão do que realmente venha a ser o desenvolvimento sustentável.

Nos anos 90 esse debate ganhou espaço e solidez, pois, desde o pós-guerra, a ideia de desenvolvimento esteve associada a crescimento econômico. Nos anos 70, essa concepção começou a perder espaço, ao se constatar que o crescimento econômico se fez acompanhar de um nível de concentração de renda jamais visto ao longo da história, agudizando os índices de miserabilidade e elevando os índices de pobreza.

Assim, gradativamente, muito embora apenas no aspecto teórico, a ideia de desenvolvimento acabou incorporando algumas questões sociais como o desemprego, o analfabetismo, a violência e a falta de políticas

públicas voltadas para o atendimento das necessidades básicas do cidadão. Nesse momento foi percebido que a questão ambiental, na perspectiva de progresso, também estava comprometida e, quase que num jogo de cena, foi cunhado o termo desenvolvimento sustentável, para definir que a questão ambiental e o conjunto das questões sociais deveriam caminhar juntos na perspectiva de se promover o desenvolvimento do país e dos nossos municípios. Vale destacar que este binômio começou a clarear com a Conferência Rio-92, e a partir de então, passou lentamente a ser incorporada nas políticas públicas e sociais, ganhando destaque na agenda e tornando-se um ideal a ser perseguido.

Neste sentido, percebemos que a participação da EMATER-MG, do IMA e do IEF na elaboração do Plano de Desenvolvimento foi decisiva, para destacar a necessidade de que todas as ações deveriam ser alicerçadas na busca da sustentabilidade, tais como, o equilíbrio dos aspectos ambientais, econômicos e sociais, como garantia da permanência dos recursos humanos e ambientais, bem como, o respeito às diferenças de gênero, raça e geração, sem os quais não teríamos a participação e o comprometimento de todos, além das ambicionadas geração de renda e conquista da cidadania, categorias fundantes na obtenção da sobrevivência e da dignidade humana.

Embora de forma simples e até ingênua, detectamos o descontentamento dos participantes com o modelo de gestão das atividades produtivas e das relações econômicas existentes proposto em princípio. Percebemos que não bastam grandes investimentos sem que os usuários sejam de fato consultados e envolvidos. Assim, concluímos que, para se construir um novo modelo de gestão, quer seja do trabalho, do financiamento, da produção e da comercialização devemos levar em conta os pressupostos da economia solidária.

Acreditamos que estes pressupostos foram contemplados na arquitetura das ações e programas indicados pelo coletivo que elaborou e aprovou o Plano de Desenvolvimento. Assim, pois, definiu-se:

Serão beneficiárias diretas as famílias dos agricultores familiares residentes nos bairros que fazem parte das 09 associações de produtores rurais do município.

Os resultados pretendidos com o Projeto passavam pelo reconhecimento da viabilidade da agricultura familiar em suas diferentes dimensões (econômica, social, cultural e política) e pelas atividades propostas nos programas de comercialização e Agroindústria o que ampliaria o acesso das famílias dos agricultores familiares aos direitos sociais e econômicos.

A eficiência e a eficácia na gestão dos recursos de infraestrutura do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar no Município de Alterosa seria exitosa na medida em que os instrumentos de planejamento, avaliação e acompanhamento das ações existissem e fossem capazes de detectar os avanços, os limites, e propor, a tempo e a modo, as correções necessárias.

Para sua viabilidade foram propostas diferentes etapas de coordenação e acompanhamento do projeto, sendo que a coordenação geral ficou sob responsabilidade do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), da EMATER-MG e da Secretaria Municipal de Agricultura.

Estabeleceu-se que cada programa teria seu coordenador e que seria formada uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação composta de 04 ou 05 participantes, incluindo os coordenadores das ações propostas pelas entidades parceiras. Estas comissões se reuniriam periodicamente, conforme o cronograma que seria elaborado.

Seria formada também a Comissão de Gestão, constituída pelos coordenadores e comissões dos programas e de representantes das entidades parceiras para dar o respaldo político e técnico ao processo.

Foi ressaltado ainda que o projeto deveria contribuir para a criação de um capital social, capaz de programar e consolidar os princípios da sustentabilidade, fortalecendo e qualificando as organizações sociais.

O montante de investimento ficaria em torno de R\$ 1.087.000,00 (um milhão e oitenta e sete mil reais), sendo R\$ 1.058.000,00 (um milhão e cinquenta e oito mil) do Governo Federal e R\$ 29.000,00 (vinte e

nove mil) de contrapartida municipal. O projeto foi protocolado no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), em Belo Horizonte, em 29 de outubro de 2003 e dali seria encaminhado para a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). A partir de então, a informação que sempre davam ao município era a de que estava tramitando e este nunca teve uma resposta contundente e satisfatória. Teria ele realmente tramitado? Sem resposta, não podemos dizer que ele tenha sido aprovado ou rejeitado; a verdade é que acabou frustrando todo o coletivo que se debruçou sobre a elaboração do projeto.

Mesmo contando com inúmeras dificuldades financeiras o governo municipal, comprometido com o projeto, acabou fragmentando-o e algumas das ações nele previstas foram realizadas isoladamente.

Para recuperar as estradas municipais e garantir condições mínimas de transitabilidade e escoamento da produção, foi adquirida, com recursos próprios, uma Motoniveladora usada no valor de R\$ 100.000,00(cem mil reais); uma patrula genérica, acoplada ao trator 4X4, com implementos no valor de R\$ 154.500,00(cento e cinquenta e quatro mil e quinhentos reais), obtidos em convênio, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); 3(três) unidades de resfriamento de leite, sendo uma, a do Bairro São Bartolomeu adquirida com recursos dos próprios associados; a segunda, do Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Divino Espírito Santo Distrito cedida pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento e Ensino de Machado (FADEMA) avaliado em R\$ 20.000,00(vinte mil reais) e a terceira, da Associação dos Produtores Rurais do Bairro Palha Velha, adquirida com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), liberados através de Convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Neste mesmo convênio, firmado no valor total de R\$ 81.114,00 (oitenta e um mil, cento e quatorze reais) foram adquiridos os equipamentos da unidade de pasteurização de leite, implantada no Distrito Industrial de Alterosa, em parceria com o Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de São Bartolomeu. A construção do prédio foi realizada em parceria, tendo o município doado o terreno e investido aproximadamente R\$ 30.000,00 (trinta

mil reais) e o conselho responsabilizando-se pelos muros, pisos, portões e o padrão de luz, um investimento de aproximadamente R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Aderindo ao programa do Governo Estadual, Fundo Máquinas para o Desenvolvimento (FUNDOMAQ), autorizado pelas leis ordinárias números 1427/2005, 1438/2005 e 1445/2006, o município adquiriu em financiamento uma retroescavadeira e um caminhão basculante no valor de R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais), sendo que as 12 últimas parcelas vincendas foram anistiadas pelo Estado, visto que a operação vinha sendo questionada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda (MF), pelo fato de a transação ter se configurado um arrendamento mercantil entre Estado e municípios, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Pelas leis municipais aprovadas pela Câmara de Vereadores o município foi autorizado a permitir que o Estado de Minas Gerais retivesse mensalmente, conforme disposições do convênio, parcelas das quotas partes de recursos que devia ao Município, relativos ao repasse obrigatório de receitas tributárias.

Embora de forma isolada, observamos que uma parte do projeto acabou se concretizando até o ano de 2005, sendo que, do montante planejado foram executados em valores financeiros R\$ 719.614,00 (setecentos e dezenove mil, seiscentos e quatorze reais), ou seja, uma concretização de 66,2% do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar no Município de Alterosa.

Estas ações discutidas, articuladas e implementadas a partir do poder local, impactaram positivamente a economia do município.

Se analisarmos, por exemplo, a agroindústria do leite, antes da implantação dos tanques de resfriamento, os pequenos produtores que, de forma isolada em suas propriedades, comercializavam o litro do leite a R\$ 0,23 (vinte e três centavos) passaram a comercializá-lo a R\$ 0,56 (cinquenta e seis centavos) e com a implantação da unidade de pasteurização a R\$ 1,00 (um real). Como podemos perceber, na primeira iniciativa já havia um ganho de 143,5%, e na segunda, um ganho de aproximadamente 335%. Isso é agregar valor ao produto, gerar emprego e renda, enfrentar e superar a lógica

neoliberal. Unir os pequenos, levar até eles a tecnologia, eliminar os lucros abusivos dos atravessadores, promovendo a emancipação econômica e social dos pequenos produtores da agricultura familiar.

A partir do ano 2003, na conjuntura dos Programas “Fome Zero” do Governo Federal e do “Minas sem Fome” do Governo Estadual, o município, através das Secretarias de Assistência Social, Agricultura e EMATER elaboraram projetos visando atender os agricultores da agricultura familiar, distribuindo mudas de árvores frutíferas e pintainhas que se transformariam em galinhas poedeiras. Acreditavam que, com esses projetos, trariam melhores condições de vida, alimentação e geração de renda para os pequenos produtores, o que de fato foi representativo para aqueles que o levaram a sério: produção de ovos e carne e frutos para enriquecer a alimentação das famílias. Detectamos um procedimento dos técnicos que chamou a atenção nestes projetos, por ocasião da entrega das mudas, da ração e das pintainhas. As mudas e a ração foram entregues aos homens e as pintainhas às mulheres, pois, segundo informações obtidas, havia certo receio de que os homens venderiam as futuras botadeiras no caminho de casa, enquanto que nas mãos das mulheres, haveria maior cuidado, zelo e a garantia de que o programa atingiria os seus objetivos.

Para que os produtores rurais não fossem apenas recebedores dos benefícios da Prefeitura e das demais entidades, mas que pudessem participar, de fato, de todo o processo, foi desenvolvido pela Prefeitura e pela EMATER-MG um trabalho de organização e formação associativista desses usuários.

Foram criadas e existem até hoje em funcionamento nove associações comunitárias de produtores rurais. Estas associações, contempladas com os projetos Casa de Máquinas, mecanização agrícola, equipamentos e implementos vêm contribuindo até os dias atuais com um significativo aumento da produção e da produtividade e, conseqüentemente, melhorado a qualidade de vida do homem do campo.

Coroando estas iniciativas, foi fundada em 19 de setembro de 1993 e entrou em funcionamento em 1994 a Cooperativa de Crédito Rural de

Alterosa LTDA (SICOOB<sup>3</sup> COOPEROSA), um banco dos próprios produtores que passou a garantir-lhes maiores vantagens na obtenção de créditos para investimentos e custeios da produção. Com juros mais baixos, créditos facilitados e fidelização dos associados não pararam de crescer até os dias atuais.

O produtor rural, após anos e anos vendo frustrado o seu sonho de conseguir recursos na rede de bancos oficiais, e também naqueles particulares, para custear e sustentar seus projetos agropecuários, viu então no cooperativismo a saída, ou meio, de concretizar seus sonhos. Daí, como o cooperativismo estava sendo muito difundido, despertou-se na mente de algumas lideranças a necessidade de se criar uma cooperativa de crédito rural que viesse dar suporte a todos esses anseios. O poder executivo municipal apoiou a ideia e incentivou com realce, dando o respaldo necessário. Algumas associações de bairros rurais, que já vinham desenvolvendo um belo trabalho de conscientização com seus associados e produtores rurais em geral, também apoiaram, pactuando do pensamento de que era a única alternativa capaz de suavizar a angústia pela qual passavam na ocasião. Após algumas reuniões, visitas a cooperativas de crédito já existentes na região, foi dado o passo mais importante para a sua constituição: com significativa participação em assembléia de constituição, quando 76 (setenta e seis) produtores rurais se uniram em torno da ideia inicial e decidiram pela fundação da COOPEROSA, em 19/09/1993(CARDOSO, 2007, p. 32-33).

Fundada por 76 produtores, iniciou seus trabalhos com um capital de Cr\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil cruzeiros), sendo Cr\$ 3.800.000,00(três milhões e oitocentos mil cruzeiros) dos produtores e Cr\$ 1.000.000,00(um milhão de cruzeiros) de subvenção do poder público, autorizado pela Lei Ordinária 887 de 22 de outubro de 1993 para o exercício financeiro de 1994. Foi declarada de utilidade pública pela Lei 914 de 04 de março de 1994. Pela Lei Ordinária 966 de 28 de outubro de 1994 o poder público foi autorizado a repassar mais uma subvenção no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros reais). A instituição iniciou seus trabalhos, utilizando um cômodo público na parte inferior do prédio municipal (antigo clube) que passou a pertencer à Câmara Municipal em 1997, local onde em 2005 funcionava o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA). Logo em seguida, o gestor público da época disponibilizou cômodo comercial próprio, isento de aluguel por 6 meses para o funcionamento adequado da entidade.

---

<sup>3</sup> Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

Em 2005 era o único estabelecimento bancário que possuía prédio próprio e empregava mão de obra genuinamente local e já possuía um patrimônio líquido de R\$ 1.000.619,14 (um milhão, seiscentos e dezenove reais e quatorze centavos).

A grande vantagem do cooperativismo de crédito rural está no fato de as cooperativas serem livres do depósito compulsório que é manipulado pelo governo (no Brasil já chegou a 65%); por emprestar até 100 % dos seus recursos aos produtores rurais associados a uma taxa de seis por cento ao ano e mais os recursos de repasse, por exemplo, o FUNCAFÉ<sup>4</sup> e, ao contrário dos demais bancos que recolhem os lucros em suas matrizes, no cooperativismo de crédito local os lucros são reinvestidos na totalidade na própria cidade.

A prova do seu crescimento, de sua sustentabilidade e do seu significado para o município, enquanto política social e econômica, está no fato de que, quando iniciou seus trabalhos em 1994, possuía apenas quatro funcionários (gerente, contador, caixa e atendente) e em 2005 já possuía oito funcionários e 588 produtores associados.

Fato é que em um de seus boletins informativos anuais a diretoria inspirada na frase “Se ao escolher navegar nos mares do sistema bancário, construa seu banco como construiria seu barco: sólido para enfrentar, com segurança, qualquer tempestade” do banqueiro Jacob Safra, dirigiu-se aos seus associados nos seguintes termos:

Calcado no espírito contido nesta frase, é que a Diretoria Executiva, bem como do Conselho de Administração do SICCOB COOPEROSA, tem se empenhado arduamente para navegar com segurança os mares turbulentos, pelos quais navegam o Sistema Financeiro Nacional. A crise a qual temos presenciado com "Gigantescos Bancos", não nos afetou e nem nos afetará, enquanto perseguirmos cada vez mais a honestidade, igualdade e transparência de nossos atos, no trato com os recursos a nós confiados. Por tudo isto é que temos afirmado que aqueles sustos e inseguranças pelos quais passaram grandes instituições financeiras, não passaram de uma simples "marolinha", não nos afetaram em momento algum. Nossa COOPEROSA manteve-se cada vez mais sólida. Além de continuarmos buscando linhas de créditos mais diversificadas, pudemos reduzir nossas taxas de juros consideravelmente, bem abaixo dos nossos concorrentes, mantendo o mesmo ideal de fomentar a economia local e reinvestir seus lucros em Alterosa,

---

<sup>4</sup> Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

tornando-a cada vez mais atrativa. Buscamos também mais parcerias, para apresentar ao nosso associado, mais conforto e opções em suas demandas de qualidade (EDITORIAL, 2010, p. 1).

Na agricultura familiar e comunitária encontramos dois programas iniciados em 1993 e que sobreviveram ao tempo e às gestões, tendo sido reformulados e ampliados a partir de 2001, pelas Secretarias de Assistência Social, Agricultura e com apoio da EMATER-MG, visando dar-lhes sustentabilidade.

O Programa de Produção de Hortaliças iniciou-se com a construção de 550 m<sup>2</sup> de estufas e 5.000 m<sup>2</sup> de Horta Municipal, visando à produção de verduras e legumes, para distribuição às escolas urbanas, tanto as municipais como as estaduais, as Creches, a Santa Casa, a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), o Centro Espírita e o Almoxarifado Municipal, onde eram disponibilizadas verduras e legumes aos funcionários públicos interessados.

O Programa de Produção de Alimentos por famílias “carentes” foi criado, visando substituir o atendimento paternalista e clientelista das cestas básicas e começou como uma iniciativa, dentro do programa "Cidadania/Combate à Fome e à Miséria", incentivado pelo sociólogo Herbert de Souza em todo o território nacional. A Prefeitura Municipal arrendou 32 hectares e os colocou à disposição de 63 famílias carentes. Logo na primeira safra (1994/1995), a produção chegou a 8 toneladas de feijão e na segunda safra (1995/1996), a 82,5 toneladas de arroz.

Neste programa a Prefeitura realizava o preparo do solo e o plantio, fornecendo todos os insumos necessários às culturas e as famílias recebiam orientações técnicas prestadas pela EMATER-MG. As famílias cuidavam das lavouras, faziam a colheita e, ao final, tinham direito a 60% da produção, sendo que os outros 40% eram vendidos e os recursos obtidos eram utilizados na aquisição dos insumos da próxima safra, garantindo assim, a continuidade ao Programa.

No ano de 2004, a Revista Gente Muito Importante, trouxe uma matéria intitulada “Alterosa, cidade modelo para o sul de Minas”, destacando vários projetos e programas implantados no município, desde o ano de 2001.

Quanto ao Programa de Agricultura Familiar se referiu nos termos: “Projeto Agrovida ultrapassa as fronteiras alterosenses”.

O Agrovida, um programa social de agricultura familiar que tinha por objetivo atender às famílias de baixa renda do município de Alterosa, principalmente àquelas que tinham ou tiveram ligação com o campo. Foi uma parceria das Secretarias Municipais de Assistência Social, Agricultura e EMATER – MG e que, por ocasião de duas safras, contou com o apoio da Fertilizante Brasileiro S/A (FERTIBRÁS) e da Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRÁS), a primeira, doando uma tonelada de adubo, e a outra, repassando recursos da ordem de R\$ 30.000,00(trinta mil reais) para aquisição de adubo, defensivos e fertilizantes.

Neste projeto, a Prefeitura arrendava, arava, adubava e plantava o arroz ou feijão e as 120 famílias participantes do projeto faziam a capina e a colheita. Da produção final, 15% era entregue ao proprietário como forma de pagamento pelas terras arrendadas, 45% era distribuído entre as famílias, e 40% era aplicado em um fundo e reinvestido no custeio da safra seguinte.

Pelo que percebemos, o reconhecimento do Agrovida ultrapassou as fronteiras alterosenses, pelos registros e publicações que encontramos. Era visitado frequentemente por outros municípios e entidades e acabou sendo adotado por outras cidades não só em Minas, mas em diversas regiões do Brasil e considerado uma alternativa na incrementação do Programa Fome Zero do Governo Federal e sua coroação veio com Prêmio Assis Chateaubriand em 2005.

No mesmo ano de 2004, a jornalista Fernanda Vasquez (2004, p. 28-29) da Revista da EMATER-MG, trouxe uma matéria escrita pela sobre Alterosa intitulada: “Renda, emprego e inclusão social são as metas do Agrovida.”

A matéria destacava que Alterosa, um município do Sul de Minas, vinha, desde 1993, sendo exemplo no Estado com investimentos em políticas públicas, na área de segurança alimentar por meio do programa Agrovida. Afirmava a jornalista que a ação havia ganhado força no ano de 2003, com a implantação do “Fome Zero”. O programa, depois de passar por

algumas dificuldades, ganhou vigor no ano de 2001, e suas ações, para promover a segurança alimentar, a geração de emprego e renda, a ocupação do campo e o resgate da cidadania das famílias, destacaram o município.

Percebemos que parceria celebrada entre EMATER-MG, Prefeitura Municipal, Secretaria de Assistência Social, Associação de Bairros, Petrobrás, Heringer e famílias em risco alimentar foi fundamental para o sucesso do programa, de acordo com um dos técnicos da EMATER-MG, que ficava responsável pela assistência técnica e coordenação dos trabalhos, como preparo do solo, plantio e colheita. "Além disso, nós ajudamos na organização das famílias e na divisão dos lotes de terra", acrescentou Jeovane (apud VASQUES, 2004, p.28).

Naquele momento, a área total destinada ao programa era de 65 hectares, divididos em 0,5 hectares para cada família. Nessa área eram cultivados arroz e feijão, e a produção era partilhada: 15% se destinam ao proprietário da área; 40% para a Prefeitura, e 45% para as famílias participantes.

A Prefeitura arrendava a área e ficava responsável pelos subsídios para compra de sementes e insumos, bem como os gastos com o preparo do solo. As associações de bairros, por sua vez, fornecem as máquinas, os implementos, a manutenção e a mão de obra de tratoristas. Com a parceria, os custos dos serviços prestados pelas associações ficavam abaixo do preço de mercado, algo em torno de 60% mais barato, explicava o técnico.

O técnico Jeovane (apud VASQUES, 2004, p. 28) apontava, na ocasião, que o principal desafio eram as dificuldades burocráticas na compra dos insumos necessários para a lavoura: "Como a compra é feita pela Prefeitura e o processo normal e legal se dá por licitação, há atrasos na aquisição dos insumos, prejudicando a plantação." Ele chegou a sugerir a criação de uma associação para minimizar a demora nesse processo. Segundo o técnico, com uma associação dos participantes do Agrovida "[...] 'as áreas produziram bem mais e o programa se tornaria auto-sustentável ao longo do tempo'." As demoras na aquisição dos insumos muitas vezes comprometiam os resultados da lavoura.

Outro desafio apontado era fazer com que o programa criasse condições de permanência das famílias no meio rural: "Algumas famílias estão desestimuladas, porque não têm a posse da terra para trabalhar", afirmava Jeovane (apud VASQUES, 2004, p. 28). Para Jeovane (apud VASQUES, 2004, p. 28), uma forma de estímulo seria a compra e a doação de uma área por parte da Prefeitura. Para o chefe do Departamento de Agricultura da Prefeitura Municipal, o principal objetivo do programa era gerar emprego para os trabalhadores rurais, buscando a sustentabilidade das famílias. "Essa é a melhor forma de inserir as pessoas no mercado de trabalho. Eles plantam para produzir e se conscientizam da importância do seu trabalho", salientava Isnard (apud VASQUES, 2004, p. 28). Ele também apontou como importante para a consolidação do Agrovida a criação de uma associação, para gerir as finanças do programa e agilizar a aquisição dos insumos.

Em 2005, 120 famílias buscavam sua sustentabilidade alimentar e econômica no Agrovida. Eram pessoas que possuíam um histórico ligado ao meio rural e famílias de baixa renda. De acordo com a assistente social que acompanhava o projeto, os principais critérios para se inscrever e participar era o número de filhos e a situação socioeconômica das famílias. "A Secretaria de Assistência Social fez as inscrições, avaliou cada caso e fez a seleção", explicava Gabriela (apud VASQUES, 2004, p.29).

A Secretaria de Assistência Social realizava reuniões sócioeducativas, para discutir temas relacionados à terra, como a divisão agrária, as injustiças sociais e a própria questão da reforma agrária. Para a assistente social, o Agrovida era uma oportunidade que as famílias tinham de, nos períodos intermediários à colheita do café, ter um trabalho e uma fonte de renda. "É um programa que poderá servir de modelo para outros municípios. Entretanto, "[...] só o Agrovida não é suficiente, é preciso desenvolver políticas públicas integradas", defendia Gabriela (apud VASQUES, 2004, p. 29).

Uma trabalhadora rural, 55 anos, viúva, chefe de família, mãe de 17 filhos e que já trabalhou em fazendas e com seu trabalho sustenta mais três pessoas, uma das entrevistadas na época afirmou: "Para nós, que não temos uma terra para cultivar, o programa é maravilhoso. "Peço a Deus que o Agrovida progrida e que outras pessoas possam se beneficiar dele." Para ela,

a EMATER-MG e a Assistência Social eram de grande importância: "São eles que nos ajudam, dão atenção, acompanham a lavoura e nos ensinam muito", afirmava Wilma (apud VASQUES, 2004, p. 29).

Outro usuário do programa, Adão (apud VASQUES, 2004, p. 29), na época, 42 anos, afirma que o trabalho era fundamental em sua vida: "Acho que ninguém tem que invadir terra. Todos têm de se unir e plantar." Ele possuía um problema de desgaste nos ossos e, por isso, não podia desempenhar algumas funções. Sendo assim, ele se responsabilizava por alguns tratos com a terra que não exigiam tanto esforço físico, e pela mobilização do grupo. "Convidei meus irmãos para trabalharem comigo e, na colheita, dividimos o lucro", explica. No entanto, ele fazia uma ressalva: "Nossa maior dificuldade é o comprometimento do grupo. Isso porque eles ainda não têm clara a importância do trabalho na vida", complementa Adão (apud VASQUES, 2004, p. 29).

O Agrovida também ajudou na recuperação de áreas degradadas. Um dos arrendatários do Agrovida, que possuía 91,2 hectares e que se encontrava degradado, relatou Antônio Carlos (apud VASQUES, 2004, p. 29): "Além de o programa ser uma ótima ação para ajudar pessoas carentes, sei que minha terra se tornará mais produtiva. Sou feliz por ver as pessoas produzindo."

O gestor Dimas (apud VASQUES, 2004, p. 29), que à época apoiava o programa e investia nele, afirmou: "Este é um programa que antecipou o Fome Zero, por isso, tem grandes chances de se desenvolver." Ou seja, poderia ser utilizado como modelo para outros programas e ações dos Governos: "Nós pretendemos transformar o programa em um grande projeto de agricultura familiar para o Estado e para o País", afirmava Dimas (apud VASQUES, 2004, p. 29). Segundo ele, o objetivo era possibilitar às famílias a produção de seus alimentos básicos em vez de oferecer a cesta básica. "O Agrovida é um programa importante do ponto de vista do resgate da cidadania, aumento da autoestima, mobilização da participação popular e valorização do homem do campo, conferindo-lhe mais dignidade, gerando emprego e renda", explicava Dimas (apud VASQUES, 2004, p. 29).

O papel desempenhado pela EMATER-MG foi fundamental na organização rural, na assistência técnica e na melhoria da qualidade de vida do homem do campo. "A EMATER-MG tem o know-how em extensão rural. Seu apoio tem sido fundamental para o desenvolvimento da agricultura em Minas Gerais." O prefeito Dimas (apud VASQUES, 2004, p. 29), destacou ainda duas novas parcerias firmadas, com a Petrobras e Heringer.

Estamos muito satisfeitos com o apoio das duas empresas. As verbas liberadas por elas subsidiam a compra dos insumos e os gastos com o plantio. A PETROBRÁS, por exemplo, já liberou uma verba e pretende ampliar a ajuda ao Agrovida porque viu que é um programa sério.

Em 2001 com a criação da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, o município passou a ter sua primeira assistente social, oriunda da cidade de Mococa e formada na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Franca; dando início à sistematização, organização e implementação de toda a política social do município que passou a ser pensada como política pública. A Secretaria iniciou seus trabalhos já com sede própria, exclusivamente para o atendimento e planejamento da política social do município. A iniciativa fazia parte da meta de descentralização da administração pública para melhor implementar o planejamento, os programas e os projetos. Sua legalidade veio com a Lei Complementar nº 13 de 17 de abril de 2001 que dispôs sobre a nova estrutura administrativa e organizacional do município. Ela estabelecia como objetivo da secretaria no seu artigo 7º, "[...] tem por finalidade as atividades de assistência social dos habitantes do município, mediante promoção do bem-estar social, bem como da melhoria das condições de vida da comunidade, através do fomento aos empregos e moradias" e, no Artigo 16 e inciso XIII que tratava das atribuições comuns a todos os secretários, "[...] promover reuniões periódicas de coordenação entre seus subordinados, a fim de traçar diretrizes, dirimir dúvidas, ouvir sugestões e discutir assuntos de interesse do município." Naquele momento, embora as atribuições parecessem muito genéricas e frágeis do ponto de vista conceitual, quando analisadas as ações, o planejamento, os programas e projetos idealizados e realizados por ela é de

invejar qualquer pesquisador ou pessoa comprometida com a questão social e com as políticas públicas.

Percebe-se pelos relatórios e pelas ações, que ela acabou exercendo um papel de mediação, entrosamento, integração e desenvolvimento de políticas públicas, cumprindo um papel inter e transdisciplinar com as demais secretarias, principalmente com a saúde, educação, agricultura e meio ambiente.

Assim, dentro do eixo temático da assistência social, passamos a analisar seus principais programas e projetos nas linhas que se seguem:

Projetos: esta passou a ser a palavra de ordem em Alterosa. A Administração Municipal compreendeu que o Governo Federal estava disposto a investir no município que se habilitasse, através de projetos, à solução de questões que há muito tempo assolavam o Brasil. Assim, com a implantação da área social o município ganhou uma nova dinâmica, pois, até então, o município tratava a questão social com amadorismo e paternalismo, prática corriqueira nos pequenos municípios brasileiros.

O Centro de Integração Social de Alterosa (CISA) nasceu de uma parceria inédita no Sul de Minas, em que a Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRÁS) se uniu à Fundação Educacional para o Desenvolvimento da Baixa Mogiana (FUNEDDES) e com o apoio da Prefeitura Municipal, para a construção de uma escola profissionalizante, com o objetivo de fomentar a formação de mão de obra especializada que fosse capaz de atender às demandas de novos e emergentes mercados.

Com o CISA, o município passou a dispor de cursos de culinária, cooperativismo, empreendedorismo, fitoterapia, ervas medicinais, artesanato, pintura, silk screen, vendas, secretariado, inseminação artificial de bovinos, defumação, panificação e confeitaria, derivados do café, derivados do leite, tapetes arraiolo, técnico em enfermagem, especialização em docência no ensino celebrando novas parcerias, como por exemplo, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Casa dos Meninos de Belo Horizonte e a Universidade do Sul de Minas.

A partir de 15 de maio de 2004, o CISA iniciou suas atividades, formando sua primeira turma com o Curso sobre Ervas Medicinais e, logo em

seguida, padaria e confeitaria. Atividades ligadas ao esporte como capoeira, judô, caratê, futebol, vôlei, handebol, entre outras, também estavam previstas no currículo da entidade.

Os equipamentos que possibilitaram a implantação da Padaria Escola nas dependências do CISA foram adquiridos com recursos da própria PETROBRÁS que acreditou e apostou no projeto de integração social, geração de emprego e renda e capacitação profissional. Logo na primeira turma, realizada com recursos da parceria com a Prefeitura Municipal e a Casa dos Meninos de Belo Horizonte que disponibilizou o instrutor, foram capacitados e formados 12 padeiros e confeitadores. Depois ainda tivemos duas turmas com 10 participantes cada e uma 4ª turma em parceria com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), quando os participantes, futuros padeiros e confeitadores foram indicados pelo Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).

Um fato que chama a atenção no Projeto é o caso de um padeiro e confeitador que se formou na 1ª turma e que acabou se tornando o instrutor das demais turmas. Este padeiro se encontra atualmente no continente africano, no país de Angola, ministrando cursos de panificação e confeitaria. Além desse destaque, praticamente todas as pessoas que se formaram nos cursos estão empregadas ou trabalhando nos seus próprios negócios. Isso é emancipação.

A gestão 1993-1996 idealizou e iniciou a implementação do Conjunto Habitacional Bela Vista em Alterosa. O gestor da época comprou uma parte da propriedade e pegou outra parte em pagamento de dívida ativa resultante do asfaltamento do Bairro Cruzeiro. O projeto inicial previa a construção de 54 casas populares, um campo de futebol, uma área verde e uma usina de reciclagem de lixo. Embora o gestor tenha falecido antes do final do mandato e não concluído o projeto, ele, embora alterado substancialmente, teve prosseguimento na gestão 1997-2000. As alterações no projeto acabaram ao longo do tempo, inviabilizando em parte ações importantes no tocante às políticas públicas. O local onde seria o campo de futebol, um equipamento comunitário, cedeu lugar a pequenos lotes onde foram construídas 20 casas do Programa Federal chamado Habitar Brasil,

possibilitadas pela Lei Ordinária nº 1195 de 24/08/1998 que autorizou a abertura de crédito especial nos seguintes termos: “Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial até o valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) a fim de atender o Programa Habitar Brasil – OGU/98.”

A área verde que ficava posterior ao campo e fazia a divisória com a Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo também foi dividida em lotes muito pequenos e distribuídos aleatoriamente pelo vice-prefeito, que assumira o cargo por ocasião da extinção do mandato do prefeito pela Câmara Municipal, a algumas famílias pobres que construíram pequenas moradias, praticamente embriões. Como resultado, foram construídas 54 casas populares do Programa Federal denominado Pró-Moradia, cujos recursos chegaram até o município através de financiamento junto à Caixa Econômica Federal (CEF), autorizado pela Lei Ordinária nº 1157 de 23/07/1997 nos termos do artigo 1º:

Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento com a Caixa Econômica Federal até o valor em moeda corrente e legal de R\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil reais), destinados à execução de empreendimentos integrantes do Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público PRÓ-MORADIA.

O pagamento deste financiamento, iniciado apenas em 2001 se estenderá até o ano 2015, comprometendo o município no quesito responsabilidade fiscal, apurado anualmente pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). Com a exclusão do campo de futebol, embora tenha atendido 20 famílias, a comunidade acabou ficando sem a área de lazer.

Sem o campo de futebol e a área verde, o município foi comunicado em 2005 pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) de que a licença de operação da Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo (URCL) que chegou a ser modelo no Estado não seria renovada e, como consequência, o município perderia o repasse do I Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) ecológico, instituído pela Lei Estadual nº 12.040 de 28 de dezembro de 1995 que dispunha sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS

pertencente aos municípios, regulamentando o inciso II do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal, conhecida por Lei Robin Hood, a partir de 2008, algo em torno de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) por ano. Uma das justificativas era a de que as moradias não podiam ter se aproximado da URCL, por questão de mau cheiro e saúde pública.

Outro problema gerado foi o preço que as famílias teriam que pagar pela sua moradia. Preço esse incompatível com a renda que recebia a maioria da população atendida, algo em torno de um salário mínimo, que na época era de R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais) para uma prestação de R\$ 80,00 (oitenta reais), sendo que, nos critérios do programa, a família só podia comprometer até 30% de sua renda familiar.

A nova gestão (2001-2005) ao tomar posse deparou com o problema e, após várias reuniões com os moradores, relatórios e pareceres emitidos pela recém criada Secretaria de Assistência Social e analisados pelo Departamento Jurídico, a administração enviou Projeto de Lei à Câmara Municipal dando ao programa uma formatação social e reduzindo praticamente pela metade o valor das prestações que seriam pagas pelos mutuários.

Pensamos que a moradia, antes de ser um direito constitucional, é um direito natural. Se até os animais irracionais possuem a sua o que dizer de um ser humano, um ser social que, para sua realização, identidade e reconhecimento necessita de um endereço fixo que, por sua vez, torna-se o seu referencial na sociedade. Mas também não basta apenas morar, é preciso morar e viver com dignidade.

A nova gestão, ao deparar com sérios problemas habitacionais, um déficit acumulado há anos, o que não é diferente no nosso país, procurou através do Planejamento Estratégico, prática que se tornou anual, a colocar através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, a moradia popular como prioridade e política pública emancipatória.

Nesta perspectiva, pela Lei Ordinária nº 1366 de 17 de junho de 2003 o município criou o Conselho e o Fundo Municipal de Moradia Popular, nos termos do artigo 1º:

Fica criado o Conselho Municipal de Habitação e o Fundo Municipal de Habitação Popular do Município de Alterosa, Estado de Minas Gerais, disciplinado pela presente lei e demais legislações aplicáveis e não discordantes desta.

Parágrafo único. O conselho e o Fundo Municipal de Habitação são criados como instrumentos capazes de efetivar a política habitacional, prevista na Lei Orgânica Municipal, no artigo 174 e seguintes, de maneira democrática e participativa.

E buscando dar transparência, sistematização e critérios à política habitacional foram estabelecidas as funções norteadoras do Conselho:

Art. 6º São atribuições do Conselho Municipal de Habitação, sem prejuízo de outras veiculadas em regimento próprio:

I – convocar plenária aberta para discussão a respeito da política municipal de habitação;

II - elaborar as diretrizes e metas a serem apresentadas como sugestões para o Plano Anual de Habitação do município utilizando como subsídio as diretrizes apresentadas na plenária;

III - elaborar, em conjunto com a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, os planos Anual e Plurianual de Habitação do Município;

IV - opinar e dar parecer acerca das propostas orçamentárias relativas à política municipal de habitação;

V - manifestar-se a respeito de contratos de vendas a serem celebrados entre o município e pessoas carentes;

VI - avaliar a execução das ações previstas no Plano Anual do município e nos programas específicos, bem como, sugerir modificações;

VII - fiscalizar a implantação dos planos, projetos e programas habitacionais do município, bem como, propor as modificações que se fizerem necessárias;

VIII - estabelecer as diretrizes e os programas de alocação de todos os recursos do Fundo Municipal de Habitação Popular;

IX - fiscalizar a gestão econômica dos recursos, bem como, avaliar o resultado e o desempenho das aplicações realizadas.

Estabeleceu ainda os critérios para a operacionalização do Fundo Municipal de Moradia Popular:

Art. 20. O Fundo Municipal de Habitação Popular destina-se a financiar e implementar programas e projetos habitacionais de interesse social, considerando-se como tais aqueles que atendam:

I - à população moradora em precárias condições de habitabilidade;

II - à população que tenha renda familiar igual ou inferior a 03(três) salários mínimos.

Fixou também a destinação dos recursos e as condições para os financiamentos:

Art. 22. Os recursos do Fundo, em consonância com as diretrizes da política municipal de habitação, serão aplicados em:

- I - construção de moradias;
- II - recuperação de unidades habitacionais;
- III - produção de lotes urbanizados;
- IV - regularização fundiária;
- V - compra de material destinado à autoconstrução.

Art. 23. Na concessão de financiamento com recursos do Fundo Municipal de Moradia Popular, observar-se-ão, em relação aos beneficiários, as seguintes condições:

- I - prazo de amortização não superior a 25(vinte cinco) anos;
- II - taxa de juros não superiores a 3% (três por cento) ao ano;
- III - reajuste monetário pela variação do menor índice oficial do governo federal;

§ 1º A correção das prestações será realizada 02(dois) meses após o reajuste salarial do mutuário, sendo que, o valor da mesma não poderá ultrapassar 20% da sua renda familiar.

§ 2º Após o prazo de financiamento acordado, pagas todas as prestações, se houver saldo devedor, este será renegociado nas mesmas condições originais do contrato ou outra forma que se estipular em lei.

§ 3º O Conselho deverá participar da elaboração da minuta do contrato a ser firmado com a administração municipal, visando esclarecer aos interessados sobre suas cláusulas e condições.

Assim, com empenho e mobilização popular a Secretaria de Assistência Social fez conquistas importantes. Os destaques estão a olhos vistos nos projetos de habitação, todos frutos de parcerias, Governo Federal, Caixa Econômica Federal (CEF) e Governo Municipal materializadas no Programa de Subsídio Habitacional (PSH) que entregou 150 casas populares para os mutuários do Conjunto Habitacional Vila dos Trabalhadores, Distrito Divino Espírito Santo e São José Operário, adquirindo ainda, mais 32 terrenos próximos ao Conjunto Habitacional Bela Vista em Alterosa, para a construção de mais 32 moradias populares. O caráter social do projeto fica evidente, quando descobrimos que as famílias atendidas pagam pela sua moradia de 42 m<sup>2</sup>, feita em alvenaria e com laje o valor médio de R\$ 40,00 (quarenta reais) pelo prazo de 72 meses, ou seja, seis anos.

Percebemos que, para que isso fosse possível, além da criação do Conselho e do Fundo Municipal de Moradia Popular, o município inovou na estratégia de construção, criando uma alternativa à Lei 8666/93, conhecida como Lei de Licitações, com a tarefa por empreitada, ou seja, abria-se uma espécie de protocolo de intenções onde os pedreiros e seus respectivos serventes interessados na construção das unidades habitacionais se habilitavam. Cada dupla recebia uma unidade habitacional para construir,

recebendo o pagamento ao término, quando iniciava uma nova construção. Para que houvesse agilidade nas construções, ao colocarem a laje na 1ª e aguardarem a secagem, já iniciavam a 2ª unidade habitacional. Para dar legalidade a esta prática, ela acabou sendo regulamentada pela Lei Municipal nº 1443/2006, que dispôs sobre a contratação temporária para a efetivação do programa municipal de habitação e deu outras providências. Como por exemplo, nos termos do artigo 4º:

Para garantir agilidade à obra e cumprimento do prazo estipulado no Programa fica permitida a contratação temporária de pessoal sob o regime de produtividade.

§ 1º A produtividade será estipulada por tarefas cumpridas por etapa da construção de cada casa a ser determinada e medida mensalmente pelo Responsável Técnico pela Obra, devendo este ser obrigatoriamente um Engenheiro Civil.

§ 2º A cada tarefa concluída, qual seja a construção de 01 (uma) casa, será efetuado o pagamento por equipe no valor bruto de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), descontados deste valor todos os encargos sociais devidos pelo contratado.

§ 3º O pagamento acima especificado será dividido na proporção de 2 por 1, ou seja, o pedreiro ganhará sempre o dobro do servente.

§ 4º Incide sobre a remuneração dos contratados os descontos referentes à previdência social (INSS) e Imposto de Renda, este último somente existirá se o valor recebido no mês for maior que o limite delimitado pela Legislação Federal.

§ 5º Os valores recebidos mensalmente pelos contratados poderão variar conforme a produtividade de cada equipe.

§ 6º Os contratados estarão sujeitos aos mesmos deveres e proibições e ao mesmo regime de responsabilidade vigente para os servidores efetivos do Município.

§ 7º É assegurado a todos os contratados o direito ao gozo de licença para tratamento da própria saúde, seja por acidente que o impossibilite do exercício de suas funções, seja por doença profissional, vedadas quaisquer outras espécies de afastamento.

§ 8º Quando o prazo de duração do contrato for superior a 30 (trinta) dias, o contratado fará jus a férias proporcionais, um terço de férias proporcional e ao abono natalino proporcional ao tempo de serviço prestado, em caso de rescisão por conveniência da Administração e ao término do contrato.

Com essa estratégia, a administração municipal conseguiu agilizar o programa sem ferir os direitos dos trabalhadores e construir mais moradias populares do que havia sido construído em toda a história de Alterosa. Estas pequenas iniciativas rompem com a lógica neoliberal, gera emprego, produtividade e efetivam o direito constitucional à moradia.

Na criação do Banco do Povo o município contou com a parceria da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste Mineiro

(ADEBRÁS), parceria celebrada através de Convênio, visto tratar-se de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), cujo objetivo seria a disponibilização do microcrédito para os pequenos empreendedores com mais agilidade e menos burocracia.

A iniciativa acabou frustrada visto que a taxa de juros não era tão atrativa assim e porque, naquele momento, o Governo Federal através do Banco Popular do Brasil, operado nas pequenas cidades pelo Banco do Brasil, acabou controlando o microcrédito. Outro obstáculo foi a possibilidade de desconto em consignação em folha de pagamento ou no recebimento da aposentadoria que atraiu praticamente todos os pequenos empreendedores. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal com taxas mais baixas e mais condições para operacionalização acabaram por controlá-lo no município.

O Projeto Casa do Artesão foi uma iniciativa para congregar todos os artesãos de Alterosa, incentivando-os na organização da categoria para que, juntos, pudessem conquistar reconhecimento e apoio para exporem e comercializarem seus produtos. A liderança do processo foi assumida pela União Alterosense de Inovação Cultural (UAIC), uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 1995 e que se tornou grande parceira da administração na implementação do projeto. Ela realizou todo o trabalho de cadastramento e organização dos artesãos. Em contrapartida, recebia do município uma subvenção social que era utilizada para o pagamento do aluguel e o custeio da água e da luz do cômodo onde passou a funcionar a Casa do Artesão. Neste local todos os artesãos podiam expor seus produtos, sendo que, dos valores apurados com as vendas, 20 % eram repassados para a entidade, para que esta fizesse o custeio administrativo e burocrático da instituição. Nos primeiros anos de funcionamento os artesãos se revezavam no local e todos os produtos vendidos eram anotados em um caderno, para posterior acerto junto aos respectivos donos.

Percebemos que as vendas nem sempre satisfaziam a todos os envolvidos, pois, determinados produtos saíam em maior quantidade, gerando descontentamento daqueles cujos produtos vendiam menos, o que acabou gerando intrigas e desmobilização. Assim, os artesãos começaram a se

desligar da entidade e do ponto de vendas, vindo a inviabilizar a continuidade do projeto. Acredita-se que tenha faltado compreensão, unidade, conscientização, mais ações sócioeducativas e maior divulgação dos produtos. Nos feriados e finais de semana, dias em que havia maior presença de turistas, logo, de compradores em potencial, passaram a divergir quanto ao revezamento e à abertura do ponto de vendas, alegando necessidade de descanso. Mediante estes acontecimentos e a não reeleição de uma vereadora que acompanhava de perto o projeto, ele acabou paralisando suas atividades.

No ano de 2004 foi implantada em Alterosa a Casa da Família, como parte do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), ação do Governo Federal e do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), visualizando a possibilidade de que cada município pudesse ter seu Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Com esta parceria a Secretaria Municipal de Assistência Social passou a oferecer uma rede básica de ações e serviços em regiões ou bairros que circunscrevem a base territorial onde havia maior concentração de famílias, em situação de vulnerabilidade social do município. Inicialmente, chegou a atender mais de 300 (trezentas) famílias cadastradas na Secretaria Municipal de Assistência Social, no Programa Bolsa Família e atendidas pelo Benefício de Prestação Continuada no ano de 2004, sendo estas, em sua grande maioria, de lavradores que apresentavam alto índice de analfabetismo (em torno de 40 a 50%).

Com esse objetivo, a Casa da Família foi instalada na área geográfica priorizada nas ações, o Bairro Cruzeiro, contando com uma equipe técnica composta por duas assistentes sociais, duas psicólogas e uma auxiliar administrativa, que participavam periodicamente de cursos de capacitação e realizavam reuniões de equipe semanais, para avaliação e planejamento das atividades seguintes.

O espaço físico contava com uma recepção, duas salas para entrevista, uma sala de reunião de equipe e grupos de usuários, um salão para atividades diversas, uma cozinha e dois banheiros, sendo os equipamentos e os custos de manutenção arcados pela Prefeitura Municipal.

A partir da análise socioeconômica do município, realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) e dos dados obtidos em diversos contatos com a população, entidades e demais equipamentos sociais, a equipe técnica definiu três linhas de atuação no ano de 2004. Entre elas a potencialização e articulação da rede socioassistencial do município, a articulação e fortalecimento dos Conselhos Municipais vinculados à SMAS e o fortalecimento da autonomia da população usuária, através de espaços psicossociais e sócioeducativo. Em todas essas linhas de ação, o trabalho interdisciplinar entre psicólogos e assistentes sociais era valorizado.

A implantação da Casa da Família no município veio atender em sua realidade socioeconômica, valorizando sua dinâmica e valores culturais da população usuária. Centrou na família sua ação, incentivando a comunidade em geral à participação popular, através da promoção de espaços democráticos e fortalecimento dos vínculos comunitários. Tornou-se referência não só no município, mas em toda região.

Para a realização de seu plano de trabalho, a Casa da Família contou com um recurso total de R\$ 113.400,00 (cento e treze mil e quatrocentos reais), sendo R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) do Ministério de Desenvolvimento Social e R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) do município (contrapartida).

O trabalho foi iniciado buscando a potencialização da rede socioassistencial. O município de Alterosa possuía quatro instituições caracterizadas como entidades sociais: a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) "Pingos de Luz", os Lares São Vicente de Paula de Alterosa e do Distrito do Divino Espírito Santo e a Creche Nova Esperança; a estas entidades, somava-se a Creche Municipal "Menino Jesus". Todas essas entidades começaram a ser acompanhadas pela Casa da Família a partir do ano de 2004, objetivando a articulação do trabalho em rede, o fortalecimento dessas entidades e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. A equipe promoveu também a inscrição e a representatividade dessas entidades nos Conselhos Municipais (Assistência, Idoso, Criança e Adolescente).

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) "Pingos de Luz" de Alterosa atende crianças, adolescentes e adultos portadores de deficiência física, auditiva e mental, assim como crianças e adolescentes com dificuldade de aprendizagem, encaminhadas pela rede de ensino do município, em sua maioria, crianças oriundas de famílias de baixa renda. A ação da Casa da Família na entidade, que foi definida juntamente com a diretoria e com as famílias, buscava melhorar a qualidade do atendimento prestado através da realização de reuniões sócioeducativas e psicossociais com os profissionais, os alunos (atendendo um total de 132) e suas famílias (num total de 98), assim como a aquisição de materiais.

Junto aos profissionais (professores, técnicos, serviços gerais) eram realizadas reuniões sócioeducativas mensais, coordenadas por uma assistente social e uma psicóloga, voltadas para uma perspectiva de cidadania e quebra de preconceitos. Foram trabalhados os temas: limites e potencialidades da pessoa portadora de deficiências; o sistema educacional do Brasil e dificuldades de aprendizagem; consciência crítica; a família brasileira; exclusão social; voto consciente; Estatuto da Criança e do Adolescente.

Com os alunos eram desenvolvidas reuniões psicossociais semanais que tinham como foco a questão da solidariedade, do desenvolvimento pessoal afeto e respeito, atividades lúdicas e reflexões em grupo. Eram abordados os temas: amizade; responsabilidade; respeito; direitos (Estatuto da Criança e Adolescente); desigualdade e exclusão social; política; autoestima. As profissionais também realizavam com o grupo de alunos atividades externas à escola, através de passeios e visitas no próprio município.

O trabalho com as famílias se dava através de reuniões sócioeducativas e visitas domiciliares realizadas pela assistente social e psicóloga. O que possibilitava às famílias troca de experiências, assim como se tornou um espaço de vivência em grupo e fortalecimento da convivência comunitária e familiar. Eram abordados temas como, relacionamento entre pais e filhos, limites e potenciais das pessoas portadoras de deficiência,

afetividade, autoestima, buscando fortalecer a cidadania e promover a autonomia das famílias participantes.

Houve também investimento na entidade através da aquisição de materiais pedagógicos e lúdicos, utensílios de cozinha e materiais de construção que possibilitou à entidade a melhoria do ambiente (pintura) e término da rampa de acesso, perfazendo um investimento total no valor de R\$ 5.299,00 (cinco mil duzentos e noventa e nove reais).

Todo esse trabalho realizado pela Casa da Família levou a entidade a melhorar a qualidade de atendimento e oferecer uma aproximação desta com as famílias atendidas.

O Lar São Vicente de Paulo era uma entidade asilar que atendia 24 (vinte e quatro) idosos em regime de internato, oferecendo aos mesmos cuidados com higiene, alimentação e saúde. No ano de 2004 a equipe da Casa da Família assessorou a entidade na melhoria da qualidade dos serviços prestados, através da realização de oficinas terapêuticas, fisioterapia e da aquisição de materiais pedagógicos e de cama, mesa e banho, totalizando um investimento no valor de R\$ 3.593,70 (três mil quinhentos e noventa e três reais e setenta centavos).

A equipe viabilizou a conquista do registro de nascimento (certidão de nascimento) de cinco idosos que residiam na instituição e o Benefício de Prestação Continuada dos mesmos, assegurando a eles o direito de serem reconhecidos como cidadãos brasileiros. Assessorou a entidade no cadastro junto à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Esportes e também o registro no Conselho Municipal de Assistência Social.

Realizou um trabalho, junto aos internos, de resgate da cidadania, de fortalecimento da autoestima e de vínculos comunitários, através de oficinas de jogos, música e artesanato, coordenadas pelas profissionais que eram apoiadas pelos monitores contratados. Nessa perspectiva, a equipe realizava passeios com os internos em espaços da comunidade e eventos na instituição que passou a contar com a participação efetiva da comunidade, como o Dia do Idoso e a Quadrilha Junina.

Já o Lar São Vicente de Paulo do Distrito Divino Espírito Santo, outra entidade asilar que atendia 5 (cinco) idosos em regime de internato,

oferecia os mesmos cuidados como higiene, alimentação e saúde. No ano de 2004, a equipe da Casa da Família possibilitou uma melhoria na qualidade dos serviços prestados, através da realização de oficinas terapêuticas, fisioterapia e da aquisição de materiais pedagógicos, cama, mesa e banho, utensílios de cozinha, corrimão para os corredores e banheiros, materiais de construção que possibilitou à entidade a melhoria do ambiente, pintura e término da construção da lavanderia, perfazendo um investimento total no valor de R\$ 9.606,50 (nove mil seiscientos e seis reais e cinquenta centavos).

A exemplo do Lar de Alterosa, a equipe assessorou a entidade na realização do cadastro junto ao Conselho Municipal de Assistência Social. Realizou junto aos internos um trabalho de resgate da cidadania, fortalecimento da autoestima e de vínculos comunitários, através de oficinas de artesanato, coordenadas pelas profissionais, juntamente com monitores contratados. Nessa perspectiva, a equipe também realizou passeios com os internos em espaços da comunidade e realizou eventos na instituição, como a Quadrilha Junina, que contou com o envolvimento e a participação da comunidade.

A Creche Municipal "Menino Jesus" atendia em período integral cerca de 30 crianças com idade entre 6 meses a 6 anos e 11 meses. A equipe Casa da Família desenvolveu seu trabalho objetivando potencializar os serviços prestados à comunidade por meio da aquisição de materiais pedagógicos, lúdicos, utensílios de cozinha. Realizava, quinzenalmente, reuniões sócioeducativas e psicossociais coordenadas pela assistente social e psicóloga, com as mães e funcionárias e contratação de monitora para realização de oficinas de artes com as crianças, realizando um investimento no valor de R\$ 13.642,65 (treze mil, seiscientos e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos).

O trabalho com as famílias se dava, através de reuniões sócioeducativas e visitas domiciliares, realizadas pela assistente social e psicóloga, o que possibilitava às famílias troca de experiências, assim como se tomou num espaço de vivência em grupo e fortalecimento da convivência comunitária e familiar. Eram abordados temas como, limites, sexo e sexualidade, drogas, cidadania, violência doméstica, relações de gênero,

relações de poder, formas variadas de violência, formas de encaminhamento de casos de violência; DST/AIDS e métodos contraceptivos.

Com as crianças a monitora desenvolvia oficinas que enfocavam a questão da solidariedade, do desenvolvimento pessoal, afeto e respeito, através de atividades lúdicas. Eram abordados temas como, amizade, responsabilidade, respeito, família e meio ambiente.

A Creche Nova Esperança, uma entidade filantrópica localizada no bairro Cruzeiro e que atendia em período integral cerca de 50 crianças com idade entre 6 meses a 6 anos e 11 meses, também contou com a equipe da Casa da Família no desenvolvimento do seu trabalho. Objetivando potencializar os serviços prestados à comunidade foram adquiridos materiais pedagógicos, lúdicos, utensílios de cozinha e gramado, para espaço de lazer das crianças. Ainda visando potencializar a autonomia das famílias, eram realizadas reuniões sócioeducativas e psicossociais quinzenais com as mães e funcionárias e também oficinas com as crianças. Para a efetivação do trabalho foi realizado um investimento no valor de R\$ 12.343,48 (doze mil trezentos e quarenta e três reais e quarenta e oito centavos).

O trabalho com as famílias se dava, através de reuniões sócioeducativas e visitas domiciliares realizadas pela assistente social e psicóloga, possibilitando às famílias a troca de experiências e tornando-se um espaço de vivência em grupo e fortalecimento da convivência comunitária e familiar. Eram discutidos temas como, autoestima, creche, criatividade, dificuldade de aprendizagem, direitos trabalhistas, drogas e alcoolismo, DST/AIDS, estatuto da criança e do adolescente, falta de dinheiro, limites, mãe-mulher, mídia, minha sexualidade, parceria, participação popular, preconceito, relacionamento de pais e filhos, religiosidade, sexualidade do meu filho, solidariedade, voto feminino, violência contra mulher e violência de pais contra filhos.

Com as crianças, a monitora contratada desenvolvia oficinas em que tiveram enfoque as questões da solidariedade, do desenvolvimento pessoal, afeto e respeito, através de atividades lúdicas e da música. Eram abordados os temas como, amizade, responsabilidade, respeito, família e meio ambiente.

Percebemos que uma das metas da administração era a articulação e o fortalecimento dos Conselhos Municipais, tais como, Assistência Social, Criança e Adolescente e Idoso. A equipe da Casa da Família, buscando rearticulá-los, passou a ocupar cargos como conselheiras municipais, incentivando a participação da sociedade civil nesses espaços.

Com vistas à rearticulação do Conselho Municipal de Assistência Social, foi realizada no ano de 2004 uma assembléia e a eleição dos representantes da sociedade civil e posse da nova composição do Conselho. Foi feito o cadastramento das entidades assistenciais do município. Foi também realizada pela equipe a revisão e alteração da lei municipal de criação do Conselho, com o objetivo de atender as novas orientações da Lei Orgânica da Assistência Social.

Quanto ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente que se encontrava desarticulado no município e não realizando mais reuniões, a equipe da Casa da Família mobilizou os conselheiros e reconstituiu o conselho com novos membros, promovendo alterações na portaria de nomeação dos membros.

Procurou ainda fortalecer a relação com o Conselho Tutelar, a organização e a estruturação do mesmo, como a aquisição de aparelho celular para os plantões e iniciou-se um processo de incentivo e apoio aos cursos de formação para os conselheiros de direito e também para os conselheiros tutelares, visando ao melhor desempenho da função de um conselheiro.

Quanto ao Conselho Municipal do Idoso, a equipe Casa da família buscou trabalhar a rearticulação do Conselho por meio da revisão da lei que o criou, regulamentando-o e buscando o seu fortalecimento por meio de reuniões e assessoramento com representantes da sociedade civil e do poder público.

A equipe passou a realizar também o acompanhamento psicossocial, com atendimento clínico psicológico individual e grupal, prestando o serviço duas vezes por semana, totalizando, apenas em 2004, um total de 242 atendimentos e em grupo com abordagens terapêuticas, enfatizando a troca entre os participantes uma vez por semana.

A equipe da Casa da Família também auxiliou na elaboração do Projeto Mamona e Cia., elaborado pelos representantes da Cooperativa Trangere, com membros da comunidade, que estava contextualizado na essência do Programa Fome Zero, quanto ao seu principal eixo: a geração de renda. O projeto tinha como objetivo geral buscar alternativas viáveis e inovadoras na diversificação de culturas, tendo como base o plantio da Mamona, na geração de trabalho e renda, e seus sistemas consorciados, visando à produção de alimentos. Mas, em decorrência da falta de recursos financeiros e de parcerias, o projeto acabou não sendo executado.

No dia 31 de Março de 2004, Alterosa realizou a I Conferência Municipal de Políticas para Mulheres que teve como finalidade contribuir para o debate e a formulação de propostas para a fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, coordenada pela equipe da Casa da Família e da Secretaria Municipal de Assistência Social, contando com grande participação da comunidade. Antes da realização da Conferência foram realizadas oficinas com os professores e alunos das escolas de ensino fundamental e médio da rede pública de ensino, com o objetivo de levar o debate sobre relações de gênero para a sala de aula.

O Projeto Casa da Família programou algumas atividades para comemoração do "Dia do Idoso" realizado excepcionalmente, no dia 27 de novembro de 2004. As atividades tiveram como principal objetivo levar a população para a entidade "Lar São Vicente de Paulo", visando oferecer orientações a respeito do Estatuto do Idoso e incentivar a participação de voluntários nas oficinas de jogos, artesanato e música, que ocorriam semanalmente na instituição.

A positividade das ações fica evidente no estabelecimento das parcerias que pudemos identificar, principalmente, com as equipes do Programa Saúde da Família (PSF), realizando um trabalho em rede, por meio de reuniões, compartilhamento de dados, informações e ações conjuntas.

Em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, foi realizada em 2004, atividades sócioeducativas com as crianças das 50 famílias beneficiadas pelo Programa Social de Habitação (PSH), tendo sido trabalhado o tema Meio Ambiente. Foram distribuídas às famílias sementes de

girassol e mudas de árvores urbanas, como incentivo para cuidar da natureza. Outra parceria importante se deu com o Conselho Tutelar e a Promotoria de Justiça, pois eram atendidas pelo projeto todas as famílias encaminhadas por estes dois órgãos, através da realização de estudos sociais e de acompanhamento psicossocial junto à família.

Dessa forma, o Projeto Casa da Família tornou-se uma grande conquista da área social, revolucionando a política de Assistência Social no Município. Ao invés de assistir o indivíduo, o município passou a dar assistência à família como um todo, por reconhecer na família a célula estruturante da sociedade.

A implantação do Projeto Casa da Família demandou a contratação de duas assistentes sociais e duas psicólogas que passaram a se dedicar exclusivamente ao projeto e a interagir com a sociedade através dos conselhos que tiveram um papel fundamental, ao exigirem o respeito aos direitos e o cumprimento dos deveres.

Nessa perspectiva, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Alterosa, em continuidade ao atendimento do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), num trabalho permanente, ousado e inovador, desenvolveu projetos e ações que podem ser consideradas experiências exitosas no âmbito da capacitação profissional e no desenvolvimento do trabalho com grupos de usuários, como enumeramos a seguir.

Por exemplo, o Projeto Borboleta, realizado no Distrito Divino Espírito Santo com a parceria do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Programa Saúde da Família (PSF).

Inicialmente, a equipe do CRAS reuniu-se com os agentes comunitários de Saúde e o enfermeiro, a fim de esclarecer o objetivo do projeto, firmar parceria, solicitar a seleção de mulheres, para participar do projeto e ministrar oficinas com temáticas da área de saúde. As atividades tiveram início com uma entrevista escrita e individual para conhecer o público a ser atendido.

As reuniões eram realizadas semanalmente, no Centro Cultural Professor Paulo Freire e tinham uma duração média de uma hora e meia, nas

quais participaram 17 mulheres com idade entre 20 e 75 anos, encaminhadas pelo PSF local.

Os temas trabalhados pelas facilitadoras foram: família, sexualidade, violência contra a mulher, relações de gênero, relacionamento, saúde bucal, saúde da mulher, cidadania, educação dos filhos, direitos e deveres dos cidadãos. Os temas foram preparados, seguindo um cronograma que, de acordo com a realidade do grupo, era alterado e construído com as participantes.

Ao final do projeto, foi realizada uma avaliação escrita pelas componentes do grupo, quando concluíram de forma positiva a participação no projeto. Vínculos foram criados e, de maneira geral, todas gostariam que houvesse a continuidade do projeto.

Como havia algumas que se destacaram, foi sugerida a elas a escolha de uma representante que ficaria responsável em marcar o dia da semana e o horário para os encontros do grupo, trabalhar temas entre elas, mas como não se sentiram preparadas para tal desafio a proposta acabou não indo adiante. Foi realizada ainda uma confraternização do grupo para o encerramento das atividades. A organização deu-se por iniciativa das participantes do projeto que acabaram reunindo as famílias e fizeram uma grande surpresa para as facilitadoras. Esta confraternização evidencia que a convivência familiar e comunitária havia sido fortalecida.

O Projeto Borboleta também foi realizado com outro grupo no bairro rural Boa Vista, em parceria com os núcleos do Programa Saúde da Família, cuja finalidade fora atender as mulheres que apresentavam diagnóstico de depressão, doenças psicossomáticas, isolamento social, conflito familiar e alcoolismo. A identificação das participantes, o encaminhamento e o convite foi realizado pela equipe do PSF/CAEDI. O grupo acabou contando com 15 participantes e teve duração de 8 meses.

Detectamos que houve grande dificuldade na formação e permanência das participantes e, conseqüentemente, o estabelecimento de vínculo entre coordenadores e integrantes. Pensamos que isso se deva à distância de acesso das moradoras à escola do bairro, local onde eram realizados os encontros. Assim, foram convidadas novas pessoas

encaminhadas pelo PSF/CAEDI para compor o grupo que já estava em andamento.

Ao longo dos encontros foram abordados temas como integração, comunicação, autoconfiança e autoestima, sexualidade, políticas públicas, cidadania, sexualidade, violência doméstica, relacionamento familiar, projeto de vida e administração do tempo. Conforme interesse demonstrado pelas participantes, foram desenvolvidas oficinas de artesanato, com o objetivo de sensibilizar sobre o cotidiano, através da arte e o desenvolvimento de novas habilidades como instrumento de intervenção do processo grupal, gerando a construção da identidade das participantes, a descontração e o entretenimento do grupo.

A metodologia utilizada para a realização do projeto centrou-se fundamentalmente em dinâmicas de grupo, vivências, jogos de sensibilização e exercícios de descontração, sendo que as técnicas eram planejadas de forma que não necessitassem da linguagem escrita, visto que a maioria das participantes eram semianalfabetas, fazendo-se necessária a utilização de materiais como painéis e cartazes.

Ao final do projeto, foi realizada uma avaliação oral com as participantes, a fim de identificar os resultados obtidos durante o processo grupal. Constatou-se que a procura pelo atendimento médico no PSF/CAEDI diminuiu consideravelmente em relação ao início do projeto. Houve queda no uso de medicamentos psicotrópicos, porém, houve grande carga transferencial em relação à equipe técnica, fato este que foi trabalhado durante os encontros e evidenciado no final do projeto.

O Projeto Espaço Aberto realizado em Alterosa iniciou-se com a equipe do CRAS solicitando ao Conselho Tutelar uma lista de nomes de adolescentes em conflito com a lei.

O projeto foi idealizado com o intuito de se trabalhar com a faixa etária de 12 a 15 anos, pois não existia, no município, nenhuma ação que contemplasse esta faixa.

Todos os adolescentes encaminhados pelo Conselho Tutelar foram convidados para participar das reuniões do grupo, mas apenas 8 compareceram frequentemente às reuniões.

Os temas trabalhados foram os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, família, mídia e consumismo, sexualidade, autoestima, afetividade, responsabilidade e participação ativa na vida comunitária, relações de gênero, autoconfiança, autoconhecimento e cidadania.

Durante as reuniões poucos participavam das discussões, demonstravam timidez, falta de interesse em falar dos temas e não assumiam o compromisso com o grupo, as facilitadoras utilizaram dinâmicas, músicas, brincadeiras, livros e revistas. No encerramento do projeto foi realizada uma confraternização com o sorteio do Amigo Secreto entre os participantes e as facilitadoras.

Pelo que pudemos perceber através dos relatórios, as reuniões acabavam tornando-se apenas explicativas, ficando evidente que os adolescentes alterosenses, em sua maioria, não estavam interessados em participar de atividades sócioeducativas. Um grande desafio. Onde está o erro?

Após avaliar a necessidade de ocorrer um trabalho semelhante com os adolescentes do Distrito, a proposta foi levada em reunião à equipe do PSF/CAVACOS, a fim de firmar parceria de trabalho.

A equipe do PSF ficou responsável em identificar os adolescentes do Distrito que apresentassem determinada problemática como conflito familiar, envolvimento em ato infracional, violação de direitos, vulnerabilidade social e ainda encaminhamentos pelo Conselho Tutelar.

Constantemente eram realizadas reuniões com presença de usuários das ações desenvolvidas pelo CRAS. Os temas das reuniões eram planejados de acordo com a necessidade avaliada pela equipe técnica ou pelo interesse dos integrantes. O cronograma se desenvolvia de acordo com o temário: integração do grupo, autoconfiança, família, comunicação, valores, sexualidade do adolescente (saúde sexual e reprodutiva), drogas, cidadania, relacionamentos e projetos pessoais.

A metodologia utilizada no processo de intervenção grupal contou com a realização de oficinas temáticas, através de dinâmicas de grupo, vivências, jogos interativos, entre outros.

Sempre ao final, os participantes realizavam a avaliação dos encontros, visando aprimorar e obter resultados satisfatórios em relação ao objetivo do grupo, uma vez que proporcionou aos integrantes mudanças de comportamento, conscientização de atitudes e desejo de continuidade de participação em diferentes grupos. Neste segundo caso, percebemos uma maior receptividade dos participantes e uma interação maior, certamente, porque os envolvidos participaram das definições dos temas e estes passaram a ter maior similaridade com a vida cotidiana.

As assistentes sociais do Programa Casa da Família realizavam atendimentos, visitas domiciliares para encaminhamento de solicitação de Benefício de Prestação Continuada junto ao INSS, dentre várias orientações sobre outros benefícios.

Sempre houve grande procura por atendimento individual de psicologia no Centro de Referência de Assistência Social, porém, o procedimento para esse tipo de solicitação foi em torno do encaminhamento para a rede socioassistencial, a fim de assegurar o atendimento clínico individualizado.

Neste contexto, as psicólogas do CRAS realizaram, principalmente, atendimento psicoterápico breve, de acordo com as requisições do Conselho Tutelar e os encaminhamentos do Conselho Municipal do Idoso.

Em relação às solicitações individuais, estas eram encaminhadas para os grupos de convivência e reflexão ou ainda para dos projetos desenvolvidos pelo CRAS, visto que, nesta abordagem, visava à emancipação dos sujeitos na construção de sua história.

Devido às novas orientações para Registro das ações e serviços do PAIF, juntamente com o processo de reestruturação do CRAS, iniciou-se a construção do processo de separação da Secretaria Municipal de Assistência Social. Foram elaborados os devidos documentos para registros próprios do CRAS como cadastro sóciofamiliar, timbre do Programa, ficha para relatórios e registro de atividades.

Registra-se que até aquele momento, os dados das famílias atendidas eram mantidos em conjunto com o arquivo da Secretaria Municipal

de Assistência Social.

Sendo assim, as informações sobre usuários, serviços e ações foram sistematizadas em instrumentos próprios do CRAS.

O Centro de Referência de Assistência Social, juntamente com a Secretaria de Assistência Social e o Programa Bolsa Família, em consonância com os pressupostos dos direitos civis, sendo este um dos direitos assegurados pela Política de Assistência de Social, realizava mutirão para cadastramento de CPF e declarações anuais de isentos junto à Receita Federal. Este serviço passou a ser ofertado gratuitamente a centenas de usuários da assistência social no sentido de proporcionar-lhe a solução para entraves na obtenção de direitos, desde arrumar um emprego, legalizar-se como cidadão e melhorar sua autoestima.

Em 10 de junho de 2003 foi aprovada pela Câmara Municipal a Lei nº 1365 que criava o Conselho Municipal do Idoso. Esse conselho acabou tornando-se um dos mais atuantes e sempre teve participação decisiva na averiguação de denúncias de maus tratos contra idosos, os casos em que familiares não tomavam providências, para resolver a situação vivenciada pelo idoso e que eram encaminhados a Promotoria de Justiça da Comarca de Areado a fim solucioná-los.

Os documentos eram arquivados no Conselho Municipal do Idoso, juntamente com os outros documentos da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Os conselheiros realizavam reuniões com o grupo de músicos do Clube da Viola e o Coral Vozes de Ouro. Nestas reuniões acabavam tomando decisões como a que decidiram pela fusão dos grupos para os ensaios musicais.

O grupo de idosos, geralmente, apresentava músicas nas conferências municipais e outros eventos comemorativos. Chegaram inclusive a gravar um CD musical com o apoio da Casa da Família.

Os grupos, por certo tempo, ensaiaram juntos, mas, de repente, começaram a desentender-se e aí, conversaram e decidiram separar-se novamente e cada um passou a fazer seu próprio ensaio.

As mulheres do Coral solicitaram o acompanhamento de uma

conselheira e do músico contratado, visando à disponibilização de duas horas do seu horário de trabalho para dedicação ao Coral. Tendo em vista garantir o interesse e o bem-estar dos idosos, a conselheira apresentou a proposta na reunião conjunta da equipe do CRAS e com a Secretaria de Assistência Social e concluíram que não haveria nenhum problema em continuar os ensaios. Assim, a conselheira entrou em contato com o músico e as idosas e passaram a realizar os ensaios uma vez por semana, no Lar São Vicente de Paulo.

O Conselho Municipal do Idoso, em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social, passou a realizar anualmente a comemoração ao Dia do Idoso no Lar São Vicente de Paulo e sempre contou com a presença de centenas de idosos. Houve anos em que o escrivão da Polícia Civil, que também coordenava as ações da Associação dos Aposentados de Alterosa (ASSAPA), ministrava palestra com o tema "Prevenção aos maus tratos contra a Pessoa Idosa".

Para as ocasiões o CRAS contratava o serviço de recreação, algodão doce e picolés, e pessoas da comunidade contribuíam com a doação de pães, carne para o lanche dos idosos, e os comerciantes do município contribuíam com os brindes que eram sorteados nos eventos.

Essas comemorações tornavam-se um dia de lazer com muita música, dança apresentações do Coral Vozes de Ouro, artistas circenses, diversão e informações sobre os direitos garantidos no Estatuto do Idoso.

Outra ação que chamou nossa atenção foram as reuniões anuais realizadas com os usuários do CRAS, a fim de estabelecer os cursos profissionalizantes de seus interesses, geralmente eles solicitavam os cursos de baby sitter, manicura e pedicura, novas tendências de embelezamento, bordado com pedrarias, confecção de peças em porcelana fria (biscuit), técnicas de trabalho para auxiliar administrativo. Detectados e reivindicados os cursos preferidos, a equipe se reunia, elaborava a requisição e o setor de compras e licitações, providenciava a solicitação dos cursos à unidade do SENAC de Poços de Caldas, e acordados, mediante um cronograma e calendários definidos pelas solicitantes e pelos usuários davam início à realização dos mesmos.

O curso de manicura e pedicura, por exemplo, que foi realizado

no Distrito Divino Espírito Santo, possuía uma carga horária de 100 horas. O objetivo era o de capacitar as pessoas, para atuar na área de embelezamento corporal e proporcionar a estas subsídios para gerar renda, através da prestação de serviços a terceiros ou trabalho autônomo. Neste curso em especial, foram preenchidas 18 inscrições das quais 14 pessoas concluíram o curso.

Logo após o encerramento de um curso iniciava-se outro e assim consecutivamente: novas tendências de embelezamento de unhas, com carga horária de 15 horas. Este foi realizado com o objetivo de desenvolver novas habilidades e aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos no curso anterior. Foram preenchidas 25 inscrições, 20 pessoas selecionadas e 18 terminaram o curso.

O curso “Bordado com pedrarias” possuía uma carga horária de 45 horas. O objetivo do curso era o de despertar o interesse de artesãos e pessoas interessadas para o desenvolvimento do trabalho artesanal. Foram realizadas 21 inscrições e 15 pessoas concluíram o curso.

O curso “Técnicas de trabalho para auxiliar administrativo” possuía uma carga horária de 80 horas. O curso foi planejado, para capacitar pessoas com formação em Ensino Médio, tendo em vista auxiliá-los na procura do primeiro emprego, 45 pessoas fizeram inscrição, 20 foram selecionados, e destes, 17 concluíram o curso. Os outros 25 ficaram na lista de espera para o ano seguinte.

O curso “Confecção de peças em porcelana fria (biscuit)” e de “Decoupage” foi realizado no Distrito Divino Espírito e possuía uma carga horária total de 21 horas. O objetivo do curso era estimular a criatividade das pessoas interessadas em trabalhar com o artesanato, tendo em vista futuramente a criação de uma associação de artesãos na localidade. O curso foi estruturado, de forma que as alunas puderam aprender o conhecimento prático de *biscuit* e *decoupage* e o teórico, como vender os produtos e como se organizar, além de conhecimentos sobre o cooperativismo, associativismo e empreendedorismo. Participaram 16 pessoas do curso de *biscuit* e 18 de *decoupage*.

O curso de “*Baby sitter*” foi realizado em Alterosa e possuía

uma carga horária total de 80 horas. Seu objetivo era qualificar pessoas com conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários, para cuidar de bebês e crianças, zelar pelo bem-estar geral destes. Foram feitas 20 inscrições, mas devido ao período da safra do café, houve desistência e apenas 8 usuários concluíram o curso.

Anualmente, por ocasião do Natal, o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) contratava instrutor de atividades lúdicas para os idosos residentes nos Lares São Vicente de Paulo de Alterosa e Distrito Divino Espírito Santo.

Neste contexto, a ação objetivava o desenvolvimento de atividades interativas, recreativas, jogos e oficinas de artesanato com idosos que proporcionaram espaços de convívio, diminuindo o tempo ocioso e o isolamento social devido ao asilamento.

As atividades lúdicas ofereciam aos idosos momentos de integração e convivência com outros internos, caminhada pela cidade, convívio com animais e com o plantio de hortaliças. Tais atividades eram abertas à participação da comunidade dentro dos Lares.

Ressalta-se que os idosos em situação de asilamento do município de Alterosa, em sua maioria, não possuíam convívio social e familiar. Dessa forma, as atividades lúdicas fomentavam a integração social entre os mesmos.

Enquanto algumas pessoas da comunidade, em parceria, faziam doações de panetones e a decoração do Lar, o CRAS/PAIF financiava a compra de pijamas para os internos que eram presenteados com a presença do Papai Noel no dia 25 de dezembro.

O Centro Alterosense de Educação Integrada de Alterosa (CAEDI) que, por vários anos, ficou subordinado à Secretaria Municipal de Educação, passou por um processo de transição para a Assistência Social, uma vez que as atividades efetivadas nele eram compatíveis com o atendimento socioassistencial das crianças e adolescentes dos 7 aos 14 anos.

Com a transição, a equipe do CRAS realizou de imediato a capacitação dos profissionais do CAEDI, coordenador, monitores e instrutores, com a finalidade de fomentar um espaço de integração e despertar o interesse

de um trabalho espontâneo e prazeroso, visto que o atendimento às crianças demanda dedicação, empenho e carinho.

A capacitação se efetivou através de oficinas quinzenais, nas quais eram abordados temas como motivação, autoconceito, autoconfiança, humanização no atendimento e direitos da criança e do adolescente.

Ao final, foi iniciada a elaboração do Regimento Interno do CAEDI de forma participativa e integrada junto aos profissionais, porém, não foi bem aceito, visto que, durante muitos anos, trabalharam sem a sua exigência. Não conseguiram compreender a importância da normatização para o bom funcionamento da instituição. Os compromissos da Secretaria de Assistência Social e suas assistentes sociais sempre foram pautados no sentido de acompanhamento, formação e capacitação continuada, pois as profissionais acreditavam que, só assim, seria oferecida uma política pública de qualidade, com eficiência e eficácia.

Quanto às feiras de artesanato o PAIF sempre trabalhou na perspectiva da capacitação profissional com os cursos profissionalizantes do SENAC/MINAS com a finalidade de fomentar a geração de renda às famílias atendidas pelo programa.

Partindo da premissa de que o município de Alterosa não possuía grandes empresas geradoras de emprego e, considerando a sua localização no circuito do Lago de Fumas, tendo como identidade cultural o artesanato, convencionou-se a realização, de tempos em tempos, dessas feiras, visto que seriam oportunidades para divulgar os produtos artesanais, agregar valor e gerar renda.

Dispostos a efetivar a ação, primeiro realizou-se um levantamento e cadastramento dos artesãos do município. Depois de várias reuniões de planejamento, as feiras acabaram se concretizando. Só que, com o tempo, os artesãos foram ficando desmotivados sob alegação de que não possuíam barracas para a exposição dos produtos o que levou a equipe a planejar a requisição de barracas de exposição para os eventos futuros.

Sempre em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a equipe do CRAS planejava ações, folders, chamadas volantes, programas de rádio para dar orientação às mulheres vítimas de violência. Para

embasamento da campanha, era feita produção de material de divulgação e camisetas com o tema: Violência contra a mulher: já é hora de vencê-la!

O programa de rádio era realizado por uma equipe composta por assistente social, psicóloga, médico, escrivão de polícia civil e um agente pastoral que esclareciam dúvidas sobre os procedimentos em caso de violência. Eram realizadas ainda orientações às vítimas de violência.

A comemoração ao Dia Internacional da Mulher sempre era realizada em parceria com a Secretaria de Saúde, Educação, Esportes e Assistência Social no Poliesportivo de Alterosa, com diversas atrações, apresentações, palestras, serviços (corte de cabelo e manicure) e informações sobre saúde às mulheres do município.

As profissionais do CRAS coordenavam oficinas temáticas de autoestima com as mulheres presentes nas comemorações e assim, paulatinamente, era construída uma nova mentalidade alicerçada no respeito, no direito e na elevação da pessoa humana.

Anualmente era realizada a Festa de Natal para as crianças do Centro Alterosense de Atenção Integrada (CAEDI). O Centro de Referência de Assistência Social contratava o serviço de recreação e animação com palhaços, brinquedos (camas elásticas, piscinas de bolinhas e tobogãs) e alimentação com pipoca salgada e algodão doce preparados no momento da festa. O CRAS realizava também, em parceria com a Pastoral da Juventude do Distrito Divino Espírito Santo, a Comemoração do Natal para crianças da localidade, com a contratação do serviço de animação e brinquedos.

Além das atividades desenvolvidas pelo CRAS, a equipe sempre se envolveu em outras atividades, tanto da Secretaria de Assistência Social como das demais secretarias e da administração municipal como um todo. Atuavam como colaboradoras, organizadoras e mobilizadoras de eventos e ações que, dentro de uma perspectiva transdisciplinar, eram pensadas e abraçadas com afinco, no sentido de promover uma cidade de todos e para todos.

Atuavam nos conselhos municipais, na organização e participação direta nas Eleições do Conselho Tutelar e na elaboração de leis que deram origem a vários conselhos municipais. O único que foi pensado e

que acabou não se tornando realidade foi a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

A partir de discussões levantadas no trabalho interdisciplinar e transdisciplinar da equipe do Projeto Casa da Família, verificou-se a necessidade de organizar um grupo que tivesse caráter não só terapêutico, mas também sócioeducativo, que viesse a atender mulheres que apresentavam queixas de violência, sexualidade, conflitos conjugais, depressão e baixa autoestima. Nesse sentido, nasceu o projeto “Grupo de mulheres”. Foram convidadas 22 mulheres para participar do grupo por indicação das psicólogas do projeto. No grupo foram abordados os temas: violência intrafamiliar, autoestima, relacionamento com os filhos, questão de gênero e sexualidade.

Nesta mesma linha, o Grupo de “Mulheres Vida Nova”, atendeu 9 (nove) mulheres moradoras do bairro Cruzeiro com faixa etária acima de 40 anos que, em princípio, encontravam-se vivenciando quadro depressivo e conflitos sóciofamiliares. O projeto objetivou superar estas dificuldades sóciofamiliares, através de atividades informativas e sócioeducativas, promovendo a melhoria da qualidade de vida e autonomia das participantes. E ainda ofereceu curso profissionalizante com a intenção de gerar emprego e renda, proporcionou passeios, festividades e atendimento psicossocial necessário.

A equipe Casa da Família realizava reuniões mensais com líderes da pastoral da criança do município, com o objetivo de estabelecer parceria para o trabalho e potencializar as ações realizadas pela Pastoral da Criança, onde se discutia planejamento do trabalho e temas pertinentes às famílias atendidas simultaneamente pelo projeto Casa da Família.

O Projeto “Borboleta”, realizado na zona rural de Alterosa, com parceria do PSF/CAEDI, foi desenvolvido no Bairro Quilombo, atendendo a população dos Bairros Água Limpa e Quilombo, tendo sido atendidas 20 famílias.

O trabalho realizado fundamentava-se em reuniões sócioeducativas, cursos, oficinas e palestras. Os usuários deste projeto eram mulheres com histórico de isolamento social, dependência de psicotrópicos e

transtorno emocional. Esse projeto, desenvolvido no Bairro São Bartolomeu, atendeu 12 famílias. Neste bairro foram realizadas reuniões temáticas, oficinas e palestras.

Durante o período de desenvolvimento do projeto, as famílias participantes foram encaminhadas para atendimentos psicológico e social (medicamentos, cesta básica e BPC) quando verificada a necessidade.

O Grupo “Espaço Aberto”, realizado por um período de 6 meses, atendia separadamente pais e adolescentes com faixa etária de 12 a 15 anos, encaminhados pelo Conselho Tutelar de Alterosa, tendo sido acompanhadas 14 famílias. O público deste projeto foram famílias com dificuldades de relacionamento familiar e social, problemas disciplinares e prática de atos infracionais.

O trabalho com o grupo de pais era realizado através de reuniões temáticas e acabou não tendo continuidade devido ao não comparecimento destes.

Quanto ao grupo de adolescentes o resultado foi diferente e acabou efetivando-se com a realização de atividades sócioeducativas, tais como, reuniões temáticas, oficinas, jogos e passeios, criando um espaço de socialização baseado na confiança, contribuindo para a superação de conflitos de ordem social, educacional e familiar.

O Projeto “Ciranda” também chamou a atenção, pois foi coordenado pelas estagiárias de Serviço Social e consistiu no atendimento de 08 crianças entre 03 a 05 anos de idade que frequentavam a Creche Nova Esperança e que apresentaram dificuldades de socialização e relacionamento no ambiente familiar e comunitário.

Os encontros eram realizados semanalmente com atividades sócioeducativas, utilizando como suporte materiais pedagógicos direcionados por meio de pinturas, jogos, músicas e vídeos. Também houve um trabalho com os pais, levando em consideração que a instituição familiar era a principal responsável pela educação e a promoção do crescimento da criança para o convívio social.

Já o Projeto “Centro de Beleza” foi concebido para a geração de emprego, renda e associativismo que ofereceu curso de aprimoramento

para 12 cabeleireiros, com inscrição no Programa Bolsa Família, que participaram do curso de cabeleireiros. Este trabalho objetivou ampliar a capacitação dos cabeleireiros para exercerem o novo ofício, bem como orientação para levantamento dos recursos necessários para a montagem e organização do Salão Comunitário "Centro de Beleza".

Além dessas atividades, a equipe da Casa da Família desenvolveu reuniões, buscando o fortalecimento do espírito de grupo e a promoção de melhores condições de vida para as famílias.

O Programa Casa da Família que tinha por missão a promoção do desenvolvimento social através da efetivação de políticas públicas, na perspectiva de prevenção e superação das desigualdades sociais, tendo como foco de atenção a família e a promoção de seus membros, idealizou e articulou o Projeto "Bom de Bola, Bom de Escola", com o intuito de oferecer às crianças e adolescentes provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade social, um aprendizado sobre a modalidade esportiva futebol, estimulando as capacidades motoras e físicas de cada aluno, desenvolvendo a capacidade de trabalho em grupo, a autoconfiança, o respeito e a disciplina.

Sua divulgação se efetivou na escola do Distrito, através da fixação de cartazes, informações nas salas de aula; no PSF, através dos agentes de saúde; na Igreja, através do autofalante, nas missas e nas rádios da cidade. As inscrições ocorreram na Escola Professora Yolanda Dias Ribeiro, momento em que procurou priorizar e contemplar famílias que já tinham sido atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e que constavam no Cadastro Único. Era preenchida uma ficha socioeconômica da família e orientado sobre as reuniões sócioeducativas que seriam realizadas com os pais ou responsáveis. Essas reuniões eram quinzenais e coordenadas pela psicóloga e pela assistente social, com duração de 1 hora e meia. Nelas eram abordados aspectos do desenvolvimento das crianças, assim como temas sociais que levassem as famílias a refletirem sobre sua realidade, buscando uma melhora na qualidade de vida.

Foram selecionadas e atendidas 25 crianças entre 09 e 12 anos de idade provenientes de famílias de baixa renda e com cadastro na Secretaria Municipal de Assistência Social, residentes no Distrito Divino

Espírito Santo e que estavam frequentando regularmente a rede de ensino. O Distrito foi escolhido, porque se encontrava situado a 12 km do município, contava com uma população de aproximadamente 2.000 habitantes, sendo que a maior parte dos trabalhadores empregava sua mão de obra nas lavouras de café, milho e batata, sendo estas as únicas fontes de renda, o suficiente apenas para garantir o próprio sustento. A localidade não contava com nenhuma atividade recreativa ou sócioeducativa para as crianças e os adolescentes que ficavam ociosas no período em que não estavam na escola, alternando a casa com a rua.

O projeto contou com um profissional de educação física, que desenvolveu as atividades esportivas com as crianças e adolescentes participantes, apoiando-se em uma proposta pedagógica que favorecia o desenvolvimento global dos participantes, ressaltando o processo de socialização do grupo e este com a comunidade.

Denominado Escolinha de Futebol tornou-se um espaço de socialização e fortalecimento de vínculos de solidariedade na comunidade e na família, acontecendo duas vezes por semana (terça e quinta-feira), com duração de duas horas.

Paralelamente aos treinos de futebol, uma assistente social e uma estagiária de Serviço Social promoviam diferentes encontros sócioeducativos com as crianças onde eram discutidos temas de cidadania que, através de dinâmicas educativas, possibilitavam, além do aprendizado, a socialização e a interação dos participantes.

Visitas domiciliares também eram realizadas nas casas das famílias das crianças do projeto, tendo sido, segundo as coordenadoras, notável a satisfação dos pais em relatar os benefícios que o projeto trouxe para seus filhos, melhorias tanto na vida escolar quanto na família.

A metodologia proposta e utilizada pelo professor de educação física buscou estimular o pleno desenvolvimento dos alunos nos aspectos sensitivos, cognitivos, afetivos, sociais e motores. Os participantes recebiam um uniforme.

Um dos critérios para a freqüência e permanência no grupo era o bom desempenho escolar, com apresentação do boletim escolar.

O projeto “Bom de Bola, Bom de Escola” teve suas atividades finalizadas no mês de dezembro de 2005, com festividades de encerramento que contaram, além das crianças participantes do projeto, com a presença de seus pais, amigos e coordenadores do projeto no Centro Cultural Professor Paulo Freire.

Esse trabalho conjunto com as famílias das crianças e adolescentes, através das reuniões sócioeducativas, contribuiu para despertar nas famílias uma maior compreensão dos aspectos do desenvolvimento de seus filhos, assim como fomentar o protagonismo social das mesmas na sociedade.

Atendendo à expectativa, podemos concluir que o projeto, de além desenvolver o potencial das crianças e efetivar os direitos que lhes são garantidos em leis, proporcionou-lhes o direito ao lazer e ao esporte.

O Projeto “Catavento” desenvolvido pela Casa da Família tinha no seu bojo as diretrizes do Plano de Atendimento Integral à família, ou seja, a substituição das políticas públicas tradicionais, calcadas na lógica do clientelismo e na individualização das ações assistenciais, por uma política de proteção, que fosse capaz de criar e garantir os espaços de crescimento e emancipação social.

Dessa forma, o Projeto teve como foco de atenção a família e, como perspectiva, a promoção de seus membros, vendo nesse espaço a criança e o adolescente como parte da família e como sujeito de direitos, que se encontra em condição peculiar de desenvolvimento. Para isso, foi firmado convênio com o Centro de Integração Social de Alterosa (CISA), outro projeto social, resultado da parceria entre PETROBRÁS e Fundação de Desenvolvimento Sustentável da Baixa Mogiana (FUNEDDES) visando ao desenvolvimento do Projeto Catavento.

O CISA tornou-se parceiro neste trabalho, pois foi criado com o objetivo de ser um espaço de socialização e integração no município, acreditando que só através de parcerias conseguiriam fortalecer a rede de atendimento à criança e ao adolescente, assim como preceitua o artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Pensar espaços para melhor desenvolvimento da criança e adolescente é pensar espaços atrativos que estimulem o aprendizado, levando em consideração a realidade do município. Sabemos ser direito da criança e do adolescente ter um espaço em que possa desenvolver atividades em horário complementar ao período escolar, ter uma alternativa que não seja a rua e os bares da cidade.

Reconhecendo o papel fundamental do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na defesa e articulação de políticas públicas de atendimento aos mesmos, este órgão contou com um parceiro na defesa e luta pelos direitos a eles, garantidos no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) no artigo 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

O Projeto “Catavento” destinou-se a atender, prioritariamente, crianças e adolescentes dos bairros Cruzeiro e Bela Vista, com o objetivo de propiciar um espaço recreativo e sócioeducativo desses bairros onde se encontrava o público alvo do Projeto Casa da Família. A escolha desses bairros deu-se em virtude de serem os mesmos locais de grande contingente populacional e com grande parcela da população vivendo em situação de vulnerabilidade social.

No CISA, as crianças e adolescentes participaram diariamente de oficinas de artesanato, capoeira, dança, cantata infantil, música, coreografia, teatro, expressão corporal, inglês, salão de jogos, pintura, coral e hora do conto. O projeto se estendeu à população adulta do bairro, com a realização de oficina “corpo em movimento”, que consistia em atividades de ginástica para mulheres da comunidade.

A iniciativa do projeto Catavento foi de possibilitar um espaço recreativo e sócioeducativo às crianças e adolescentes de famílias em situação de vulnerabilidade social. Esses espaços funcionam como "vetores de existencialização", onde a atividade lúdica e as artes têm "função de

inserção no mundo da coletividade", estimulando o aprendizado, a interação social e principalmente, o exercício da cidadania. Ainda o projeto "Catavento" buscou efetivar os direitos garantidos pelo Estatuto da criança e do adolescente (ECA) que prevê a realização de atividades recreativas e educativas em horário complementar ao período escolar. Foram atendidas no Projeto 94 crianças, no período da tarde e da manhã, e 80 mulheres.

Para a realização do Projeto foram adquiridos materiais de consumo e cedidas horas dos monitores das entidades assistenciais. Foram estabelecidas parcerias com Secretaria Municipal de Educação e com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que ofereceram alguns materiais necessários à manutenção do projeto.

Foram desenvolvidas oficinas sócioeducativas que corriam de segunda a sexta-feira e aos sábados, além de atividades recreativas. Buscando criar um espaço complementar a escola, tornou-se obrigatória a frequência escolar para permanência nas atividades.

O Projeto "Pipoca", voltado para atender os idosos da comunidade foi um desdobramento das ações do Conselho Municipal do Idoso, da Casa da Família e da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O objetivo do projeto era o desenvolvimento e a qualidade de vida da população idosa do município, promovendo o resgate da autoestima e da cidadania dos participantes, integrando os idosos com a comunidade local.

Ele se materializou na realização de oficinas sócioeducativas e pedagógicas, tais como, oficinas de alfabetização, de música-canto e coral, de artesanato biscuit, pintura, atividades lúdicas, ginástica e relaxamento, bailes, passeios, sendo, as três últimas atividades as mais frequentadas.

Estiveram envolvidos no projeto, segundo as listas de presença nas oficinas, aproximadamente 100 idosos, além dos colaboradores e profissionais, artesãos, músicos, psicólogas, assistentes sociais, professor de educação física, médicos, fisioterapeuta e enfermeiros.

Do projeto saiu o Grupo Musical Vozes de Ouro, que chegou a gravar um CD, contendo clássicos folclóricos e sertanejos. O Coral realizou inúmeras apresentações em Alterosa e na região, demonstrando o dom, a perseverança e a dedicação de senhoras que, depois de terem criado seus

filhos e muitas ainda ajudando na formação dos netos, foram capazes de dispor de parte do seu tempo para se dedicarem à música e a arte.

Percebemos ter sido um projeto valioso, pois despertou o desejo e realizou o sonho de 08 senhoras, como no dizer de uma delas: “este CD coroou a minha vida” e na afirmação de outra: “eu jamais esperava ter uma oportunidade dessas na minha vida, parece um sonho”.

O Projeto “Travessia”, implementado no ano de 2005, foi idealizado pela Casa da Família com o intuito de formar e capacitar 60 jovens em informática e 20 jovens em inglês. Os cursos oferecidos tiveram duração de 7 meses sendo 1 aula por semana com 2 horas de duração.

A escola contratada e o professor de inglês forneceram o material dos cursos que foi disponibilizado aos respectivos alunos. Os cursos do Projeto Travessia eram complementares à escola básica e, por isso, os alunos tinham o compromisso de frequentar ambos os espaços. Todo último dia do mês era passada a listagem com a frequência de todos os alunos. Podia ser solicitada também das escolas da rede regular de ensino a listagem com a frequência dos alunos. Todo último dia do mês era passada uma listagem para averiguar a frequência de todos os alunos. Os alunos infrequentes às aulas de informática e inglês eram visitados e consultados sobre seu interesse nas aulas e, caso desistissem, o material era recolhido para ser passado para um novo estudante, pois existia uma lista de espera contendo os jovens interessados no curso.

Junto aos adolescentes que frequentavam o curso foi desenvolvido pelas profissionais trabalhos sócioeducativos, dando destaque aos temas sobre inserção no mercado de trabalho e profissionalização do adolescente. Cada estudante recebeu uma camiseta com a logomarca da Casa da Família e da Escola Impulso Informática. No decorrer do curso receberam a visita do EPTV que filmou o Projeto, em virtude de o Projeto EPTV na Escola: “Inclusão Digital, o mundo na ponta dos dedos”, ter compatibilidade com o projeto desenvolvido em Alterosa.

Visando a uma maior interação e integração dos envolvidos, ao término do ano foi realizada uma confraternização entre os adolescentes, coordenadores e monitores. Esses acontecimentos eram importantes, pois

acabavam sendo momentos de avaliação e reavaliação dos procedimentos, bem como de novos direcionamentos que fortaleciam o grupo e traziam melhorias para o projeto e, principalmente, para os projetos futuros.

O Projeto “Imaginarte”, ocorrido em 2005, foi mais uma iniciativa do Programa Casa da Família. A implementação do projeto contou com a participação de 20 adolescentes entre 14 a 18 anos, divididos em dois núcleos: um, em Alterosa, e outro, no Distrito Divino Espírito Santo. O “Imaginarte” ofereceu curso de fotografia profissionalizante, a implantação de um laboratório fotográfico completo (preto e branco) e orientações técnicas para a elaboração e construção de um informativo bimestralmente (mini-curso de jornalismo). O curso transcorreu no Centro Cultural Paulo Freire, mesmo local em que foi instalado o laboratório de fotografia.

Como resultado do curso, e na perspectiva de colocarem em prática o que aprenderam no projeto, idealizaram e efetivaram duas ações que deram visibilidade aos jovens fotógrafos. Ao final do curso, realizaram uma exposição de fotos tiradas e reveladas por eles, aberta à visita da comunidade e aos seus pais.

Posteriormente, lançaram um jornal Informativo, no qual puderam expor mais uma vez seus talentos artísticos; desenvolveram textos jornalísticos sobre a comunidade local, cujas matérias foram produzidas por eles mesmos. Na elaboração do jornal, os integrantes receberam o acompanhamento didático de um coordenador pedagógico.

A solenidade que marcou o lançamento do Informativo “Imaginarte” contou com a presença das coordenadoras, prefeito, secretários, familiares e a comunidade em geral que prestigiaram o evento.

O trabalho desenvolvido, além do curso de fotografias, contou com reuniões sócioeducativas acompanhadas e orientadas por uma equipe psicossocial e uma visita de observação à redação de um jornal regional escrito, orientação técnica para a elaboração e execução de um jornal jovem, com edições bimestrais e atividades variadas que intencionavam despertar a socialização, o espírito de equipe, o protagonismo jovem e a capacitação para o mercado de trabalho.

Outra ação importante, mas paliativa, foi o programa de apoio à pessoa em situação de rua, que chegava à cidade, mas, desejava voltar a sua cidade de origem. Era, então, fornecida passagem para aqueles que solicitavam junto à Secretaria de Assistência Social. Geralmente eram pessoas que estavam em trânsito, ou no trecho, como eles mesmos se identificam. Por ser município pequeno e com baixa demanda, o atendimento a esse público era feito apenas através do fornecimento de passagens, já que não justificava a criação de serviços de alta complexidade para o atendimento (albergues, casas de passagem).

Para amenizar o problema, os gestores sociais dos municípios próximos passaram então a fornecer passagens para as pessoas em deslocamento rumo a um determinado destino. A passagem só servia para ir até a próxima cidade, chegando lá, o usuário teria que procurar a assistência social local para receber nova passagem para um novo trecho. Pensamos que esta prática, embora houvesse justificativas e considerações, ela apenas transferia o problema, fazendo com que o cidadão, para chegar ao seu destino, tivesse que se humilhar dezenas de vezes de cidade em cidade.

O Projeto “Comer Bem e Viver Bem”, outro projeto desenvolvido pelo Programa Casa da Família, teve como público alvo 25 mães de crianças da Creche Nova Esperança. Seu objetivo geral era contribuir para a compreensão das mães acerca da importância de manter uma alimentação saudável, e ainda, contribuir para a melhoria da saúde e, conseqüentemente, da qualidade de vida das participantes do projeto e de seus familiares.

Como objetivo específico foi estabelecida a capacitação de 25 mães sobre a importância da educação alimentar, propiciando conhecimentos e habilidades que permitissem a elas elaborar um cardápio equilibrado e barato no seu dia a dia.

Nos últimos anos temos vivenciado uma preocupação cada vez maior das pessoas com a alimentação. Isso se dá por diversas razões: questões estéticas, de saúde, qualidade de vida, entre outras. Porém, no imaginário popular essa é uma preocupação somente de pessoas que têm uma boa situação financeira, tendo em vista, nesta lógica, que, produzir um

cardápio equilibrado, custa caro. Objetivou-se com esse projeto demonstrar o inverso, ou seja, que era possível manter uma alimentação saudável e equilibrada, através de um planejamento adequado da compra e conservação dos alimentos, buscando garantir a utilização integral dos mesmos e gastando pouco dinheiro.

A opção inicial foi atender as mães das crianças que frequentavam a Creche Nova Esperança, por duas razões: primeiro, porque as mulheres exercem um papel fundamental na segurança alimentar e nutricional da família; segundo, porque é nos primeiros anos de vida que a criança necessita de especial atenção em relação à sua alimentação, buscando preservar seu desenvolvimento integral.

Quanto à metodologia do projeto, inicialmente, foi realizada a divulgação na entidade acerca do curso. Depois se realizou a inscrição e a seleção das famílias. Foram priorizadas as famílias que já recebiam algum tipo de atendimento pelo Programa Bolsa Família, seguindo as orientações do próprio MDS de incluir essas famílias na rede prestadora de serviços da comunidade. Foi feita uma lista de espera com o objetivo de substituir as famílias infrequentes durante o projeto.

Eram realizadas reuniões semanais coordenadas por uma assistente social e uma nutricionista; as reuniões tinham duração de 1 hora, sendo os dias e horário definidos em conjunto com as mães.

Quinzenalmente, as famílias recebiam uma cesta com legumes, verduras e frutas, objetivando que os conhecimentos adquiridos fossem colocados em prática no dia a dia em suas casas.

Nas oficinas eram abordados temas como escala alimentar: necessidade e quantidades necessárias de carboidratos, proteínas, açúcares, gorduras; a importância da água na alimentação e digestão; planejamento e compra adequada dos alimentos; conservação dos alimentos (Congelamento); elaboração de cardápio; utilização integral dos alimentos; elaboração de receitas doces; elaboração de receitas salgadas; utilização dos alimentos para benefícios diretos para a saúde (medicina alternativa).

A partir do ano 2001, depois da palavra “Projeto”, o que mais se ouvia nas secretarias era a necessidade de muita “capacitação profissional”

tanto do setor público como da comunidade em geral, o que se materializou no oferecimento de cursos nas mais variadas áreas do conhecimento e da gestão pública. O gestor afirmava constantemente que as pessoas não faziam ou não sabiam fazer as coisas, realizar as tarefas, criar, inovar, porque não tiveram a oportunidade de aprender. “A aprendizagem, o conhecimento e a informação são as mercadorias mais preciosas do século XXI e o grande diferencial entre os homens”, dizia.

Para dar exemplo, o próprio gestor e mais três secretárias foram fazer um Curso de “Especialização em Administração Pública” no Instituto Brasileiro de Administração Pública em Ribeirão Preto. Outros 12 funcionários e secretários foram fazer o Curso “Como Elaborar Projetos e Captar Recursos” no Liceu de Artes e Ofício em São Paulo.

Foram cursos de capacitação, formação e qualificação profissional, educação de jovens e adultos, cursos técnicos federais de informática, enfermagem e agrícola, graduações em Pedagogia, Letras, Matemática, Física, Administração Pública, pós-graduações em Docência no Ensino Superior, Práticas Pedagógicas e Gestão de Pessoas e Projetos Sociais, além de uma centena de cursos de curta duração, alguns dos quais, mais importantes, relatamos aqui: Padeiro e Confeiteiro, Defumação, Apicultura, Piscicultura, Inseminação Artificial, Derivados do Café, Derivados do Leite, Tapete Arraiolo, Doces e Salgados, Compotas e Picles, Ervas Medicinais, Corte e Costura, Biscuit, Ponto Cruz, Cestaria, Manicura e Pedicura, Depilação, Bijuterista, Preparação para o 1º Emprego, Artesanato, Crochê, Tricô, *Baby Sitter*, Cuidador de Idosos, Cabeleireiros, Culinária, Beleza Facial, Decoração de Unhas, Bordado em Pedrarias, Artesanato em Decoupage, Pintura, Auxiliar Administrativo, Construção Civil (formação de 40 pedreiros e pedreiras em parceria com o Projeto Escola de Fábrica do MEC), Eletricista, Encanador, Jardinagem, etc. Para que todos esses cursos ocorressem foram celebradas parcerias, com Universidades, Fundações, SENAC, SENAR, Casa dos Meninos, FUNEDES/CISA, etc.

A Reforma Administrativa implementada em abril de 2001, pela Lei Complementar nº 13, deu ao município uma nova estrutura administrativa e organizacional que, buscando racionalizar a administração municipal e

perseguindo a eficiência e a eficácia na prestação dos serviços públicos, promoveu a separação do Departamento de Saúde e Ação Social, surgindo daí a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, dando-lhes autonomia e sede própria. Até então, a Saúde funcionava em uma pequena sala dentro da prefeitura onde eram agendadas consultas, marcados exames, distribuídos medicamentos e pensadas minimamente as políticas de saúde. A área social era praticamente inexistente, o município nunca tinha tido uma assistente social. A Secretaria Municipal de Saúde, no início da gestão 2001-2005, chegou a funcionar em prédios alugados, até conquistar sua independência com a retomada judicial de prédio doado a uma fundação de ensino e que se encontrava sem funcionamento, há mais de dez anos. Com espaços amplos e adequados ao atendimento público, totalmente informatizado, novos médicos especialistas e uma frota de veículos triplicada, representaram autonomia, segurança e compromisso com a saúde pública e coletiva.

Com o convênio que trouxe de volta o médico da família, os moradores de Alterosa passaram a ter um novo modelo de atendimento e de saúde no município, uma transição da saúde curativa para a saúde preventiva, despertando no imaginário e na lembrança das pessoas que o bom e velho médico da família estava de volta. Com o Programa Saúde da Família, três equipes formadas por agentes comunitários, enfermeiros e médicas, passaram a garantir o trabalho de prevenção e acompanhamento, sem que o paciente tivesse que sair de casa.

A conquista foi que, com o Programa Saúde da Família (PSF), implantado a partir de 2001, a população de Alterosa começou a contar com atendimento descentralizado e saúde preventiva e, dependendo da situação e das condições de deslocamento do usuário passou a ser domiciliar. Os atendimentos dos serviços de saúde tornaram-se permanentes e mensais e não só quando o usuário necessitasse de assistência médica e já estivesse adoentado.

Com o Programa Saúde da Família (PSF), os moradores passaram a receber a visita regular dos agentes comunitários de saúde, que

faziam o acompanhamento aos que precisavam de uma atenção continuada, além de realizar procedimentos de prevenção.

O programa implantado pelo município e mantido em parceria com o Governo Federal fazia parte da política de redução das internações hospitalares, controle de epidemias e da mortalidade infantil da cidade, ou seja, a saúde preventiva e coletiva.

Os primeiros passos para a implantação do PSF iniciaram-se com o cadastramento de todas as residências urbanas e rurais e, a partir desse cadastro, as ações de prevenção e de promoção à saúde começaram a ser planejadas e efetivadas.

Com o PSF, a cidade foi dividida em três áreas e 18 micros áreas de atendimento. As famílias eram cadastradas pelos agentes comunitários de saúde, sendo que cada um era responsável por uma micro área. A partir daí as famílias passavam a ser assistidas pela equipe que era coordenada pelo enfermeiro, sendo composta ainda por uma médica e um auxiliar de enfermagem.

A equipe passou a acompanhar os pacientes crônicos (hipertensos, diabéticos, etc.), garantir a vacinação infantil e promover a melhoria da qualidade de vida, através de palestras educativas e atividades em grupo.

Os serviços de urgência e emergência continuaram sendo realizados na Santa Casa de Misericórdia com a implantação do plantão médico 24 horas, serviço inexistente até o ano de 2001.

Um problema muito sério encontrado no município foi a Doença de Chagas que vitimava centenas de pessoas, sendo que a maioria delas habitava casas precárias, sem reboco e sem condições básicas de higiene, onde o barbeiro encontrava hospedagem ideal para proliferar e fazer suas vítimas. Visando resolver parte do problema foram celebrados 2 convênios com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), um, no ano de 2001, e outro, no ano de 2003, para reformar as casas que se encontravam nas condições de precariedade. No total foram reformadas 125 casas, sendo que, algumas delas acabaram demolidas dando lugar a embriões. De tal forma que 125

famílias de Alterosa tiveram suas casas reformadas, eliminando prováveis focos do barbeiro transmissor da doença.

A Prefeitura recebeu da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) R\$ 100.000,00(cem mil reais) no primeiro convênio e R\$ 120.000,00(cento e vinte mil reais) no segundo, aplicando uma contrapartida com recursos próprios de R\$ 6.023,16(seis mil, vinte e três reais e dezesseis centavos) e R\$ 7.539,79(sete mil, quinhentos e trinta e nove reais e setenta e nove centavos) nos respectivos convênios. Os recursos financeiros foram utilizados na aquisição de materiais de construção, sendo que a administração municipal, para atender um número maior de usuários, entrou ainda com a mão de obra de pedreiros e serventes, sendo que, algumas famílias que dispunham de mão de obra, também contribuíram na efetivação do investimento. Esse tipo de ação também visava à prevenção, pois, ao eliminar os focos do barbeiro não curamos as pessoas já contaminadas, mas evitamos que novas pessoas viessem a ser picadas e contaminadas com esse mal inaceitável em pleno século XXI.

Alterosa mudou o modelo de assistência à saúde dos seus cidadãos e cidadãs. O tradicional modelo de gasto com a doença foi substituído pelo investimento na prevenção, promoção e recuperação da saúde. O Programa Saúde da Família (PSF), hoje cobrindo 100% da população, conta com 4 equipes (Centro, Cruzeiro, Cavacos e CAEDI) que atuam nos programas de atenção primária, apresentando excelentes resultados como o fim das filas para consulta, redução de internação hospitalar, redução de mortalidade por causas evitáveis, propiciando qualidade de vida e satisfação dos usuários.

Em 17 de dezembro de 2003, a Prefeitura Municipal inaugurou o Centro de Saúde do Bairro Cruzeiro, cumprindo um importante compromisso definido no Orçamento Participativo (OP) e descentralizando o atendimento. A Farmácia Básica recebeu por parte da Secretaria Municipal de Saúde uma atenção especial, aumentando os itens distribuídos e colocando mais 03 Postos de Distribuição para atendimento à população. Sem falar que, com o PSF, os médicos que atendiam na zona rural já forneciam o medicamento às pessoas logo ao término da consulta.

O Programa de Saúde Bucal foi mais uma conquista do município de Alterosa na área da Saúde, atendendo a toda a população do município, independente de faixa etária ou renda. O programa veio para ficar e melhorar a qualidade de vida dos alterosenses, uma vez que oferece um serviço essencial à saúde preventiva.

A administração municipal, atendendo uma reivindicação histórica da população, instituiu no âmbito da saúde municipal o Plantão Médico 24 horas, e passou a apoiar o Grupo de Alcoólatras Anônimos (AA), adquiriu aparelhos de ultrassonografia e de Raios X, sempre procurando atender as necessidades e fornecer um atendimento condizente com a política pública de saúde.

Em 2001, detectou-se ainda que alguns usuários recebiam atendimento diferenciado do município, para realizarem o tratamento de hemodiálise, isso se devia ao fato de gozarem de proximidade com o ex-gestor. O município disponibilizava combustível para que eles fossem em seus próprios carros com exclusividade. Visando acabar com esse privilégio e humanizar o transporte, foi adquirido um veículo O km (perua Kombi) para transportar e atender os usuários que dependiam do tratamento de hemodiálise, em condições de igualdade, fazendo prevalecer o princípio da universalização da saúde.

Visando ampliar o atendimento especializado da população na denominada média e alta complexidade, visto que o município oferecia apenas os serviços da atenção básica, resolveu-se pela Lei Ordinária nº 1287 de 23 de maio de 2001, dar uma nova redação ao artigo 2º da Lei Municipal nº 1003 de 26 de maio de 1995, que autorizou o Poder Executivo a participar do Consórcio Intermunicipal de Saúde, ampliando a quantidade de serviços prestados na área de consultas e exames especializados. Com a nova redação ficou o poder Executivo autorizado a contribuir com percentual de 2% (dois por cento) mensais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), como contribuição ao Consórcio, em virtude de sua participação. Com certeza, o aumento do repasse não resolveu as demandas existentes, mas conseguiu amenizar a demora nos atendimentos. Outro avanço na área foi a implantação do Projeto de Saúde Bucal que passou a disponibilizar o atendimento dentário

curativo e preventivo à população que, até aquele momento, não tinha acesso a esse tipo de atendimento. A gestão 1993-1996 já havia disponibilizado esse tipo de serviço nas escolas municipais, quando implantou um consultório dentário em cada escola e, para o atendimento na zona rural, adquiriu o trailer dentário, criando uma nova cultura no trato e cuidados bucais e dentários. O projeto foi mantido pelas gestões seguintes e se encontra em funcionamento até os dias atuais. Com a implantação do Programa Saúde da Família e o Saúde Bucal, que passaram a funcionar em sintonia, muitas vezes a própria equipe da saúde da família encaminhava os usuários para o atendimento dentário. Para aprimorar este tipo de serviço na zona rural, adquiriu-se um ônibus consultório móvel que contava com sala de espera e dois consultórios, um médico ginecológico e outro dentário.

Pelo que percebemos a construção e a implantação do Laboratório Municipal de Análises Clínicas no Bairro Cruzeiro, cujo objetivo foi o de agilizar os procedimentos de exames dos usuários, pois o quanto antes se descobre a enfermidade, mais rápido inicia-se o processo de cura e prevenção, resgatando a saúde e a dignidade humana dos usuários. Nesse caso, mais um avanço significativo nas políticas públicas municipais.

No eixo temático da cultura e dos esportes, evidencia-se a criação de eventos e de espaços públicos comunitários que, com o tempo, foram tornando-se locais de identidade e referência para os cidadãos reconhecidos como usuários e portadores de direitos de políticas públicas marcadas pela permanência e pela continuidade. Nessa perspectiva foram construídos dois Centros Culturais: um, no Distrito de Divino Espírito Santo (Cavacos), Centro Cultural Professor Paulo Freire e outro, em Alterosa, dentro das dependências do Parque Municipal do Jucão. Esses espaços, até então inexistentes, passaram a servir a comunidade em todas as suas realizações sociais: reuniões, formaturas, teatro, noites líteromusicais, cursos de capacitação profissional, projeções de filmes, bailes e festividades.

Nesse diapasão, a reforma administrativa de 2001, marcada pela descentralização do poder e com o intuito de desenvolver políticas públicas autônomas, criou a Secretaria de Esporte, Cultura, Lazer, Turismo e Juventude e incumbiu-lhe da execução das atividades culturais do Município,

da manutenção de promoções cívicas, recreativas, esportivas, e ao fomento do turismo local, ao tombamento e controle de bens históricos e culturais, a manutenção da biblioteca municipal, bem como promoção e coordenação de atividades voltadas à juventude municipal com vistas à mobilização dos jovens e a interação destes em atividades lícitas e enobrecedoras.

Em 2001, atendendo às reivindicações da juventude o poder público passou a apoiar e patrocinar em parceria com o Moto Clube “Alteradus” os encontros anuais de motociclistas, evento que acabou tornando-se tradição no município e atração para turistas e amantes do motociclismo brasileiro. A cidade passou a receber todos os anos, milhares de turistas e motociclistas de todo o país gerando renda, emprego e trazendo recursos para o desenvolvimento municipal.

Acreditamos que, de todos os eventos ocorridos na cidade, este seja o que traga mais receitas, pois, quem pratica o motociclismo o faz por *robby* e isso demanda gastos e investimentos. Existem muitos eventos que levam o dinheiro da cidade embora; este é o tipo de evento que traz dinheiro, hospedagem, consumo e emprego que, apesar de transitório, tornou-se a expectativa de ganho para muitos, nas diversas modalidades de serviços necessários para a plena realização do evento.

Em 2003, atendendo a outro desejo e à mobilização da juventude foi realizado o 1º Festival de Música Pop-Rock de Alterosa que ocorreu nos dias 17, 18 e 19 de outubro no Parque de Exposições. O evento contou com a participação de várias bandas do país, tais como, Banda C-4 (Alterosa - MG), Banda Inconfidente Júnior (Taubaté – SP), Banda *Up Brother* (São Paulo – SP), Banda Alcova dos Anjos (Belo Horizonte – MG), Banda Sem Destino (Brasília – DF), Lio Fonseca (Alfenas – MG), *Marx Band* (Guaxupé – MG), Zé Guela (Alfenas – MG), Banda Dilei (Fortaleza – CE), Led Zebra (São João Batista do Glória – MG), Ratamahata (Poços de Caldas – MG), Banda Swat (Belo Horizonte – MG), Banda Mitra (Poços de Caldas – MG), Banda Saída Bangu (São Paulo – SP), Jorge Quase (São Paulo – SP), Banda Catarina Mina (São Luís – MA) e Banda Casal (Campo do Meio – MG). Eventos como esse promovem a integração cultural e social da juventude

dinamizando a vida econômica da cidade e interagindo lazer, diversão e turismo.

O Projeto “Bola e Viola” foi criado com o objetivo de levar cultura, lazer e esporte para a zona rural. Sua criação e implantação foram feitas em parceria com as comunidades, os violeiros e esportistas e, a partir do ano 2002, passou a ser realizado mensalmente nos campos de futebol dos bairros rurais. Em cada rodada realizava-se um torneio de futebol, envolvendo 4 equipes de bairros diferentes, previamente sorteados. O município fornecia o transporte dos jogadores e dos violeiros e a estrutura de som do evento. Nas ocasiões, era obrigatória a presença do secretariado municipal, para que esse pudesse interagir com os cidadãos, ouvir reclamações, sugestões e críticas que pudessem contribuir na melhoria dos serviços públicos prestados.

Visando acabar com o paternalismo e a diferenciação política, foi criado em 2001 o Programa Kit Esportivo, composto por camisas, shorts, meões, bola e rede que eram distribuídos anualmente às equipes que participavam do Projeto Bola e Viola. Para receber esses kits, que eram entregues por ocasião da primeira rodada, realizada no Estádio Municipal Lésio Siqueira Terra, os times precisavam existir há mais de um ano e estarem em plena atividade esportiva.

Antes, apenas alguns times, dependendo do comprometimento político partidário do bairro ou do líder da equipe, recebiam algum tipo de benefício do município, enquanto que a maioria das equipes permanecia esquecida e sem condições da prática esportiva nas tardes dominicais. Duas ações que, em princípio simples, “quem gosta de bola, joga ou vê o futebol”, “quem gosta de música, canta, ouve e dança”, acabaram interconectando lazer, esporte, cultura, integração entre bairros, mobilização e participação popular, criando espaços também políticos, possibilitando a interação com a administração municipal, com o governo e sua equipe, que ao irem ao encontro do povo no local em que ele vive, colhia ideias e reivindicações que contribuía na solução das dificuldades cotidianas e no aprimoramento da ação governamental.

A Feira Sertaneja passou a fazer parte da agenda cultural de Alterosa em 1993 e foi sendo aperfeiçoada gradativamente. No primeiro momento era realizada com a contratação de som terceirizado e em cima de uma caminhoneta da prefeitura ao ar livre, debaixo do sol; assim permaneceu por quase dez anos. Uma ação dessas que envolvia não só artistas do município, mas que passou a atrair os amantes da música de toda a região merecia algo duradouro e que lhe garantisse mais autonomia. Por isso, a gestão 2001-2005 percebeu a necessidade de melhorá-la com a aquisição de um equipamento de som específico e a construção de um palco fixo, uma espécie de coreto, onde os artistas, poetas, violeiros e músicos faziam suas apresentações nos domingos de manhã. Há anos a feira sertaneja tornou-se um ponto de referência não só para os artistas do município e da região, mas para os feirantes, na sua grande maioria, pequenos produtores da agricultura familiar que, aproveitando a concentração das pessoas, vendem a sua diversificada produção rural: o seu frango, seu queijo, sua rapadura, suas verduras e suas frutas.

Para o homem do campo uma oportunidade para incrementar a sua renda; para os artistas a expressão de seus dons e para a população que ali se encontra, momentos de descontração, lazer, bate papo e integração social.

Outra ação realizada com o intuito de que o patrimônio cultural do município é responsabilidade de seus gestores, que deve ser revestido do caráter de políticas públicas e concebido como direito consolidou-se com a aprovação da Lei Ordinária nº 1319 de 21/02/2002 que regulamentou no município de Alterosa o disposto no Artigo 216 da Constituição Federal, criando o Conselho Municipal de Patrimônio e deu outras providências. Vejamos os dois primeiros artigos:

Art 1º Ficam sob proteção especial do Poder Público Municipal os bens culturais e naturais de propriedade pública ou particular existentes no município que, dotados de valor estético, ético, filosófico, cultural, histórico ou científico justifiquem o interesse público em sua preservação.

Parágrafo único. Considera-se, para fins de preservação patrimonial todo e qualquer patrimônio considerado na sua imaterialidade, assim declarado como de interesse social na sua preservação.

Art. 2º Fica o poder executivo autorizado a instituir o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do Município de Alterosa, órgão de assessoria do Poder Público Municipal, com atribuições específicas de zelar pela preservação do Patrimônio Cultural do Município, composto, obrigatoriamente, por representante(s) do Poder Legislativo e Executivo, também representantes da sociedade organizada, regulamentado mediante decreto.

§ 1º O Prefeito Municipal poderá participar das reuniões do Conselho, sendo sua participação de caráter meramente opinativo, assumindo a direção dos trabalhos, em conjunto com a Presidência.

§ 2º Nas reuniões do Conselho, instituído com a presente lei, poderá participar todo e qualquer seguimento da sociedade, inclusive organizações não-governamentais, pessoas físicas e jurídicas relacionadas com a preservação do patrimônio cultural do Município.

Outra providência tomada foi no sentido de que a prefeitura passaria a ter um livro de tombo para inscrição dos bens, cujo tombamento deveria ser aprovado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e homologado pelo Executivo Municipal.

Definiu ainda que o tombamento, em esfera municipal, dos bens compreendidos no artigo 1º, só poderá ser cancelado com anuência do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e após procedimento autorizativo do Poder Público Municipal.

Determinou que os bens tombados não poderão ser destruídos, demolidos ou mutilados. Também, só com autorização especial do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural poderiam ser reparados, pintados ou reformados e que o descumprimento resultaria numa penalidade de multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da obra, sem prejuízo de outras providências de caráter criminal e cível.

Definiu ainda que toda e qualquer obra que venha interferir na estrutura física do patrimônio público municipal deverá ser precedida de levantamentos e parecer técnico do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural para, só depois, obter o alvará para a construção da obra.

Na vizinhança do bem tombado, sem prévia autorização do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, não se poderá fazer edificação que lhe impeça ou reduza a visibilidade, sob pena de destruição da obra irregular e aplicação de multa. Ficou proibida também a colocação de anúncios ou cartazes no bem tombado, impondo-se, neste caso, multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do objeto além de sua retirada imediata.

Quando se tratar de bens particulares, os mesmos, sob proteção da lei ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); isso, enquanto o proprietário estiver zelando pela sua conservação.

Determinou ainda que, no caso de alienação onerosa de bens tombados, a municipalidade terá o direito de preferência a ser exercido pela Prefeitura Municipal, na conformidade das disposições específicas do Decreto Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Por fim, fixou que os recursos oriundos da regulamentação da presente lei, ou seja, os recebimentos do ICMS Cultural terão como destinação obrigatória 80% (oitenta por cento) para a manutenção do patrimônio cultural e deveriam ser depositados em conta específica do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural, o mesmo ocorrendo com os demais 20%, sendo que a municipalidade poderia gastá-lo apenas em atividades específicas da cultura.

Contrariando a ideia de que a população urbana é que dispõe de esporte e lazer, através de uma parceria, o município de Alterosa em convênio com o Ministério do Esporte, que liberou 40 mil reais e a doação de terrenos por proprietários locais, foram construídas duas quadras poliesportivas em dois bairros rurais, uma no Bairro São Bartolomeu e outra no Bairro Cambuí. Estas ações tornam-se centros de referências e identidade nos bairros, congrega as pessoas e contribui na dinamização de suas vidas. Na medida em que foram sendo criados os espaços públicos e comunitários não só as práticas esportivas foram possibilitadas, mas também o entrosamento social, a melhoria da saúde e a união da comunidade. Começa aí outro tipo de proximidade e de pertencimento, dá forças à comunidade, melhora a autoestima e a administração pública se aproxima do cidadão que passa a ver no seu bairro a efetivação de um direito até então despercebido.

Quanto ao eixo temático, meio ambiente, é preciso destacar que em 2001, pela Lei Complementar nº 13 de 17 de abril que dispôs sobre a nova estrutura administrativa e organizacional da prefeitura, foi criada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente como órgão responsável pela implantação e manutenção dos princípios que norteiam a Política Nacional do Meio Ambiente, tendo como objetivo o desenvolvimento econômico e social

em harmonia com o meio ambiente, preservação da biodiversidade, proteção de ecossistemas, com preservação de áreas representativas, promoção da educação ambiental e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente, com a missão de participar da revisão e/ou elaboração do Plano Diretor do Município, da Lei do Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras, Código de Posturas Municipais e Legislação Tributária Municipal, na parte concernente ao meio ambiente.

Nessa perspectiva foi celebrado um convênio entre a Prefeitura e o Governo Estadual que propiciou a vinda do Escritório Regional do Instituto Estadual de Florestas (IEF), que passou a auxiliar a secretaria na fiscalização, prevenção e como suporte para prevenir a degradação das áreas verdes. Um dos desafios do escritório regional era reduzir as queimadas nas áreas próximas às rodovias e, para isso, passou a realizar blitz ecológicas. Além de promover ações de educação ambiental nas estradas e escolas, também era o escritório que autorizava os desmates e credenciava novas áreas de preservação permanente da região. Esta foi, sem dúvida, uma atitude importante em defesa da natureza e da vida.

Todavia, desde 1995, Alterosa já vinha dando passos importantes na preservação ambiental e no desenvolvimento sustentável integrado. Através da Lei Ordinária nº 1045 de 27/10/1995, abriu-se, de forma pioneira na região, uma nova perspectiva quanto à destinação correta do lixo urbano, pois autorizou o gestor da época a assinar convênio nos termos do artigo 1º:

Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Universidade Federal de Viçosa, fundação educacional de direito público, com sede em Viçosa, Estado de Minas Gerais, Campus Universitário, inscrita no CGC/MF sob o nº 25.944.455/0001-96, visando ao desenvolvimento de estudos, projetos e pesquisas para implantação de Usina de Reciclagem e Compostagem de baixo custo no Município, com vistas ao tratamento do lixo domiciliar.

A construção da Usina teve início em 1996, logo após a obtenção da licença de instalação e estava praticamente pronta, quando o gestor idealizador faleceu em 16 setembro, tendo sua inauguração ocorrida apenas em 1997, já na nova gestão que, dando prosseguimento ao projeto,

realizou os procedimentos para se obter a licença de operação que propiciou ao município o recebimento de ICMS Ecológico a partir do ano 2001. Esse recurso acabou tornando-se significativo no orçamento municipal, uma espécie de receita extra, compensando o pioneirismo do município na região e um dos poucos do Estado a se preocupar com a destinação correta do lixo domiciliar. Todo o lixo urbano passou a ser recolhido através de um caminhão compactador que o conduzia até a URCL, despejando-o na plataforma recebedora, de onde era puxado até a banca de triagem e reciclagem. Nesta banca era separado o papelão, o plástico, a lata, o vidro, pilhas, o rejeito e o lixo orgânico que era disposto nas leiras de compostagem. O rejeito era enterrado nas valas do aterro sanitário agregado à URCL, os vidros e as pilhas iam para baias onde eram armazenados, e o papelão, o plástico e lata eram prensados e enfardados para serem comercializados. O lixo orgânico, após a sua compostagem, tornava-se uma espécie de adubo que inicialmente era vendido aos cafeicultores, mas depois, seguindo as orientações da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) e, para evitar algum tipo de contaminação, passou a ser utilizado nas praças, parques, jardins e no horto florestal, na formação de mudas de árvores para reflorestamento.

Em 2002, dos municípios mineiros que possuíam Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo, 4 foram selecionados pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) e contemplados com um Projeto de implantação e monitoramento da Coleta Seletiva, elaborado pelo Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC-MG). Alterosa, que possuía a sua Usina inaugurada em 1997, foi uma das cidades contempladas, juntamente com São José do Goiabal, São Domingos do Prata e Iguatama. De posse do manual e do roteiro elaborado pelo CETEC, o município iniciou o processo de conscientização da população começando pelas escolas, professores e estudantes, que acabaram tornando-se grandes aliados da ação.

Muitos falam em custos ou gastos, além da complexidade e da burocracia dos órgãos ambientais, que muitas vezes acabam desestimulando os municípios de fazê-lo, pois lhes falta corpo técnico preparado para cumprir a extensa lista de documentos solicitados no processo de licenciamento ambiental, quer a licença de instalação ou a licença de operação. Essas

dificuldades tornam-se obstáculos quase que intransponíveis para os municípios do interior que, além de profissionais, carecem de recursos financeiros para implantar os sistemas de disposição dos resíduos sólidos urbanos e tratamento de esgoto. A implantação demanda um amplo estudo e depende primordialmente do aspecto quantitativo (volume) e do aspecto qualitativo (diversidade de materiais existentes) do lixo coletado. Realizado esse estudo, as alternativas para a disposição final poderão ter seus custos reduzidos, na medida em que sejam implementadas ações, objetivando a diminuição da quantidade do lixo que será coletado.

A ação seletiva por parte dos cidadãos pressupõe conhecimento, vontade e conscientização da parte das residências, das escolas, dos escritórios e dos demais estabelecimentos. Depende do grau de informação e do respeito com que tratam a natureza que não é algo distante de nós, mas está inserida em nós, pois numa perspectiva holística, nós não estamos no planeta, estamos com o planeta. Somos partes dele e ele é o todo de nós.

O mundo torna-se cada vez mais um todo. Cada parte do mundo faz, mais e mais, parte do mundo e o mundo, como um todo, está cada vez mais presente em cada uma de suas partes. Isto se verifica não apenas para as nações e povos, mas para os indivíduos. Assim como cada ponto de um holograma contém a informação do todo do qual faz parte, também, doravante, cada indivíduo recebe ou consome informações e substâncias oriundas de todo o universo (MORIN, 2006, p.67).

Considerando a média brasileira de composição do lixo, acreditamos que a coleta seletiva pode reduzir em até 30% o volume e o peso do lixo coletado num município. Isso representa, com certeza, redução nos custos da coleta, aumento da vida útil dos aterros, otimização na operação de sistema de triagem e compostagem, economia e proteção dos recursos naturais (flora e fauna), tornando-se em muitos casos uma alternativa energética. Daí a importância de ressaltarmos que a implantação e efetivação da coleta seletiva dependerá sempre de um amplo processo educacional que só atingirá os resultados esperados, na medida em que formos capazes de alterar os hábitos, as práticas e os costumes das pessoas.

É necessário aprender a “estar aqui” no planeta. Aprender a estar aqui significa: aprender a viver, a dividir, a comunicar, a comungar; é o que se aprende somente nas – e por meio de – culturas singulares. Precisamos doravante aprender a ser, viver, dividir e comunicar como humanos do planeta terra, não mais somente pertencer a uma cultura, mas também ser terrenos. Devemo-nos dedicar não só a dominar, mas a condicionar, melhorar, compreender (MORIN, 2006, p. 76).

Nesta perspectiva, é fundamental que o cidadão assuma o papel de sujeito na relação com a sua rua, seu bairro e seu município. Que haja um sentimento de pertencimento, convicção pessoal e coletiva de que o planeta é casa de todos nós.

Assim, o sucesso da coleta seletiva demanda do município preparo para ofertar aos seus munícipes um sistema de coleta eficiente e eficaz. Isso significa: conscientizar os cidadãos de que material reciclável não é lixo e, por isso, precisa ser recolhido separadamente; promovendo condições para que as pessoas possam descartar seletivamente papéis, plásticos, vidros e metais, sem obrigá-las a acumular estes materiais em suas residências ou escritórios. Neste sentido foi fundamental a existência prévia da Usina de Reciclagem e Compostagem de lixo.

É importante destacar também o envolvimento das pessoas que vivem dessa atividade, como os catadores e os sucateiros que devem ser, dada sua luta e experiência, aproveitados no processo, procurando viabilizá-lhes melhores condições de trabalho.

A implantação de locais de entrega voluntária, como pontos de coleta nas ruas, supermercados, escolas, igrejas, APAEs são fundamentais para o sucesso da ação.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente inaugurou em 19 de agosto de 2005, a Estação de Tratamento de Esgotos da sede do município, resgatando a vida do Ribeirão São Joaquim, que corta a cidade, preservando a qualidade das águas do Lago de Furnas, destinatário final das águas do ribeirão e atingindo, com isso, 100% na capacidade de retorno do ICMS Ecológico, uma vez que a Coleta Seletiva de Lixo já estava implantada desde o ano 2002, deixando evidente que a questão do meio ambiente deve ser levada a sério, pois, sem ele, a raça humana não sobreviverá.

Nesse eixo temático, outra ação que precisa ser resgatada é a criação das primeiras Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNS) que se tornaram realidade a partir de 1996, fazendo do município o de maior número de RPPNS no Estado de Minas Gerais.

Assim, com o Projeto denominado "VIVA FLORESTA", iniciado em 1.996, uma ação particular, iniciada tão logo o recebimento de uma propriedade rural, por herança, de 03,81 ha, localizada no bairro rural Cavaco de Baixo - Distrito do Divino Espírito Santo - Alterosa - MG, onde havia apenas formação de pasto com braquiária, possuindo um regato (rio pequeno) de águas cristalinas que corta a propriedade que, somados a muitos outros mantém a grandiosa represa de Furnas, rio este batizado com o nome de Regato São Francisco, iniciou-se a reconstituição da mata ciliar em volta do regato, sendo plantadas aproximadamente, 1.800 mudas de árvores nativas, sendo que, por falta de conhecimento no plantio, ataques constantes de formigas e falta de chuva, poucas das mudas vingaram, mas que acabou propiciando o surgimento de outras em decorrência da própria natureza. A área reflorestada possui 0,55 hectares, foi isolada e cercada, sendo batizada pelo nome "Reserva Josepha Mendes Ferrão".

Com intuito de preservar a área, os idealizadores pesquisaram as formas legais para preservá-la para sempre, deparando com o Decreto Federal nº 1.922 de 05 de junho de 1996 que tratava sobre Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), de situação perpétua.

O reconhecimento da Reserva Josepha Mendes Ferrão como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) deu-se com base no Decreto Federal nº 1.922 de 05 de junho de 1996 e no Decreto Estadual nº 39.401 de 21 de janeiro de 1998, que lhe concedeu a condição de reserva perpetuada e reconhecida pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) do Estado de Minas Gerais, em 26 de dezembro de 2001.

Enquanto aguardavam por dois anos, para o reconhecimento da área como RPPN, acabaram comprando mais uma gleba de 4,2 hectares de mata virgem nas proximidades, convencendo o Presidente do Conselho Deliberativo da ONG - Instituto Olho D' Água de Educação Ambiental Pesquisa e Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica, situado em

Mairiporã - SP a comprar mais uma área vizinha de 2,1 hectares, também com mata virgem, totalizando uma gleba de 6,3 hectares, intacta, de bioma Mata Atlântica, possuindo um pequeno córrego denominado João Ribeiro.

Com a orientação e auxílio do IEF - MG, ambas foram transformadas em RPPN, tornando-se conhecida por "RPPN São Francisco de Assis" com 4,2 hectares e a "RPPN Instituto Olho D'Água" com 2,1 hectares, fazendo que o município de Alterosa se tornasse o primeiro lugar em número de RPPNs no Estado de Minas Gerais.

Com recursos próprios, os proprietários e idealizadores cercaram toda a área e colocaram nas 3 (três) RPPNs placas de orientação e proibição, cumprindo o disposto na legislação vigente.

No ano de 2.002, com ajuda de amigos e parentes, compraram 88,88 % de uma área de 7,16 hectares, área esta averbada em cartório de Registro como Reserva Legal, conforme Decreto Est. MG nº 33.944, de 18/09/92, decreto baseado na Lei Federal nº 4.771, de 15/09/65.

Os proprietários mantenedores das reservas citadas não objetivam ganhos financeiros com a ação, mas tão somente preservar e garantir a perpetuação da biodiversidade para as gerações futuras.

Nesta perspectiva, visualizam a elaboração de um plano de qualidade na preservação e conservação das Reservas reconhecidas pelo Poder Público (RPPNs e Reserva Legal), além da padronização de um sistema tecnológico simples e acessível de educação ambiental e pioneirismo no empreendimento.

Agindo assim, pretendiam preservar a biodiversidade (vida micro e macro) existente na região, conservando animais em extinção (Ex: Lobo Guará, Tatu Canastra, Suçuarana e outros); instruir continuamente sobre a importância do meio ambiente na vida humana; servir de exemplo para a sociedade brasileira e mundial; manter a conservação plena das nascentes e regatos existentes nas reservas e na região, contribuindo para a manutenção do reservatório de Furnas, ser um marco e exemplo para outros proprietários de áreas rurais, despertando neles o desejo de preservarem parte de suas propriedades, conservando e respeitando as matas ciliares que, por sua vez, preservam as margens dos cursos de água, além de provar que

não é necessária a instalação de equipamentos sofisticados para sua manutenção, cumprindo voluntariamente e efetivando o que começam a rezar as legislações vigentes no Brasil e no Mundo.

Civilizar e solidarizar a Terra, transformar a espécie humana em verdadeira humanidade torna-se objetivo fundamental e global de toda educação que aspira não apenas ao progresso, mas à sobrevivência da humanidade. A consciência de nossa humanidade nesta era planetária deveria conduzir-nos à solidariedade e à comiserção recíproca, de indivíduo para indivíduo, de todos para todos. A educação do futuro deverá ensinar a ética da compreensão planetária (MORIN, 2006, p. 78).

A educação municipal, que ao final de 1992 possuía mais de uma dezena de escolas municipais rurais, passou por um amplo processo de nucleação a partir de 1994, sendo ao final reduzido a 5 núcleos (Quilombo, São Bartolomeu, Cava, Boa Vista e Cambuí).

A Lei Ordinária nº 970 de 25/11/1994, estabeleceu no seu artigo 1º:

Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a nuclear as Escolas Municipais Correnteza e Palha Velha que passarão a funcionar conjuntamente na Escola Municipal Cambuí, formando o núcleo do Cambuí, assim como as Escolas Municipais Vicente Ferreira Terra e Pinhal farão núcleo com a Escola Municipal Santos Dumont, formando o núcleo da Boa Vista.

A Lei Ordinária nº 985 de 17/02/1995, estabeleceu no seu artigo 1º:

Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a nuclear a Escola Municipal Ly Ribeiro que passará a funcionar conjuntamente na Escola Municipal Cavaco de Baixo, formando o núcleo Cavaco de Baixo, assim como a Escola Municipal Rio Claro que passará a funcionar na Escola Municipal da Serra Negra, formando o núcleo São Pedro.

Já a Lei Ordinária nº 1015 de 04/08/1995, assim estabeleceu seu artigo 1º:

Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a nuclear a Escola Municipal São Geraldo, que passará a funcionar conjuntamente com a Escola Municipal da Estiva, no Bairro Estiva, neste Município, formando o núcleo da Estiva.

Essa iniciativa encontrou resistência dos bairros que perderam suas escolas, mas acabaram convencidos de que a ação representaria melhorias na qualidade da educação, porque as escolas, antes de serem nucleadas, eram multisseriadas, ou seja, um professor para todas as séries, da 1ª a 4ª. Este modelo esgotado e ultrapassado era um grande entrave ao desenvolvimento educacional do município, pois a aprendizagem e o aproveitamento eram mínimos. O professor não tinha condições de acompanhar todos os educandos e muitos sequer se alfabetizavam, trazendo sérias dificuldades no prosseguimento dos estudos a partir da 5ª série do ensino fundamental.

Com a iniciativa da nucleação, para lhe dar suporte e ao mesmo tempo ampliar o número de crianças nas escolas, implantou-se em definitivo o transporte escolar municipal com a aquisição de peruas Kombi e ônibus para transportar os educandos aos novos destinos. Estas iniciativas impactaram a todos e representaram avanços significativos na educação, principalmente nos quesitos alfabetização, maior número de anos de estudo, frequência na escola e diminuição da evasão escolar, o que fica comprovado no quadro abaixo.

Faixa etária (anos)	Taxa de Analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% freqüentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14	12,2	2,8	-	-	-	-	73,7	95,1
10 a 14	6,4	1,6	61,1	26,0	-	-	67,2	92,6
15 a 17	7,0	0,8	27,5	8,2	92,8	53,0	29,8	52,0
18 a 24	8,5	4,2	25,9	13,9	83,7	57,9	-	-

**Quadro 18 - Nível Educacional da População Jovem, 1991 e 2000**

No entanto, acreditamos que os grandes avanços na educação se deram com as criações e posteriores construções da Escola Infantil Pingo de Gente Creche “Menino Jesus” e da Creche Nova Esperança, uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, mas subsidiada pelo orçamento municipal.

A Escola Pingo de Gente foi criada pela Lei Ordinária nº 863 de 13/08/1993 nos seguintes termos:

Art. 1º - Fica criada a Unidade de Ensino Pré-Escolar em Alterosa, com a seguinte denominação: “Escola Municipal Pingo de Gente”, com instalação provisória no prédio da COMIG, situado na Avenida da Saudade, nº 49, nesta cidade.

A Creche Menino Jesus foi criada pela Lei Ordinária nº 1348 de 12/12/2002 nos termos do artigo 1º: “Fica criada a CRECHE MUNICIPAL MENINO JESUS, com sede no Distrito do Divino Espírito Santo, na Rua São Vicente, nº 172, local de funcionamento da antiga Creche Jovens Unidos”.

O antigo nome Creche Jovens Unidos deve-se à iniciativa do Grupo de Jovens da Paróquia Divino Espírito Santo que iniciou voluntariamente o trabalho de atendimento às crianças das mães que trabalhavam na lavoura, vindo posteriormente a ser assumida pela administração municipal que adquiriu o antigo imóvel e construiu, no local, um prédio amplo e adequado às necessidades da educação infantil.

Através da Lei Ordinária nº 1387 de 26/05/2004, a Lei Municipal nº 863 de 13 de agosto de 1993 foi alterada, sendo dada uma nova redação ao seu artigo 1º com o objetivo de adequar e criar uma Unidade de Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, conjuntamente com a Educação Infantil, com a denominação “Escola Municipal Pingo de Gente”. Esta alteração foi realizada para atender à Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei nº 107/2001, ou seja, com a adequação da nomenclatura aumentariam os recursos a serem investidos na unidade, bem como, ampliado o seu potencial de atendimento, dando utilidade aos espaços até então ociosos.

Dada a ausência do poder público no atendimento da educação infantil, a Creche Nova Esperança partiu de uma iniciativa da própria sociedade, no sentido de contribuir com as mães que trabalhavam e não tinham com quem deixar seus filhos. No primeiro momento iniciaram os trabalhos de acolhimento, alugando uma casa e contando com o trabalho de voluntários. Encontramos nos orçamentos municipais autorizações legais, para que o município repassasse subvenções à entidade nos anos de 1988 e 1989. No entanto, a mesma só foi declarada de utilidade pública pela Lei Ordinária nº 823 de 27/05/1992 nos termos do artigo 1º:

Fica declarada de utilidade pública, tendo em vista os serviços que tem prestado à comunidade alterosense, a Creche “Nova Esperança”, entidade de assistência e atendimento à criança de 0 a 6 anos de idade, com sede nesta cidade de Alterosa, na Travessa dos Ipês, nº 75.

Na mesma ocasião foram aprovadas leis autorizativas para a celebração de convênio e doação de terreno para a construção de sede própria.

A Lei Ordinária nº 824 de 27/05/1992 no seu artigo 1º estabeleceu:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar com a Creche “Nova Esperança”, com sede nesta cidade de Alterosa, na Travessa dos Ipês, nº 75, um convênio, objetivando ajuda para sua manutenção no atendimento e assistência a crianças na faixa etária de 0 a 6 anos de idade.

Já a Lei Ordinária nº 822 de 27/05/1992, no seu artigo 1º definiu:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Creche “Nova Esperança”, entidade de assistência e atendimento à criança na faixa etária de 0 a 6 anos de idade, com sede nesta cidade, um imóvel urbano, situado à Travessa dos Ipês, nº 75, constante de uma casa com 48.00 m<sup>2</sup> de área construída e seu respectivo terreno com a área de 266.60 m<sup>2</sup>, conforme medidas e confrontantes que constam do croqui anexo, que fica fazendo parte integrante desta lei.

A sede própria da Escola Pingo de Gente foi inaugurada em 18 de dezembro de 1994 e a da Creche Nova Esperança em 24 de julho de 1998, dando autonomia, identidade e permanência para atender as crianças que antes de serem o futuro, são o presente.

Essas iniciativas representavam pensar as bases da educação, pois é na educação infantil que estão os alicerces da alfabetização e da aprendizagem. O que não foi feito nesta fase, dificilmente será nas demais, principalmente, porque a curiosidade, o desejo, a extroversão ficam explícitos dos 3 aos 6 anos. Esses valores vão perdendo a intensidade a partir dos 7 anos, dando lugar à inibição e à vergonha. Exatamente neste período que, para muitos brasileiros de gerações passadas, iniciou-se seu ciclo de aprendizagem, fazendo com que a educação nacional, somada a uma dezena de outros fatores, chegasse praticamente ao fundo do poço.

Em 1994, pela primeira vez, respeitando o princípio da legalidade, foi aprovada a Lei Ordinária nº 926 de 15/04/1994 que autorizava o pagamento de viagens para transporte de Estudantes universitários nos seguintes termos:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, durante o exercício de 1.994 e até o limite da dotação existente no orçamento vigente, o transporte de alunos para as Cidades circunvizinhas onde estejam matriculados em curso de nível superior.

Antes da aprovação dessa lei, encontramos atendimentos isolados e até pagamentos de mensalidades integrais em faculdades, da região apenas para estudantes unguídos pelo protecionismo e pelo clientelismo político e partidário.

Outra iniciativa que vem dando excelentes resultados ao município no campo educacional foi a criação pela Lei Ordinária nº 1028 de 01/09/1995, a implantação do Centro Alterosense de Educação Integrada (CAEDI), cujo objetivo era o de oferecer aos estudantes uma educação aprimorada, agregando em suas instalações diversas oficinas de caráter ocupacional, profissionalizante e esportivo para atender crianças de 7 a 14 anos que, antes ou após o horário das aulas, perambulavam pelas ruas da cidade. Com esta iniciativa, no contraturno escolar eram encaminhadas ao CAEDI onde frequentavam e aprendiam diversas atividades, tais como cestaria, tear, fuxico, crochê, tricô, ponto cruz, pintura, corte e costura, futsal, handebol, voleibol, peteca, aulas de reforço escolar e, a partir do ano 2001, novas atividades como capoeira, violão, teatro e biscuit, incrementaram o projeto. Diariamente, todas as 120 crianças, segundo suas aptidões, passavam por diversas dessas atividades.

A partir de 2001 a gestão da educação municipal também conquistou sua independência e autonomia com a desvinculação da cultura e do esporte que, na maioria das vezes, consumiam indevidamente seus recursos. Assim, a secretaria pôde desenvolver novas ações para melhorar a qualidade do ensino e ampliar sua atuação na perspectiva de fornecer educação para todos e em todos os níveis. O gasto indevido de recursos

ocorria, principalmente, na utilização de seus veículos para o transporte de artistas e atletas, o que tornou-se proibido a partir da nova gestão.

Com mais recursos, a Secretaria de Educação pôde instituir o café da manhã na escola e aulas extracurriculares de capoeira, violão e teatro, para dinamizar e tornar as escolas mais atraentes para as crianças.

O café da manhã na escola consistia em fornecer aos alunos um café reforçado (café com leite e alternadamente pão, rosca, biscoito e bolo) no período da manhã, antes do início das aulas.

Este investimento foi uma tentativa para melhorar a aprendizagem, a saúde e o aproveitamento dos alunos da rede municipal de ensino, pois uma criança com barriga vazia não tem condições de obter o conhecimento satisfatório do que lhe é ensinado. Estas inovações renderam ao município o Certificado do Instituto Faça Parte para a Secretaria municipal de Educação de Alterosa, por seu incentivo à educação para a cidadania e pela participação das escolas de sua rede no Selo Escola Solidária 2005; Certificado de participação do Prêmio Gestor eficiente da Merenda Escolar de 2005, por ter contribuído para a disseminação de boas práticas para a gestão pública da alimentação escolar no Brasil; a 21ª classificação entre os 853 municípios mineiros que mais investiam em educação e ainda a indicação para o Prêmio Prefeito Amigo da Criança (2005).

Outra inovação foi substituir a merenda escolar pela refeição na escola. As crianças da rede municipal de ensino passaram a receber uma refeição balanceada, com cardápio elaborado por nutricionistas, assegurando uma carga nutricional diária compatível com as necessidades da criança, para que ela pudesse ter um desenvolvimento satisfatório.

Educacionalmente, o município passou a atender 100% das demandas educacionais de sua competência, a educação infantil e a educação fundamental, através de duas creches: uma na sede (filantrópica subsidiada) e outra no distrito (municipal), 5 núcleos de escolas rurais, a Escola Secretário Olinda de Andrada em Alterosa e a Escola Professora Yolanda Dias Ribeiro no Distrito de Cavacos. O ensino médio no município, que também atende 100% da demanda, é mantido pelo Estado de Minas Gerais.

A alfabetização de adultos, através da suplência e do Programa Brasil Alfabetizado implantado em 2003 pelo Ministério da Educação, passaram a ter destaque na agenda educacional do município. O Programa Brasil alfabetizado,

[...] voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25% (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, [2010], online).

Alterosa não perdeu a oportunidade e aderiu ao projeto do Governo Federal, pois, uma de suas metas era a diminuição do índice de analfabetismo no município.

O ensino superior e a pós-graduação também passaram a fazer parte da agenda com o intuito de formar, capacitar e qualificar os profissionais do ensino municipal. Assim, passou-se a incentivar e apoiar, através de parcerias e de bolsas universitárias, a implantação de cursos superiores de Pedagogia, Letras e Especialização em Docência no Ensino Superior.

Primeiro foi celebrando um Convênio com a Fundação Educacional de Machado (FEM), visando formar pedagogos e professores para as séries iniciais. Foram formadas duas turmas do curso de pedagogia. Depois, com base na Lei Ordinária nº 1392 de 25/06/2004, que dispôs sobre a autorização para a municipalidade firmar Convênio, junto à Fundação Cultural Campanha da Princesa e à Fundação Educacional para o Desenvolvimento Sustentável da Baixa Mogiana (FUNEDS), visando à instrumentalização e implementação do ensino superior nos termos do artigo e parágrafos:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Fundação Cultural Campanha da Princesa, inscrita no CNPJ/MF nº 18.678.813/0001-09, com sede na cidade de Campanha - MG, mantenedora do Instituto Superior de Educação Nossa Senhora de Sion - Campus da UEMG, em parceria com a Fundação Educacional para o Desenvolvimento Sustentável da Baixa Mogiana - FUNEDS.

§ 1º O Convênio de que trata o caput deste artigo poderá ser renovado de acordo com as exigências para manutenção dos cursos implantados

no Município, respeitadas as normatizações contábeis, com adequação constante do objeto mediante formalização de aditivos.

§ 2º O disposto neste artigo vem tomar as medidas educacionais necessárias para que o Município regule o ensino superior, notadamente o Normal Superior, Pedagogia e Licenciaturas, de acordo com a Lei Estadual 14.949, de 09 de janeiro de 2004.

foi formada uma turma do Curso de Letras.

Nova parceria, incentivada pelo município e envolvendo o Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS), a Fundação Educacional para o Desenvolvimento Sustentável da Baixa Mogiana (FUNEDDES) e Centro de Integração de Alterosa (CISA) possibilitou a formação de uma turma do Curso de Pós-graduação em Docência no Ensino Superior.

Como incentivo à formação superior, o município instituiu pela Lei Ordinária nº 1342 de 01/10/2002, a assistência a estudante do ensino superior de graduação nos termos dos artigos:

Art. 1º A concessão de assistência a estudantes do ensino superior de graduação no Curso de Pedagogia no Município será regulamentada na forma desta Lei com arrimo no art. 10, inciso V e art. 11 da Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único. A assistência a estudantes constitui em pagamento de bolsas de estudos, conforme o disposto no art. 70, inciso VI, da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Art. 2º O graduando considerado carente, cuja renda familiar comprovada for igual ou inferior a 6 (seis) salários mínimos, fará jus à assistência de que trata esta lei.

Art. 3º A concessão de assistência dar-se-á no valor individual de R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais, concessão essa repassada pelo Município diretamente ao estabelecimento de ensino, notadamente, FEM - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE MACHADO, mediante recibo através de documento legal.

Art. 4º O aluno perderá a assistência se for reprovado ao final do ano letivo ou caso houver comprovação de informações inverídicas, quando de sua inscrição, sem prejuízo de sanções outras aplicáveis à espécie.

Visando ampliar o atendimento aos estudantes, esta lei sofreu nova redação pela Lei Ordinária nº 1414 de 14/04/2005, passando o caput do art. 1º da Lei nº 1.342 a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A concessão de assistência a estudantes do ensino superior, matriculados nas entidades conveniadas com esta prefeitura e aos alunos que estudam em outras entidades que não têm sede nesta cidade e dependem de transporte, diariamente, para chegar até estas instituições, será regulamentada na forma desta lei e art. 10, inciso V e

art. 11 da Lei Orgânica Municipal e será concedida aos alunos que tenham residência no Município de Alterosa.

#### E demais alterações:

Art. 2º e o art. 3º da referida lei, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º A concessão de assistência dar-se-á no valor individual de R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais que será repassada pelo Município diretamente ao estabelecimento de ensino, quando conveniado e, nos demais casos, ao aluno, para fins de auxílio transporte até a sede da entidade de ensino, desde que o curso ou série pleiteado pelo mesmo, não seja oferecido pelo município de Alterosa.

Art. 3º O art. 4º da mesma lei, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º Além das demais previsões contidas na presente lei, o aluno perderá a assistência se, em qualquer circunstância, for reprovado no curso, não comprovar frequência mínima de 75%. Se verificar que as informações prestadas no período de seleção foram inverídicas, no caso de abandono não justificado e na falta de comprovação das despesas efetuadas com o transporte de que trata o art. 3º desta lei, obrigando-se ao ressarcimento dos valores recebidos durante o ano letivo.

Art. 4º O artigo 5º da Lei 1.342, de 1º de outubro de 2002, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

Art. 5º [...]

[...]

§ 4º O aluno beneficiado com o disposto na presente lei deverá, no decorrer do curso, desenvolver atividades lúdicas junto à rede municipal de ensino, com uma hora por semana ou 04(quatro) horas mensais, sob a supervisão e orientação da Secretaria Municipal de Educação, apresentando relatório mensal de suas atividades, sob pena de cancelamento do benefício, obrigando, ainda, ao ressarcimento dos valores recebidos durante o ano letivo.

§ 5º As atividades de que trata o parágrafo anterior não gerarão vínculo empregatício e terão a finalidade exclusiva da inserção do beneficiado no desenvolvimento da profissão almejada, podendo a Secretaria de Educação Municipal promover a adequação destas atividades conforme as possibilidades e necessidades.

Buscando o aperfeiçoamento atendimento ao maior número de estudantes e ainda alcançar os estudantes de pós-graduação e de ensino técnico profissionalizante a Lei Ordinária nº 1433 de 22 de novembro de 2005 alterou novamente dispositivo da Lei Ordinária nº 1.342, de 1º de outubro de 2002 e deu outras providências:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 1.342, de 1º de outubro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A concessão de assistência a estudantes do ensino superior, matriculados nas entidades conveniadas com esta Prefeitura, aos pós-graduandos em escolas com sede no Município, aos estudantes de ensino técnico-profissionalizante e aos alunos que estejam estudando

em outras entidades e que não tenham cursos nesta municipalidade e dependem de transporte, todos residentes no Município, será regulamentada na forma desta lei e nos demais dispositivos correspondentes da Lei Orgânica Municipal.

Os cursos técnicos federais também passaram a ser ministrados no município em parceria com a Escola Agrotécnica Federal de Machado, oferecendo os cursos de enfermagem, informática e técnico agrícola. Aproximadamente, trezentos jovens concluíram a formação técnica no próprio município e já foram incorporados ao mercado de trabalho. É a emancipação, desafio que deveria nortear as ações de todos os gestores públicos do nosso país. Afinal, governar é criar oportunidades.

O planeta necessita, em todos os sentidos, de compreensões mútuas. Dada a importância da educação para a compreensão, em todos os níveis educativos e em todas as idades, o desenvolvimento da compreensão necessita da reforma planetária das mentalidades; esta deve ser a tarefa da educação do futuro (MORIN, 2006, p. 104).

Pensando nisso e priorizando ainda mais o desenvolvimento educacional como elemento emancipador, iniciou-se em 2005 a implantação de um Pólo de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB), onde seriam oferecidos cursos de graduação (Pedagogia, Matemática, Física e Administração Pública) e pós-graduação (Gestão de Pessoas e Projetos Sociais e Práticas Pedagógicas) na modalidade à distância pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI).

O planeta exige um pensamento policêntrico capaz de apontar o universalismo, não abstrato, mas consciente da unidade/diversidade da condição humana; um pensamento policêntrico nutrido das culturas do mundo. Educar para este pensamento é a finalidade da educação do futuro, que deve trabalhar na era planetária, para a identidade e a consciência terrenas. (MORIN, 2006, p. 64-65).

Acreditamos que a educação será o grande divisor entre os homens no século XXI. Só ela poderá nos oferecer o novo homem, transformado e consciente de seu papel no planeta e na história, bem como sua responsabilidade com seu semelhante, pois, afinal, somos todos partes do

mesmo todo. Daí, a necessidade de uma consciência aprimorada e construída a cada dia.

### **1.1 A abrangência do espaço pesquisado**

Por volta de 1.700, surgia um dos primeiros povoados do Sul de Minas Gerais, local de acampamento de tropeiros que adormeciam às margens do pequeno riacho que, mais tarde, recebeu o nome de Ribeirão São Joaquim. Mas foi com o estabelecimento de José Rodrigues Moreira, um português oriundo da Capitania do Espírito Santo, que se iniciou o povoamento do local.

Aos pés da Serra Negra, logo a localidade recebeu o nome da devoção e do acidente geográfico: São Joaquim da Serra Negra. Ergueu-se no local uma pousada, para hospedar os tropeiros que vinham de São João Del Rei e de Lavras do Funil em direção aos Sertões de Jacuí. Construiu-se ainda uma pequena Capela, em louvor ao santo da devoção do fundador: São Joaquim.

O povoado tornou-se parte integrante do território de Jacuí e permaneceu ligado à freguesia de Carmo do Rio Claro até 28 de junho de 1850, quando, pelo Artigo 1º, parágrafo 1º da Lei Provincial nº 467, foi desmembrado e elevado à categoria de paróquia.

Tornou-se distrito de Caldas e permaneceu ligado a ela até 1860, ano em que pela Lei nº 1.090 de 07 de outubro, foi transferido para o território da Vila Formosa de Alfenas, posteriormente Alfenas, a quem São Joaquim da Serra Negra permaneceu ligado até sua emancipação política em 17 de dezembro de 1938.

Segundo o Almanaque Sulmineiro, em 1874, possuía duas igrejas: a de São Joaquim e a do Rosário. Um cemitério murado de pedras transportadas por escravos e uma pequena cadeia. A freguesia contava com mais de trezentas casas, possuía três praças e sete ruas. Economicamente, produzia e comercializava fumo, porcos, carneiros e bois.

Em 14 de setembro de 1891, pela Lei Estadual nº 2 teve sua condição de distrito confirmada. Em 1911, conforme a divisão administrativa

estadual, o distrito pertencia ao município de Alfenas já com o nome de Serra Negra. Em 1920, segundo o recenseamento geral, a Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923 e a Divisão Administrativa de 1933, o distrito aparece integrando o município de Alfenas e volta ser mencionado com o nome de São Joaquim da Serra Negra. Pela Divisão Territorial de 31 de dezembro de 1937 e pelo Decreto Lei Estadual nº 88, de 30 de dezembro de 1938, continua com o nome de São Joaquim da Serra Negra.

Sua emancipação política e administrativa deu-se em 17 dezembro de 1938, por força do Decreto Lei Estadual nº 148, expedido pelo interventor federal Benedito Valadares Ribeiro (membro da Aliança Liberal) que efetivou o novo quadro territorial do Estado, para vigorar no quinquênio 1939/1943. O Decreto alterou a denominação do distrito para Serra Negra, criando o novo Município com o mesmo nome. Cinco anos depois, o mesmo interventor, para evitar transtornos com a cidade paulista de Serra Negra, resolveu, por força do decreto-lei Estadual nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, alterar o nome do município para Alterosa, nome ligado ao relevo montanhoso, significando “cidade das montanhas”, ou seja, local “alto e majestoso”. Benedito Valadares Ribeiro nomeou para primeiro prefeito o médico da localidade Dr. Jorge Simão que conduziu o município no período de 26/12/38 a 31/12/46. Os demais prefeitos, que governaram Alterosa ao longo de sua história, conquistaram o poder através de eleições na seguinte sequência: Saulo Martiniano (31/12/46 a 13/01/47), Paulo Célio Proença (13/01/47 a 15/04/47), Benedito P. da Fonseca (20/04/47 a 14/12/47), Lésio Siqueira Terra (14/12/47 a 31/01/51, 26/02/55 a 31/01/59 e 31/01/63 a 31/01/67), Alcides Tomaz Moreira (31/01/51 a 26/02/55), Evilázio Teixeira de Souza (31/01/59 a 31/01/63), Geraldo Sulino de Araújo (05/03/61 a 05/11/61), Timótheo de Souza Neto (31/01/67 a 31/01/71, 31/01/77 a 31/01/83, 01/01/89 a 31/12/92, 01/01/97 a 06/05/99 e retornou em 05/05/2000 até 31/12/2000), Maurício Siqueira Terra (31/01/71 a 31/01/73 e 31/01/83 a 01/01/89), Argeu Teixeira de Souza (31/01/73 a 31/01/77), Hipólito Martins Faloni (01/01/93 a 17/09/96), José Geraldo Gomes (18/09/96 a 31/12/96), Reinaldo César Terra (07/05/99 a 04/05/00) e Dimas dos Reis Ribeiro (01/01/2001 a 31/12/2004 e 01/01/2005 a 31/12/2008).

Geograficamente, Alterosa está localizada às margens do Lago de Furnas e pertence à região administrativa de Alfenas/Varginha, Sul de Minas. A sede do município está situada a 21° 14' 45" de latitude sul e 46° 08' 30" de longitude oeste, na região sul do Estado de Minas Gerais. O município de Alterosa tem uma área de 367 km<sup>2</sup> e tem como limites os municípios de Areado, Alfenas, Carmo do Rio Claro, Conceição da Aparecida, Nova Resende e Monte Belo.

O município de Alterosa pertence à Associação dos Municípios da Micro Região da Baixa Mogiana (AMOG) que está sediada na cidade de Guaxupé. Juridicamente, pertenceu à Comarca de Alfenas até 1972, quando foi desmembrada e passou a pertencer à Comarca de Areado.

Seu clima e sua topografia contribuíram para o desenvolvimento da agropecuária, facilitando, desde o surgimento embrionário do lugarejo, o abastecimento dos tropeiros e das regiões carentes de produtos básicos como o arroz, o feijão, a mandioca, a carne de bovinos, de suínos, o fumo e muares para o transporte de mercadorias e produtos da terra.

Sua temperatura varia de 0° centígrados a mínima e 30° centígrados a máxima anual. A cidade está a uma altitude de 840 metros e seu ponto mais alto é o acidente geográfico denominado Serra Negra com 1.227 metros acima do nível do mar. Seu relevo possui uma topografia plana com 75% ondulado e 15% montanhoso.

Seu índice médio pluviométrico anual é de 1.638 mm. O município é irrigado pelo ribeirão São Joaquim, Córrego Quilombo, Córrego Cavacos, Córrego Correnteza que deságuam nas águas da represa hidroelétrica de Furnas. Possui uma área alagada de 18,36 km<sup>2</sup>.

Economicamente, o município vem se destacando na atividade agropecuária pela existência de lavouras mecanizadas pela utilização de técnicas inovadoras que, ano a ano, tem melhorado a produtividade. Vários produtores já alcançaram recordes na produção agrícola desde o ano de 1982, como é o caso do senhor Nadir de Lima Ribeiro (*in memorian*) que alcançou o prêmio de produtividade modelo, no item maior diversificação no menor espaço de terra. A partir daí, dezenas de outros produtores têm sido premiados nos concursos promovidos pelo Estado de Minas Gerais.

Em 2005, o município possuía 1.300 propriedades rurais, com tamanho médio de 25 hectares. De acordo com o SIAT local, o município contava com 1.214 produtores inscritos. Suas atividades concentram-se produção de café, milho e pecuária de leite e de corte. Em função de ter evoluído, ao longo das gerações e das partilhas para pequenas e médias propriedades, acabou fazendo predominar uma agropecuária familiar o que despertou a criação de uma cooperativa de crédito (COOPEROSA) e de 9 associações comunitárias de produtores.

A área urbana do município perfaz 2 km<sup>2</sup> e, atualmente, abriga 69.3% da população. Sua sede conta com 100% de abastecimento de água tratada, 100% de iluminação pública, 100% de ruas pavimentadas e, em 2005, tornou-se o primeiro município lindeiro a tratar o seu esgoto, não o jogando no lago de Furnas.

É muito bem servida pelos serviços de telefonia fixa e móvel, internet banda larga via rádio e serviços bancários (BB, Bradesco, BANCOOB, CEF e Banco Postal), além de um Caixa Aqui no distrito de Divino Espírito Santo. Alterosa é um dos poucos municípios mineiros que possui uma Usina de Reciclagem, Triagem, Tratamento e Compostagem de Resíduos Urbanos.

Em 31 de outubro de 1997, por força da Lei nº 1171, foi criado o Programa para o Desenvolvimento Turístico de Alterosa (PRODETUR), bem como, seu Conselho Diretor, cuja finalidade fixada seria o planejamento, a direção e a execução. No entanto, não detectamos nenhuma ação concreta que tenha promovido o desenvolvimento do turismo no município. Acredita-se no potencial turístico do município, principalmente o de veraneio, pois existem centenas de residências nas margens do lago de Furnas, principalmente, de proprietários oriundos do estado de São Paulo. O que falta são ações planejadas, que possam ser implementadas e que sirvam de incentivo e promoção da atividade econômica.

Em 22 de junho de 2001, mais uma Lei, agora de nº 1294 criando o Conselho Municipal de Turismo de Alterosa (COMTURALT) que segundo o Artigo 2º compete-lhe:

- I- coordenar, incentivar e promover o turismo no município de Alterosa;
- II- estudar e propor à Administração Municipal medidas de difusão e

amparo ao Turismo em colaboração com órgãos e entidades oficiais especializadas;  
III- estimular atividades culturais e turísticas no município;  
IV- promover a articulação de toda a sociedade, através de campanhas que promovam a transformação de cada cidadão em agente da imagem turística e defensor do patrimônio cultural e ambiental do Município;  
V- promover, junto às entidades e instituições locais, campanhas no sentido de incrementar o turismo no Município;  
VI- deliberar sobre toda e qualquer matéria sobre turismo, respeitadas as competências do Prefeito e da Câmara Municipal.

O Conselho Municipal de Turismo teve sua composição fixada em 09 membros, sendo 03 indicados pelo poder público e 06 pela comunidade, na seguinte proporção: um representante da Prefeitura Municipal, através de seus órgãos, responsável pelo Turismo e pelo meio ambiente; um representante da Câmara Municipal; um representante do Setor Educacional Público; um representante de Entidade Cultural; um representante das Associações Rurais; um representante da Associação Comercial, através de empreendedores ligados à atividade turística; um representante das Cooperativas Agropecuárias; um representante de Clubes de Serviços e um representante da EMATER e/ou Sindicato Rural, sendo que estes devem ser indicados por seus pares, de forma livre e democrática.

De resultado concreto apenas o projeto para construir um Complexo Turístico no alto da Serra Negra, com restaurante, área de camping, rampa para decolagem de asa delta e paragleyde, para atrair os amantes desse tipo de esporte, e uma estátua de 19 m de altura do padroeiro São Joaquim. No entanto, o projeto ainda não saiu do papel: a administração 2001–2008 adquiriu o topo da serra, conseguiu os recursos para efetivar o empreendimento, bem como, o mais difícil, o licenciamento ambiental, mas mesmo assim, por questão de mão de obra especializada, não conseguiu construir a obra, deixando os recursos e o projeto aprovado para o sucessor.

De concreto, além das leis que sinalizam com incentivos aos empresários de turismo, apenas os eventos que ocorrem anualmente, mas que não são estruturantes: Carnaval, Encontro de Motociclistas, Festa do Peão, Festa do Alterosense Ausente e a Festa de Aniversário da Cidade. Apesar de atraírem muitos turistas, acabam levando grande soma de recursos

na contratação de shows e, depois das festividades, a cidade está mais empobrecida.

O Lago de Furnas, grande riqueza incorporada ao patrimônio natural do município e atração para os finais de semana e feriados, recebe, com frequência centenas de visitantes em busca de pescaria, lazer e esportes náuticos. Na beira da represa os turistas podem apreciar os pratos da cozinha e da culinária local, por exemplo, a traíra sem espinhos.

Na área da Comunicação, a cidade possui duas emissoras de radiodifusão. A rádio comercial Serra Negra (FM 102,7) que faz seu sinal chegar a mais de 60 municípios do sul de Minas, com programação 100% e a rádio comunitária Boas Novas (FM 87,9), dirigida por membros da Igreja Assembléia de Deus, que leva até seus ouvintes serviços de informação e cultura. Sua programação musical permuta programas ecléticos e religiosos.

## **1.2 A sistematização da pesquisa**

Segundo o Dicionário Aurélio sistematização vem de sistematizar, ou seja, organizar, agrupar e foi com esse objetivo que, após definir o tema, procuramos nos informar incansavelmente sobre o assunto, reunir documentos, relatórios, leis, decretos, fontes bibliográficas, conversar com usuários, secretários, técnicos, coordenadores de projetos e programas e acabamos nos deparando com dezenas de ações que poderiam ou não ser classificadas como políticas públicas. Na medida em que fomos cursando os créditos do doutorado, principalmente as disciplinas: Política Social, Seminários de Tese, Seminários de Pesquisa II e Prática de Pesquisa, adquirimos o embasamento que nos possibilitou dividir os programas, projetos e políticas públicas em 06(seis) eixos temáticos e delinear o que seria abordado e pesquisado em cada um deles, a saber: agricultura (fundão agrícola, mecanização agrícola, casa de máquinas, renovação e revigoração da cafeicultura municipal, distribuição de calcário e análise e correção de solos, feira livre, melhoramento das estradas vicinais, produtividade de milho, expansão da cultura da batata, distribuição de pintainhas poedeiras, organização rural e Agrovida); assistência social (Centro

de Integração Social de Alterosa, padaria escola, Pró-moradia, Habitar Brasil, Programa Social de Habitação (PSH), banco do povo, casa do artesão, Casa da Família, bom de bola bom de escola, catavento, pipoca, travessia, fotografia, vale andarilho, comer bem viver bem e capacitação profissional); saúde preventiva (saúde da família, saúde bucal, reforma de casas para combate à doença de chagas); cultura e esportes (bola e viola, feira sertaneja, patrimônio cultural, quadras poliesportivas na zona rural); Meio Ambiente (coleta seletiva, tratamento de esgoto, reciclagem e compostagem de lixo, ICMS ecológico e RPPNS) e educação (café da manhã na escola, capoeira, dança, música e teatro na escola, bolsa universitária e cursos superiores).

Este rol de ações implantadas no município de Alterosa despertaram em nós o desafio e o desejo de querer compreendê-las, descobrindo-lhes a significação positiva ou negativa, seus resultados e o que representaram nas vidas dos usuários.

Desse modo, toda a pesquisa foi sistematizada na expectativa do seu objetivo geral que era o de avaliar na perspectiva da ruptura social as políticas públicas do Município de Alterosa, desenvolvidas no período da Gestão 1992 a 2005, a fim de que os poderes executivos, legislativos e as comunidades repensem práticas políticas na superação do modelo neoliberal.

E, como objetivos específicos, investigar o processo de implantação das políticas públicas no período de 1992 a 2005, enquanto tentativas de ruptura com as “políticas” paternalistas e como fundamentos na promoção do desenvolvimento sustentável; identificar no processo político estruturas mais abertas, flexíveis e dinâmicas para a implantação de centros de discussão e participação popular nos assuntos e decisões inerentes ao município e demonstrar, através dos índices de gestão, fiscal e social, publicados anualmente pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), como os exemplos de Alterosa que tiveram como valor o investimento em políticas públicas planejadas e participativas que puderam contribuir para a construção de uma sociedade onde seus gestores criaram oportunidades de desenvolvimento e emancipação humana, visualizando uma sociedade onde os valores da justiça, da liberdade e da igualdade saíssem do plano das

quimeras e das ilusões eleitorais, para se ajustar à realidade vivida e sofrida pelos usuários-cidadãos.

<b>EIXOS, PROGRAMAS E PROJETOS</b>	<b>FAMÍLIAS ATENDIDAS</b>	<b>USUÁRIOS ENTREVISTADAS</b>	<b>COORDENADOR ENTREVISTADO</b>
<b><u>Agricultura</u></b>		<b>02</b>	<b>01</b>
Fundão agrícola	64		
Mecanização agrícola	425		
Casa de máquinas	286		
Renovação e revigoramento da cafeicultura municipal	357		
Distribuição de calcário e análise e correção de solos	400		
Feira livre	15		
Melhoramento das estradas vicinais	1.285		
Produtividade de milho	20		
Expansão da cultura da batata	300		
Distribuição de pintainhas poedeiras	166		
Organização rural (Associações e COOPEROSA)	425		
Agrovida	120		
<b><u>Assistência social</u></b>		<b>02</b>	<b>01</b>
Centro de Integração Social de Alterosa (CISA)	200		
Padaria Escola	20		
Pró-moradia	54		
Habitar Brasil	20		
Programa Social de Habitação (PSH)	150		
Banco do povo	12		
Casa do artesão	20		
Casa da Família	300		
Bom de bola bom de escola	25		
Catavento	25		
Pipoca	45		
Travessia	81		
Fotografia	20		
Vale andarilho (mês)	30		
Comer bem viver bem	25		
Capacitação profissional	500		
<b><u>Saúde preventiva</u></b>		<b>02</b>	<b>01</b>
Saúde da família	4.051		
Saúde bucal	2.025		
Reforma de casas para combate à doença de chagas	150		
<b><u>Cultura e esportes</u></b>		<b>02</b>	<b>01</b>
Bola e viola	1.491		
Feira sertaneja	4.051		
Patrimônio cultural	4.051		
Quadras poliesportivas na zona rural	160		
<b><u>Meio Ambiente</u></b>		<b>02</b>	<b>01</b>
Coleta seletiva	2.897		
Tratamento de esgoto	2.251		
Reciclagem e compostagem de lixo	2.897		
ICMS ecológico	2.897		
RPPNS	10		
<b><u>Educação</u></b>		<b>02</b>	<b>01</b>
Café da manhã na escola	1280		
Capoeira, dança, música e teatro na escola (CAEDI)	90		
Bolsa universitária	120		
Cursos superiores	118		

**Quadro 19 – Eixos temáticos, número de famílias atendidas, coordenador e usuários entrevistados**

Por tratar-se de uma investigação empírica, centrou seu olhar na avaliação tanto do processo como dos resultados, auferidos ou não, na vida das pessoas. O conjunto delas enfatiza a avaliação quantitativa, enquanto a intensidade, a descrição e a análise têm como enfoque a avaliação qualitativa.

Os documentos pesquisados e estudados referentes ao tema permanecem na Prefeitura Municipal, no escritório da EMATER-MG, Câmara Municipal, Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, Associações Comunitárias Rurais, Conselhos de Desenvolvimento Comunitário e Casa da Família (CRAS).

Utilizamos algumas fontes orais de caráter elucidativo, usuários que preservaram em suas mentes informações importantes que se tornaram fundamentais na orientação, no esclarecimento e na compreensão. No entanto, utilizamos apenas as que demonstraram coerência e que possuíam sintonia com os documentos e com as publicações encontradas nos arquivos da Prefeitura, no arquivo pessoal, na Câmara Municipal, nos jornais e revistas, além de fotos de eventos que retratam acontecimentos e reminiscências relacionados às políticas públicas.

A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 1984, p. 17).

Sabemos que a memória não faz a ruptura passado e presente, ela só resgata do passado o que está vivo na lembrança de cada um. Principalmente, quando, de uma forma ou de outra, os programas e projetos tiveram algum significado, trazendo implicações positivas ou negativas para suas vidas.

Os dados, as informações e avaliações foram coletadas por meio de pesquisa documental e de campo, sendo que, nesta última, a coleta

de dados obedeceu ao critério de amostragem não probabilística intencional e foi realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas. Foram apresentadas aos entrevistados, usuários e coordenadores três perguntas: O que deu certo? O que deu errado? Qual a sua sugestão? Aos entrevistados foi apresentado um quadro com todos os programas e projetos desenvolvidos no período em estudo dentro de seus respectivos eixos temáticos.

Acreditamos que a superação das dificuldades e dos desafios a partir de agora se tornarão opções e exemplos de políticas públicas e, daqui para frente, poderão, uma vez corrigidos seus erros e melhorados seus acertos, servir de modelo para outros municípios do nosso país.

### **1.3 Os procedimentos na coleta dos dados**

Seguindo as orientações da banca de qualificação e considerando a perspectiva do método dialético que, segundo Triviños, é o mais eficiente, pois vê os usuários como os sujeitos fundamentais do processo, foram entrevistadas três pessoas em cada eixo temático, sendo a pessoa mais idosa, uma mulher chefe de família e o coordenador, que ficou por mais tempo no programa. No total, foram ouvidas 18 pessoas, sendo 12 usuários e 6 coordenadores, cada qual no respectivo eixo temático e programa ou projetos coordenados.

Os usuários e os coordenadores, na sua maioria foram visitados em suas residências ou em locais estabelecidos por eles, quando seus depoimentos foram anotados, gravados e depois transcritos. Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Todas as entrevistas ocorreram no mês de janeiro de 2011.

## 1.4 Análises, interpretação e reflexão sobre os dados

Na categoria emancipação, os depoimentos dos usuários falam por si mesmos.

Após a transcrição das entrevistas realizadas, as informações obtidas foram planilhadas e passaram pelo crivo de uma análise detalhada, capaz de subsidiar a compreensão do processo de gestão das políticas públicas, a reflexão e a elaboração da presente tese.

O material encontrado e as pessoas ouvidas foram suficientes e forneceram os subsídios necessários para a efetivação da pesquisa e do desenvolvimento da tese.

Observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo os procedimentos de sigilo e discrição, bem como a garantia do anonimato dos entrevistados, os eixos temáticos serão chamados pelas letras iniciais, ou seja, Agricultura (A), Assistência Social (AS), Cultura e Esportes (EC), Educação (E), Meio Ambiente (MA) e Saúde Preventiva (SP) e os entrevistados, quando coordenador (1), quando chefe de família (2) e mais idoso (3); logo, teremos na agricultura A1, A2 e A3 e assim consecutivamente, como nos quadros abaixo:

<b>Eixo Temático</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
A	2	1
AS	0	3
CE	2	1
E	0	3
MA	2	1
SP	1	2
Total	7	11

**Quadro 20 – Entrevistados por eixo temático e sexo**

Como podemos perceber das 18 pessoas entrevistadas 11 eram mulheres e 7 eram homens.

<b>Eixo Temático/Coordenador</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>	<b>IDADE</b>
A1	1	0	35
AS1	0	1	28
CE1	1	0	40
E1	0	1	46
MA1	1	0	48
SP1	0	1	34
Total	3	3	231

**Quadro 21 – Eixo temático, coordenador, sexo e idade**

Entre os coordenadores 3 eram homens(A, EC e MA) e 3 eram mulheres( AS, E e SP) e suas idades variam entre 28 e 46 anos.

<b>Eixo Temático/chefe de família</b>	<b>Mulher</b>	<b>Idade</b>
A2	1	49
AS2	1	57
CE2	1	62
E2	1	30
MA2	1	29
SP2	1	73
Total	6	300

**Quadro 22- Eixo Temático, chefe de família, mulher e idade**

Como em cada eixo foi ouvido, uma mulher chefe de família, totalizaram 6 mulheres, cujas idades variam entre 29 e 73. Compreendemos como mulher chefe de família as mães só com filhos e as viúvas que foram as usuárias ouvidas pela nossa pesquisa.

<b>Eixo Temático/IDOSO</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>	<b>Idade</b>
A3	1	0	58
AS3	0	1	66
CE3	1	0	71
E3	0	1	57
MA3	1	0	76
SP3	1	0	88
Total	4	2	416

**Quadro 23- Eixo temático, idoso, sexo e idade**

Entre os idosos, 4 eram homens(A, CE, MA e SP) e 2 eram mulheres(AS e E). Suas idades variam entre 57 e 88 anos.

Esclarecidas estas questões, passamos a apresentar os resultados, os depoimentos, as análises, interpretações e reflexões sobre os dados:

O entrevistado A1, coordenador do eixo da agricultura, quando indagado sobre o que deu certo ele afirmou:

Todos os projetos deram certos, com restrição, um pouco, com o Agrovida. A gente sempre debatia que o Agrovida era um ótimo programa, porém, mal administrado e organizado na questão da divisão das famílias, pois muitas famílias não mereciam participar do programa e as que mereciam ficam em desvantagens em relação a muitas pessoas. Ao todo eram 120 famílias que participam do Agrovida, mais que trabalhavam mesmo eram de 30 a 40 famílias.

Sabemos que os projetos sociais que envolvem um número maior de famílias sempre apresentam algum tipo de dificuldade, nunca estão prontos e nem acabados, mas num permanente processo de construção. Devem ser aperfeiçoados constantemente.

O Programa Agrovida era fruto de uma parceria, envolvendo a Secretaria Municipal de Agricultura, Assistência Social e com suporte técnico da EMATER-MG. Ele era administrado pelas duas secretarias municipais que formavam grupos de famílias por lotes e nem todas se dedicavam igualmente na hora de cuidar da lavoura e até mesmo da colheita. Isso fazia diminuir a produção, prejudicando o coletivo. Embora os técnicos e as assistentes

sociais realizassem reuniões sócioeducativas semanais, elas não foram o suficiente para uniformizar os grupos e fazer com que todos contribuíssem em pé de igualdade.

As observações do coordenador servem de alerta para novas iniciativas desta natureza: conscientizar mais as famílias, dividir melhor os grupos, mas sem critérios discriminatórios e, talvez, até excluir aquelas famílias que não apresentavam nenhum tipo de compromisso com o programa. Todavia, acreditamos que qualquer medida que venha a ser tomada seja a partir de uma discussão coletiva, envolvendo as famílias, os técnicos e os coordenadores.

Sobre os demais programas, o coordenador A1 se referiu a eles como excelentes e deu destaque a alguns deles:

O Fundão Agrícola empresta a semente ao produtor e após um ano o produtor vem e paga o preço do dia e não tem juros. A Mecanização Agrícola são os tratores da associação, hoje o preço de mercado da hora do trator gira em torno de R\$ 50,00(cinquenta reais), na associação está R\$ 30,00(trinta reais), então o custo benefício do produtor é excelente. O projeto Casa de Máquina é a mesma coisa, além do produtor ser atendido mais rápido o preço de limpar e secar café é muito mais acessível que o preço de mercado. Hoje, se não tivesse esse dois programas, pode ter certeza que no município de Alterosa o preço da hora de trator estaria no mínimo R\$ 60,00(sessenta reais). Esses programas serviram para balizar os preços dos serviços mecanizados no município.

Como podemos perceber nos três programas citados, eles, desde a sua criação, vêm facilitando a vida do pequeno agricultor: no primeiro, dando-lhe condições de plantar, mesmo não possuindo recursos próprios, pois recebe a semente e o adubo (não citado pelo coordenador, mas o item faz parte do conjunto do programa) e só paga na colheita, ou seja, o produtor usa o próprio fruto de seu trabalho para quitar o compromisso assumido com o programa. O segundo programa é uma demonstração clara de como podemos, através da organização, do associativismo, do cooperativismo e do apoio do governo local criar as condições para que os pequenos possam se livrar dos grandes proprietários, ou seja, em cada hora de trator ele economiza entre 20 (40%) a 30 (50%) reais, no preparo do solo para o plantio. Já o terceiro programa, levantamos que os produtores pagam 1,00(um real) para secar e limpar um saco de café na associação. Se fossem fazer com os

proprietários que executam este serviço, pagariam só para limpar um saco de café o valor de R\$ 3,00(três reais). Mais uma vez ficando evidente a economia do pequeno agricultor no sistema associativista. Neste sentido, A3 fez a seguinte avaliação:

Hoje a associação tem trator, carreta, arado e presta serviço bem mais barato pra quem é sócio, pra mim ajudou muito. Mas hoje é mais parado porque quase todo mundo comprou trator, pois o produtor foi crescendo e comprando suas próprias máquinas.

Nela o produtor já deixa evidente a sua emancipação, ao afirmar que os produtores foram crescendo e quase todos compraram suas próprias máquinas.

Como na afirmação de István Mészáros: “Somente os produtores associados podem enfrentar as grandes dificuldades envolvidas na reestruturação produtiva e motivacional da sociedade pós-capitalista, desafiando radicalmente a divisão de trabalho estabelecida” (2004, p.538).

Sobre o associativismo A2 destaca que “O trabalho da associação foi muito bom, formou o café, ficou uma beleza, ficou tudo bom! Eu gostei muito dos projetos, facilitou as coisas, e eles (profissionais) explicam tudo direitinho do jeito que é, e, eles ajudam a olhar as lavouras”.

A pequena proprietária qualifica o trabalho da associação e já menciona o que ela fez de mais importante para a sua família, referindo ao Programa de Renovação e Revigoração da Cafeicultura Municipal que, mencionado pelos três entrevistados, A1 diz:

Foi um trabalho excelente e agora vamos começar novamente, porque o café estava muito ruim de preço e agora começou a subir de mais, agora com certeza esse programa vai deslanchar novamente, então já tem interesse na associação em fazer mudas como já foi feito antigamente fazendo os viveiros e depois distribuindo para os sócios na comunidade.

A3 que tem sua renda basicamente da lavoura cafeeira confirma o depoimento do coordenador e enaltece a importância do associativismo e do café para a economia e o desenvolvimento do bairro:

Eu mexo com café faz muito tempo, é do que está sobrevivendo nossa região, é o café! A associação e os projetos ajudaram, nós fizemos o viveiro de mudas de café e distribuimos para os produtores, isso alavancou o bairro! Foram mais de um milhão de mudas na época e hoje o bairro produz em torno de 25 a 30 mil sacas de café. Isso tudo começou com a associação. O ponta pé inicial foi com a associação porque na época algumas pessoas só que tinham o café, eram poucas, e hoje 90 % dos produtores tem cafezal e vivem do café. A associação e os projetos foram 100% bons.

Em outra passagem A3 continua dizendo: “A associação é uma coisa boa se todos tivessem um interesse só”. Certamente, o trabalho em uma associação encontra dificuldades de relacionamentos e interesses de cada um dos pequenos produtores, pois, também não dá para todos serem atendidos na hora que desejam, é preciso muita compreensão, harmonia e sentimento de coletividade.

Outros programas destacados por A1 foram a Distribuição de Calcário e o de Análise e Correção de Solos que, através de análises laboratoriais, identificaram as deficiências da terra e, através da calagem, as recuperaram e fizeram com que houvesse um salto significativo na produção e na produtividade da agricultura municipal:

Através dos programas Distribuição de Calcário e Análise e Correção de Solos foram melhorando a produtividade do município, há 13 anos atrás a produtividade de milho de Alterosa era em torno de 80 sacas por hectares e hoje se fala em 130 sacas por hectares, esse melhoramento se deu pela correção do solo e adubação. Assim, estes programas vêm a calhar com a vida do produtor. Em geral todos os programas foram excelentes e bem trabalhados.

Quando indagamos sobre o que deu errado nos programas, percebemos que muitas afirmações se entrelaçaram, exceto, o depoimento de A2 que foi mais pragmática e destacou um problema climático e individual: “O que não deu certo foi quando colhemos o café, colocamos no terreiro e veio a chuva. Pelejamos com o café de todo jeito, mas no fim deu foi prejuízo”.

A1, embora reconheça a importância e o papel desempenhado por cada um dos programas, atribuiu as dificuldades aos próprios produtores e destaca mais uma vez as qualidades e as dificuldades enfrentadas pelo Programa Agrovida:

Os programas só não deram mais certo por causa dos próprios produtores, por uma questão cultural, onde os sócios mais velhos são restritos as mudanças e necessita de um trabalho mais devagar, mas com a ajuda dos filhos isso vai mudando. Outro fator é a desunião dos produtores em determinadas épocas, sempre os altos e baixos. Um programa que nós não concordamos foi com os critérios do Agrovida, e o sistema que ele era implantado, um ótimo programa em questão de benefício, mas muitas famílias não davam valor, a prefeitura dava tudo só não iam colher e as famílias ainda assim achava ruim, sendo que não havia custo, nesta questão que eu falo que não deu certo. Na questão social e entre outras questões é um excelente programa.

A3 por sua vez, usuário direto da maioria dos programas, concorda em certos pontos com o coordenador e avança no esclarecimento de algumas questões, que nem podemos classificar como coisas que deram errado, mas sim, que precisam ser mais bem trabalhadas e encontradas outras ações que possam continuar motivando a prática do associativismo em detrimento do fortalecimento do individualismo.

Aqui na roça tudo funcionou, agora que eu acho que o produtor ficou independente e não estão dando a prioridade para a associação, a gente poderia melhorar só que está meio individual cada um comprou seu trator, carro e afastou. Então, a associação hoje está mais fraca mais por falta de interesse do próprio produtor, porque se reunir volta tudo a funcionar.

Foi neste sentido que, por ocasião da elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável, as lideranças do bairro sugeriram a implantação de uma unidade de torrefação de café. Acreditamos que esta ação seja motivadora e vá ao encontro do desejo do usuário em seu depoimento.

Quando provocados sobre as sugestões que dariam para aperfeiçoar os programas e projetos e até mesmo avançar, A1 declarou:

O poder público sempre apoiou esses programas, porque a agricultura no município de Alterosa é a indústria. A sugestão é que os apoios continuem principalmente financeiros, pois os gastos com máquinas das associações são altos, e assim precisamos de apóio municipal, estadual e federal.

A2 valoriza mais uma vez o papel da associação: “As reuniões na associação ajudam, e deve continuar, pois, quando precisa pode ser pouco café ou muito, ela (associação) sempre está lá esperando”.

Enquanto que A3 sugere avaliando novamente os projetos e mais uma vez questionando o compromisso dos usuários, a participação e o individualismo, demonstrando certa frustração com seus pares:

Todos os projetos foram bons o povo que não sabe valorizar, porque tem muita gente que não se interessa pelo negócio, o povo começa e não termina, isso é o pior. O povo acha que o governo é obrigado a dar tudo, não entende que o governo está ajudando porque quer melhoria. Eu acho que mudar é muito difícil, porque tem que mexer com o povo, os projetos são bons, mas o povo não sabe aproveitar! Cada um quer só pra si, e esse é o maior problema, sai falando da associação, mas não vieram dar nenhuma sugestão, saber o que está acontecendo e o que precisa melhorar. A associação foi muito bom pra nós aqui, mas hoje não é mais porque o povo não se interessa.

Percebemos que A3 é um grande entusiasta do associativismo, deixando claros os problemas e as soluções.

O caminho para uma possível solução destes problemas é uma rua de mão dupla. Requer um profundo comprometimento – e até continuados sacrifícios – dos produtores associados, se quiserem assegurar as recompensas que podem produzir para si mesmos, rumo a condições que lhes permitam assumir plenamente sua atividade (MÉSZÁROS, 2004, p.538).

Acreditamos que um trabalho de motivação, apresentação de novas práticas, novas ações e possibilidades sejam salutares com esta associação e seus associados. Por outro lado, percebemos as dificuldades enfrentadas no processo emancipatório que, a nosso ver, ainda não está concluído; ainda existem margens e outras ações como uma agroindústria do café que motivaria e traria mais geração de renda, agregação de valor e trabalho para os associados.

O programa marxiano de transferência do controle do metabolismo social para os produtores associados não perdeu nada de sua validade desde a época de sua formulação. Ao contrário, surgiu de novo, mais forte do que nunca, na agenda histórica de nossos dias, visto que somente os produtores associados podem elaborar, por si próprios, as modalidades práticas com as quais pode ser resolvida a dupla crise, hoje onipresente, da autoridade e do desenvolvimento (MÉSZÁROS, 2004, p.538).

No eixo da assistência social, quando perguntado à coordenadora AS1 o que deu certo ela respondeu:

Os projetos sempre foram desenvolvidos visando à emancipação, o objetivo era que as famílias tivessem condições próprias de garantir sua sobrevivência assim nosso trabalho começava desde o resgate da autoestima para que todos tivessem em suas vidas perspectiva de futuro, metas e objetivos. Então, a partir deste momento foram implantados projetos de convivência, para fortalecimento da autoestima das pessoas para que as mesmas tivessem perspectiva de buscar capacitação e garantir a sua própria renda. Assim os programas e projetos desenvolvidos dentro da Assistência Social, desde o início, sempre teve um objetivo, que é emancipar e proporcionar cidadania para todas as famílias, independente de gestores ou profissionais que ali passaram. Vale lembrar que no decorrer de todo projeto, serviços e benefícios o percurso sai um pouco diferente daquilo que foi planejado, pois existem os fatores internos e externos que interferem no desenvolvimento de cada projeto. Um fator importante é a adesão das pessoas, caso não haja isso dificulta todo o trabalho. Ainda hoje sabemos que a população tem uma cultura muito de acomodação e prefere mais a doação do que desenvolver suas próprias potencialidades e capacidades. Deste modo nos deparamos muitas vezes com esse fator, mas os usuários que aderiram aos projetos nesta perspectiva de emancipação tiveram ao final de cada trabalho uma mudança.

Percebemos que, embora a política de assistência social tenha sido implantada como política pública no município só a partir de 2001, foi nela que encontramos o maior número de projetos, relatórios técnicos, folders e avaliações anuais realizadas pelos coordenadores, conselhos e corpo técnico. No entanto, foi nesta área que os entrevistados destacaram o menor número de projetos da lista apresentada. Atribuímos a isso três motivos: primeiro, é possível que os usuários ouvidos tenham participado de poucos; segundo, não tenha representado tanto assim na vida das pessoas e, terceiro, pode ter sido por falta de divulgação pela secretaria dos projetos existentes. A coordenadora e ex-secretária deixa clara a perspectiva do trabalho que realizavam: autoestima, futuro, emancipação, destaca a importância da adesão das pessoas, etc.

Neste sentido, a coordenadora AS1 deu ênfase ao Projeto Borboleta:

Temos, por exemplo, o projeto desenvolvido com mulheres, Projeto Borboleta, o qual tem um nome sugestivo pelo processo de transformação da borboleta. Essa transformação se tornou nosso

objetivo, desejávamos que essas mulheres tivessem uma mudança e que buscassem uma melhor condição de vida, isso realmente aconteceu! O trabalho baseava-se no resgate da autoestima e na tentativa de mostrar do que elas eram capazes, prova disso foi no final do projeto elas mesmas solicitaram programas de geração de renda e após este programa elas se organizaram em associações pra vender os produtos e ter renda própria. Como exemplo individual, temos uma beneficiária que hoje possui uma empresa de decoração e está trabalhando em toda região, a qual afirma ser resultado do Projeto Borboleta.

A coordenadora se refere ao Curso de Decoração promovido pelo Centro de Referência da Assistência Social em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

E conclui, respondendo a primeira pergunta:

Então, posso afirmar que as pessoas que aderirão os projetos, reconheceram os objetivos elas conseguiram uma melhor qualidade de vida, neste âmbito reconheço a responsabilidade dos profissionais envolvidos em informar, divulgar e trabalhar a favor da mudança da realidade das famílias. Claro que não podemos dizer que não houve projetos emergenciais, trabalhamos também com benefícios e doações, mas sempre visamos em nosso trabalho e projetos o futuro seja com crianças, adolescentes, mulheres ou idosos. Enfim a perspectiva sempre foi orientar para que as pessoas procurassem qualidade de vida.

A usuária AS2 ao responder a pergunta 'o que deu certo?' destacou o projeto que teve ligação direta com a sua vida, o Programa de Moradia Popular, além de explanar outras dificuldades que enfrenta no dia a dia.

Nossa! melhorou demais, mal de mim se não fosse a Assistência Social. Eu consegui até uma casinha pra eu morar, antes eu tinha que pagar aluguel e hoje pago R\$ 45,90(quarenta e cinco reais e noventa centavos) numa casinha minha! Eu tenho problema de saúde até a Bolsa Família que me ajuda a pagar a casa, eu ainda pego a cesta básica na Assistência Social até eu conseguir o benefício pelo INSS. Graças a Deus que eles da Assistência Social me ajudaram, eu tô muito contente.

Deste depoimento percebemos o que significa a moradia popular para uma família, ou seja, antes pagava aluguel e agora continua pagando, só que por uma casa que é sua. Ficamos incomodados com os termos "casinha", "graças a Deus", no primeiro, porque dá uma ideia pejorativa

da moradia que, embora pequena e simples, era uma casa construída de alvenaria, com laje e possuía 42 m<sup>2</sup> (dois quartos, sala, cozinha e banheiro); e no segundo, porque a assistência social encaminha (ajuda) porque é a sua função e o atendimento um direito constitucional do cidadão.

Já a usuária AS3, um exemplo de superação e emancipação, assim respondeu a pergunta:

Tudo o que participei deu certo e valeu a pena, eu era tão simples que não sabia nem andar e conversar com os outros e graças a Deus hoje eu saio e vou para todo lado sozinha, fiquei mais independente e melhorou demais a minha vida! Foi depois que comecei ir aos cursos de sabonete, defumação de queijo, doce, comida no CISA que comecei a movimentar mais, daí como não sabia ler e senti dificuldade no curso fui também para a escola para aprender a ler e escrever pra continuar fazendo os cursos. Eu também vou ao curso de crochê e tricô lá na assistência e gosto muito!

Temos aí um exemplo que chama a atenção, pois trata-se de uma senhora que em 2005 já contava 60 anos de idade e descobriu, através dos cursos de formação e qualificação profissional, um mundo novo despertando-lhe ainda o desejo da alfabetização, que também era ofertada pelo município, através do Programa do Governo Federal Brasil Alfabetizado.

Quando realizamos a segunda pergunta, 'o que deu errado?', percebemos a riqueza das informações que, além de possibilitar uma autocrítica, aponta-nos a necessidade de novos procedimentos e abordagens na elaboração e implementação das políticas públicas. A coordenadora AS1, por exemplo, explica que

Através de avaliação e análises realizadas por nossa equipe profissional podemos perceber que muitas vezes nós não tivemos adesão da população em determinados projetos, ou seja, não adianta a equipe imaginar o que vai ser bom para a população se não for o desejo e necessidade da população. Assim reconhecemos que deu errado quando não tivemos a adesão das famílias e, conseqüentemente, houve muita desistência no desenvolvimento de alguns projetos, serviços e programas.

E continua nos dando lições, chamando a atenção e orientando os gestores sociais sobre os melhores procedimentos para que os projetos e programas possam ir ao encontro dos anseios dos usuários:

A questão do planejamento participativo é um método básico dentro do planejamento, você tem que chamar a população, público do seu trabalho para participar, para realmente conhecer as necessidades, dificuldades e realidade à qual estão submetidos e, a partir daí, desenvolver projetos consistentes e que atendam os anseios da população; desta forma eu acredito que os resultados serão mais satisfatórios. É relevante assinalar que tivemos resultados positivos, mas poderíamos ir além se tivéssemos a participação da população no início de cada projeto e também em todo seu desenvolvimento, para que junto da equipe fizéssemos as correções adequadas para chegar ao objetivo proposto.

A usuária AS2 foi evasiva e respondeu: “Eu não tenho nada para reclamar, pra mim foi bom de mais! Eles sempre me atenderam”.

Também a usuária AS3, mais uma vez, nos surpreendeu e deixou lições:

Acho comigo que um dos defeitos do governo é que ele devia mandar um fábrica pra cá, pra aproveitar os cursos, eu mesmo tenho nove diplomas, mais só faço as coisas aqui em casa e para os vizinhos. A gente faz os cursos mais depois num tem o emprego, eu mesmo não sabia fazer doce e hoje faço qualquer tipo de doce.

Embora reconheça a importância dos cursos, destaca a necessidade de um espaço ou uma empresa, para aproveitar a mão de obra qualificada. Não basta colecionar diplomas, teorias e o saber fazer; é preciso oportunidades de trabalho e a obtenção de alguma renda que possa garantir a sobrevivência e a dignidade da pessoa humana.

Quando na terceira indagação foram solicitadas sugestões às entrevistadas, a usuária AS2 disse que não tinha nada para falar, enquanto a coordenadora AS1 deixou novas reflexões e contribuições:

Eu deixo como sugestão o planejamento participativo, que os profissionais busquem trabalhar mais junto com a população, público alvo do seu serviço. Esses projetos mencionados eu não mudaria, apenas usaria na metodologia para chegar ao objetivo que são a emancipação, autonomia e cidadania, a participação popular para que a gente tenha maior grau de adesão. Isso auxilia até o profissional para não haver a perda da motivação, sendo a adesão satisfatória para o desenvolvimento dos projetos e programas. Essa sugestão nós tiramos após a realização dos projetos e a realidade cotidiana. Sabemos que às vezes ouvimos e ouviremos da população coisas incabíveis e inviáveis, mas cabe aos profissionais selecionar as melhores alternativas.

A usuária AS3, fazendo valer sua cidadania, sugeriu reivindicando: “A sugestão é essa fábrica, né! Porque, se tivesse a fábrica as mulheres que aprenderam com os cursos, estariam todas trabalhando”.

Percebemos, de modo geral, que todas as entrevistadas deram ênfase ao papel da assistência social que, por sua vez, reconhece que o melhor caminho para atender de fato as reivindicações dos usuários está na capacidade de mobilizá-los e ouvi-los sobre suas necessidades, para só depois idealizar, criar e efetivar programas e projetos que sejam capazes de corresponder aos anseios da comunidade e dos portadores de direitos das políticas públicas da assistência social.

Sobre a Saúde Preventiva, quando indagada sobre o que deu certo, a coordenadora SP1 começa explanando sobre o Programa Saúde da Família (PSF):

Quando se fala de saúde pública, a perspectiva nossa é trabalhar com a saúde preventiva, né! Em meu entendimento, esse trabalho que foi desenvolvido em Alterosa voltado para a prevenção foi um trabalho de excelência na região, tanto que esse trabalho foi um destaque em Alterosa e serviu de referência para os demais municípios. O Programa Saúde da Família (PSF), nós trabalhamos com 100% da população e principalmente atendendo toda a zona rural, porque as pessoas da cidade têm uma facilidade maior de acesso pra procurar qualquer tipo de atendimento, mas quando se fala de zona rural, existi muita dificuldade dessas pessoas de procurar qualquer tipo de atendimento, né! E nós conseguimos chegar o atendimento nas casas dessas pessoas, onde facilitou o acesso pra eles, onde nós demos a oportunidade d’eles terem a qualidade de vida. Então, no meu entendimento, o Programa Saúde da Família foi um dos grandes destaques.

Dentre todos os programas analisados, o PSF foi um dos poucos que atendiam a 100% das famílias urbanas e rurais cadastradas, ou seja, 4.051 famílias. Só não recebiam atendimento aquelas famílias que rejeitavam totalmente o programa.

A usuária SP2 que ainda não mudou seus hábitos e continua olhando a saúde com o olhar da doença disse:

Eu gosto do atendimento dos postinhos<sup>5</sup>, de vez enquanto eu ia, mas a maior parte das vezes a gente vai só quando está doente mesmo,

---

<sup>5</sup> Quando as pessoas utilizam o termo carinhoso de postinho estão se referindo às unidades básicas de saúde onde é realizado o atendimento do Programa Saúde da Família (PSF).

porque a gente mora na roça, né! Daí é só quando aparece e fica doente pra poder ir ao médico!

Como podemos perceber uma visão equivocada da saúde, uma questão cultural. Pode ser também que a equipe ainda não tenha conseguido conscientizá-la do contrário, mesmo porque, deve ser um trabalho continuado e que só trará resultados com o tempo. São necessárias ações permanentes, mostrando aos usuários a importância e o custo benefício da prevenção.

Já para o usuário SP3:

Tudo deu certo, tudo funcionou muito bem! Os postinhos (Programa Saúde da Família – PSF) serviram demais pra toda a família com remédios e consultas, teve muito bom... O atendimento era muito bom, mas agora mandaram eles (médicos) embora, eles eram muito bons, atendiam muito bem, todos eles. Quando a gente precisava ia lá e marcava, e no mesmo dia era atendido. Aqui em casa não teve tratamento com o dentista.

Com relação ao programa de reformas de casas para o combate à doença de chagas disse:

Eu já ouvi falar sobre a reforma das casas, aqui em casa não teve não, mas conheci muita gente que teve a reforma nas casas, aqui perto de casa mesmo teve uma casa que até desmancharam e fizeram de novo, mas depois veio a lei de fazer as casinhas e aí fizeram muitas casinhas... Isso deu muito certo porque reformaram, fizeram a casa quase que de novo, deu muito certo! Uai, eu acho que prevenir antes de vim a doença, rebater ela, eu sou de acordo.

No ano de 2005, segundo relatórios do Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB) recebiam cobertura 13.467 pessoas, perfazendo uma média mensal de 4.616 atendimentos entre médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde e auxiliares de enfermagem.

Trabalhamos dentro da saúde da família também a saúde bucal, todas as equipes tinham a saúde bucal! Conseguimos trabalhar a saúde bucal dentro das quatro unidades do PSF, esse projeto foi muito importante também chegando às famílias que até então nunca tinham tido esse tipo de atendimento, foi muito importante principalmente nas famílias que tivessem uma classificação dentro da saúde pública, como sendo de alto risco. Assim essas famílias foram acompanhadas pela enfermagem, pelos médicos e também acompanhadas pelos dentistas e auxiliares, ou seja, foram dois projetos em Alterosa que teve uma integração importantíssima para a população.

Recebiam acompanhamento especial das equipes: as crianças (puericultura), gestantes (pré-natal), mulheres (prevenção CA cérvico-uterino), portadores de HIV (AIDS), diabéticos (diabetes), hipertensos (hipertensão arterial), portadores de hanseníase e tuberculose.

Os reflexos, não digo que foi em curto prazo, mas em médio e ao longo prazo, é muito positivo porque vai refletir na qualidade de vida das pessoas que é uma prevenção que foi trabalhada... prevenção e promoção! Acredito que no decorrer do tempo as famílias tiveram um maior conceito do que era o Programa Saúde da família, porque no início existia uma rejeição muito grande, pois as pessoas estavam acostumadas com a saúde curativa, as pessoas esquecem que nós temos que trabalhar com o processo de prevenção. No fim, com certeza, conseguimos trabalhar essa cultura da população, mesmo sendo difícil nós conseguimos trabalhar nesta perspectiva.

Com certeza, o trabalho preventivo não traz resultados imediatos, mas são duradouros e ficam mais econômicos. A doença é o pior momento da vida das pessoas; é uma pena que não se conscientizem disso. Todos nós poderíamos levar uma vida saudável, como diz o ditado: “é melhor prevenir do que remediar”.

Como nas palavras da coordenadora SP1 e ex-secretária:

O Programa Saúde da Família foi com grande êxito que nós trabalhamos em Alterosa e como já coloquei foi referência para as cidades vizinhas, o município foi uma das primeiras cidades com 100% de saúde da família, salvo engano da regional de Alfenas foi a primeira cidade a ter 100% de cobertura do PSF.

Pelas informações que obtivemos na Regional de Saúde, realmente, Alterosa foi a primeira das 26 cidades a implantar e ter cobertura populacional em 100%. Um grande avanço para uma cidade que estava acostumada com a saúde curativa e com a doença. Acreditamos que, pela primeira vez na história de Alterosa, a secretaria tornou-se efetivamente “da Saúde”, sem falar em toda a infraestrutura de funcionamento que conquistou: equipamentos, veículos e sede própria. Pelo que pudemos constatar uma das melhores e mais equipadas da região.

Quando perguntado à coordenadora SP1 ‘o que deu errado?’, ela abordou o Programa de Combate à Doença de Chagas que consistia na eliminação dos focos do barbeiro (rachaduras e falta de reboco) o que se

efetivava com a reforma e adequação das casas às condições básicas de moradia:

Em relação às reformas de casas para o combate à doença de chagas não digo que tenha dado errado, mas é um projeto moroso, é um projeto que sua execução exige muitos profissionais, não apenas da área de saúde, mas de outras áreas, como: engenheiros, pedreiros e demais profissionais. Então, quando tem uma demanda onde nós temos que trabalhar com outros profissionais não apenas da área da saúde, mas com a integração, temos dificuldades! Como é um projeto que realmente demorou a acontecer, quando foi feito a avaliação da necessidade das famílias que precisavam de reformas nas casas se fez uma planilha, quando veio realmente acontecer muitas famílias já tinham feito a reforma ou já tinham mudado. Assim teve que sempre estar alterando e mudando essa planilha. Então esse projeto não foi tão positivo como o Programa da Saúde da Família e Saúde bucal.

Para a usuária SP2 o que havia de errado era:

Quando nós da roça chegamos para ser atendido já tem o pessoal da cidade na frente; daí esperamos muito, quando conseguimos marcar uma consulta. O tratamento da boca não tá dando nada certo, porque foi falado que eles iam pôr o tratamento dos dentes em todos os postinhos, mas até hoje não tá saindo nada. Eu não consegui marcar nem para tirar este resto de dentes!

Uma das dificuldades que percebemos é que muitas pessoas só passam pelos médicos, quando já estão com alguma enfermidade e isso demanda o pronto atendimento. As consultas do PSF são agendadas previamente e o usuário passa pelo acompanhamento da equipe. Quanto ao atendimento do programa de saúde bucal, mais uma vez percebemos a falta de informação, pois, de fato, pudemos comprovar que existe o atendimento nas unidades básicas de saúde.

O usuário SP3 não viu nada de errado, como em suas palavras: “Não, não teve errado, tudo foi bom!”

Quando perguntado aos entrevistados qual a sua a sugestão, SP1 destacou mais uma vez a importância do trabalho preventivo em saúde:

A sugestão que eu deixo e trabalho muito pra isso é voltado para a saúde pública, necessariamente dentro do Programa Saúde da Família e Saúde Bucal, porque a saúde pública tem que se trabalhar com a prevenção. Não se fala em saúde pública hoje como era se visto trabalhando exatamente na saúde curativa, nós não podemos trabalhar dentro dessa linha temos que realmente abraçar a causa em

trabalhar com a saúde pública no sentido da prevenção, aí sim nós vamos poder oferecer a população qualidade de vida!

SP2 sugeriu e reivindicou:

Precisava ter mais médico para atender, porque até o hospital às vezes fica com um médico só para atender. Precisava ter mais médicos até nos postinhos de saúde, porque fica um médico e junta uma turma de gente, daí não tem condição! Cada postinho tinha que ter três médicos, daí dava para controlar para os da cidade e para os da roça.

Segundo SP3: “Tudo parece que tá bom, se continuar desse jeito tá bom demais!” Mas nós sabemos que, em se tratando de saúde, sempre está faltando alguma ação, pois se trata de um setor complexo e sensível, pois está ligado diretamente à vida e ao bem-estar das pessoas.

No eixo temático da Cultura e Esportes (CE), o coordenador CE1 foi enfático, ao responder a questão o que deu certo:

Todos os projetos deram certo! O projeto Bola e Viola foi uma ideia que nós tivemos para levar o prefeito e a administração pública para perto do cidadão da zona rural que muitas vezes não tem o acesso de ir à cidade. Assim o projeto era realizado uma vez por mês e levávamos o prefeito e os secretários para que o povo tivesse o contato com a administração pública, além de unir o esporte e a cultura de violeiros. Vale lembrar que a gente dava um jogo de camisa para cada time e fornecia todo o material necessário, o projeto era realizado no período de 10 meses. Esse foi um projeto que saiu 4 vezes na EPTV e saiu também no programa Terra da Gente, foi um projeto muito bem aceito e a mídia procurava a gente. O projeto Bola e Viola foi o carro chefe da secretaria.

Ao se referir a outro projeto, elemento dessa reflexão destacou:

A Feira sertaneja foi implantada com a intenção de resgatar os violeiros da região e também para que o produtor rural pudesse trazer seus produtos para vender. Assim a gente trazia show para a população e dava a oportunidade para os violeiros, foi importante para que população conhecesse os artistas da região. Foi um projeto muito legal também!

A usuária CE2 também deu ênfase aos projetos “Feira Sertaneja” e “Bola e Viola”:

O Bola e Viola e a Feira Sertaneja incentivou o povo a mostrar o talento escondido, alguns até foram pra frente mais outros nem sabiam cantar, mas teve bom porque abriu uma porta para o povo senão ninguém poderia se apresentar, teve bom e deu certo! Nossa, era muito animado, eu mesmo gostava de ir, pular e dançar, tudo virava festa! Os meus meninos participaram, iam para as roças, festas e bar que chamavam eles para cantar, era muito bom porque unia a família para ensaiar e ficava todo mundo mais junto, mas agora todos eles casaram e está cada um para um lado, mais ainda quando encontramos fazemos barulho do mesmo jeito.

O idoso, cantor e violeiro CE3, participante assíduo dos Projetos “Feira Sertaneja” e “Bola e Viola” também demonstrou o que esses projetos representaram em sua vida:

Durante o tempo que eu participei tudo deu certo, eu sempre gostei. Era tudo muito bom, festivo, o povo acolhia e freqüentava. Nós começamos a tocar na rua depois foi até construído uma cobertura na feira, tocávamos músicas sertaneja e raiz. Foi uma oportunidade para divertimento, animação, todo domingo a gente tava lá! Oportunidade de seguir carreira não teve, não saiu ninguém artista. Eu fui ao Projeto Bola e viola, mas sobre esporte eu não sei falar porque nem ligo, o que eu gostei foi da música.

Buscando valorizar as criações culturais, o folclore e as manifestações artísticas do povo, a gestão pública deu andamento à criação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e ao mesmo tempo fez jus ao ICMS Cultural que se tornou significativo na ampliação da política cultural do município, e assim o coordenador CE1 se referiu a ele:

O Patrimônio cultural foi o resgate das origens, então foi criado o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural. Neste projeto saímos de uma pontuação de 0 para uma pontuação de 4.7 no primeiro ano e depois pulamos para 6 pontos, isso nos trouxe um repasse de verba muito bom onde revertíamos todo o dinheiro na própria cultura. Para isso tombamos algumas casas, prédios como o da prefeitura, a Praça Getulio Vargas e também um filme que foi feito por volta de 1800 o qual recuperamos, passamos para DVD e tombamos. Alterosa não tinha patrimônio histórico cultural, mas conseguimos resgatar e colocar uma pontuação alta para um município de pequeno porte, como é o caso do município.

Verificamos, que o município gradativamente, foi inventariando todo o patrimônio cultural do município, prática que se tornou rotineira todos os anos, sempre procurando ampliar e inovar. De tal forma que todo patrimônio material e imaterial foi inventariado, catalogado e tombado, para garantir a preservação e o resgate da memória histórica do município. Esta

ação, a nosso ver, uma obrigação de todo gestor público, no Estado de Minas Gerais, através da Lei Robin Hood, é premiada com repasses mensais de ICMS Cultural aos municípios que mantêm a política patrimonial atualizada e renovada, anualmente. Na medida em que a política é ampliada, também aumenta o repasse de recursos, como podemos comprovar no Quadro 5. Alterosa começou a receber o ICMS Cultural, a partir do ano 2003, resultante das ações iniciados em 2002. Esses recursos devem ser investidos na própria política cultural e na realização de eventos culturais e folclóricos. Uma boa oportunidade para os pequenos municípios que enfrentam uma série de dificuldades financeiras.

Sobre o esporte amador o município apresentou projeto ao Ministério do Esporte, pleiteando recursos do Programa Federal Esporte e Lazer na Cidade e acabou contemplado com duas quadras poliesportivas, que foram construídas em dois bairros rurais, onde lideranças da comunidade doaram terrenos para a efetivação do equipamento comunitário.

O coordenador CE1, ex-secretario de cultura e esporte, também destacou o projeto:

As quadras poliesportivas na zona rural, foi um projeto do Ministério do Esporte, então mandamos o projeto e fomos contemplados com algumas quadras. A cidade de Alterosa foi a primeira na região a receber essas quadras, foram construídas nos bairros rurais Cambuí e São Bartolomeu e ainda era fornecido o material esportivo.

E continuou destacando outros projetos:

Também foram construídos no distrito de Alterosa, Cavacos e também no Parque do Jucão o Centro Cultural, onde foi muito importante, pois é como um teatro e a população usa para vários eventos. Esses quatro projetos que foram desenvolvidos na área de cultura e esportes foram destaques no município e região, por isso, cidades vizinhas querem copiar.

Quando perguntados sobre o que deu errado, todos responderam dentro da mesma linha de raciocínio, CE1 disse: “Foi apenas a dificuldade de implantar estes projetos, quando conseguimos colocar para funcionar não tivemos mais problemas.” CE2: “Nada deu errado, porque a gente gosta de diversão só precisava mais de ajuda para o povo seguir pra

frente e não desanimar e CE3: “Eu não considero nada errado, deu tudo certo!”

Quando perguntados ‘qual a sua sugestão?’, o coordenador CE1, didaticamente sugeriu inovações para os quatro projetos.

Para a Feira Sertaneja disse: “[...] acho que deve ser mais abrangente, não ficar sempre com as mesmas pessoas se apresentando, mas convidar todos os artistas da região, e no final de cada mês, levar um artista profissional como forma de valorizar o espaço.” Para o Bola e Viola: “Seria interessante dar continuidade, pois abrange vários aspectos como o social, político, cultural e esportivo”.

Já CE2, participante assídua dos eventos culturais, sugeriu para a Feira Sertaneja e o Bola e Viola:

Deveria ter mais duplas, podia ter um apoio maior da prefeitura e dos vereadores, porque precisava dos instrumentos e não tinha, não tinha nem uma sanfona, era só cavaquinho e viola! Eles deveriam ajudar porque isso faz parte do folclore. Sempre tem que ter mais gente para melhorar, pra dar mais força pra turma que gosta disso e valoriza a cidade, porque aqui não tem uma diversão que presta.

Já CE3 sugere que, quem deve avaliar os projetos é o povo, ao mesmo tempo em que faz uma reflexão sobre a existência e a permanência dos projetos:

Todo evento que é feito a animação é do povo, então tem que ter uma avaliação do povo, a feira sertaneja tinha bastante participação, o povo acompanhava. Todo evento que não é profissional não vai pra frente, seja bola ou viola, porque não tem dinheiro, então o jogador de futebol ou artista tem que ter uma força dele mesmo pra fazer o que gosta, mas cada um pensa de um jeito. Eu creio que tudo tem um fim, e como não rende dinheiro um dia ia acabar mesmo.

Sobre o Patrimônio Cultural CE1 afirmou:

O Patrimônio Cultural não podia faltar porque é por onde se tem o repasse mensal para se trabalhar com a cultura como a Folia de Reis e Congadas. Foi aonde conseguimos comprar roupas e um ônibus para transportar esse pessoal para se apresentarem na região.

Quanto às quadras poliesportivas nos bairros rurais CE1 sugeriu:

Para as quadras poliesportivas na zona rural deve-se manter um monitor em cada quadra pelo menos três vezes por semana além de construir uma quadra dessas em cada bairro rural. Seriam ações importantíssimas!

Percebemos que o coordenador (CE1) e os usuários (CE2 e CE3), ao executarem os projetos participarem deles e relembrem tudo, demonstram certo contentamento, pois foram ações que estiveram ligadas diretamente às suas vidas, ao mesmo tempo em que torcem pela continuidade e ampliação dos mesmos. Afinal, como diz a música de Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto: “a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”.

Sobre o eixo temático do Meio Ambiente (MA), o entrevistado MA1, coordenador e ex-secretário, quando indagado sobre os projetos coordenados por ele e ‘o que deu certo’, respondeu sobre cada um respectivamente.

Sobre a coleta Seletiva afirmou:

O projeto coleta seletiva foi muito bom no início, ele já havia sido implantado na gestão da outra secretaria, nós demos continuidade. Com o passar do tempo esse projeto não foi pra frente, chegamos estalar até algumas lixeiras para segregação do lixo mais não emplacou. Este é um projeto que requer uma constante propaganda, tem que ficar martelando constantemente, mas infelizmente a verba da secretária foi reduzida por conta que a mesma também fica responsável pelas praças, parques e jardins. Vale lembrar que foi feito um projeto de conscientização nas escolas.

Destacando a construção da Estação de Tratamento de Esgotos e seu significado ambiental disse que:

O projeto de tratamento de esgoto foi feito em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, ele fez com que toda água de Alterosa que virava esgoto fosse tratada, 100% tratada na área urbana! Ainda sobre o tratamento de esgoto foi realizado um projeto nas escolas, mostrando o valor da água nos dias de hoje, dentro do contexto da humanidade. Este projeto foi muito bom!

Já a Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo, ressaltando a coleta seletiva:

A meu ver a reciclagem e compostagem de lixo, tirando a coleta seletiva, foi um sucesso, melhoramos as instalações da estação de usina de reciclagem e compostagem de lixo, contratamos mais

peças e assim acabamos tendo o trabalho reconhecido em Belo Horizonte através da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM). Este contexto concedeu a Alterosa o título de excelência ambiental pelo município ter a coleta seletiva, a usina de reciclagem e compostagem de lixo e assim ter um tratamento satisfatório e uma destinação adequada a todos os resíduos sólidos.

Enquanto que na visão crítica e positiva da usuária e trabalhadora na área MA2:

Não deu certo nem a coleta seletiva e nem a usina de reciclagem por causa do povo! O povo não respeitou nem contribuiu e ainda não colabora, foi difícil para quem trabalhou na usina, porque o povo sempre misturou lixo de banheiro, lixo orgânico com caco de vidro, dificilmente o povo costuma separar.

Com outra visão, o usuário MA3 respondeu:

Foi um trabalho muito bem feito no meio ambiente e bem desenvolvido, deu muito certo! O povo correspondeu bem, fizeram a separação do lixo, então foi um projeto muito bem trabalhado na época. Todos os projetos do meio ambiente foram bem sucedidos!”

Sobre as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), uma iniciativa idealista, particular e voluntária onde o apoio do município foi mínimo, o coordenador MA1 louva destaca o que elas representam para o nome de Alterosa:

Na questão da reserva particular de patrimônio ambiental. Vale lembrar que temos até hoje quatro RPPNs (Reserva Particular do Patrimônio Natural), foi iniciativa de um policial do estado de São Paulo que adquiriu glebas de terra no município, algumas com matas formadas outro pedaço de terra ele mesmo formou a mata para que agente tivessem nestas terras um ponto de preservação permanente. Então as RPPNs acabaram também revertendo para o município o título de excelência ambiental por fazer parte de uma região onde poucos municípios têm as RPPNs. Hoje na região somente Alterosa e Alfenas tem áreas de RPPN, e por possuímos estas áreas tivemos a oportunidade de participar de vários seminários e congressos nos municípios que possuem esse tipo de preservação.

Sobre o ICMS Ecológico que trouxe recursos significativos ao município, conforme pode ser comprovado pelo Anexo B o coordenador MA1 destacou:

Tudo isso gerou através da FEAM um reconhecimento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços) ecológico, que era repassado ao município desde 2000 até o ano de 2007 por meio da Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo, não conseguimos mais usufruir do ICMS ecológico porque não houve condição, pois a área ficou saturada e era preciso construir uma nova usina para continuar recebendo o ICMS ecológico, mas até ao início de 2008 nós tivemos um repasse mensal do ICMS ecológico. Então, dentro da área do meio ambiente faltou um pouco mais de informação.

Ao mencionar os compromissos assumidos em campanha e avaliar os resultados da ETE disse:

No geral todos os ramos do meio ambiente e propostas que tínhamos em campanha, sendo a principal dela Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) foi cumprida, isso melhorou a qualidade de vida da população, diminuiu o número de doenças relacionadas à falta de saneamento básico, doenças que acometem muita gente em todo verão, a melhoria foi grande. E os peixes voltaram ao seu habitat natural no Ribeirão São Joaquim. Nós possuímos o licenciamento ambiental de todos os postos de combustíveis da cidade implantando tanques ecológicos para combustíveis e também tanque de coleta e separação de óleo, graxa e barro de lavagem de veículos.

Sobre a rejeição pelo poder legislativo do projeto que criava o FMMA e a criação do CODEMA:

Ainda instituímos o projeto para que se tivesse o Fundo Municipal do Meio Ambiente, mas precisou da aprovação legislativa e assim não foi levada a proposta para frente, no entanto, instituímos o CODEMA (Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental) que teve uma atuação decisiva lutando contra o destino incorreto dos resíduos proveniente do beneficiamento das batatas produzidas no município. A gestão foi fiscalizadora e empreendedora.

Sobre a parceria que propiciou o funcionamento do Horto Florestal no município destacou:

Alterosa também tem um horto florestal que foi cedido dentro de nossa gestão pelo estado de Minas Gerais para o município e todo adubo gerado na usina de reciclagem e compostagem de lixo foi usado com insumo para se formar mudas de árvores de espécie nativas e exóticas, tivemos em média 400 mil mudas de eucalipto e também de árvores nativas um número semelhante em 4 anos. Essas mudas foram doadas aos pequenos produtores de Alterosa e região, como Carmo do Rio Claro, Monte Belo, Areado entre outros municípios. Esse foi um incentivo à recuperação de áreas degradadas.

Quando perguntados sobre “o que deu errado?”, MA1 expõe sua visão, tenta se justificar e, ao final, alfineta o gestor atual:

O que deu errado foi à coleta seletiva de lixo não atingindo a meta esperada, começamos realizando a coleta seletiva do lixo até 60% de todo lixo coletado, mas depois este percentual veio caindo, pois a população acomodou e a secretária não tinha dinheiro para investir em propaganda, nós também passamos a coleta do lixo para o período noturno para evitar que os cachorros ficassem rasgando o lixo que pousava nas ruas, mas isto gerou muito descontentamento entre os funcionários da prefeitura, foi motivo de conflito. E por fim hoje a usina de reciclagem e compostagem de lixo funciona como um simples depósito de lixo, não fazendo nenhum tipo de triagem.

A usuária MA2, que havia sido trabalhadora na URCL, destacou uma questão operacional, de extrema importância e gravidade:

O que deu errado foi a falta de materiais para a gente trabalhar, muitas vezes trabalhei até sem luvas separando o lixo. Faltava máscara, avental e luvas, a gente até economizava, eu usava luva rasgada pra evitar colocar a mão. A gente também não recebia lanche, era só um leite, depois de muito pedir eles começaram a mandar o pão.

Já o usuário MA3 disse: “Acho que não tinha que ter modificação nenhuma, uma vez que foi bem trabalhado e atendido pelo povo”.

Quando solicitadas sugestões, o coordenador MA1 sugeriu:

Alterosa não tem um inventário ambiental, não temos ideia quantos córregos e nascentes temos no município, não sabemos qual é o nosso patrimônio ambiental. Embora haja a consciência é preciso mapear para melhor cuidar e preservar o solo, vegetação florestal, água e ar.

MA2 por sua vez sugeriu o exemplo de um município vizinho que poderia fazer uma inovação e um elemento motivador para que as pessoas pudessem contribuir mais com o processo:

Em São Sebastião do Paraíso eles têm uma horta e quem leva garrafa pet ganha verdura, isso é um incentivo, uma troca, e ajuda o povo a conscientizar. Assim eu acho que deveria ter aqui, às vezes um vale, alguma coisa assim para o povo interessar.

Já MA3, a voz da sabedoria, usuário e ex-trabalhador aposentado da URCL, lamenta e deixa-nos uma lição de caráter holístico e universal:

Não posso dizer muita coisa, eu me afastei muito e não participo mais das coisas, mas posso falar que o meio ambiente sempre tem que ser cuidado! Conscientizar o povo é o trabalho mais difícil, mas acho que a geração nova já vem conscientizada para trabalhar com o meio ambiente de forma bem melhor, pois é o que está precisando não só aqui em Alterosa, mas no Brasil e no mundo inteiro!

Ao analisarmos os projetos, na perspectiva daqueles que de uma forma ou de outra estiveram envolvidos no desenrolar dos acontecimentos, percebemos o quanto têm de precioso, tanto no aspecto avaliativo, crítico e sugestionador. Mostra-nos o quanto as administrações públicas podem avançar, criar, fazer a lição de casa e contribuir na construção de uma nova visão de mundo. Despertando em todos nós o desafio de que a proteção, a preservação da natureza e dos seus recursos naturais é uma tarefa para todos os homens e mulheres do planeta.

A Educação por essência e natureza inclusiva e revolucionária teve no período estudado avanços significativos que podem ser comprovados pelos índices de vários órgãos oficiais o que podemos creditar, principalmente aos professores e coordenadores que, pelo que percebemos, se desdobraram para que ela obtivesse reconhecimento, além das fronteiras de Alterosa. No período de 1992 a 2005 ela evoluiu gradativamente até se notabilizar com o município, sendo oferecida às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação infantil à pós-graduação. Os avanços podem ser notados em todas as gestões do período, passando pela nucleação, criação do transporte escolar, municipalização, ensino infantil, ensino fundamental, alfabetização de jovens e adultos, graduação e pós-graduação.

Quando perguntado à coordenadora (E1), ex-secretária e professora municipal, “o que deu certo?”, ela didaticamente respondeu:

Começando com o café da manhã na escola, este projeto era o seguinte: atendíamos nossos alunos que vinham de todos os lugares do município, morando na zona rural eles dependiam de transporte para chegar até a escola e muitos desses alunos saíam de casa por volta das 5 horas da manhã. Assim, quando eles chegavam à escola

às 7 horas da manhã para iniciar a aula até esperar a hora do lanche era muito tempo para uma criança ficar sem alimentação!

Com isso, professores e diretores, começaram a perceber que as crianças chegavam à escola cansadas e sonolentas e que, até o momento do lanche, o aproveitamento era mínimo. Desta forma começaram a levantar as possíveis causas e acabaram deparando com as deficiências alimentares em flagrante conflito com o que determina as boas orientações da medicina de que necessitamos nos alimentar a cada duas horas. Daí partiu a iniciativa experimental de introduzir o café da manhã na escola, logo na entrada das aulas, e logo começaram a aparecer os primeiros resultados:

Assim observamos um melhor rendimento escolar a partir do momento que começamos a servir o café da manhã às 7 horas da manhã, pois muitas crianças não se alimentavam em casa, principalmente da zona rural, seja pela falta de hábito de tomar o café da manhã ou falta de condições financeiras para tal. Assim as crianças iam para a escola de estômago vazio! A partir do momento que começamos a observar esta realidade, notamos que o café da manhã era uma das formas de estar ajudando as crianças na melhoria do rendimento escolar e também na saúde; isso podemos comprovar através da avaliação das crianças feita na escola. Vale ressaltar que não foi feito apenas o café da manhã na escola, mas também o almoço, o que se transformou em uma marca de governo.

E o café da manhã tornou-se um programa com a criação de um cardápio para todos os dias (bolo, rosca, biscoito, pães e bolachas alternadamente). Contratou-se uma nutricionista e a tradicional merenda foi substituída pelo almoço na escola, também com um cardápio variado (arroz, feijão, massas, legumes, carnes e saladas) e balanceado conforme orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) como afirma a coordenadora E1:

Essas refeições passaram a ser elaboradas com o acompanhamento de uma nutricionista. Neste período começamos a trabalhar bastante com a horta, onde passou a nos fornecer parte de verduras e legumes. Os outros alimentos eram adquiridos com a verba da merenda escolar e a prefeitura investiu muito nessa área. Este projeto foi muito elogiado pelos pais dos alunos e repercutiu até nos dias de hoje.

A mãe de aluno E2 confirma e destaca a importância da prática:

A alimentação melhorou muito, é muito bom! Está dando certo até hoje e deve continuar, não tenho nada que reclamar da alimentação, até uma vez por mês vai uma mãe se alimentar com os filhos na escola e o dia que eu fui tava muito bom! Lá é arroz, carne, põe até laranja, está bem reforçado!

O que também é reconhecido por E3:

Bom, eu acompanhei o café da manhã na escola, as crianças sempre vêm de longe, portanto levantam cedo e quando elas chegavam na escola tomavam um cafezinho, era bem reforçado com: leite, café, chocolate, bolo e pão com manteiga. Assim, até o horário da merenda as crianças estavam satisfeitas.

Sabemos que não basta ter escolas, professores e alunos são necessárias as condições básicas de aprendizagem, entre elas crianças bem alimentadas.

Outro projeto destacado pela coordenadora E1 foi o Centro Alterosense de Educação Integrada (CAEDI) inaugurado em 07 de setembro de 1996:

Ele já existia com uma preocupação de oferecer atividades extracurriculares, só que quando assumimos o CAEDI as atividades oferecidas eram apenas trabalhos com madeira, palha, barbante ou ponto cruz. Aí começamos a observar que a frequência era pequena e a gente gostaria de ter uma porcentagem maior no CAEDI. Assim fomos pesquisar primeiro nas escolas pra ver o que as crianças gostariam de fazer no CAEDI, o objetivo era levar uma maior quantidade de crianças para que essas não ficassem na rua, aí surgiu a ideia de fazer aulas de violão, capoeira, dança, teatro e não apenas atividades artesanais. Com essas modificações a gente percebeu que houve uma maior motivação através dos números de matrículas que passaram 60 crianças para 138. Reconhecemos que foi um aumento expressivo e só não foi maior porque no espaço não cabia. Assim, foram 138 crianças no período da manhã e 138 no período da tarde. Foi tudo que queríamos que as crianças gostassem de estar no CAEDI.

Sobre o projeto E3 também se manifestou: “Eu também fiquei sabendo do CAEDI, deu certo sim, pois as crianças faziam várias atividades importantes e ocupavam o tempo, ao invés de ficar aprendendo coisas que não presta na rua e assim valoriza a própria vida”.

Acreditamos que ações como esta são capazes de resolver uma série de problemas presentes em quase todos os municípios brasileiros. O que fazer com as crianças no contraturno, quando seus pais vão para o

trabalho? Alterosa, se não resolveu o problema por inteiro, resolveu uma boa parte dele, criando um espaço agradável de socialização e integração que combinava artesanato, arte, modalidades esportivas, lazer e aprendizagem.

Com o objetivo de elevar a formação dos professores municipais e dar oportunidades aos jovens que desejavam continuar os estudos e cursar uma universidade, o município criou um apoio financeiro, que ficou conhecido por Bolsa Universitária para os estudantes que precisavam se deslocar, para estudar em outros municípios.

Facilitando o entendimento da ação, a coordenadora E1 explica:

Foi o seguinte, era meta de campanha que queríamos uma cidade estudada, onde o povo estudasse, onde o povo tivesse esta oportunidade, prova disso é a faculdade e os cursos técnicos existentes em Alterosa. Então como ainda não tinha faculdade aqui, as pessoas saíam para estudar fora, como Alfenas, Muzambinho e Guaxupé. Assim estes alunos passaram a receber R\$ 50,00(cinquenta reais) todo mês para ajudá-los a pagar o transporte ou a própria faculdade. Para fazer jus a essa ajuda em dinheiro os alunos faziam 4 horas mensais, trazendo seus conhecimentos para dentro de nossas escolas, assistência social ou secretaria municipal de saúde. Foi um período muito bom de ajuda para quem estava estudando e ao mesmo tempo esse conhecimento era revertido para o município.

A agora usuária E3 também deu ênfase à Bolsa Universitária e já sinalizou outro projeto que também faz parte desta investigação:

Sobre o projeto Bolsa Universitária eu até recebi por um ano, né! Mas depois parei de receber porque não morava em Alterosa, o dinheiro ajudava muito no meu caso, os R\$ 50,00(cinquenta reais) vinham descontados na mensalidade, na época eu fazia pedagogia em Alterosa. O curso superior foi a gota d'água pra mim, foi um avanço na educação, eu comecei a trabalhar como merendeira e passei a gostar da escola.

Como podemos perceber, a usuária recebeu, por um período, o apoio financeiro, cursou o ensino superior e começou a trabalhar na escola de seu distrito: segundo o nosso olhar, emancipação em dose dupla.

A coordenadora E1, com orgulho e emoção, falou-nos sobre a implantação dos cursos superiores em Alterosa:

Quanto aos cursos superiores desde 2002 veio para Alterosa a faculdade de Machado através de convênios e trouxe o curso de

Pedagogia, em 2005 veio Letras através da Faculdade de Campanha, então a graduação começou aí e muitos professores que estão trabalhando hoje se formaram nestes cursos. Olhando em volta as cidades circunvizinhas Alterosa saiu na frente nestes convênios de trazer faculdades pra cá. Assim surgiram os cursos universitários, porém eram pagos.

A usuária E3, mais do que emocionada, relatou em detalhes a mudança que a oportunidade de cursar o ensino superior em Alterosa representou em sua vida:

Tinha muita vontade de ser professora, mas não tive como fazer magistério na minha época, eu achava que tinha perdido meu tempo em fazer o ensino médio porque pra mim não estava servindo de nada. Quando fiquei sabendo dos cursos em Alterosa eu falei: agora é a minha vez! E eu consegui! Pra mim foi o pulo do gato, muito bom, excelente! Eu estudei 3 anos, trabalhava até as 2 horas da tarde, às 5 horas saía para Alterosa e chegava em casa meia noite, muitas vezes eu fazia meus trabalhos de faculdade de madrugada até as 4 horas e as 6 horas da manhã ia trabalhar de novo. Eu fui uma aluna que não faltei à aula e sou muito agradecida pela oportunidade, pra mim foi muito importante. Hoje o povo de Alterosa não precisa sair para estudar, e pra mim que moro perto foi ótimo, pois não tinha como deixar casa, marido e filhos para estudar, eu nunca poderia perder esta oportunidade!

Se os cursos superiores em parceria com as universidades privadas da região já eram significativos, o maior desafio foi vencido com as parcerias da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), através do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que passou a oferecer cursos federais à distância, a partir do pólo criado e implantado em Alterosa. Assim explica a coordenadora A1:

O objetivo é que os alunos pudessem estudar aqui e não tivessem que pagar nada por isso, aí surgiu a Universidade Aberta. O município foi um dos pioneiros a trazer a Universidade Aberta, o que não foi fácil, pois exigia muito dinheiro e assim teve que mexer no orçamento, pois era necessária a reforma do prédio segundo as recomendações do MEC. Então, hoje, nós temos os cursos superiores federais e os cursos técnicos, com certeza estes estudos já abriram portas de empregos pra muita gente! Então vejo que foi um esforço muito grande, de buscar convênios e parcerias, dispor em investir muito dinheiro. A educação ganhou muita força e alavancou, desde a criação dos 3 anos na creche até a pós graduação.

A mãe A2 mais uma vez reforça a importância da faculdade em Alterosa: “A faculdade que agora tem aqui ajuda bastante porque daí o povo não precisa sair pra estudar”!

Quando foi perguntado às entrevistadas “o que deu errado?”, A1 disse: “[...] uma dificuldade foi não contar com profissionais que tivessem a formação adequada, principalmente para área de teatro e dança no CAEDI, porque não temos aqui em Alterosa.” A2 questionou: “No começo, os computadores chegaram, mais as crianças não podiam mexer.” E A3: “Eu acho que não deu errado, foi tudo muito bom! Se continuasse do mesmo jeito estava tudo muito bom.”

Quando indagadas sobre as sugestões que teriam para o aperfeiçoamento da gestão educacional no município a coordenadora A1 desabafa:

Nós tínhamos tão pouco e foi feito tanto que é difícil pensar em uma sugestão, reconhecemos os avanços com a avaliação de outras pessoas que comentam com a gente sobre o desenvolvimento da cidade, então eu não vejo uma sugestão de melhoria porque pra nós foi muito, foi além das nossas expectativas para uma cidade do porte de Alterosa e com o orçamento que temos.

E prossegue com uma reivindicação importante, que merece inclusive ser levada ao Ministério da Educação:

Uma sugestão seria se a gente pudesse ter mais cursos ou pelo menos tido a oportunidade de fazer uma pesquisa pra saber o que a população gostaria de ter, na Universidade Aberta, pois não tivemos a oportunidade de fazer isso e o MEC já sabia os cursos que mandaria pra cá, mas matemática e física são cursos a distância muito difíceis e o número de alunos que vamos ver formar é pequeno, muitos desistiram, mas o MEC levou em conta os professores que o Brasil precisava e os cursos que estavam em falta, então foi feito um levantamento sobre o que o Brasil precisava e aí foram os cursos que vieram.

A mãe do aluno A2 também reivindica e sugere: “Continuar com a alimentação do jeito que tá e colocar o inglês e a computação já na primeira série, o que aqui em Alterosa não tem! As crianças têm que ter uma noção dessas coisas!” Demonstrando sua preocupação com o futuro das crianças e com uma educação mais atraente e adequada aos tempos atuais.

Lembremo-nos de que nenhuma técnica de comunicação, do telefone à internet, traz por si mesma a compreensão. A compreensão não pode ser quantificada. Educar para compreender a matemática ou uma disciplina determinada é uma coisa; educar para a compreensão humana é outra. Nela encontra-se a missão propriamente espiritual da educação: ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade (MORIN, 2006, p. 93).

A usuária A3 e atualmente professora em seu distrito, conclama:

Que o prefeito atual mantenha esses projetos, pois são muito importantes para a comunidade alterosense. Que as crianças continuem recebendo o apoio no CAEDI e que a escola permaneça como está. Não podemos deixar acabar nada que já foi feito, pelo contrário, vamos aumentar o trabalho pela educação, porque é à base de tudo!

Deixando evidente sua preocupação com a educação, com certeza alicerçada na sua realidade e nas dificuldades que superou para vencer. Uma mulher que, aos cinquenta anos, após criar seus filhos, entra para a faculdade, torna-se merendeira e depois professora. Comprovando para cada um de nós o papel emancipador das políticas públicas da educação, desenvolvidas a partir do governo local.

## CAPÍTULO 2 PLURALIDADE TEÓRICO-METODOLÓGICA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS IMPLICAÇÕES

Por uma questão de princípio, engajamento e compromisso é preciso deixar claro que o pesquisador é protagonista no período que pesquisa. No primeiro tendo sido vereador; no segundo, uma espécie de governo paralelo, e no terceiro, como gestor público. Nos dois últimos períodos (1997-2000 e 2001-2005) continuou ainda atuando como acadêmico, docente e pesquisador. Este último posicionamento só fez aumentar a responsabilidade e o compromisso do gestor, pois um erro ou uma má administração seria vergonhoso para os cidadãos que depositaram todas as suas esperanças na mudança, enquanto que para seus discentes seria desconcertante um descompasso entre a teoria e a prática, pois as teorias podem até comover, mas serão sempre os exemplos que arrastarão para a mudança do que se compromete mudar.

É por isso que na obra *A Dialética da Natureza* Engels afirma:

Não tinha dúvidas [...] de que, na natureza, se impõem [...] as mesmas leis dialéticas do movimento que, também na história, presidem a trama aparentemente fortuita, dos acontecimentos; as mesmas leis que, formando igualmente o fio que acompanha, de começo a fim, a histórica evolução realizada pelo pensamento humano, alcançam pouco a pouco a consciência do homem pensante (ENGELS, 1976, p.11)

Depois diz ainda:

O que dizemos da natureza, concebida aqui como um processo de desenvolvimento histórico, é igualmente aplicável à [sic] história da sociedade em todos os seus ramos e, em geral, a todas as ciências que tratam das coisas humanas (e divinas). (ENGELS, 1963, p.197)

Lídia Oliveira se referindo a Lukács afirma que ele

Tinha plena consciência da existência, na natureza, de polaridades, ações recíprocas, saltos qualitativos [...] O que não admitia é que na natureza pudesse existir uma dialética tal como Marx a entendia nas suas análises da sociedade burguesa, pois essa é uma dialética de sujeito e objeto, que supõe a negatividade e, portanto, também a superação dialética das contradições, a negação da negação (OLIVEIRA, 2002, p. 26).

Gramsci por sua vez, ao primar pelo sujeito histórico, bem como pelo que preconizamos nesta tese, reafirmamos o desejo

De construir sobre uma determinada prática uma teoria, a qual, coincidindo e identificando-se com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, elevando-a à sua máxima potência (GRAMSCI, 1995, p. 51).

Neste viés, as políticas públicas implantadas em Alterosa, materializadas nos programas e projetos, incorporavam um ardente desejo de mudanças e de superação de uma lógica tradicional, consolidada e hegemônica. Daí a necessidade de teorizar estas ações e estas práticas nesta oportunidade ímpar em que um acadêmico tornou-se agente e gestor na construção da transição para uma nova prática que fosse capaz de avançar para um novo modelo de gestão e de concepção da política social, por isso, é preciso,

Fixar que toda investigação tem seu método determinado e constrói uma ciência determinada, bem como o método desenvolveu-se e foi elaborado conjuntamente ao desenvolvimento e à elaboração daquela determinada investigação e ciência, formando com ela um todo único (GRAMSCI, 1995a, p. 163).

Não obstante, na II Tese de Marx sobre Feuerbach, temos:

A questão de saber se ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento isolado da práxis - é uma questão puramente escolástica (MARX; ENGELS, 1999, p. 12).

De Carlos Rodrigues Brandão temos:

Existe entre a pesquisa e a ação uma interação permanente. A produção de conhecimento se realiza, através da transformação da realidade social. A ação é a fonte do conhecimento e a pesquisa constitui, ela própria, uma ação transformadora. A pesquisa-ação é uma práxis, isto é, ela realiza a unidade dialética entre a teoria e a prática. Através da pesquisa, produzem-se conhecimentos que são úteis e relevantes para a prática social e política (BRANDÃO, 1985, p. 72).

Acreditamos possuir em mãos algo precioso, informações vivas e muitas delas presenciadas ou pensadas junto. Construídas e compartilhadas numa interação coletiva por pessoas que, muito além de conquistarem o seu pão, acreditavam no que faziam e despertavam.

Só se conhece em profundidade alguma coisa da vida da sociedade ou da cultura, quando através de um envolvimento – em alguns casos, um comprometimento – pessoal entre o pesquisador e aquilo, ou aquele, que ele investiga (BRANDÃO, 1985, p. 08).

Se por um lado isso é desafiador e poderá até ser incompreendido, acreditamos como Gramsci (1978, p. 13-14) que

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas 'originais'; significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, 'socializá-las' por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato 'filosófico' bem mais importante e 'original' do que a descoberta, por parte de um 'gênio filosófico', de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais.

Realizar este trabalho foi um misto de satisfação, de desafio, de superação e de reafirmação do desejo de contribuir, numa relação dialética com novos estudos sobre políticas públicas em nossos municípios e no Brasil. Além disso, indicar com esta sistematização novas possibilidades de adequá-las à luz da realidade e implementá-las em outras localidades.

Ao finalizarmos esta questão, mas abertos às novas possibilidades e interpretações queremos comungar com Renê Barbier quando

Ao tratar da pesquisa-ação aponta que o pesquisador avalia a ação, controlando suas variações e não suas variáveis. Ele é mais um maestro regendo a sinfonia do cotidiano do que o encarregado do metrônomo (BARBIER, 2002, p. 110).

Com isso, pensamos que o pesquisador-político, que teve algum envolvimento com o estudo, terá maior possibilidade de contribuir para o processo de construção de uma nova mentalidade e projetar uma nova realidade, dando demonstração de que a inovação dos métodos e da arte

fazer diferente despertará novas práticas e possibilidades de ação na administração pública e na concepção de políticas públicas inclusivas e participativas.

Epistemologicamente, há que se considerar que a posição que ocupa o pesquisador coloca-o em condições privilegiadas para conhecer o fenômeno que está a estudar. Isso abre uma série de possibilidades de reflexão teórica acerca da vivência social e política da construção diária da participação popular. Se acaso o pesquisador escolhesse um objeto distante de sua vida pessoal e política, tais facilidades não se apresentariam à sua labuta acadêmica (PEREIRA, 2008, p.50).

Assim, o conhecimento produzido pode ser uma prática que se torna prática, consolidando e comprometendo ainda mais o pesquisador-sujeito e o sujeito pesquisador com o desafio proposto por Marx na XI Tese sobre Feuerbach: "Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo" (MARX; ENGELS, 1999, p. 14).

Colocada esta questão, acreditamos ser dificultoso falar de políticas públicas sem falar da política e do seu surgimento,

A política surge junto com a própria história, com o dinamismo de uma realidade em constante transformação que continuamente se revela insuficiente e insatisfatória e que não é fruto do acaso, mas resulta da atividade dos próprios homens vivendo em sociedade. Homens que, portanto, têm todas as condições de interferir, desfiar e dominar o enredo da história (MAAR, 2006, p. 8).

A verdade é que vivemos respirando a política e ela, como produto da história e com suas múltiplas facetas, está relacionada com todos os acontecimentos, aspectos e estruturas (econômico, social, político e cultural) de nossas vidas. Do nosso primeiro ato político, o choro ao nascer, passando pelo último suspiro e indo até as representações e as iconografias do pós-morte nos cemitérios, como já demonstramos na dissertação de mestrado apresentada nesta universidade.

Acreditamos que o termo "política" foi cunhado a partir das atividades sociais (ação) desenvolvidas pelos próprios homens na cidade (polis) ou a cidade-estado com que queriam os gregos. Embora os egípcios e os persas centralizassem na figura do governante a atividade política, foi com os

gregos, em que pese o modelo escravista de sociedade, que política conquistou ares de coletividade, soberania, legalidade e retórica.

Para Platão, o político não se diferencia dos demais homens por nenhuma qualidade – como a força – a não ser por conhecer melhor os fins da polis, oferecendo uma luz que guie os homens entrevados nas sombras da caverna. Para Aristóteles, na *Ética a Nicômaco*, como “a política utiliza-se de todas as outras ciências, e todas elas perseguem um determinado bem, o fim que ela persegue pode englobar todos os outros fins, a ponto de este fim ser o bem supremo dos homens” (MAAR, 2006, p. 30-31).

Embora Platão e Aristóteles não fossem a favor da forma democrática de governo, como afirma Wolfgang Leo Maar (2006, p. 30), se dedicaram à questão tentando esclarecê-la. Neste sentido, afirma Aristóteles,

Por “mais justas” entendemos “completa e igualmente justas”, para o bem de todo Estado e para o bem-estar dos cidadãos. Um cidadão é em geral, aquele que toma parte tanto no governo como no corpo governado; isso não é idêntico em todas as espécies de constituição, mas na melhor significa aquele que é capaz de escolher como governar e ser governado, com vistas a uma vida que esteja de acordo com a virtude (ARISTÓTELES, 1999, p. 237-238).

Por outro lado, seu mestre Platão que, na juventude almejava a vida política, assim se declara: “Outrora na minha juventude experimentei o que tantos jovens experimentaram. Tinha o projeto de, no dia em que pudesse dispor de mim próprio, imediatamente intervir na política” (PLATÃO, 1999, p. 5). Mas que, decepcionado com o que ocorrera com seu mestre Sócrates, a quem considerava “o mais sábio e o mais justo dos homens”

Diante da injustiça sofrida por Sócrates, aprofunda-se o desencanto de Platão com aquela política e com aquela democracia: Vendo isso e vendo os homens que conduziam a política, quanto mais considerava as leis e os costumes, quanto mais avançava em idade, tanto mais difícil me pareceu administrar os negócios de Estado (PLATÃO, 1999, p. 10).

Os ensinamentos de Sócrates marcaram profundamente a vida, o pensamento e a prática de Platão, ensinamentos estes que marcam cada um de nós na busca pela ciência, a necessária tentativa de fundamentar qualquer atividade com conceitos claros e seguros. Neste sentido, Sócrates,

em sua incessante ação como perquiridor de consciências e crítico de ideias vagas ou preconcebidas, fez com que o primado da política tornasse, para Platão, o primado da verdade e da ciência. Assim, para ele, “[...] o importante não era fazer política, qualquer política, mas política” (PLATÃO, 1999, p. 10-11).

Esta assertiva nos faz acreditar que fazer política é agir na cidade a favor da coletividade. É por isso que, a partir de uma visão plural e histórica, estamos tentando nesta tese resgatar e comprovar através dos séculos, que os conceitos políticos formataram o que pensamos hoje.

Neste percurso a compreensão e o entendimento do fenômeno político que vivenciamos hoje só serão possíveis através dos ensinamentos dos nossos clássicos da política, pois, enquanto Aristóteles a definia como a construção do bem comum e a promoção da felicidade geral, Maquiavel a considerava como a ciência da conquista e da permanência no poder, demonstrando as estratégias e táticas para aniquilar seus opositores; já Mahatma Gandhi, líder pacifista da independência indiana, afirmava que a política era a arte de cuidar do povo.

Nós, em contrapartida, advogamos que, se o sal indiano tornou-se um dos símbolos da luta pela independência, o que fica evidente na Marcha do Sal, se não houver o envolvimento das pessoas na concepção, discussão, implantação e acompanhamento das políticas públicas de tal forma que se sintam agentes responsáveis pela sua permanência e continuidade, qualquer governante mal intencionado poderá extingui-la.

Uma política pública ou um programa social só será perene, quando alicerçado na conscientização e na liberdade, de tal forma que seus beneficiários a reconheçam como direito e não como favor. Como na afirmação de Tocqueville: “[...] para viver livre é necessário habituar-se a uma existência plena de agitação, de movimento, de perigo; velar sem cessar e lançar a todo o momento um olhar inquieto em torno de si” (QUIRINO; WEFFORT, 2002, p. 157), ou seja, participar, denunciar, reivindicar, atuar permanentemente a favor do novo, daquilo que se deseja ver no mundo enquanto realização humana e viver pleno.

Ao compreender as bases da conjuntura, não esquecer o povo e suas necessidades reais; as lideranças políticas devem ouvir seus

governados, identificando seus problemas e objetivando equacioná-los e tecendo juntos, numa relação dialética, as políticas públicas. Assim, estaremos de posse do desafio revolucionário: transformar e construir a nova sociedade.

À luz de Gramsci, Ricardo Antunes, José Paulo Netto, Edgar Morin, István Mészáros e Karl Marx, podemos dialogar com a realidade de Alterosa, mostrando os caminhos e as dificuldades de se utilizar a política como mecanismo de transformação social e elemento imprescindível na busca de uma vida melhor para o ser humano. Weber, por exemplo, na sua clássica conferência "A política como vocação" realizou uma reflexão sobre as potencialidades e as limitações da política, afirmando que existem duas formas de fazer da política uma vocação:

Ou se vive para a política, ou se vive da política. Tal contraste não se dá de forma exclusiva. Tanto na prática como no discurso, uma e outra coisa são feitas ao mesmo tempo. Quem vive para a política a torna o fim de sua existência, ou porque essa atividade permite obter prazer no simples exercício do poder, ou porque mantém seu equilíbrio interior e sua autoestima fundados na consciência de que sua existência tem sentido à medida que está a serviço de uma causa. Num sentido profundo, todo aquele que vive para uma causa vive dela também (WEBER, 2003, p. 22).

Por outro lado, destaca o porquê das acirradas disputas políticas, afirmando que "[...] a finalidade da luta entre os partidos é a consecução de fins objetivamente definidos, mas, acima de tudo, é também a luta pelo poder de nomeação de cargos públicos" (WEBER, 2003, p. 27). Ele ainda vai além nesta questão, dizendo que "[...] os militantes e, sobretudo os funcionários e os dirigentes do partido esperam que o triunfo do chefe lhes traga vantagens, posição ou outras compensações (WEBER, 2003, p. 59). Embora reconheçamos a existência dessa realidade, dessa prática em todas as instâncias da política nacional, não comungamos com ela. Pensamos que os cargos políticos e, mesmo os comissionados, devem ser ocupados por indivíduos que tenham o mínimo de noção e saibam realizar o serviço da área para a qual foram nomeados. Deve ser deprimente para um gerente trabalhar em um local onde seus colaboradores sabem mais do que ele. Isso abre espaço para o autoritarismo, pois, na maioria das vezes, os secretários, os

gerentes e colaboradores tentam se impor pelo poder do cargo e não pelo conhecimento. Antes de ser um aliado político é preciso ter competência, eficiência e eficácia.

Outra contribuição importante vem de Frei Cristóvão que, durante seu exílio em Paris de 1967 a 1969, especializou-se em Política de Desenvolvimento e ainda hoje, tanto em seus livros como em suas visitas anuais à Alterosa e muitas outras cidades do interior de Minas, tem contribuído no sentido e na necessidade de se repensar as práticas políticas e as políticas públicas, afirmando que

Nesta virada de século uma nova concepção de Política, de Poder vai surgindo aqui e acolá, por toda parte. Política seria muito mais uma arte do que uma ciência. Uma não vai sem a outra, completam-se numa dialética inclusiva. Bom seria que tivéssemos políticos artistas e cientistas. O ideal seria que cada político fosse um técnico e que cada técnico fosse um político (PEREIRA, 2005, p. 35).

Nesta perspectiva acreditamos que todo gestor, ao pleitear um cargo público, precisa adquirir os conceitos básicos e necessários que lhe possibilitem conhecer os princípios da administração pública, a estrutura da máquina administrativa e a noção de que não será (vereador, prefeito, deputado, senador, governador ou presidente), mas estará no poder ou no exercício do cargo político transitoriamente (não somos prefeitos, estamos prefeitos e assim para os demais cargos). Já o técnico, o servidor público de carreira precisa de habilidade política, diplomacia e respeito para atender os usuários, seus legítimos padrões. Vestir-se da percepção de que trabalha para os cidadãos e não para o Estado.

## **2.1 Políticas públicas: da prática à teorização ou da teorização à prática**

Transpassar a barreira da teorização e do discurso, enquanto superação da dicotomia entre o saber e a prática, é de grande valor, pois a prática é fonte de conhecimento e a teoria, instrumento para sua visualização. (Mário José Filho)

A iniciativa de estudar **O PROCESSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DE RUPTURA SOCIAL –**

**EXPERIÊNCIA POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE ALTEROSA GESTÃO 1992 A 2005** partiu do interesse despertado pelas disciplinas: **A Teoria na Hegemonia Política** cursada na Universidade de São Paulo no Departamento de Ciências Políticas e pela sugestão e orientação do Prof. Dr. Oliveiros S. Ferreira. Sem falar das contribuições diretas das disciplinas: **Poder Local e Representação Democrática**, ministrada pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Maria Estevão e **Política Social**, ministrada pelo Prof. Dr. José Walter Canoas, cursadas na Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca.

Durante esse tempo, além de compreender os métodos e o processo de construção da dominação de um grupo político sobre outro, percebe-se que, além da escassez de pesquisa na região, esta temática raramente tem sido abordada o que retrata o desinteresse pelos programas e políticas públicas que tanto podem libertar como dominar as pessoas menos favorecidas. Se as velhas práticas podem ser consideradas moedas de manutenção do poder político as novas devem ser concebidas como direitos e não como favores. “Não restam dúvidas de que deve ter havido dezenas de ocasiões para agir no mundo que nós não soubemos apreender, por falta de utopias e de intransigências” (MORIN, 2004, p. 32). Este deve ser o diferencial.

Por entendermos que a participação política constitui-se em um dos pilares da construção da democracia e que a sua realização histórica não se dá com pressa, mas dentro de um processo de reconstrução da cidadania, que passa pela conscientização da comunidade dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, da família, do estado e da sociedade, promovendo o espírito de solidariedade entre as pessoas, na busca incessante de soluções para a qualidade de vida do ser humano e sua integração com o meio ambiente, é que estamos, a partir da prática e da realidade de Alterosa, procurando sistematizar e teorizar o tema “POLÍTICAS PÚBLICAS E PODER LOCAL”, abrindo caminho para novas observações e pesquisas acadêmicas.

Ao optarmos por este tema tivemos em mente a construção de uma contribuição que fosse capaz de provocar e despertar nas pessoas e nos futuros pesquisadores o sentimento de que a formulação de políticas públicas

na concepção dos direitos só ocorrerá na medida em que cada cidadão for capaz de participar, discutir, sugerir e perceber-se sujeito dos processos políticos, sociais e econômicos de caráter local e global e que, dada a permanência, a efetivação e ampliação de sua abrangência poderá, a curto, médio e longo prazo, conduzi-lo a patamares globais de emancipação.

Isso, dentro da perspectiva de que algumas poucas pessoas, em alguns poucos lugares, fazendo algumas poucas coisas poderão disseminar ideias e ações práticas para mudar o mundo, pois, "[...] a realidade pode ser mudada de modo revolucionário só porque e só na medida em que nós mesmos produzimos a realidade, e na medida em que sabemos que a realidade é produzida por nós" (KOSIC, 2002, p. 22-23).

Como nos dizeres de Mahatma Gandhi: "nós devemos ser a mudança que desejamos ver no mundo". Então, a nossa participação torna-se condição básica e necessária para que se efetivem as mudanças a favor de uma realidade nova onde a desigualdade social possa ser superada. Esse deve ser o desejo de uma humanidade inteira que preserva em si o valor revolucionário da indignação.

Para atingir esses objetivos e consagrar esses ideais, adaptando-se constantemente às mudanças e transformações sociais com agilidade e dinamismo, a produção de um conhecimento alicerçado na realidade, com versatilidade e adaptabilidade, será capaz de superar desafios e realizar as tarefas essenciais para alavancar um processo político que assegure o desenvolvimento sustentável capaz de impulsionar, contribuir, impactar, transformar e mudar a realidade. A sociedade civil precisa conhecer, de fato, a sua história e a história de seus antepassados, suas mazelas e avanços, para que possa romper paradigmas e construir a matriz geradora de uma concepção política libertadora, agregada, integrada e articulada com as políticas públicas.

O que pretendemos é despertar, construir, criar e recriar processos, metodologias e ações que tenham a capacidade de mobilizar, construir parcerias e viabilizar ações e projetos que permitam criar as condições vitais para a sua sustentabilidade, permitindo o acesso dos segmentos sociais menos favorecidos às oportunidades criadas e existentes.

A inclusão social ampla e abrangente de setores sociais excluídos por desigualdades socioeconômicas e socioculturais históricas deve ser a meta almejada e perseguida.

A participação ampla da sociedade civil, organizada nos fundamentos da democracia direta que se efetiva nos conselhos e assembleias, bem como o gerenciamento das políticas sociais, farão surgir novos espaços de negociação e conflito social, administrando e operando no universo de reações, resistências, oportunidades e inovações decorrentes das novas formas de gestão dos negócios públicos, em políticas de parceria entre entidades da sociedade civil.

Somente com um amplo conhecimento da própria história, local e regional, a sociedade poderá, pois, ter a capacidade de articular esforços e potencialidades, convergir meios e alternativas, buscar e viabilizar recursos de múltiplas e diversificadas fontes, interagir com outras organizações da sociedade e com empresas, assegurando as condições básicas para a sua sustentabilidade e para o cumprimento de sua missão e a efetiva realização dos seus objetivos.

As instituições políticas modernas colocam, no elenco de suas preocupações prioritárias, a formação de cidadãos capazes de realizar a transformação das funções sociais, o oferecimento de alternativas de solução para os problemas específicos da população à margem da produção da riqueza material e cultural e, de forma enfática, o desenvolvimento das bases científicas e tecnológicas necessárias à melhoria do aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis, dos bens e dos serviços para o bem estar social, isto é, o compromisso com um planejamento participativo autosustentado, que conduza os cidadãos e as comunidades a adquirirem a capacidade de se conhecerem, de formularem estratégias de enfrentamento dos problemas e de se organizarem social e politicamente.

Auto-sustentação sinaliza a habilidade de criar ou gerir os próprios meios de subsistência, de tal sorte que a mera sobrevivência seja ultrapassada, sobretudo não se permite que limites de sobrevivência se transformem em privilégios de usurpadores. Enquanto a autogestão aponta para o desafio democrático da sociedade, a auto-sustentação reivindica a democratização do mercado, para ele permaneça o que sempre deveria ser: instrumento do bem comum (DEMO, 2002, p.272).

A autosustentabilidade pode ser um trajeto importante para a autodeterminação. O desenvolvimento autosustentável é o objetivo. As articulações políticas e os partidos políticos, ao atingirem a maturidade, podem ser os caminhos para atingi-lo.

Partimos da premissa de que o desenvolvimento é um conceito ideológico amplo, que implica reorientação do poder político e social, redistribuição dos ingressos e ampla participação de todos os setores da população nas instituições sociais e políticas.

Logo, toda estrutura que tem por objetivo a dinamização dos processos sociais tem que ser aberta e receptiva a todas as mudanças e transformações que ocorram no decurso do processo, isto é, uma estrutura que permita a fluidez das ações, a integração do trabalho das entidades e das organizações parceiras, a interação dos grupos e das pessoas e a conscientização da sociedade de que pouco servirão modelos e normas preestabelecidos e vigentes se não tivermos a ousadia de readequá-los às exigências da nossa realidade.

Assim, conclui-se que, com esta temática, pode-se resgatar e registrar uma série de novos objetos, propondo uma reflexão no município e região, demonstrando que “[...] a figura do passado conserva o seu valor primeiro de representar o que está em falta” (CERTEAU, 1976, p. 50).

Em nossa literatura, durante muitos anos, não houve produção acadêmica sobre o tema políticas públicas, em razão do pouco significado dado a elas, nos anos sombrios da ditadura militar.

Com este raciocínio, a pesquisa foi desenvolvida na expectativa de oferecer uma contribuição para a região e fazer avançar os estudos já realizados sobre políticas públicas no Brasil.

Pesquisar as políticas públicas, seus avanços, retrocessos e rupturas, traçar o seu contexto sociocultural, permanecendo horas a fundo analisando, refletindo, interrogando as pessoas, procurando documentos, leis, projetos, programas foi desafiador. Mas talvez esteja aí o sentido da vida do homem: superar os desafios e fazer deles a concretização dos objetivos propostos. Assim, a existência terá mais sentido e será cumprida a missão de contribuir para o conhecimento social, histórico, político e cultural.

Através do estudo das políticas públicas, compreendidas como direitos dos cidadãos, construímos um contraponto com as práticas que têm norteado as ações dos governantes nos últimos anos, pois, nelas estão os objetos e fontes que nos possibilitam conhecê-los. Está o seu resumo, a sua síntese, a sua história. Por isso, é chegado o momento de registrar os fatos e propor mudanças. “Fixar as lembranças vividas do grupo, em que a memória estava engajada, e que o tempo e as mudanças cuidaram de dispersar em tantas e novas sociedades” (MALUF, 1995, p. 42).

Todavia, a prática política, as representações, os sentimentos, os mandos e desmandos que encontramos acabam impedindo a construção de uma cidade para todos, alicerçada no respeito ao cidadão e nos princípios básicos da promoção do bem estar e da arte de governar para a coletividade.

Por exemplo, se no atendimento individualizado, forem doados mil sacos de cimento para mil famílias é certo que o problema de nenhuma delas será resolvido, pois um saco de cimento, uma porta, uma janela, um caminhão de areia não são capazes de resolver o problema de ninguém, mas com mil sacos de cimento reunidos, certamente, teremos uma obra ou um programa que atenderá com critérios, várias algumas famílias.

Com a abertura democrática acalentou-se a ideia ou a ilusão de que o estigma da desigualdade social logo seria superado. Todavia, os costumes, as práticas, os jeitinhos, as emendas e as rachadinhas parlamentares, a disputa por cargos, são indícios de que continuam perpetuando o tradicionalismo na forma de se fazer política. Como afirma Bourdieu:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados (BORDIEU, 2004, p.11).

Essa estratégia dominante de fazer “política” só tem servido para a construção de redes de dependência: do cidadão com o prefeito, do prefeito com os deputados e dos deputados e senadores com os governos, velho costume do “toma lá da cá” ou do “é dando que se recebe”. Práticas

atrasadas e carcomidas de autoritarismo e arrogância que consolidam uma relação miserável entre governantes e governados. Expressão do atraso e obstáculo ao pleno desenvolvimento dos nossos municípios e do nosso país.

Só superaremos esta prática, quando todos os gestores públicos tomarem consciência de que o poder é transitório e de que a reprodução do velho modelo clientelista tem comprometido a modernização dos nossos entes federativos. Não se governa apenas para a geração atual, mas deve-se projetar para um futuro promissor. Não é cabível que deixemos para as gerações futuras algo pior do que o que deixaram para a nossa geração. Temos que acabar com a ideia de que o agente político faz favor. Ele faz a obrigação, é eleito para isso, administra com o dinheiro de seus governados. Pensamos que um aliado emancipado reconhece muito mais as ações governamentais do que aqueles que passam a compor a rede de dependentes que sempre voltarão ao mesmo lugar e na mesma condição. É preciso vislumbrar e agir na velocidade do século XXI e da supermodernidade. O atraso nunca foi bom e nunca será, tanto, para governantes como para governados. Os governantes que quiserem deixar sua marca na história devem agir, ser diferentes, deixar de pensar nas próximas eleições e pensar nas próximas gerações. Fazer menos discursos, discutir ações concretas com a comunidade tirar os projetos do papel.

A prática, significa tanto o trabalho sobre a natureza, em busca dos meios de subsistência (trabalho, produção), como a influência sobre os outros homens (atividade social) e a influência sobre a natureza para adquirir conhecimentos (experimentação científica). A prática, assim, constitui a base objetiva do conhecimento e, ao mesmo tempo, um critério do grau de profundidade e certeza do conhecimento. A prática, por outro lado, é suficientemente móvel, indeterminada e mutável para não permitir que o nosso conhecimento estagne. Portanto, ela é o fato principal do desenvolvimento do conhecimento. Também, a prática é suficientemente determinada para superar os conhecimentos verdadeiros dos falsos e comprovar a teoria (CANÔAS, 1982, p.38).

É preciso mais prática e menos teoria. Teoria só se for para sistematizar, explicar e disseminar uma determinada ação, seja ela desdobramento de um projeto ou de um programa que tenha alcance social e valha ser replicado e utilizado como modelo, que aperfeiçoado e adequado à nova realidade possa torna-se uma nova prática.

## 2.2 O trabalho enquanto centralidade na política pública

O trabalho deve estar para o homem e não o homem para o trabalho.

Em sua tese de doutorado, Ricardo Lara coloca uma preocupação que consideramos fundamental na abordagem do trabalho enquanto centralidade na política pública e na compreensão do nosso papel na vida acadêmica e na nossa ação política. Ele afirma:

O ambiente universitário que se apresenta tão sólido e rico diante do saber é, ao mesmo tempo, tão vazio e pobre quando são cobrados posicionamentos de alguns “acadêmicos”. Claro que não podemos generalizar, pois ainda temos poucos ilustres representantes do gênero humano na Universidade, ou seja, homens e mulheres que se preocupam com um saber que favoreça e lute pela humanidade. Mas o que mais nos angustia é deparar com o ambiente universitário e observar que muitos “intelectuais” estão satisfeitos em produzir e reproduzir a Universidade, sem preocupação alguma de estabelecer relações com o conjunto das contradições e lutas sociais (LARA, 2008, p. 12).

Afirma ainda e nós comungamos com a assertiva de que vivemos na contemporaneidade uma contrarrevolução extrema, de tal forma que estudar o mundo do trabalho e questionar os caminhos da produção do conhecimento torna-se uma ação prática da consciência e uma ruptura com o processo de alienação construído e embutido nas mentes das pessoas pelo sistema capitalista. Pois,

A desconsideração dessa situação em relação à processualidade social pode nos levar a “doce melodia” do debate pós-modernidade, que tudo coloca em xeque com intenso esforço de erradicar a luta de classe e, por conseguinte, oculta o principal questionamento que, a nosso ver, é a produção e a reprodução da vida social sob o sistema do capital (LARA, 2008, p. 12).

E continua nos dando lições:

O mundo do trabalho é compreendido como o palco central da produção e da reprodução da vida material e, conseqüentemente, o espaço – seja no campo, na fábrica ou no setor de serviços – de intensa exploração dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho. As relações precarizadas de trabalho tomaram proporções alarmantes no capitalismo contemporâneo, simultaneamente, o estranhamento intensificou-se no conjunto da vida social (LARA, 2008, p. 12-13).

Assim, pensamos que, a partir do poder local, o gestor comprometido com a transformação da sociedade compreenderá que, ao construir e induzir políticas públicas voltadas para o aspecto econômico e social, como as de geração de emprego e renda que elevarão os indivíduos à condição da emancipação humana.

Para isso o trabalho não pode ser visto apenas como uma categoria histórica, mas como uma ação concreta que eleva o indivíduo à condição de ser em si e para si. O trabalho dá-lhe autonomia e dignidade, possibilita-lhe as condições materiais e espirituais para viver em harmonia social e familiar.

O trabalho, portanto, configura como protoforma da práxis social, como momento fundante, categoria originária, onde os nexos entre casualidade e teleologia se desenvolvem de modo substancialmente novo; o trabalho, como categoria de mediação, permite o salto ontológico entre os seres anteriores e o ser que se torna social (ANTUNES, 2007, p. 145).

Um homem desempregado fica vulnerável ao paternalismo, ao clientelismo e à caridade alheia. Perde sua condição de ser social e de sujeito histórico. Perde o desejo, a perspectiva de futuro e o amor próprio. Em muitos casos, ao longo da História conduziu ao suicídio, à violência e às mais rudes práticas antissociais e humanas, ou seja, aos abomináveis flagelos sociais.

Analisando o processo de implantação das políticas em Alterosa, percebemos que houve um crescimento do mercado de trabalho a partir de 1995 até 2005, marcado pelas iniciativas tanto na agropecuária, a base econômica do município, como na ampliação dos serviços públicos: tratoristas, cuidadores de cafezais, apanhadores de café, retireiros, piscicultores, pedreiros, serventes, médicos, dentistas, enfermeiros, funcionários públicos, dentistas, faxineiras, professores, motoristas, agentes comunitários de saúde, auxiliares de enfermagem, agentes de controle de epidemiologia, doceiras, padeiros, confeitores, salgadeiras, manicura e pedicura, artesanato, técnicos agrícolas, técnicos em informática, serviços gerais. Isso se deve, basicamente, aos programas e projetos idealizados e implementados no município, tanto os desenvolvidos junto às associações

comunitárias como os desenvolvidos diretamente pela administração municipal.

ANOS	1992	93	94	95	96	97	98	99	2000	01	02	03	04	2005
Média	192	154	162	179	202	256	308	320	332	354	371	379	444	475

**Quadro 23- Evolução do número de funcionários públicos municipais**

Na gestão de 1993 a 1996, houve aumento do número de funcionários públicos municipais devido à realização de concurso público que resultou em novas admissões. Em janeiro de 1995 eram 105 funcionários.

Na gestão de 1997 a 2000 houve aumento, principalmente de profissionais da educação, devido à municipalização das escolas estaduais.

Na gestão de 2001 a 2005 o aumento de contratações se deu em função da implantação de vários programas, tais como: Programa Saúde da Família (PSF), Saúde Bucal (SB), Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Programa Social de Habitação (PSH), Programa de Vigilância Epidemiologia e Sanitária e outros profissionais para atuar na área da saúde, educação e assistência social.

### **2.3 Aspectos históricos das políticas públicas e o Serviço Social em Alterosa**

O profundo conhecimento da realidade é a “inter-ação” política desmascaram o fetiche do capital.

Segundo José Walter Canôas (1982, p. 40), “[...] a relação sujeito-objeto, não pode desvincular-se da perspectiva histórica, pois toda atividade humana se realiza a partir de determinadas situações, concretas e temporais.”

Assim, os limites cronológicos adotados nesta tese obedecem aos seguintes acontecimentos: primeiro, a eleição de 1992, quando foi eleito um novo mandatário (PFL) que, embora pertencendo ao partido político do antecessor, prefeito de três mandatos marcados pelo conservadorismo, aos poucos foi rompendo com os costumes tradicionais até então predominantes na vida política de Alterosa; “[...] em cada partido atuam tendências progressistas e regressistas, não há política que não traga em si sua

contradição” (MORIN, 2004, p. 44); segundo, a volta do antigo mandatário (PFL) junto com suas práticas costumeiras, sua condenação em processo originado em 1982, a extinção de seu mandato pela Câmara Municipal e a força simbólica de sua posterior prisão; terceiro, a vitória de um novo grupo político reunido na Coligação Alterosa para todos formada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Popular Socialista (PPS), bem como a reeleição do grupo em 2004, através de uma coligação ampliada denominada Todos por Alterosa, onde se somou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Resgatar as políticas públicas e avaliar o seu papel no processo delimitador dos avanços e retrocessos contribuirá no despertar de uma nova mentalidade, além de ajudar na compreensão do momento histórico e social vivido pelos cidadãos alterosenses. Pois,

O homem é o único animal capaz de simbolizar. Este privilégio ele o utiliza constantemente e muito o ajuda a superar problemas. O símbolo é uma representação em que o conceito de alguma coisa se mantém e se fixa em virtude desta capacidade humana. É um ato compensatório, ao substituir uma ideia por uma equivalência. É um pensamento transmutado na aparência, para concretizar a lembrança figurativa de uma realidade (BEZERRA, 1983, p. 99).

Na cidade não havia qualquer tipo de preocupação em resgatar a História das políticas públicas e registrá-las para as gerações vindouras. Estamos fazendo isso agora, enquanto ainda restam elementos e alguns documentos de um período histórico significativo que não pode e não deve ser perdido, pois se constituirá em subsídios para a compreensão do momento e suas conjunturas, caso contrário permaneceria uma lacuna que envergonharia e possibilitaria às gerações vindouras o argumento: deixaram para nós algo pior do que receberam de seus antepassados.

Pensamos que um gestor público, movido pela vontade de fazer diferente e que, acima de tudo, exerce atividade na academia, possui uma responsabilidade redobrada: a de produzir conhecimento (tese) e colocar em prática o conhecimento produzido, pois a maioria dos políticos, quando do exercício do poder, agem como se o povo sempre esquecesse e os

historiadores jamais registrassem seus atos, realizações, desmandos, marcas construtivas ou obscuras para os seus descendentes (antítese). Conscientes desse papel, fazemos a autocrítica, destacando os erros e acertos, acreditando e despertando o ideal de que podemos sempre ser melhores (síntese). “É necessário respeitar a realidade, mas nunca se ajoelhar diante dela” (MORIN, 2004, p. 33).

As políticas públicas, com o passar dos anos, tornam-se relíquias da memória política e, por isso, tornam-se documentos fundamentais para o resgate do empenho dos gestores e das possibilidades de criar e inovar sempre.

Tanto podem retratar os costumes, as ideologias, as mentalidades, como consolidar um modelo de sociedade, que protagoniza as estruturas concebidas como inevitáveis à existência e convivência do indivíduo na sua complexidade. “Nossas contradições e nossos limites não podem ser suprimidos. Eles nos levam, ao contrário, a nos transformar transformando o mundo” (MORIN, 2004, p. 37).

A prática política do paternalismo e do clientelismo, predominante na história dos municípios brasileiros vem dificultando-lhes o desenvolvimento sociocultural. Isto sem falar das sucessões políticas, que raramente dão continuidade aos projetos, programas e às obras do antecessor, deixando-as paradas e iniciando outras do mesmo tipo. Essa postura que, mesmo com a Lei de Responsabilidade Social (Lei nº 101), ainda existe, tem sido gradativamente superada, pois, diante das novas exigências sociais, quer queiramos ou não, o desenvolvimento integrado e sustentável terá que tornar-se preocupação para as lideranças políticas, independente de sua coloração partidária ou ideológica.

Analisando as estruturas políticas, detectamos um conservadorismo exacerbado, marcado pela resistência às mudanças e sempre reafirmando um processo de acomodação e alienação, alicerçada na subserviência e no compromisso com os "donos do poder", geralmente proprietários de terras desprovidos de qualquer idealismo ou crias de famílias acostumadas com o exercício quase que dinástico do poder, salvo raríssimas exceções, pois,

O idealismo político, acima de qualquer consideração ou princípio, é praticado principalmente, quando não de maneira exclusiva, por aqueles que não são proprietários de bens e, por isso, estão afastados das classes sociais interessadas na manutenção de uma ordem econômica numa dada sociedade (WEBER, 2004, p. 25).

É facilmente percebido, a cada disputa eleitoral, que os pretendentes aos cargos de prefeitos e vereadores entram no jogo dispostos a auferir a qualquer custo o status do poder, além de vantagens para si e para os seus. "A finalidade da luta entre partidos é a consecução de fins objetivamente definidos, mas, acima de tudo, é também a luta pelo poder de nomeação aos cargos públicos" (WEBER, 2004, p. 27).

Por outro lado, os municípios de Alterosa possuem características semelhantes e comungam das mesmas aspirações e dos mesmos ideais, existindo, latente, um sadio espírito de solidariedade entre eles, o que torna o cenário sócio-político propício para o desenvolvimento de projetos e empreendimentos de interesses comuns. Todos esses valores e potencialidades induzem e estimulam o presente trabalho, resgatando os ideais, as aspirações e despertando nas pessoas a importância do exercício da cidadania.

Hoje, com aproximadamente 14.000 habitantes, segundo estimativas da Fundação João Pinheiro para o ano de 2006, começou a ser delineada por volta de 1700, com a chegada de um tropeiro português chamado José Rodrigues Moreira, considerado o fundador de São Joaquim da Serra Negra. Na sua evolução político-administrativa, foi elevada a distrito e paróquia em 1850 e elevada a município e cidade em 17 de dezembro de 1938, está localizada no contexto territorial do Sul e Sudoeste Mineiro, possuindo um invejável patrimônio de políticas públicas, sedento por ser descoberto, pesquisado e divulgado.

Como afirma o historiador Ernani Silva Bruno:

Ao mesmo tempo outros povoados começaram a se esboçar no trajeto dos caminhos que da costa (nas áreas fluminense e paulista) se dirigiram para as zonas de mineração: o de Alterosa (que nasceu de um alojamento de tropeiros, com a denominação de São Joaquim da Serra Negra), o de Pouso Alegre, o de Baependi, o de Aiuruoca, situados no sudoeste ou no extremo sul do território de Minas Gerais (BRUNO, 1987, p. 53).

Quanto aos povoados, tornaram-se centros da vida civil, religiosa, social, política e econômica da capitania. Do seu crescimento e desenvolvimento econômico surgiram novos mecanismos de administração, fiscalização e dominação religiosa, tais como, vila, distrito, termo, freguesia, bispado, paróquia, etc.

Se quisermos lançar novos alicerces para a vida urbana, cumpre-nos compreender a natureza histórica da cidade e distinguir, entre as suas funções originais, aquelas que dela emergiram e aquelas que podem ser ainda invocadas (MUNFORD, 1965, p. 11).

Economicamente, desde o início da colonização, a lavoura da cana de açúcar e do café, assim como as atividades pecuárias, produziram a devastação primitiva da qual restam manchas isoladas em terrenos de difícil acesso. No momento, o setor que ocupa maior número de trabalhadores continua sendo o agropecuário, seguido pelo de serviços e pelo industrial.

Se, economicamente, o município tem se desenvolvido e alcançado certa prosperidade, o mesmo não tem ocorrido de forma equânime no plano político. Acredita-se resultado dos muitos anos de conservadorismo de determinados segmentos e que só começou a apresentar elementos de ruptura a partir de 1992, com a vitória eleitoral de um administrador que possuía uma nova mentalidade revestida da ideia de trabalho e desenvolvimento.

A eleição de 1992, em Alterosa chamou-nos a atenção, porque a disputa não foi marcada por nenhum candidato oriundo diretamente dos dois grupos tradicionais que comandavam a cidade há anos. Ela foi disputada por um candidato empreendedor, advogado, contador e fazendeiro, mas que não possuía grande clamor popular e por um ex-radialista, popular e carismático, mas que não dispunha de recursos financeiros para a campanha. Resultado: o prefeito da época, líder de um dos grupos tradicionais, na ânsia de eleger seu sucessor e correligionário, transformou o pleito num dos mais sujos da história, marcado pela compra de votos e pela utilização da máquina pública, derrotando o adversário que, embora próximo do outro grupo político, não recebeu todo apoio e empenho necessário. A verdade é que o resultado do pleito acabou questionado no poder judiciário e, embora houvesse provas

contundentes do abuso poder econômico, o seu resultado foi mantido pelo juiz da comarca.

Em que pese esta questão, o novo gestor, ao tomar posse, anunciou que o município estava iniciando novos tempos e que faria valer o lema: “Alterosa somos todos nós” e contrariando os desejos de seu padrinho político adotou uma postura legalista e acabou implementado vários projetos e programas concebidos como políticas públicas, muitos dos quais permanecem até os dias atuais. Desta forma podemos afirmar que o período de 1993 a 1996 foram anos de avanço no trato com a coisa pública.

Em 1993 surgiu no município o Partido dos Trabalhadores (PT) se apresentando como alternativa aos dois grupos políticos tradicionais. Neste mesmo ano recebeu a filiação de um vereador egresso do PMDB e aos poucos, em função das ações de seu mandato, como por exemplo, a doação de seu salário de vereador para as entidades, começou a se firmar como alternativa política.

A eleição de 1996 foi disputada por três candidatos, facilitando a volta do antigo mandatário que, embora processado e condenado por improbidade administrativa (crime de peculato) em duas instâncias, mas com recurso especial e recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal (STF), acabou vencendo o pleito. Naquela ocasião, candidato pelo Partido da Frente Liberal (PFL), obteve 47,92% dos votos (3.320), o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), obteve 37,28 dos votos (2.583) e o candidato do Partido do Movimento democrático Brasileiro (PMDB) obteve 14,79% dos votos (1.025).

Um fato que nos chamou a atenção foi que, pela primeira vez no município, embora não tendo sido eleito, o candidato do PT disputou a eleição apresentando para os eleitores um programa de governo registrado em Cartório.

Percebemos que os anos 1997 a 2000 foram marcados pelo retrocesso, pois as ações governamentais voltaram a ser definidas no gabinete do prefeito. Com o trânsito e julgado do processo no Supremo Tribunal Federal (STF) em 1998, a Câmara Municipal decretou com base na Lei Orgânica Municipal, a extinção de seu mandato que foi assumido pelo

vice-prefeito. Após obter uma liminar no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), ele retornou ao cargo um ano depois, cumpriu o mandato e ainda tentou a reeleição, sendo candidato até poucos dias antes do pleito, sendo impugnado pela justiça eleitoral e substituído pelo seu vice-prefeito, agora candidato a prefeito pelo seu partido.

Nesta gestão, embora turbulenta e com novas denúncias de desvio de dinheiro público, não podemos desconsiderar algumas realizações importantes, como por exemplo, a inauguração da Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo (URCL), deixada em fase de conclusão pela gestão anterior; a construção de 20 casas populares pelo Programa “Habitar Brasil”, onde o município cedeu os terrenos e o governo federal os recursos; a construção dos interceptores das redes de esgotos com recursos financiados pelo Programa “Pró-Saneamento” e a construção das 54 casas populares também financiadas pelo Programa do Governo Federal denominado de “Pró-Moradia”. Estas duas últimas ações, embora importantes, comprometeram parte das finanças municipais até o ano de 2015. Percebemos também, na última ação, a falta de critérios na seleção das famílias que receberam as moradias, muitas famílias oriundas de outros municípios e cujas declarações de rendimentos foram forjadas para se adequar às exigências da Caixa Econômica Federal (CEF).

A eleição do ano 2000 foi disputada por três candidatos, o candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que obteve a inexpressiva votação de 325 votos, o candidato do Partido da Frente Liberal (PFL) que obteve 43,36% dos votos (3.037) e o candidato da Coligação “Alterosa para Todos”, formada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Popular Socialista (PPS) que obteve 56,64% dos votos (4.382), saindo-se vitoriosa no pleito.

Imediatamente a coligação vitoriosa iniciou os trabalhos para a transição de governo, nomeou uma equipe para fazer a interlocução com a administração que estava encerrando-se, obter dados, ter conhecimento da estrutura administrativa, das finanças e dos serviços públicos.

Neste mesmo contexto procuramos o Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de

Franca que, através da coordenadora, sugeriu a jovem que viria ser a primeira assistente social e primeira secretária municipal de assistência social no município de Alterosa, cumprindo o pactuado no programa de governo, de que todo o atendimento na área da política social seria realizado por profissional do Serviço Social e não mais no gabinete do prefeito.

Isso porque acreditamos como Canôas (1982, p. 11) que

Serviço Social como prática profissional possível no contexto capitalista, orientada para a transformação dessa realidade, atuando junto à classe trabalhadora, desenvolvendo uma pedagogia da autogestão, que, acreditamos poderá oferecer subsídios aos proletários, na sua luta política para superação do Estado Burguês.

Ao olhar da nossa realidade, entendemos por classe trabalhadora e proletários os usuários, isto porque na prática o são, e por Estado Burguês o modelo de governo municipal vigente há anos no nosso município.

Outra ação imediata foi a realização do Planejamento Estratégico para os “cem primeiros dias de governo”, ministrado por um especialista na área, professor na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS), quando foram estabelecidas as primeiras ações do novo governo, que tomaria posse em 1º de janeiro de 2001.

Os instrumentos obrigatórios de planejamento de uma gestão pública se materializam na discussão e elaboração do Plano Plurianual de Investimentos (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA). Se toda administração possui porque é obrigatório, o problema reside nos procedimentos adotados por ocasião de sua elaboração, que pode ser participativo (democrático), envolvendo a comunidade, através de assembleias e fóruns de discussão ou autocrático (autoritário), elaborado no gabinete do prefeito e contando apenas com a presença do consultor, do contador e de um ou outro secretário. Ou seja, algumas poucas pessoas traçam e decidem o destino dos munícipes a curto e médio prazo.

Na área social foi definida a criação da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, a reestruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Conselho

Tutelar e, de imediato, o aluguel de uma casa para o início dos trabalhos o que foi providenciado logo nos primeiros dias do novo governo. Como não havia a secretaria nem cargo para a área social, a primeira profissional da área foi nomeada no cargo em comissão de gerente de divisão, até que pela Lei Complementar nº 13 de 17 de abril de 2001 foi criada a tal prometida secretaria que passou a mobilizar e efetivar, embora com muitas dificuldades orçamentárias, toda a política social do município.

A partir de 2001 o trabalho na área social foi crescendo gradativamente, vários projetos e programas foram sendo implantados, novas assistentes sociais foram contratadas, vários conselhos foram criados ou reorganizados de tal forma que, em 2005, o município já contava com cinco assistentes sociais, recebia visitas de várias cidades e já era indicado como referência na política de assistência social e na articulação dos Conselhos Municipais no Estado de Minas Gerais.

A prática ou “práxis”, na sua essência e universalidade, é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humanossocial) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não humana, a realidade na sua totalidade). (CANÔAS, 1982, p. 17)

Assim, para melhor planejar, viabilizar e desenvolver os programas e projetos da assistência social, o município contratou uma assistente social exclusiva para a saúde e outra para os projetos de moradia popular.

A prática do Serviço Social, no capitalismo, torna-se radical, quando engajada na perspectiva da classe trabalhadora, valoriza a participação. E, esta como valor maior, orienta a ação política de tomada do poder, pelos proletários, estimulados para a construção da sociedade participacionista (CANÔAS, 1982, p. 22).

Na habitação, foi estabelecida a meta de eliminar a médio e longo prazo o déficit habitacional que chegava, segundo o cadastramento iniciado em 2001 a 316 famílias. O primeiro desafio enfrentado foi resolver o problema do Conjunto habitacional Bela Vista, construído pelo Programa Pró-Moradia. Primeiro foi regularizado o loteamento Bela Vista Números 1 e 2 à

sua atual e real situação física pela Lei nº 1320 de 21 de fevereiro de 2002 e, depois de um amplo estudo social, ficou evidente a falta de condições financeiras das famílias para efetuar o pagamento das parcelas do financiamento que, na maioria dos casos, chegava a comprometer mais de 50% da renda familiar. O estudo apontou para a necessidade da renegociação da dívida em aberto e a redução do valor das parcelas a vencer, o que ocorreu com a aprovação da Lei nº 1352 de 10 de abril de 2003, que autorizou o poder executivo a regularizar os contratos habitacionais do Loteamento Bela Vista, mediante formulação de novos contratos com os mutuários que se encontravam em situação irregular. O valor das parcelas foi fixado em R\$ 40,00 (quarenta reais), corrigidos anualmente pelo indicador econômico do FGTS. Algumas famílias que não possuíam renda, mediante laudo social e leis específicas tiveram reconhecido o seu direito à moradia.

Depois de vencido o primeiro desafio, o município criou quatro novos loteamentos destinados à moradia popular: Vila dos Trabalhadores, São José Operário 1 e 2, Bela Vista no distrito do Divino Espírito Santo e Bela Vista III em Alterosa. Até 2005 o município havia construído 100 casas e possuía projetos aprovados para a construção de outras 139 moradias populares.

“Pela prática, o homem transforma a natureza, transformando a si próprio. Cria-se o próprio homem, a cultura, a política, a sociedade. O trabalho, assim como toda atividade instrumental aplicada aos objetos é um fenômeno social” (CANÔAS, 1982, p.22).

Pelo que percebemos, já em 2005 a possibilidade de eliminar o déficit habitacional não estava mais tão distante, tudo é questão de planejamento, trabalho em equipe, prioridade social e vontade política. Não podemos desconsiderar o descontentamento dos donos de casas de aluguel que não viam com bons olhos esta ação. Ao mesmo tempo em que percebíamos a alegria das famílias que deixavam de pagar aluguel e passavam a pagar setenta e duas parcelas de quarenta e quatro reais por uma casa que passava a ser sua e a garantia de um endereço fixo.

Na verdade para o novo governo e para Canôas,

O Serviço Social, não está comprometido com as “harmonias sociais”, utopicamente desfraldadas pelos apologistas do capitalismo. O Serviço Social desenvolve sua prática, junto ao trabalhador, sem perder de vista o caráter explorador do capitalismo, que conduz inevitavelmente a conflitos sociais e à luta de classes (1982, p.28)

Assim, o trabalho da área social promoveu avanços significativos na melhoria das condições de vida das famílias usuárias até então excluídas do direito à moradia no município de Alterosa. Isto pode ser comprovado pelos depoimentos dos usuários, coordenadores e pelas dezenas de projetos implantados com sucesso.

A participação política dos usuários foi fundamental na efetivação do programa de moradia popular, no entanto, acreditamos que não basta, como apregoada a ideia de participação concebida e defendida pelo capitalismo. Pelo que percebemos o tempo todo, a área social mostrava aos usuários o porquê de alguns terem tantas casas e outros, como eles, não possuírem; se a propriedade privada era tão importante para eles, acreditamos que também o era para os demais.

Na ação do Serviço Social, junto à classe trabalhadora, pressupomos a função pedagógica não-diretiva e facilitadora do desencadear das comunicações, do associativismo, dos relacionamentos e da participação. Para garantir os resultados dessa ação, o assistente social deve ser o estimulador da autogestão. Esta, entendemos como o “sistema de organização da produção e da vida social, no qual a organização e a “gestão” deixam de ser propriedade privada de alguns (grupos minoritários, castas ou classes dominantes), para tornar-se propriedade coletiva (CANÔAS, 1982, p. 28-29).

Nesta perspectiva, acreditamos que, a partir de 2001, os profissionais do Serviço Social passaram a cumprir o seu papel histórico em Alterosa, dando os primeiros passos na construção de políticas públicas que dificilmente deixarão de ocorrer, mesmo com distorções no desenrolar do processo histórico e das administrações que se sucederem.

O movimento do Serviço Social aponta para a possibilidade de luta para a conquista de mais liberdade e democracia humana, que pode ser estimulada aos níveis: da municipalização do poder, adotando-se novas formas de gestão não heterodoxas; da ampliação e fortalecimento do poder cultural local; e do exercício da cidadania (CANÔAS, 2002, p. 50).

E, como muitos projetos e programas da área ganharam ênfase na imprensa, jornais, revistas, rádios, televisão, internet, livros, dissertação de mestrado e agora nesta tese de doutorado, dificilmente deixarão de ser lembrados, estudados, aperfeiçoados e utilizados como referencial. Vale destacar ainda as menções honrosas e premiações recebidas, como foi o caso do Prêmio Assis Chateaubriand vencido pelo Programa Agrovida (2005) que também foi destaque no Ciclo Anual de Premiação (2004) - Inovações de Governos Locais – da Fundação Getúlio Vargas, conforme relatado nos Cadernos de Gestão Pública e Cidadania (SPINK, 2004, p. 140).

Quando trabalhamos nos cursos de pós-graduação no sul de Minas e recebemos alunos de vários municípios percebemos a frustração dos assistentes sociais com seus gestores. Sentem-se usados e impossibilitados de fazer avançar as políticas públicas como direitos dos usuários. Por uma questão de sobrevivência, são obrigados a ceder às pressões do paternalismo e do clientelismo. Não faltam exemplos de profissionais que resistiram, até mesmo em universidades e foram sumariamente demitidas (os). Isto porque,

O Serviço Social elabora uma posição prática diante da ação política das classes antagônicas em luta. Por um lado, essa posição reflete um ponto de vista articulado às ações práticas do Serviço Social no sentido da mediação entre as classes, onde a hegemonia da burguesia prevalece como classe no poder do Estado e sob o conjunto da sociedade.

Nesta formação históricossocial, o modo de produção capitalista desenvolve e aprimora-se, mantendo e ampliando seus valores ideais, que sustentam a permanência das elites ricas no poder da organização social, submetendo a seus propósitos a classe trabalhadora e seus segmentos sociais do conjunto da sociedade.

Por outro lado, o Serviço Social também reflete a forma de repressão, na medida em que exerce sua ação profissional como uma prática que manifesta os seus poderes a favor das condições e das ordenações últimas do poder do Estado Burguês, legitimado pela violência de seu aparato e aparelhos ideológicos do Estado, que organizam a sociedade civil em nome da ordem e do progresso (CANÓAS, 2002, p. 31-32).

Assim, os profissionais que, em nome da ética profissional, desafiam os desmandos, os autoritarismos, as histerias de prefeitos, primeiras damas e até dirigentes educacionais são expurgados das instituições.

Daí, pudemos comparar o ambiente de trabalho alicerçado na liberdade e no respeito aos profissionais do Serviço Social em Alterosa, no

período e de 2001 a 2005, com o existente em várias prefeituras e instituições da região. O que pensam esses “donos” do poder?

Aí percebemos que nossa luta está apenas começando e que ainda teremos que trilhar um longo caminho para conquistar o nosso espaço e o respeito profissional, afinal, uma luta dupla e coletiva: emancipar os nossos usuários, emancipando-nos.

Neste sentido, defendemos, como Canôas, que o movimento do Serviço Social que se tornou mais crítico a partir de 1980 torne-se ainda mais incisivo e questionador da realidade latinoamericana, brasileira, regional e local, reafirmando que esse tipo de prática profissional referenciada na Teoria Social Materialista-Histórica e Dialética pode compromissar o assistente social na luta política contra a manutenção das condições de alienação e exploração da classe trabalhadora.

Sugerimos, então, que seja criada uma espécie de “boca no trombone”, portal, site ou blog para tornar públicos os atos dos gestores públicos e educacionais que oprimem e perseguem os assistentes sociais. Em tempos de “fichas limpas” precisamos limpar da política os mal-feitores das políticas públicas. Mesmo porque, o assistente social e o professor, independente do nível de ensino em que atuam, também são categorias da classe trabalhadora.

### **CAPÍTULO 3 AS CONCEPÇÕES DE PODER LOCAL E A CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO**

Um Estado que devolve à comunidade o poder de decidir sobre seu futuro, facilitando a cidadania, fortalece-se a si mesmo.  
(Janaína Rigo Santin)

Verificamos que, cumprindo o compromisso firmado na Campanha Eleitoral de 2000, a nova administração, empossada em 1º de janeiro de 2001 deu prioridade à implantação do orçamento participativo (OP) inaugurando uma nova fase na História de Alterosa. Após ouvir a comunidade em 10 assembleias rurais e urbanas, a Prefeitura de Alterosa chegou a um orçamento de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em recursos para manter a cidade funcionando em 2002. Deste total, quase R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais) tiveram o seu destino definido pelos moradores da cidade, através do Orçamento Participativo. Os outros R\$ 4.370.000,00 (quatro milhões e trezentos e setenta mil reais) são recursos que, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, devem ser investidos na educação, saúde e pagamento do funcionalismo público. Esta foi a primeira vez que o orçamento deixou de ser definido nos gabinetes da Prefeitura para ser debatido com trabalhadores, estudantes, produtores rurais e donas de casa.

Essa iniciativa que valorizava a participação e possibilitou aos moradores decidirem onde seriam investidos os recursos da cidade, uma nova realidade posta à prova e à mesa do alterosense, iniciou seus trabalhos realizando 10 reuniões em diferentes pontos (setores), sendo três na cidade e sete na zona rural. Em média, cada reunião no campo contou com a participação de 180 pessoas, um número superior ao alcançado nas reuniões da cidade. Na prática, a zona rural deu um show de participação.

Na avaliação da Secretária de Planejamento e membro da Comissão organizadora do programa, “a partir do momento que as pessoas compreenderem que a forma mais segura de um bairro conquistar melhorias é através do OP, as reuniões tenderão a crescer”.

Em agosto foi realizado o 1º Congresso Municipal do Orçamento Participativo. No encontro, os delegados, eleitos

democraticamente pelo povo, escolheram as obras e os serviços que seriam realizados pela Prefeitura em 2002.

Para o prefeito à época, “[...] o Orçamento Participativo colocou, definitivamente para o povo, o poder de decisão sobre o dinheiro da cidade, sepultando a velha prática do assistencialismo de porta de gabinete e a prática do ‘toma lá dá cá’”. “A população não pode ser refém de políticas ultrapassadas que visam, apenas, dominar as pessoas com trocas de favores”, avaliou.

Quem participou das primeiras reuniões do Orçamento Participativo de Alterosa experimentou o gostinho de planejar e pensar o futuro da cidade. O Chefe de gabinete, membro da Comissão Organizadora do OP, avaliou positivamente a participação popular. “Apesar de ser uma experiência nova e do pouco tempo para as discussões, o programa atraiu 913 pessoas, comprovando o enorme sucesso do OP em Alterosa”. Naquela ocasião, espelhados nas decisões dos bairros os delegados do OP votaram as seguintes obras e serviços: telefone para todas as comunidades rurais (enviadas para as operadoras de telefonia que acabaram disponibilizando suas torres e unidades de retransmissão no município); policiamento para o Bairro do cruzeiro com Posto Policial e polícia feminina (encaminhada à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas que acabou ampliando o efetivo, mas não atendeu o quesito polícia feminina); tratamento de esgoto de toda a cidade (implementada gradativamente pela administração); iluminação das ruas Donatelo Paccini e Antonio da Silva Pereira (realizada); asfaltamento das ruas Tiradentes e Domingos José Batista, em Cavacos (atendida imediatamente); manutenção e conservação da estrada de Alterosa até ao limite do Município onde circula o transporte escolar no Bairro da Água Limpa (executada anualmente) e a construção de um canteiro em frente ao Banco do Brasil (não realizada por comprometer o trânsito, o estacionamento de acesso à agência e prejudicar a segurança bancária). À época, foram colhidos depoimentos de populares sobre o orçamento participativo e que conseguimos resgatá-los de um informativo da época. Foi perguntado a um senhor e uma senhora: O que você espera do orçamento participativo? A senhora respondeu: “Está todo mundo muito feliz com o OP, porque ele está nos

dando a oportunidade de ver as coisas que a gente necessita serem feitas.” Já o senhor disse: “Se for possível resolver o problema do mau cheiro de esgoto no rio, o OP abrirá para a comunidade uma forma de ver seus pedidos atendidos” (ALTEROSA, 2001, p. 3).

Com o objetivo de inovar e fazer uma gestão participativa e crítica, trazendo a administração para perto do cidadão, iniciou-se em 2001 o Programa: O povo pergunta, e o prefeito responde. Ele acontecia um sábado por mês, a partir das 11h20minh na Rádio Serra Negra FM 102.7. O programa levava e proporcionava aos ouvintes e participantes informações, debates e serviços de utilidade pública. Muitas vezes tornou-se polêmico o que demandava muito controle, cordialidade e diplomacia ao entrevistado. Por outro lado garantia transparência e prestação de contas mensais à população de tudo que havia sido realizado, das dificuldades e da falta de respeito de alguns cidadãos e de alguns funcionários públicos com o contribuinte. Muitas vezes a própria equipe de governo sentia certo desconforto e indignação, mas por outro lado, o gestor pensava: “quem não deve, não teme”, ou, “onde há fumaça, há fogo”. O programa acabou tornando-se campeão de audiência no município e na região, mas com o tempo uniu centenas de descontentes e uma ampla articulação das “forças ocultas”, digo, opositores e “ofendidos” e o proprietário da rádio não aceitou mais disponibilizar ou ceder o espaço para a realização do mesmo. O programa expunha as conquistas e as mazelas da administração, mas por outro lado, conscientizava a população e os ouvintes dos seus direitos e deveres, ao mesmo tempo que propiciava aos gestores qualificar as ações, corrigir os erros, conhecer as reivindicações dos cidadãos, ouvir as denúncias e traçar novos rumos, programas e projetos.

Sabemos que as eleições são eventos que consolidam a democracia, mas isso não é o suficiente. Se os eleitores não ficarem de olho vivo, sempre vigilantes e participarem ativamente da vida política de sua cidade os governantes acomodam-se e vão se distanciando da salutar convivência com o seu eleitorado.

A democracia se prova verdadeiramente na forma como o mandatário exerce o poder que lhe foi confiado. Acreditamos que a sua consagração se dá na medida em que ele convoca seus governados, para

participar e definir as prioridades da sua cidade, do seu bairro, da sua comunidade.

O melhor caminho para a solução dos problemas sociais, traduzida na efetividade da cidadania, ou melhor, nos direitos que a concretizam seria o retorno à cidade, repensar a sua gestão, aumentando a produtividade do espaço público, descentralizando o poder, gerando enfim, um ambiente social mais aprazível e humano. Nesse sentido, os administradores não devem prender-se a questões técnicas. Os objetivos sociais é que devem definir a técnica, e não o contrário (MOÁS, 2002, p. 59)

Mediante a observação da realidade e as leituras realizadas, percebemos que existe um dilema na definição de governo local e poder local. Seria a mesma coisa? Quando dizemos governo local estamos nos referindo à categoria municipal e a sua estrutura burocrática de poder, com suas secretarias, departamentos, divisões, autarquias mas, além dela, temos a estadual e a federal, todos constituídos pelo poder do povo que, através de seu voto, unge seus representantes que, por sua vez, deverão agir como mediadores dos interesses coletivos no município, no estado e na união. Quando pensamos em poder local, estamos diante de algo mais amplo que envolve a comunidade e suas lideranças políticas. Denota força, capacidade e competências, para realizarem juntos as transformações necessárias para a boa convivência social.

O município é ente federativo constituinte do Estado Democrático de Direito. Espaço histórico/social e político, em que, por primeiro, convivem os cidadãos, sempre referidos uns aos outros na comunicação e interação emergentes do mundo da vida. É espaço da produção cotidiana da existência na produção econômica social e cultural das condições indispensáveis à boa vida em sociedade (VERZA, 2000, p. 137)

Quando o poder local é compartilhado por todos, através das assembléias, das reuniões de bairros é que o poder público começa a realizar as reivindicações e estas conquistas passam a ter o sabor de quero mais. Isso nós pudemos verificar no Distrito do Divino Espírito Santo, conhecido por Cavacos e que fica a 12 km da sede do município, onde a população procura sempre estar presente, questionando, criticando e reivindicando, fato que pudemos comprovar pelos relatórios do orçamento participativo: a presença

marcante da comunidade quando foi listada uma série de obras e aspirações que acabaram se concretizando, tais como: pavimentação de todas as ruas, construção da Creche Menino Jesus, construção da Biblioteca Presidente Tancredo de Almeida Neves, do Terminal Rodoviário, do Centro Cultural Professor Paulo Freire, construção e reforma de duas praças, construção de 50 casas populares, construção do Ginásio Poliesportivo Padre Egídio, Centro de Saúde, implantação da telefonia celular, implantação de um tanque de resfriamento de Leite junto ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário e, no bairro do distrito conhecido por Jardim Mariana, que fica distante 1 km, várias outras realizações como iluminação, pavimentação asfáltica, rede de águas pluviais e rede de esgoto.

Assim, “da participação dos indivíduos na gestão da esfera pública, na tomada de decisão, vão emanar os demais direitos que compõem o conteúdo mínimo para o surgimento e vivência de verdadeiros cidadãos” (MOÁS, 2002, 105).

Percebemos que, com a participação e a cobrança, as pequenas comunidades, muitas vezes esquecidas e isoladas, conquistam seu espaço e o respeito dos gestores e passam a ser dotadas da infraestrutura necessária que lhes garante melhorias nas condições de vida.

### **3.1 Os meandros do paternalismo**

Não basta romper com a velha ordem, é preciso superá-la.

De onde vem o paternalismo, quais são suas origens, como se efetivou em nosso país e em nossos municípios, quais as suas consequências, como enfrentá-lo e superá-lo ainda nos nossos dias? Estas são perguntas que sempre nos incomodam, provocam e despertam em nós o desejo de uma maior compreensão, pois acreditamos que só é possível entender os acontecimentos históricos na medida em que os resgatamos, interagimos com eles e passamos a conhecê-los a fundo. Assim, teremos então, condições de propor as ações afirmativas para alterar a realidade.

O domínio tradicional se configura no patrimonialismo, quando aparece o estado maior de comando do chefe, junto à casa real, que se estende sobre o largo território, subordinando muitas unidades políticas. Sem o quadro administrativo, a chefia dispersa assume caráter patriarcal, identificável no mando do fazendeiro, do senhor de engenho e dos coronéis (FAORO, 2001, p. 823).

No contexto do Brasil colonial, por volta de 1.700, surgiu um dos primeiros povoados do Sul de Minas Gerais, local de acampamento de tropeiros que adormeciam às margens do pequeno riacho que mais tarde recebeu o nome de Ribeirão São Joaquim. Mas foi com o estabelecimento de José Rodrigues Moreira, se iniciou o povoamento do local. Aos pés da Serra Negra, logo a localidade recebeu o nome da devoção e do acidente geográfico: São Joaquim da Serra Negra. Ergueu-se, no local, uma pousada para hospedar os tropeiros que vinham de São João Del Rei e de Lavras do Funil em direção aos Sertões de Jacuí.

As origens do lugarejo estão ligadas a um contexto histórico marcado pelo colonialismo que se alicerçava no tripé: trabalho escravo, monocultura e latifúndio. Na sua essência está presente a figura do senhor e do escravo, logo da submissão e do senhorio.

Raimundo Faoro (2001, p. 823), utilizando-se de Max Weber afirma que:

Num estágio inicial, o domínio patrimonial, desta forma constituído pelo estamento, apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado, que, com o aperfeiçoamento da estrutura, se extrema em competências fixas, com divisão de poderes, separando-se o setor fiscal do setor pessoal.

O passado colonial, a escravidão, o centralismo imperial e seus títulos nobiliárquicos (conde, visconde, duque, marquês, barão, coronel) e o federalismo republicano moldaram o homem e os governantes locais. O federalismo brasileiro, cópia distorcida do federalismo estadunidense acabou por criar e fortalecer a figura do fazendeiro e latifundiário, tido e havido como coronel e que passou a comandar o destino dos pequenos lugarejos e submeter os habitantes aos seus interesses econômicos e políticos. Acreditamos que muito do que presenciamos ainda hoje, nos pequenos municípios, possui uma ligação profunda com o coronelismo da República

Velha (1889-1930). Embora o voto não seja mais aberto, a situação de pobreza continua construindo as relações de apadrinhamento, compadrio e dependência. O controle do voto que, na época, se dava nas relações de dependência, fidelidade e gratidão, prevalecem nos dias atuais sob a mira da promessa (emprego e serviços públicos) e da demagogia. A fragilidade das pessoas e a falta de instrução servem de fermento para a expectativa e a ilusão que, na maioria das vezes, não se consolida. Presenciamos muitas vezes nas campanhas eleitorais que a maioria das famílias veem no processo eleitoral a oportunidade para angariar algum benefício ou, pelo menos, já induzem os candidatos a alguma promessa. “Olha, aqui em casa todo mundo vai votar no senhor, mas quando o senhor ganhar nós queremos”: um emprego para um dos filhos, a reforma da casa, uma casa, uma bolsa de estudo e uma série de outras coisas. O candidato interessado no voto responde: “pode estar sossegado que a gente, chegando lá, vai arrumar alguma coisa”. Assim, essa prática e esse costume vêm se reproduzindo ao longo dos anos. O pior é que a maioria dos eleitores pede benefícios para si e para a sua família; raramente, para o bairro ou para a cidade. O “meu” sempre vem primeiro que o “nosso” e, como as coisas dificilmente se concretizam, vivem enganados e na ilusão de quatro em quatro anos.

O desenvolvimento capitalista no Brasil não significou o fim do mandonismo e de todas as práticas que marcaram a dominação oligárquica e coronelística na sociedade brasileira: o paternalismo, a prática do favor, o uso privado do poder público (com sua regra do “para os amigos pão, para os inimigos pau”), a exclusão das classes dominadas da vida pública, a sistemática repressão às suas formas de protesto e de organização (VITA, 2003, p. 150).

Dessa forma, os pequenos e médios municípios brasileiros com suas carências materiais, pobreza cultural, comodismo, conformismo, falta de ambição, sentimentalismo (o fulano foi tão bom para o meu pai), tornam-se terrenos propícios para o desenvolvimento do paternalismo e do clientelismo que se materializam em pleno século XXI em ações práticas como: empréstimo de dinheiro, vaca para tirar leite para as crianças (afilhados), pequenos favores (mata-burros, arame para fazer cerca, terreiro para secar

café, tanque para criar peixes, destocas de terrenos, caminhão de terra, caminhão de areia, par de botinas, dentaduras, etc.).

A verdade é que essas práticas se consolidaram ao longo da nossa história, frutos de

[...] um Estado elitista, que era administrado pelo governo em conjunto com a sociedade burguesa, negando, dessa forma, a participação de outros segmentos da sociedade na condução do Estado; um Estado paternalista que, através da implementação de políticas, buscava controlar a luta dos trabalhadores, um Estado ditatorial, onde os governos impunham decisões e exerciam forte controle sobre a vida da sociedade; e, um Estado marcado por uma política demagógica, que, através da conquista e do apoio popular buscou fazer valer os interesses de uma determinada classe social (MACHADO; MEDEIROS, 2007, p.115).

Outro problema sério da administração pública e que colabora para a prática do paternalismo e do clientelismo tem sido a falta de clareza e a confusão que as pessoas fazem para diferenciar o público e o privado, e não é de hoje que a filosofia do direito, o direito administrativo e constitucional e a ciência política têm debruçado sobre essa questão. Confundem instituição pública e organização privada.

Pensamos que todo gestor público deveria ter uma visão geral e saber diferenciar o que é uma administração pública e o que é uma administração privada. O direito público e o direito privado deixam claro esta questão, pelo menos, quando tratam da legalidade das ações. Por exemplo, na administração pública só podemos realizar aquilo que estiver expresso na lei, se não estiver não pode ser feito. Já na administração privada, se não consta na lei é porque pode ser feito. É preciso ter claro e se conscientizar de que o ente federativo ou o Estado, na hierarquia das leis, possuem uma série de prerrogativas sobre o setor privado, onde deve prevalecer a primazia do interesse público.

A Filosofia Política vem debatendo esta questão, desde o pós-Revolução Francesa (final do século XVIII) e o surgimento do Estado Moderno no Século XIX, afirmando que o setor público não deve ir além de suas competências. As questões individuais devem ser resolvidas no plano privado, ou seja, na sociedade civil e no mercado.

Todos os poderes e deveres de um gestor público derivam dos princípios da administração pública: legalidade, moralidade, impessoalidade, economicidade, publicidade, eficiência e eficácia.

Em todo país civilizado os interesses públicos são tratados de forma diferente do interesse privado. O agente público é um agente do Estado e do povo, mas seu cargo é ocupado na esfera pública.

Embora já tenha passado mais de um século da Proclamação da República, até hoje não houve uma separação correta e nítida do público e do privado. Em muitos municípios os gestores tratam o patrimônio público como se fosse o patrimônio privado e é exatamente aí que ocorrem as arbitrariedades e o mau uso da coisa pública. O que é de todos acaba sendo utilizado em benefício de poucos.

Tentando sanar e moralizar esta questão, foi aprovada no ano 2000 a Lei nº 101, conhecida com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), procurando esclarecer ao gestor público o que ele tem, o que ele pode e o que não poder fazer no exercício de seu mandato.

Procurando simplificar e facilitar a compreensão da lei a Editora Perfil Brasileiro, através de Tadeu Comerlatto, Clóvis Bísaro e Eduardo Comerlatto elaboraram a Cartilha “A Lei de Responsabilidade Fiscal: mudou o jeito de administrar o Brasil”. Esta lei estabeleceu os percentuais mínimos que o gestor deve investir das receitas em cada setor da administração, como por exemplo, 25% com educação, 15% com saúde e o máximo de 54% do montante arrecadado com a folha dos servidores públicos municipais e 6% com os subsídios dos vereadores e seus servidores.

Didática e de fácil entendimento a Cartilha esclarece, por exemplo:

Não pode: pagar passagens, exames, cirurgias, medicamentos, funerais, fora dos programas da área social e da saúde. A regra é eliminar os favores pessoais e só atender a interesses coletivos. A lei acaba com todo e qualquer privilégio. A área social da prefeitura detecta se o cidadão é carente. Em caso positivo, ele tem que ser enquadrado nos programas de interesse coletivo, de forma que todo cidadão nas mesmas circunstâncias possa receber o mesmo benefício. Acabou a mordomia. Contas de luz, água, impostos, mudanças, etc., nem pensar, sob pena do prefeito perder o mandato (COMERLATTO, 2003, p.09).

Logicamente que não basta a lei, se a sociedade não a conhecer, fiscalizar e acompanhar o seu cumprimento. Sabemos que no Brasil praticamente não faltam leis. O que falta é colocá-las em prática, ou seja, efetivá-las.

A grande verdade é que o paternalismo cria uma ampla rede de dependência e subserviência. Não emancipa e não constrói a subjetividade do usuário. Todo paternalismo é autoritário e geralmente machista. Cria amarras e um fosso intransponível para a solução definitiva dos problemas sociais. Como é o caso, por exemplo, do primeiro damismo, esposas de prefeitos que assumem a Secretaria de Assistência Social, na maioria das vezes Secretaria de Ação Social, ou até mesmo a “política social” do município; historicamente são pessoas que não possuem o perfil do profissional do Serviço Social, mas são plantadas ali para promover o paternalismo e o clientelismo e, assim, promover os interesses de permanência no poder. Como nos alerta Pedro Demo (2002, p. 134-135), precisamos nos manter vigilantes contra os efeitos de poder na generosidade: “[...] muita generosidade é capciosa, reproduzindo subalternidades pela via de ajudas prepotentes.” Rechaçamos esta possibilidade, mesmo que a esposa do prefeito seja assistente social, porque embora legal, ao nosso olhar é imoral. Além do mais, acreditamos que uma área crucial da gestão pública como é a área social, merece uma atenção especial e seja ocupada por profissional comprometido e engajado nas lutas das políticas sociais. Sem amarras e comprometimentos, fazendo valer os princípios da impessoalidade, da moralidade, da eficiência e da eficácia.

### **3.2 As políticas públicas enquanto instrumentos de ruptura social**

Não basta idealizar, é preciso fazer acontecer

A ausência de políticas públicas no Brasil e nos municípios até um passado recente se justificam por uma série de fatores, tais como: paternalismo, clientelismo, mandonismo local, corrupção, falta de criatividade, falta de iniciativa, etc. Mesmo porque, a implementação de políticas públicas demanda planejamento, critérios, regras e uma série de mecanismos que

desnudaria os fatores acima elencados. Exporia suas contradições e mazelas históricas de desmandos e apropriação indevida da coisa pública para atender os interesses mesquinhos daqueles que sempre se julgaram os donos do poder e patrões do povo brasileiro. A corrupção, por exemplo, “esse mal que aflige e, em vez de mobilizar, simplesmente imobiliza os brasileiros de bem” (História Viva, nº 68, pág. 16) tem sido um chaga aberta no Brasil e nos nossos municípios, desde a sua formação social, econômica e cultural. O professor Roberto Romano em entrevista à Revista História Viva, numa tentativa de demarcar o momento exato em que a máquina de governo transformou em fábrica de corrupção nos Estados modernos, afirma:

Sabemos que nações que viveram séculos sob o comando autoritário de príncipes, nobrezas e oligarquias vorazes apresentam imensa dificuldade na luta contra procedimentos que afrontam o direito público e a moralidade administrativa (ROMANO, 2009, p. 16).

Quanto ao Brasil que considera imenso e com uma estrutura federativa praticamente nula, ele diz:

A centralização em Brasília dificulta as políticas públicas das finanças à saúde, educação e segurança. A corrupção é garantida. Para liberar recursos no Congresso, o parlamentar deve “vender” seu voto ao Executivo, na política conhecida pelo “é dando que se recebe”. Uma vez obtido o recurso, o prefeito só o recebe se pagar um “pedágio” a intermediários. A falta de transparência do governo federal e de autonomia dos estados e municípios cria grupos especializados na distribuição de verbas e projetos. (ROMANO, 2009, p. 16-17).

Mais uma vez, o cidadão que seria ou poderia ser o usuário atendido pela verba ou pelo projeto sequer é consultado ou informado sobre a conquista ou se ela atenderá suas necessidades ou prioridades.

Nos Estados Unidos, segundo Romano, a solução encontrada para atenuar a questão foi a introdução do Federalismo: “apesar da centralização, cada estado americano possui certa autonomia, o que permite aos cidadãos controlar o poder com maior eficácia”. (ROMANO, 2009, p. 17).

Ao se referir ao Brasil afirma,

Não passa de um imenso império onde o poder central age, em relação aos entes menores, como invasor que dita as regras. Sem poder acompanhar os governantes e o dinheiro público de modo

seguro, os cidadãos perdem o incentivo para lutar contra abusos. (ROMANO, 2009, p. 17).

Quando indagado sobre a origem da centralização foi categórico:

A palavra “município” vem do latim. Resumidamente esse vocábulo tinha uma dupla dimensão na Roma Antiga: o município pertencia a Roma e, ao mesmo tempo, a si mesmo. Trata-se de uma concepção única no mundo antigo. Roma administrava um agregado de comunidades urbanas subordinadas, mas com vida e valores próprios. (ROMANO, 2009, p. 17).

Com a desagregação do Império Romano e a formação do feudalismo, os municípios se desarticularam e perderam espaço para os domínios feudais e passaram a sofrer assédio do papado e das monarquias que almejavam centralizar as nações e tornar-se Monarquia Nacional como foi o caso de Portugal (1139), consolidando-se como tal após a Revolução de Avis (1383-1385). Citando o pensador e historiador francês Alexis de Tocqueville que, para Romano descreve, bem esta situação, afirma: no século XV a assembleia geral do município era composta por todo o povo e no século XVIII essa prática perdeu sua densidade. “No século XVIII, o governo e as decisões estavam nas mãos dos notáveis, e o povo se desinteressou dos negócios municipais”. (ROMANO, 2009, p. 17).

No feudalismo, as urbes tinham força, poder e prerrogativas desiguais. O moderno poder estatal tentou torná-las iguais, ou seja, centros venais e desprovidos de força, em favor do mando concentrado na capital. A burocracia real sufocou a independência dos municípios. (ROMANO, 2009, p. 18).

No caso do Brasil, segundo Romano, nossa história política em muito se aproxima com a situação dos municípios descrita por Tocqueville, agravada pelo fato de que a maioria delas surgiu no período histórico do absolutismo.

Não ocorriam nelas as eleições amplas, a responsabilidade dos governantes diante dos munícipes e a liberdade urbana vigente na Idade Média. Não tivemos Idade Média, e isso não é algo que nos seja proveitoso. Terra de conquistista, política e militar, mas, sobretudo econômica, o Brasil foi administrado segundo a moderna “igualdade de todos diante do rei”. (ROMANO, 2009, p. 18).

Ou seja, conforme a vontade do rei e de seus aliados, ferindo o princípio da impessoalidade.

A luta pela Independência do Brasil e o seu processo político deu prosseguimento à mesma prática: o povo não é chamado para opinar e muito menos participar. Com certeza, a participação do povo poderia ser perigosa e ameaçar os interesses imperiais e aristocráticos dos senhores de escravos.

Com a Independência, o Rio ocupou o lugar de Lisboa na destinação dos impostos. Mas continua a lógica da mão única: os tributos saem das cidades e não retornam a ela, ou só retornam pela interferência de oligarquias regionais. (ROMANO, 2009, p. 18).

Romano faz menção ainda a um quadro exposto por Maria Sylvia de Carvalho Franco em seu livro *Homens livres na ordem escravocrata*, destacando:

Para equacionar o dilema da falta de serviços públicos nas cidades, surgiu a prática do “favor”: se os impostos se concentram na capital, o seu retorno aos municípios se efetiva no comércio de apoio mútuo entre oligarquias regionais e os ministérios. O “favor” se torna assim a mais ampla mediação da sociedade e do Estado no Brasil. Outros favores se estabeleceram no trato dos políticos com a cidade. Os impostos são concentrados, os serviços públicos dos municípios demandam recursos, e o político se torna agente da graça: consegue para eleitores internação em hospitais, admissões em escolas, empregos. Mesmo os prefeitos que batem nas portas dos ministérios só conseguem algo, se tiverem a indicação de poderosos oligarcas. (ROMANO, 2009, p. 18).

Vale ressaltar que a maioria dos prefeitos sequer bate às portas dos ministérios; permanecem sempre no conforto de seus gabinetes esperando que algum deputado ou senador concedam-lhes alguma verba ou emenda parlamentar, quase uma caridade que, posteriormente, será distribuída ao povo e, assim, perpetuar a histórica prática que escraviza, domina e chantageia os cidadãos. Assim, as receitas do Estado e dos orçamentos vão se instrumentalizando e produzindo o empoderamento do poder legislativo que há muito perdeu sua real finalidade legisladora: elaborar leis, fiscalizar, etc.

Os desdobramentos dessa prática acabam refletindo no poder local e no processo eleitoral, pois os municípios tornam-se reféns dos deputados e dos senadores. Os prefeitos viram cabos eleitorais de luxo e pressionam os eleitores dos municípios, para votarem em seus aliados ou deputados que disponibilizaram algum recurso ou emenda parlamentar que muitas vezes não passam de promessas pré-eleitorais e que nem sempre se concretizam passado o pleito eleitoral.

Esse processo forma uma rede de favores decisivos nas eleições. Os cidadãos admiram os políticos que trazem obras e recursos para os municípios. Poucos sabem o que é preciso fazer para que os “favores” sejam obtidos, o que se passa na boca do orçamento. Quanto aos líderes bem-sucedidos na tarefa de trazer benefícios às cidades, parte deles se apropria de recursos. Reside aí a gênese do “rouba, mas faz”, frase que mostra o defeito básico do Estado brasileiro, que é o quase inexistente federalismo (ROMANO, 2009, p. 18).

Quando é na expressão do desejo, da necessidade e estabelecida como prioridade pelos próprios usuários, as políticas públicas tornam-se instrumentos de ruptura social, na medida em que são capazes de alterar a vida das pessoas, elevando-as ao patamar da independência financeira e da melhoria de suas condições de vida e de existência.

Pensamos que, só através de políticas públicas de caráter universalizante, materializadas em programas e projetos, serão capazes de fornecer as ferramentas para a superação do conservadorismo, elevando e cristalizando uma nova prática: mudando de fato a vida das pessoas e melhorando suas condições materiais e espirituais de existência.

### **3.3 Políticas públicas emancipatórias**

Ideais mortos: romper, superar e avançar, matam-nos.

Acreditamos que a construção de políticas públicas emancipatórias se fará na medida em que construirmos juntos indivíduos emancipados e conscientes de sua realidade história. Nessa perspectiva, não podemos perder de rumo a possibilidade de rompermos com o modelo econômico excludente que oprime principalmente a classe trabalhadora,

constantemente enganada por paliativos que lhe impossibilita de escolher o seu meio de transporte (vale transporte), o seu restaurante (vale refeição) e alimentação de sua família (cesta básica) e continuar se iludindo com a liberdade. Como na afirmação de Mézáros (2004, p. 546):

Se não fosse a desmobilizante cobertura ideológica criada pelos interesses dominantes entre os membros das classes subordinadas, com a participação ativa de muitos de seus líderes e teóricos - , que é impossível tornar reais as potencialidades socialistas de que está carregado nosso tempo histórico sem ativar o poder da ideologia emancipadora. Sem esta, as classes trabalhadoras dos países capitalistas avançados não serão capazes de se tornar “conscientes de seus interesses”, muito menos “lutar por eles” – em solidariedade e espírito de efetiva cooperação com as classes trabalhadoras das “outras” partes do único mundo real – até uma conclusão positiva.

Políticas públicas emancipatórias são aquelas que são capazes de alterar a vida material e espiritual das pessoas, elevando-as a uma nova condição. Ter, sobretudo, trabalho, renda, moradia, educação de qualidade, segurança e oportunidades. Neste sentido, percebemos que o processo de implantação e gestão das políticas públicas em Alterosa alicerçou-se nas demandas históricas reprimidas, no orçamento participativo, nas leituras comunitárias, nos atendimentos que, embora individuais, realizados na secretaria de assistências social, possibilitaram um retrato da realidade, bem como sua triagem, reflexão e propostas de ações surgidas a partir das reuniões semanais realizadas entre as profissionais da assistência social; das sugestões e indicações ouvidas por ocasião do programa “O povo pergunta e o prefeito responde”, nos eventos do Projeto Bola e Viola realizados nas comunidades rurais; nas reuniões dos conselhos municipais: desenvolvimento rural sustentável, saúde, educação, idoso, criança e adolescente, esporte, patrimônio cultural, meio ambiente, cultura, juventude; assistência social, habitação popular, reuniões com servidores públicos, reuniões da equipe de governo, as conferências municipais, das indicações e reivindicações dos vereadores e das lideranças comunitárias, enfim, tudo à luz da realidade, uma construção sempre coletiva e inspirada nas demandas dos usuários, no desejo de solucionar problemas e melhorar as condições de atendimento e de vida das pessoas.

Um centro cultural, uma unidade básica de saúde, uma escola, uma universidade, um novo veículo, a reforma de um prédio público, construção de moradias populares, reformas de moradias, melhoria de uma estrada rural, a geração de emprego, a construção da ETE, a pavimentação de uma rua, a construção de um terminal rodoviário, de uma biblioteca, de um poliesportivo, construção de quadras na zona rural, aquisição de tanques de resfriamento de leite, a construção e a implantação de uma unidade de pasteurização de leite, a criação de uma fundação, a informatização da administração, a ampliação do atendimento especializado na saúde, a contratação de médicos especialistas, a implantação do programa saúde da família, a implantação do programa de saúde bucal, a implantação do CRAS, a aquisição de sedes próprias para a saúde, assistência social e educação, a aquisição de máquinas e caminhões, etc. Todas estas ações e iniciativas brotaram, nunca da cabeça de uma única pessoa, mas dos reais desejos e reivindicações dos cidadãos que almejavam e almejam uma cidade à altura de seus sonhos.

É verdade que uma boa parte dos problemas e reivindicações não foram atendidas, mas foram discutidas e registradas em cadernos, documentos e relatórios como que numa apresentação da realidade cotidiana, dos sofrimentos e desafios, sempre procurando atender os interesses da comunidade. Quando, por sugestão da secretária de educação que, alegando ter ouvido professores e pais e que se tentou fechar as escolas rurais, acabar com as salas multisseriadas e trazer todos os estudantes para a cidade e que os pais dos alunos dos bairros rurais protestaram e reivindicaram que as escolas permanecem abertas, voltou-se atrás e elas permaneceram abertas. A secretária se demitiu e o desejo dos pais naquele momento foi atendido. Não é difícil perceber que, nas gestões 1993-1996 e 2001-2005, todas as realizações foram pautadas nas reais necessidades e reivindicações dos cidadãos. Quando um gestor faz só o que está na sua cabeça ou, para atender pequenos grupos, erra-se muito, produz-se o descontentamento dos cidadãos e o sentimento de que a administração é para poucos, de que a “política” não presta, de que não vale a pena votar. Assim, constrói-se um processo de decepção e descontentamento generalizado, a frustração toma

conta da cidade e a sensação de negatividade passa a povoar a mente e o coração das pessoas, os imóveis se desvalorizam, aumenta a insegurança, os furtos, as brigas, o descontrole social, a tristeza, os usuários ficam deprimidos, uns mudam, enfim, acaba a autoestima e faz prevalecer a sensação de uma cidade e de um povo derrotados. Governar, para nós, deve ser o aperfeiçoamento contínuo do que contem a música: “[...] uma cidade parece pequena se comparada a um país, mas é aqui na minha cidade que se começa a ser feliz.”

Segundo Karl Marx, a libertação do homem é um ato histórico e não mental. Neste sentido, na perspectiva que trabalhamos, consideramos como ato histórico as políticas públicas, pois, através delas, na medida em que geram e redistribuem renda, trabalho, educação libertadora, participação e controle social, poderemos libertar o homem. Como nos dizeres de Mészáros (2004, p. 488): “[...] a desejada ação autônoma dos indivíduos sociais não está localizada no reino das ideias autogeradas, mas no plano das estruturas reprodutivas mais vitais da sociedade.”

### **3.4 As políticas públicas enquanto enfrentamento e superação**

Segundo Potyara, nem Durkheim com seu enfoque funcionalista da política social e nem Marx com seu enfoque dialético encararam o Estado como agente de bem estar. No entanto, foi em Marx que ela encontrou as raízes analíticas da política social como processo contraditório (POTYARA, 2008, p.19).

“A pobreza e a miséria são excrescências sociais e estudá-las significa conhecê-las para condená-las e agir contra elas” (POTYARA, 2008, p. 17).

Agir contra elas significa discutir, elaborar e implementar através de programas e projetos, políticas públicas alicerçadas na vontade e no desejo de superação delas. Esta ação tornar-se-á fortalecida na medida em que o ver e não o olhar estiver revestido das necessidades sociais e não das necessidades do capital. Quem vê, vê com profundidade, quem olha, olha com indiferença. É preciso ainda uma nova lógica, um novo paradigma que

seja capaz de anteceder a miséria e a pobreza, ou seja, uma ação preventiva e não curativa, pois um estado de empobrecimento e de miserabilidade profunda encarece o processo, dificulta o resgate e desumaniza o homem.

Quando certa esquerda se anima em enfrentar a pobreza com receitas mínimas, perde-se a mensagem crítica original da emancipação. Os trabalhadores precisam de assistência, com certeza, mas precisam mais de emancipação para que sejam os protagonistas cruciais de sua própria libertação (DEMO, 2002, p. 268).

A essência de uma gestão pública neoliberal está no seu compromisso com o capital, com o setor privado e com o mercado, que ela privilegia e quer fortalecer. Para que isso se efetive, ela fornece aos cidadãos escassos serviços públicos e, quando oferece, é de péssima qualidade, criando-se assim a demanda para os benefícios ou serviços privados, ao mesmo tempo em que patrocina a perda de credibilidade das instituições públicas.

Tal desfinanciamento causa sequelas de deteriorização e de crescente desprestígio das instituições públicas, as mesmas que ajudaram a criar a demanda ao setor privado e a tornar o processo de privatização socialmente aceitável (LAURELL, 2008, p.168).

A gestão pública, em nome da redução dos gastos públicos e da crise fiscal do Estado, se amesquinha, minimaliza-se, deixando de cumprir o seu papel como agente promotor do desenvolvimento social e humano. Outro problema sério das gestões neoliberais é tratar o investimento na pessoa humana como gasto.

No Brasil, comandado com o olhar dos de cima, ou seja, das elites, tornou-se corriqueiro, ao longo da história, a falácia preconceituosa de que o dinheiro público que chega aos pobres torna-se um gasto, ao passo que o que chega aos ricos, aos banqueiros, às empreiteiras é considerado investimento no “desenvolvimento” econômico. Ou será concentração de renda nas mãos de poucos? Ou ainda, compromisso com a caixinha de campanha para as próximas eleições? Afinal, seria ilusão e incredulidade de nossa parte acreditar que um banqueiro, um empreiteiro, um latifundiário

contribua nas campanhas eleitorais e apoie determinados candidatos e partidos, porque acredita na transformação da sociedade!

Para comprometer ainda mais a dignidade e a sobrevivência humana os técnicos do Banco Mundial têm receitado aos países e municípios a cobrança dos serviços públicos da educação e da saúde que se tornariam mais uma mercadoria. O banco considera estes serviços como bens privados e que por isso não deveriam ser financiados pelo erário público. Além do mais, a sua cobrança contribuiria para engordar o orçamento público. "Com essa medida, seriam atingidos três dos objetivos neoliberais: remercantilizar os bens sociais, reduzir o gasto social público, e suprimir a noção de direitos sociais" (LAURELL, 2008, p. 169). Ou seja, liquidar a possibilidade de criar, efetivar e ampliar as políticas públicas numa perspectiva sistêmica e dialética, tendo claro que

Para combater a globalização hegemônica é preciso ferir de morte o mercado, além mudar radicalmente a constituição política da sociedade. Por isso mesmo, não basta confiar no Estado, como se ele fosse garantia de cidadania. Como regra, é subserviente ao mercado (DEMO, 2002, p. 269-270).

O enfrentamento e a superação do neoliberalismo passam pelos seguintes caminhos e desafios: a implementação de arranjos produtivos locais, conhecimento e descoberta das potencialidades locais, associativismo, cooperativismo, agroindústria, melhoria do plantel (inseminação de bovinos). Dias de campo, oficinas, cursos, seminários, mecanização agrícola coletiva, libertando os pequenos e médios produtores da agricultura familiar dos grandes proprietários e donos dos meios de produção (tratores, máquinas e implementos). Organização dos pequenos e médios produtores para a aquisição coletiva de adubos, calcários e defensivos agrícolas.

"Autêntica mudança não é só rearranjo, simples, deslocado, fachada nova, mas intervenção estrutural, de tal forma que, comparando-se antes e depois, o que há depois é mais que antes ou qualitativamente diverso de antes" (DEMO, 2002, p.132).

A descentralização do poder, a participação popular, a efetivação e fortalecimento dos conselhos devem fazer parte de um amplo projeto que possibilite a construção de uma nova cultura política que,

paulatinamente, torne-se vontade política e social dos indivíduos, de tal forma que, com o decorrer do tempo, alicerçado na prática, consolide-se como ideologia, tradição e consenso de todos os cidadãos.

Por isso, comungamos com Demo, quando afirma que “dependendo da qualidade política dos trabalhadores, as estratégias podem adquirir substância alternativa autêntica na trajetória da emancipação social (2002, p. 269). Para que isso ocorra, precisamos travar a batalha inadiável da educação libertadora. É preciso “[...] colocar o marginalizado no centro de seu processo de libertação [...] estratégia crucial, razão pela qual tornam-se tão importantes políticas sociais da educação e do conhecimento” (DEMO, 2002, p. 270).

Nesse sentido é urgente que atualizemos os nossos conceitos e que tenhamos a dimensão da conjuntura planetária, que nossas intervenções tenham qualidade, que nosso senso crítico seja aguçado, que nossa indignação, nosso desejo de mudança, enfim, que a nossa vontade seja o nosso motor.

É disso que se trata nos movimentos cada vez mais abundantes e fortes contra a globalização hegemônica. Neles não está em jogo primordialmente o acesso a benefícios assistenciais, mas a orquestração globalizada da luta em sentido planetário. É preciso tomar o destino nas próprias mãos (DEMO, 2002, p. 269).

Tomarmos consciência de que a maior mudança começa em nós, nas nossas ações cotidianas que, enquanto muitos digam não, nós digamos sim! Afinal, toda mudança verdadeira deverá partir de nossa individualidade subjetiva e de nossa atuação no poder local.

## CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

O velho vestido de príncipe e o canto da sereia acalentam-nos, mas reduz-nos à barbárie do século XXI. Não deixemos que o vestido e o canto contaminem nossas aldeias.

A discussão que fizemos aqui está inconclusa e aberta a um leque de novas e profundas possibilidades. Para um aprofundamento maior, dependeremos de contribuições críticas e construtivas que, formuladas e endereçadas a nós, serão muito bem recebidas.

Conscientes do desafio e da adversidade dos pensadores, nos dedicamos longamente às leituras e a compreensão da bibliografia consultada, mesmo correndo o risco ao interpretá-los. Mas, assim fizemos por uma questão de coerência humana e por tudo aquilo que representaram e representam na caminhada histórica do homem.

Enfrentamos e enfrentaremos sempre a realidade social produzida pelo Estado, pelas elites dominantes e pela própria sociedade, sempre na perspectiva de superação. Pois, se nós a produzimos, portadores que somos da racionalidade, também podemos alterá-la.

O nosso trabalho, ao estudar o processo de gestão das políticas públicas no município de Alterosa, propicia um debate acadêmico sobre a importância da prática política na transformação da realidade e na mudança qualitativa na vida das pessoas.

Teremos cumprido, ao final deste trabalho, mais uma missão de nossas vidas, se ele puder contribuir em novas abordagens acadêmicas e políticas e, sobretudo, projetar um mundo novo possível.

Pensamos que a melhor forma de avaliar um governo é ver se a vida do povo está melhorando, pois as políticas públicas teorizadas nos livros, nas dissertações e nas teses podem comover, mas as práticas verificadas “in loco”, analisadas, refletidas, sistematizadas, avaliadas e divulgadas para toda a sociedade é que farão a transição para um mundo novo possível.

Estamos convencidos de que as políticas públicas discutidas e elaboradas com a participação da sociedade, materializadas em programas e projetos podem mudar a realidade social, econômica, política e cultural das

peçoas: social, porque integra, interage, devolve a autoestima; econômica, porque emancipa, dá autonomia, suficiência e liberdade; política, porque, livre, autônomo e emancipado o homem pode escolher sem ser perseguido, chantageado ou exposto e cultural, porque desperta a capacidade criadora, a iniciativa, o olhar, o gosto e o desejo.

Com esta tese, estamos convictos de ter comprovado o diferencial entre um governo popular e os governos neoliberais que, com suas fórmulas mágicas, decidem o destino dos cidadãos usuários, impondo-lhes programas e projetos paliativos que não vão ao encontro dos seus verdadeiros anseios e muito menos promovem a emancipação humana.

Todavia,

Como os indivíduos não podem se libertar do poder das coisas sem sujeitar as forças materiais alienadas que dominam suas vidas e seus próprios objetivos, conscientemente escolhidos, a questão da autonomia individual se torna inseparável da alteração radical do metabolismo social fundamental, de que tudo o mais depende (MÉSZÁROS, 2004, p. 491).

E, se a nova ordem depende de uma mudança radical no metabolismo social, antes de nos apegarmos às macro teorias, precisamos nos ater aos poderes e governos locais, no espaço mais próximo dos cidadãos e de suas necessidades para que, num ato contínuo e permanente, numa base sólida, possamos sustentar a sociedade dos nossos sonhos.

Sentimo-nos orgulhosos de compartilhar com pesquisadores renomados como Karl Marx, Antonio Gramsci e José Walter Canôas para os quais,

A história da sociedade é feita pelos homens, dotados de consciência, razão e vontade. A sociedade surge por obra da atividade dos homens. Ao mesmo tempo os homens são um produto da história, um produto das relações sociais. O trabalho, a produção como atividade humana, objetivando fins e utilidades, submete as forças da natureza, separa os homens dos animais. As relações que se formam no processo de produção, servem de base a todas as relações sociais, inclusive às ideológicas. E, na sociedade de classe, servem de base também para as relações políticas entre os homens (CANÔAS, 1982, p. 38).

Portanto, como seres políticos, não basta ficarmos, como nos dizeres de Marx, interpretando o mundo; agora é hora de transformá-lo! A transformação que desejamos ver no mundo deve ter a dimensão da prática de que somos capazes. Do nosso eu coletivo, das nossas ações cotidianas, da nossa autocrítica e da indagação permanente: será que estamos cumprindo nosso papel no mundo? Ou será que estamos apenas passando pelo mundo? Será que estamos fazendo jus ao fato de termos sido dentre milhões o espermatozóide que deu certo? Eis o desafio!

Finalmente, será profícuo que, a partir de uma visão acadêmica, a nossa tese possa despertar novas reflexões, possa contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas concebidas como direitos, indicando caminhos, cobrando a efetivação dos ditames constitucionais, emancipando o cidadão e motivando a prática política, reafirmando a importância da participação e do controle social.

## REFERÊNCIAS

ALTEROSA, cidade modelo para o sul de Minas. **Gente Muito Importante**, Alfenas, ano 1, n. 7, p. 20-21, abr./maio 2004.

ALTEROSA. Lei n. 540, de 20 de abril de 1977. Cria o conselho municipal de esportes (CME). **Mural da Câmara Municipal de Alterosa: Poder Legislativo**, Alterosa, 20 abr. 1977. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 730, de 21 de novembro de 1988. Autoriza Concessão de subvenções. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa: Poder Legislativo**, Alterosa, 21 nov. 1988. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 774, de 22 de novembro de 1989. Autoriza concessão de subvenção. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa: Poder Legislativo**, Alterosa, 22 nov. 1989. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 806, de 22 de maio de 1991. Institui o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa: Poder Legislativo**, Alterosa, 22 maio 1991. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 808, de 19 de junho de 1991. Dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos de criança e do adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa: Poder Legislativo**, Alterosa, 19 jun. 1991. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 822, de 27 de maio de 1992. Autoriza doação de imóvel urbano à Creche “Nova Esperança” e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa: Poder Legislativo**, Alterosa, 27 maio 1992. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 823, de 27 de maio de 1992. Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa: Poder Legislativo**, Alterosa, 27 maio 1992. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 824, de 27 de maio de 1992. Autoriza assinatura de convênio com a Creche “Nova Esperança”. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa: Poder Legislativo**, Alterosa, 27 maio 1992. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

ALTEROSA. Lei n. 839, de 26 de março de 1993. Autoriza o poder executivo a celebrar convênio e contrato para implantação e efetivação do programa de mecanização agrícola e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 26 mar. 1993. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 863, de 13 de agosto de 1993. Autoriza criação de unidade de ensino pré-escolar e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 13 ago. 1993. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 868, de 10 de setembro de 1993. Revoga em seu interior teor a Lei nº. 808/91 e dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 10 set. 1993. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 870, de 10 de setembro de 1993. Autoriza o município de Alterosa/MG a assinar convênio com a EMATER/MG e sindicato dos empregadores rurais de Alterosa e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 10 set. 1993. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 926, de 15 de abril de 1994. Autoriza pagamento de viagens para transporte de estudantes universitários. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 15 abr. 1994. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 970, de 25 de novembro de 1994. Autoriza a nucleação de Escolas da Rede Municipal de Ensino. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 25 nov. 1994. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 985, de 17 de fevereiro de 1995. Autoriza a nucleação de Escolas da Rede Municipal de Ensino. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 17 fev. 1995. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1003, de 26 de maio de 1995. Autoriza o poder executivo participar do consórcio intermunicipal de saúde dos municípios da região dos lagos do sul de Minas. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 26 maio 1995. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1015, de 04 de outubro de 1995. Autoriza a nucleação de Escolas da Rede Municipal de Ensino. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 4 out. 1995. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

ALTEROSA. Lei n. 1020, de 18 de agosto de 1995. Cria o Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa**: Poder Legislativo, Alterosa, 18 ag. 1995. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1028, de 01 de setembro de 1995. Cria o Centro Educativo e dá Outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa**: Poder Legislativo, Alterosa, 1 set. 1995. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1045, de 27 de outubro de 1995. Autoriza a assinatura de Convênio e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa**: Poder Legislativo, Alterosa, 27 out. 1995. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1054, de 08 de dezembro de 1995. Declara de Utilidade Pública a Entidade que menciona. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa**: Poder Legislativo, Alterosa, 08 dez. 1995. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1091, de 21 de junho de 1996. Dispõe e cria o conselho municipal de assistência social – CMAS, o fundo de municipal de assistência social – FMAS e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa**: Poder Legislativo, Alterosa, 21 jun. 1996. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1105, de 13 de setembro de 1996. Cria Conselho de Alimentação Escolar e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa**: Poder Legislativo, Alterosa, 13 set. 1996. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1155, de 27 de junho de 1997. Cria o conselho municipal de prevenção, orientação e tratamento de usuários de substâncias entorpecentes e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa**: Poder Legislativo, Alterosa, 27 jun. 1997. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1156, de 27 de junho de 1997. Dispõe sobre a criação de conselho municipal de acompanhamento e controle social do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa**: Poder Legislativo, Alterosa, 27 jun. 1997. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1157, de 23 de julho de 1997. Autoriza o poder executivo a contratar financiamento com a caixa econômica federal, a oferecer garantias e dá outras providências correlatas. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa**: Poder Legislativo, Alterosa, 23 jul. 1997. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

ALTEROSA. Lei n. 1171, de 31 de outubro de 1997. Cria o programa para o desenvolvimento turístico de Alterosa e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 31 out. 1997. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1195, de 24 de agosto de 1998. Abre Crédito Especial. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 24 ago. 1998. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1245, de 14 de dezembro de 1999. Revoga as leis municipais n. 1031 de 15 de setembro de 1995 e n. 1144 de 21 de março de 1997. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 14 dez. 1999. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1246, de 14 de dezembro de 1999. Dispõe e cria o conselho municipal de assistência social – CMAS, o fundo municipal de assistência social – FMAS e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 14 dez. 1999. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1276, de 28 de dezembro de 2000. Cria o conselho de alimentação escolar do município de Alterosa, localizado no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 28 dez. 2000. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1278, de 09 de março de 2001. Cria Conselho Municipal de Remuneração dos Servidores Públicos de Alterosa e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 9 mar. 2001. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1280, de 17 de abril de 2001. Autoriza firmar convênio com entidade que menciona e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 17 abr. 2001. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1284, de 08 de maio de 2001. Dispõe sobre a política municipal de atendimento à criança e ao adolescente e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 8 maio 2001. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1285, de 23 de maio de 2001. Dispõe e cria o conselho municipal de assistência social – CMAS, o fundo municipal de assistência social e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 23 maio 2001. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

ALTEROSA. Lei n. 1287, de 23 de maio de 2001. Dá nova redação ao artigo 2.º da Lei Municipal n. 1003, de 26 de maio de 1995, que autoriza o poder executivo a participar do consórcio intermunicipal de saúde dos municípios da região dos lagos do sul de Minas. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 23 maio 2001. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1294, de 22 de junho de 2001. Institui o conselho municipal de turismo, nos termos estabelecidos pela legislação vigente e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 22 jun. 2001. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1311, de 05 de dezembro de 2001. Dispõe sobre a instituição do conselho municipal de desenvolvimento rural – CMDR e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 5 dez. 2001. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n.1318, de 28 de dezembro de 2001. Dispõe sobre o uso de vias públicas, espaço aéreo e do subsolo para implantação e passagem de equipamentos urbanos destinados à prestação de serviços de infraestrutura por entidades de direito público e privado e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 28 dez. 2001. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1319, de 21 de fevereiro de 2002. Regulamenta no município de alterosa o disposto no art. 216 da constituição federal, cria conselho municipal de patrimônio e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 21 fev. 2002. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1320, de 21 de fevereiro de 2002. Autoriza o município instituir e regularizar loteamento urbano municipal e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 21 fev. 2002. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1321, de 21 de fevereiro de 2002. Autoriza o Município repassar recursos públicos a Instituições Privadas sem fins lucrativos a título de contribuição e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 21 fev. 2002. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1326, de 23 de abril de 2002. Dispõe sobre a reorganização do conselho municipal de conservação do meio ambiente – CODEMA – e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 23 abr. 2002. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

ALTEROSA. Lei n. 1334, de 26 de junho de 2002. Dispõe sobre autorização para instituição pelo poder executivo municipal da Fundação Educacional para o Desenvolvimento Sustentável da Baixa Mogiana de sigla FUNEDES, e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 26 junho 2002. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1336, de 20 de agosto de 2002. Modifica as normas regulamentadoras do conselho municipal de saúde e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 20 ago. 2002. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1340, de 26 de setembro de 2002. Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 26 set. 2002. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1342, de 01 de outubro de 2002. Dispõe sobre a concessão de assistência a estudante do ensino superior de graduação. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 1 out. 2002. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1348, de 12 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a criação da creche municipal Menino Jesus e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 12 dez. 2002. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1352, de 10 de abril de 2003. Autoriza a regulamentação dos contratos habitacionais que denomina e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 10 abr. 2003. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei 1356, de 06 de maio de 2003. Dispõe sobre a concessão de auxílio transporte para estudantes de graduação superior e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 6 maio 2003. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1365, de 10 de junho de 2003. Cria o conselho municipal do idoso e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 10 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1366, de 17 de junho de 2003. Institui e regulamenta o conselho municipal de habitação, o fundo municipal de habitação e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 17 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

ALTEROSA. Lei n. 1369, de 25 de junho de 2003. Autoriza o município de alterosa a firmar cessão de uso do bem que menciona e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 25 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1375, de 20 de agosto de 2003. Altera dispositivos da Lei n. 1.284, de 08 de maio de 2001, que dispõe sobre a política municipal de atendimento à criança e ao adolescente e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 20 ago. 2003. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1375, de 20 de agosto de 2003. Dispõe sobre a criação, composição, competência e funcionamento do conselho municipal de esporte e lazer. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 20 ago. 2003. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1379, de 20 de novembro de 2003. Cria o conselho municipal de juventude e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 20 nov. 2003. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1385, de 14 de maio de 2004. Altera lei municipal nº 1285/2001 que dispõe sobre a criação do conselho de assistência social do município de Alterosa – MG. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 14 maio 2004. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1387, de 26 de maio de 2004. Altera Lei municipal n. 863, de 13 de agosto de 1993, que dispõe sobre a criação de unidade educacional de ensino no município de Alterosa - MG. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 26 maio 2004. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1392, de 25 de junho de 2004. Dispõe sobre autorização para a municipalidade firmar convênio junto à Fundação Cultural Campanha da Princesa e à Fundação Educacional para o Desenvolvimento Sustentável da Baixa Mogiana - FUNEDES - para instrumentalização e implementação do ensino superior no município de Alterosa - MG e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 25 jun. 2004. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei 1404, de 24 de novembro de 2004. Dispõe sobre a política ao idoso no âmbito do município de Alterosa/MG e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa:** Poder Legislativo, Alterosa, 24 nov. 2004. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

ALTEROSA. Lei n. 1411, de 22 de março de 2005. Altera dispositivos da Lei nº 1284, de 08 de maio de 2001, que dispõe sobre a política municipal de atendimento à criança e ao adolescente e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa**: Poder Legislativo, Alterosa, 22 mar. 2005. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1414, de 14 de abril de 2005. Altera redação e acrescenta dispositivos à Lei n. 1.342, de 1º de outubro de 2002, que trata da assistência a estudante do ensino superior e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa**: Poder Legislativo, Alterosa, 14 abr. 2005. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1427, de 27 de setembro de 2005. Autoriza formalização de convênio entre a prefeitura municipal de Alterosa e o Estado de Minas Gerais para participação no programa máquinas para o desenvolvimento e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa**: Poder Legislativo, Alterosa, 27 set. 2005. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1433, de 22 de novembro de 2005. Altera dispositivo da Lei n. 1.342, de 1º de outubro de 2002 e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa**: Poder Legislativo, Alterosa, 22 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1438, de 29 de novembro de 2005. Altera redação do dispositivo que menciona e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa**: Poder Legislativo, Alterosa, 29 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1443, 07 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre a contratação temporária para efetivação do programa municipal de habitação e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa**: Poder Legislativo, Alterosa, 7 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1445, de 22 de fevereiro de 2006. Altera redação do dispositivo que menciona e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa**: Poder Legislativo, Alterosa, 22 fevereiro 2006. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 13, de 17 de abril de 2001. Dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional da prefeitura municipal de Alterosa e dá outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa**: Poder Legislativo, Alterosa, 17 abr. 2001. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar n. 23, de 28 de dezembro de 2001. Dá nova redação ao código tributário do município de Alterosa e contém outras providências. **Mural da Câmara Municipal de Alterosa**: Poder Legislativo, Alterosa, 28 dez. 2001. Disponível em: <<http://www.cmalterosa.mg.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo; (Org.) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte; Ed. UFMG, 2000.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo. SILVA, Maria A. Moraes (Org.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. **Uma esquerda fora do lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT**. Campinas: Armazém do Ipê : Autores Associados, 2006.

\_\_\_\_\_. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARISTÓTELES. **Poética: Organon: Política: Constituição de Atenas**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004. (Polêmicas do nosso tempo, 56).

BAGNOLI, Vicente; BARBOSA, Susana Mesquita; OLIVEIRA, Cristina Godoy. **História do direito**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BARBIER, Renê. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília, DF: Plano, 2002.

BARBOSA, Livia. **O Jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros**. Rio de Janeiro: Ed Campus, 1992.

BETTO, Frei. **A mosca azul**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BEZERRA, Feltre. **Aspectos antropológicos do simbolismo**. Rio de Janeiro: Gráfica Medeiros, 1983.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2006.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Participar-pesquisar**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Repensando a pesquisa participante. 2. ed., São Paulo, Brasiliense, 1985.

BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social, de 13 de dezembro de 1993. In: CRESS. (Org.). **Legislação brasileira para o Serviço Social**: coletânea de leis: um guia completo e atualizado dedicado ao assistente social, Belo Horizonte, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar n. 101. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Executivo, Brasília, DF, 05 maio 2000. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 23 mar. 2011.

BRUNO, Ernani Silva. **História do Brasil**: geral e regional, Rio e Minas. São Paulo: Cultrix, 1987.

CANESQUI, Flavia Gonçalves. **Colhendo possibilidades**: uma análise do Programa de Lavoura Comunitária “Agrovida”. 2006. 100 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito, e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

CANÔAS, José Walter. **Por uma nova presença do Serviço Social na empresa**. São Paulo: Canôas, 1982.

\_\_\_\_\_. **Planejamento e implantação do Serviço Social em empresas**: limites e possibilidades. Franca: Ed. UNESP-FHDSS, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.) **A reestruturação produtiva em Franca**: os sindicatos em movimento. Franca: Ed. UNESP-FHDSS, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Nas pegadas do sapateiro**: 65 anos do STIC Sindicato dos Trabalhadores da indústria de Calçados. Franca: Ed. UNESP, 2007.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Mundo do trabalho e políticas públicas**. Franca: Ed. UNESP-FHDSS, 2007.

CARDOSO, Sandro Gonçalves. **O cooperativismo em Alterosa**: a experiência do SICOOB COOPEROSA. 2007. 60 f. Monografia (Bacharel em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade José do Rosário Vellano, Alfenas, 2007.

CARVALHO, A. et. al. **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Proex, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A operação histórica**. In: Fazer História. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

COMERLATTO, Tadeu; BISCARO, Clóvis e COMERLATTO, Eduardo. **A Lei de Responsabilidade Fiscal: mudou o jeito de administrar o Brasil**. Curitiba: Ed. Perfil Brasileiro, 2003.

CORRÊA, Evandro. Universidade Federal em Alterosa é uma nova conquista para o sul de Minas. **Gente Muito Importante**, Alfenas, ano 5, n. 41, p. 44, ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Projeto “Alterosa, cidade digital” leva internet gratuita para a população. **Gente Muito Importante**, Alfenas, ano 5, n. 41, p. 44, ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Estação de tratamento de esgoto. **Gente Muito Importante**, Alfenas, ano 5, n. 41, p. 44, ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Déficit habitacional zero. **Gente Muito Importante**, Alfenas, ano 5, n. 41, p. 44, ago. 2007.

CRUZ, Lílian Rodrigues. **(Des) articulando as políticas públicas no campo da infância: implicações da abrigagem**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

DEMO, Pedro. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002. (Prospectiva, 6).

\_\_\_\_\_. **Pobreza política: polêmicas do nosso tempo**. Campinas: Autores associados, 2001.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.

EDITORIAL. **Informativo da Cooperosa**, Alterosa, n. 16, p. 1, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (Pensamento Crítico, 08).

\_\_\_\_\_. **Luiz Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. Curitiba: Ed. Guairá, (Estante do Pensamento Social, 11) [19..?].

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Oliveiros S. **Os 45 cavaleiros húngaros: uma leitura dos cadernos de Gramsci**. Brasília: Ed. UNB; São Paulo: Hucitec, 1986.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. (Org.) **Governo local, política pública e participação na América do Sul**. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2008. (Temas urbanos).

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009. (Consciência em debate).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Leitura).

FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

FREY, Klaus. Descentralização e poder local em Alexis de Tocqueville. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 15, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782000000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782000000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28 abr 2007. (Pré-publicação).

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10. ed. revista pelo autor, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**. 22. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOUVÊA, Maria das Graças de. (Org.). **Plantão social para a cidadania**. Taubaté: Cabral Ed. Livraria Universitária, 2004.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. v. 5.

\_\_\_\_\_. **Cartas do cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo). Rio de Janeiro: Ed. civilização brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HADDAD, Fernando et al. **Sindicatos, cooperativas e socialismo**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003. (Socialismo em discussão).

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

JOSÉ FILHO, Mário; DALBÉRIO, Osvaldo (Org.). **Desafios da pesquisa**. Franca: Ed. UNESP-FHDSS, 2006.

KOSIC, Karel. **A dialética do concreto**. Tradução de Célia neves e Alderico Toríbio). 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. 2008. 278 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito, e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

LAURELL, Asa Cristina. (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 4. ed. Tradução de Rodrigo León Contrera; Revisão Técnica de Amélia Cohn. São Paulo: Cortez, 2003.

LEITE, Sérgio. Políticas públicas e agricultura no Brasil: comentários sobre o cenário recente. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LIMA, Antonio Bosco; PALAFOX, Gabriel Humberto Muñoz (Org.). **Estado & políticas públicas em tempos de reformas**. Campinas: Alínea, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins fontes, 2003.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Primeiros passos, 54).

MAESTRI, Mário; CANDREVA, Luigi. **Antonio Gramsci: vida e obra de um comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MALUF, Marina. **Ruídos de memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo; Atlas, 2000.

MAURO, Gilmar; PERICÁS, Luiz B. **Capitalismo e luta política no Brasil na virada do milênio**. São Paulo: Xamã, 2001.

MARX, K. ; ENGELS, F. A **Ideologia Alemã (Feuerbach)**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira). 11. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. Organização de Marco Aurélio Nogueira . Petrópolis: Vozes, 1988.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** Tradução de Paulo Cezar Castanheira, Revisão Letícia Braun e Shirley Gomes. São Paulo: Boitempo, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Brasil alfabetizado**. [2010]. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12280&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12280&option=com_content&view=article)>. Acesso em: 14 fev. 2011.

MOAS, Luciane da Costa. **Cidadania e poder local**. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Júris, 2002.

MONTEIRO, Brandão; OLIVEIRA, Carlos Alberto P. de. **Os partidos políticos**. São Paulo: Global, 1989.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. (Trad. Eloá Jacobina), 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Em busca dos fundamentos perdidos: textos sobre o marxismo**. Tradução de Maria Lúcia Rodrigues e Salma Tannus. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

\_\_\_\_\_. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os sete saberes necessários para a educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeane Sawaya. Revisão Técnica de Edgar Assis de Carvalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2006.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965. v. 1.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria 'concessão-conquista', **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 53, p. 80-101, mar. 1997.

PAULO NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço Social no Brasil pós-64. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_.; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PEDRINI, Dalila Maria; ADAMS, Telmo; SILVA, Vini Rabassa (Org.). **Controle social de políticas públicas**: caminhos, descobertas e desafios. São Paulo: Paulus, 2007.

PEREIRA, Eduardo Tadeu. **Educação política**: uma experiência com o orçamento participativo. Campinas: Alínea, 2008.

PEREIRA, Frei Cristóvão. **O contrapoder popular**. Belo Horizonte: Perffil, 2005.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social**: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.

PERICÁS, Luiz B; MAURO, Gilmar. **Capitalismo e luta política no Brasil na virada do milênio**. São Paulo: Xamã, 2001.

PLATÃO. **Diálogos**: Eutífron: Apologia de Sócrates: Críton: Fédon. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

QUIRINO, Célia Galvão. Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 2001. v. 2.

REIS, Júlia. Alterosa: colhendo dignidade. **Cidades Vivas**, São Paulo, Ed. esp., p. 38-39, 2004.

RIBEIRO, Dimas dos Reis. Políticas públicas e suas dimensões na experiência política do município de Alterosa Gestão 1993 a 1996. In: ENGLER, Helen Barbosa Rais; SILVEIRA, Ubaldo. (Org.). **30 anos Serviço Social – UNESP – Franca**. Franca: Ed. UNESP-FHDSS, 2007.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBECK, Maria Carmelita. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

SOUSA, Luiza Erundina. **Exercício da paixão política**. São Paulo: Cortez, 1991.

SOUZA, Célia; DANTAS NETO, Paulo Fabio (Org.). **Governo, políticas públicas nos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 6. ed. São Paulo, Cortez, 1999.

SPINK, Peter; ELLER, Estêvão Passos; SUMIYA, Lilia Asuca; TEIXEIRA, Marco Antonio (Org.). **Cadernos de gestão pública e cidadania: inovações de governos locais – ciclo de premiação 2004**. São Paulo: Ed. FGV; Ed. EAESP, 2004. v. 9. n. 45.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania: a saída é pela porta**. São Paulo: Cortez : Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: Ed. UFBA, 2001.

TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. Marx, **Weber e o marxismo weberiano**. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez, 1996.

TRIVIÑOS. Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992.

VASQUES, Fernanda. Renda, emprego e inclusão social são as metas do Agrovida. **Revista da EMATER-MG**, Belo Horizonte, ano 22, n. 79, p. 28-29, abr. 2004.

VERZA, Severino Batista. **As políticas públicas de educação no município**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992. (Polêmicas do nosso tempo, 49).

VITA, Álvaro. **Sociologia da sociedade brasileira**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2003.

VOGEL, Arno; YANNOULAS, Silvia C (Org.). **Políticas públicas de trabalho e renda e controle democrático**: a qualificação dos conselheiros estaduais de trabalho no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. Tradução de Maurício Tragtenberg. Brasília, DF: Ed. UNB. 2003.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**, 10. ed. São Paulo: Ática, 2002. 2 v.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1996.